

Prof. Charles Howard Wood - *Population Research Center, Department of Sociology - The University of Texas at Austin.*

Prof. José Alberto Magno de Carvalho - *Departamento de Demografia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais.*

Título original: The demography of inequality in Brazil.

Traduzido da primeira edição publicada em 1988 pela Cambridge University Press, e devidamente atualizada. (Cambridge University Press, 1988.)

Tradutor: Haydn Coutinho Pimenta

● Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

WOOD, Charles H.

A demografia da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1994. 330p.
(IPEA. Série PNPE, 27).

1. Brasil - População. 2. Brasil - Condições econômicas. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Carvalho, José Alberto Magno de. III. Série.

CDD 3044.61
CDU 312.99(81)

Este trabalho é inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação.

A Demografia da Desigualdade no Brasil

CHARLES H. WOOD
JOSÉ ALBERTO M. DE CARVALHO

CEBRAP - BIBLIOTECA	
Data	N.º de Chamada
	3/2.99/81
N.º de Volume	176/94
	Registro de

27 SÉRIE PNPE
Rio de Janeiro, 1994

PNPE / ipea

BIBLIOTECA DO NEPO
UNICAMP

N.º CLASSIF.:	304.6
N.º AUTOR:	W85d.
V.:	B3L 2D 00 5539
EX.:	B01 34 1886
TOMBO:	NEP013716

Sumário

CEBRAP - BIBLIOTECA

Prefácio	1
Apresentação da Edição Original	3
Apresentação da Edição Brasileira	5
CAPÍTULO 1	
Introdução	7
CAPÍTULO 2	
Base Teórica para o Estudo de População, Desenvolvimento e Desigualdade	19
2.1 - Introdução	19
2.2 - Desenvolvimento e Desigualdade	22
2.3 - Crítica	27
2.4 - Base Conceitual	28
2.5 - Conclusão	56
CAPÍTULO 3	
Crescimento e Distribuição: Uma Perspectiva Histórica	61
3.1 - Ciclos Econômicos e Expansão das Fronteiras	61
3.2 - Transformação Política e Crescimento Industrial	67
3.3 - Desigualdades Regionais	84
3.4 - Desigualdade da Renda	88
3.5 - Desigualdade na Posse da Terra	92
3.6 - Conclusão	96

2008.2.16.15

CAPÍTULO 4	
Desigualdade de Renda e Expectativa de Vida	101
4.1 - A Queda da Mortalidade	102
4.2 - Determinantes Sociais e Econômicos da Mortalidade Infantil	104
4.3 - Desigualdade Regional e Tempo de Vida	108
4.4 - Renda Familiar e Duração de Vida	109
4.5 - Mortalidade e Distribuição da Renda	111
4.6 - Mortalidade e Distribuição Geográfica da População	112
4.7 - Residência Rural-Urbana	113
4.8 - Quem se Beneficiou com a Queda da Mortalidade?	117
4.9 - Conclusão	118
CAPÍTULO 5	
Política Salarial, Mortalidade Infantil e Ação Social Coletiva em São Paulo	121
5.1 - Corporativismo e Mão-de-Obra Organizada no Brasil	124
5.2 - Política Salarial	128
5.3 - Salários Reais e Mortalidade Infantil - 1963/79	132
5.4 - Respostas ao Subdesenvolvimento Urbano	143
5.5 - Conclusão	151
CAPÍTULO 6	
Desigualdade Racial e Mortalidade Infantil	153
6.1 - Introdução	153
6.2 - Brancos, Pretos e Pardos no Brasil	158
6.3 - Diferenças Raciais na Mortalidade Infantil	161
6.4 - Conclusão	175
CAPÍTULO 7	
O Colapso da Fecundidade	177
7.1 - A Queda da Fecundidade	178
7.2 - Determinantes Próximos da Fecundidade	181
7.3 - Política Populacional e Planejamento Familiar	183
7.4 - Perspectivas sobre a Transição da Fecundidade	189
7.5 - Determinantes Socioeconômicos da Queda da Fecundidade	193
7.6 - Estrutura Agrária e Fecundidade Rural	201
7.7 - Conclusão	203
CAPÍTULO 8	
Distribuição de Renda e Crescimento Populacional	207
8.1 - Fecundidade e Distribuição da Renda	208

8.2 - Crescimento Populacional e Distribuição de Renda	209
8.3 - Distribuição de Renda e Crescimento Populacional	216
8.4 - Conclusão	223

CAPÍTULO 9	
Estrutura Agrária e Êxodo Rural	225
9.1 - Perspectivas da Migração para as Cidades	226
9.2 - Estrutura Agrária e Emigração Rural	229
9.3 - A Sorte do Campesinato	239
9.4 - A Magnitude do Êxodo Rural: 1960/70 e 1970/80	241

CAPÍTULO 10	
Colonização e Expansão da Fronteira da Amazônia	247
10.1 - População e Política de Desenvolvimento na Amazônia	248
10.2 - O Projeto de Colonização	251
10.3 - Escassez de Terra, Violência e o Estado	255
10.4 - O Volume da Migração para a Fronteira Amazônica	258
10.5 - Conclusão	261

CAPÍTULO 11	
O Desenvolvimento e a Persistência do Subdesenvolvimento	263
11.1 - Crescimento Populacional e Oferta de Mão-de-Obra	267
11.2 - Absorção de Mão-de-Obra	270

CAPÍTULO 12	
A Demografia da Desigualdade no Brasil: Resumo e Conclusões	273

APÊNDICE	
Observações sobre o Método	289

Bibliografia	293
---------------------	-----

In memoriam
Prof. Isaac Kerstenetzky

Este é um livro singular em sua abordagem da distribuição de renda e de suas conexões no processo de desenvolvimento do País.

A relevância do estudo dos professores Wood e Magno de Carvalho está no fato de colocarem, no centro de sua análise do estilo de desenvolvimento brasileiro, a necessidade de referir o processo, de modo desagregado, às suas repercussões sobre as condições de vida de diferentes segmentos da população. Como, em verdade, avaliar a evolução econômica e social, ou determinada estratégia de desenvolvimento ou, ainda, diferentes políticas, sem indagar como afetaram diferentes grupos socioeconômicos? Essa não tem sido, entretanto, a tônica de outros estudos correntes, limitados a visões agregadas impressionistas em suas referências à desigualdade.

Destaco, também, o engenhoso ‘mapa conceitual’ apresentado pelos autores, composto de três módulos articulados entre si: infra-estrutura econômico-demográfica, sistema de estratificação e superestrutura político-ideológica. A análise resulta em abrangente estudo da evolução demográfica do país, através do desenvolvimento das relações do demográfico com o econômico, com o social e com o político.

A interessante proposta de estudo da estratificação em termos de articulação entre estratos e classes sociais foi, certamente, afetada pela falta, para a década de 80, de amplo estudo da despesa familiar, semelhante ao Endef para os anos 1974/75.

Espero que o estudo de Wood e Magno de Carvalho venha de alguma forma influir na concepção de políticas econômicas e sociais, no sentido

de que levem em conta implicações das mudanças no padrão demográfico do país.

Auguro, finalmente, que na esteira deste estudo surjam outras contribuições e novos dados relativos ao consumo e condições de vida dos diferentes segmentos da população. É indispensável, também, que o sistema de contabilidade social do país, em processo de reformulação, seja referido a vetores de renda, de padrão de dispêndio e de indicadores sociais e demográficos para diferentes estratos da população. É hora de economistas e outros cientistas sociais incorporarem à sua visão dos processos e estratificação social. O livro de Wood e Magno de Carvalho é um passo importante nessa direção.

Isaac Kerstenetzky

Apresentação da Edição Original

conômicos e sociais o estudo da

As idéias que mostramos neste livro começaram a tomar forma muito antes de percebermos que o estávamos escrevendo. Em 1974, após ter obtido o doutorado em Sociologia na Universidade do Texas, em Austin, tive a sorte de encontrar emprego no Cedeplar — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional —, um centro de pesquisa e pós-graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Minha chegada ao Cedeplar coincidiu com o retorno de José Alberto da Inglaterra, onde havia obtido o doutorado na London School of Economics, sob a orientação dos professores David Glass e William Brass. Os conhecimentos de José Alberto sobre a história econômica e política do Brasil, e sua especialização em métodos de análise demográfica, completaram, singularmente, minha formação em Sociologia e meu interesse em estudos sobre o desenvolvimento.

Ao trabalharmos juntos em vários projetos, nossos respectivos interesses passaram a gravitar, de modo consistente, em torno daquela área cinzenta constituída pela interface entre os estudos sobre dinâmica demográfica e sobre desenvolvimento. Com o passar dos anos, tornou-se cada vez mais evidente para nós que a demografia poderia se beneficiar de uma maior sensibilidade para com questões macroestruturais, que preocupavam os estudiosos do desenvolvimento e transformação social, exatamente como o campo de estudos do desenvolvimento se beneficiaria de uma forte dose de análise demográfica. Mas o modo pelo qual construiríamos uma ponte mais bem estruturada entre os dois campos de estudo constituía problema

estudo constituía problema maior. Insatisfeitos com a tendência de adotar soluções *ad hoc* para um determinado tema em questão, buscamos alguma maneira de situar as variáveis populacionais dentro de um modelo amplo de organização socioeconômica e política. A tarefa ficou mais simples quando descobrimos que a atenção sistemática à idéia das desigualdades era um modo eficaz de construir uma estrutura conceitual capaz de demarcar as relações entre a mudança estrutural e o comportamento demográfico. O resultado de nosso esforço é o modelo que utilizamos neste estudo sobre o Brasil. Não cabem dúvidas de que tanto a estrutura conceitual quanto as análises empíricas apresentadas neste livro podem, em muito, ser aperfeiçoadas. Nossa expectativa é de que possamos ter dado alguma contribuição para o esforço de compreender-se as relações existentes entre população e desenvolvimento em um país com as características do Brasil.

Beneficiamo-nos, muito, das opiniões expressas por inúmeras pessoas, ao longo da elaboração deste trabalho. Devemos agradecimentos a tantos colegas e amigos que nomeá-los aqui seria quase impossível. Somos gratos aos estudantes e professores do Cedeplar e da Universidade da Flórida, que contribuíram para a materialização deste livro em maior medida do que possam imaginar. Valemo-nos, muito, das críticas e sugestões oferecidas, com generosidade, por Harley Browning, Marianne Schmink, e dos comentários dos consultores anônimos da Cambridge University Press. Devemos, também, agradecimento especial a Pamela Richards, cuja visão aguda para identificação de frases desajeitadas e idéias ambíguas ampliou a clareza do texto. Somos gratos à ajuda de todos e os isentamos de qualquer responsabilidade pelo produto final.

Charles H. Wood
Gainesville, Flórida

Apresentação da Edição Brasileira

Em breve relato, meu colega e amigo Charles Wood, na apresentação da edição em inglês, já discorreu sobre a gênese deste livro. Não há nada a acrescentar.

Esta edição corresponde basicamente àquela já publicada pela Cambridge University Press, em 1988, sob o título *The demography of inequality in Brazil*. Como os autores mantiveram o direito sobre a edição brasileira, adotou-se certa flexibilidade na tradução, ainda que sempre respeitando o espírito da obra original. Detalhes e aspectos circunstanciais, necessários para a melhor compreensão do leitor não familiarizado com o Brasil, foram freqüentemente retirados desta edição.

As estimativas e informações foram atualizadas, na medida em que a disponibilidade de dados as tornou possíveis. No Capítulo 6, sobre desigualdade racial e mortalidade infanto-juvenil, toda a subseção referente a raça como variável independente com capacidade de previsão em relação à mortalidade infanto-juvenil foi reformulada, para o que os autores tiveram a contribuição inestimável de Peggy Lovell, da Universidade de Pittsburgh, a quem agradecemos.

Dedicamos este livro à memória do saudoso professor Isaac Kerstenetzky, que tão gentilmente preparou o prefácio desta edição. O professor Isaac sempre deu irrestrito apoio à criação do Cedeplar/UFMG e era um entusiasta de seu Programa de Pós-Graduação em Demografia. Foi um dos pouquíssimos economistas deste país a entender a importância de se levar em consideração as variáveis demográficas em qualquer análise no campo

qualquer análise no campo das Ciências Sociais, assim como na definição e implementação das políticas públicas. Intelectual consumado, economista do melhor nível, caráter radical no verdadeiro sentido do termo, era um dos últimos humanistas dentro da infundável plêiade de economistas brasileiros brilhantes e titulados. Espera-se que tão admirável exemplo frutifique através das novas gerações, agora que não mais se encontra entre nós.

Para esta edição contamos com o apoio permanente do Cedeplar/UFMG; de Haydn Coutinho Pimenta, que fez a tradução para o português; Joana D'arc Inácio Ferreira, que se desdobrou no trabalho de normalização; Fernando Fernandes, que fez os gráficos; e de Márcia das Dores Andrade Lima e Maristela Sette, que fizeram todo o trabalho de mecanografia e revisão. A todos, nossos agradecimentos.

José Alberto Magno de Carvalho
Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte

Introdução

O Brasil é o maior e mais populoso país da América Latina. Em 1980, o censo registrou uma população de quase 120 milhões de pessoas, mais do que o dobro da população do México, o segundo colocado. Os 8,5 milhões de km² do território brasileiro se estendem desde o Oceano Atlântico, a Leste, até os contrafortes dos Andes, a Oeste; do Planalto das Guianas, ao Norte, à Bacia do Rio da Prata, ao Sul. As proporções continentais do país dominam o mapa geopolítico de todo o Hemisfério Sul, tornando-o o quinto maior país do mundo, suplantado em área, apenas, pela então União Soviética, os Estados Unidos, a China Continental e o Canadá.

No século XIX, a transformação da Colônia, em Império Independente (1822), da Monarquia, em República (1889/1891), e de Sociedade Escravocrata, em Sociedade Livre (1888), ocorreu, praticamente, sem violência. Em sua parte inicial, a História do Brasil conferiu, portanto, um legado de estabilidade política e unidade nacional ao país, raro no Novo Mundo [Burns (1970)]. Ao contrário de muitos de seus vizinhos no continente, o controle militar direto sobre o Estado tem-se constituído exceção no Brasil. Do final do século passado, até 1930, os presidentes brasileiros foram eleitos regularmente. A tradição democrática foi interrompida no período 1930/34 e, de novo, no período 1937/45, quando Getúlio Vargas, apoiado pelos militares, governou por decreto. Após a II Grande Guerra, o Brasil experimentou sucessivos regimes democráticos até 1964, quando os militares tomaram o poder pela força e deram início a um período de governo autoritário que durou 21 anos. O retorno do Brasil à democracia, em 1985, constitui fato político de extrema relevância.

Na maior parte de sua história, a sociedade brasileira tem sido predominantemente agrária. Do período colonial em diante, a economia do país,

orientada para a exportação, dependia grandemente de uma série de produtos tais como madeiras de lei, açúcar, borracha, algodão e café (tal como se verá no Capítulo 3). Desde o fim da II Grande Guerra, a economia, especialmente o setor industrial, cresceu em tamanho e complexidade. Dois ciclos de crescimento mostram-se particularmente importantes no pós-guerra. O período de industrialização, via substituição de importações — do início da década de 50 até meados da década de 60 — e o período de abertura da economia, via exportações, da década de 60 até o presente. O primeiro caracterizou-se pela ênfase dada à produção interna de bens acabados, anteriormente importados. O segundo assistiu à diversificação do crescimento industrial e a uma integração mais estreita com a economia mundial. O Brasil continua a exportar mercadorias tradicionais, muito embora — como conseqüência de recente política industrial e comercial — o país agora produza um número crescente de produtos manufaturados que competem, com êxito — nos mercados internacionais —, com produtos originários dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Uma perspectiva de longo prazo mostra que a economia brasileira, embora sujeita a depressões cíclicas, experimentou uma taxa média anual de crescimento de cerca de 7% a.a. entre 1956 e 1984 (Capítulo 3). O crescimento do setor industrial no pós-guerra quase sempre suplantou a taxa média de crescimento da economia de 2 a 3 pontos percentuais. Com um Produto Nacional Bruto da ordem de US\$ 250 bilhões em 1980, a economia brasileira praticamente se iguala à do Canadá e se coloca como a décima economia mundial. A renda *per capita* alcançou US\$ 1.800 em 1981, colocando o Brasil mais próximo (em termos agregados) das economias industriais avançadas do que da maioria dos países asiáticos e africanos. Com a maior e mais complexa economia da América Latina e com a abundância de recursos naturais e humanos com que pode contar, o Brasil é um país que luta por uma posição no pequeno, mas crescente, grupo de potências mundiais.

As mudanças sociais e demográficas estão intimamente ligadas à estrutura do desenvolvimento brasileiro. A industrialização do Centro-Sul do Brasil tem atraído a migração das áreas rurais para as metrópoles urbanas mais dinâmicas do país, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Em 1980, a proporção da população residente nos centros urbanos ultrapassou, pela primeira vez, o número de pessoas residentes na área rural. A redistribuição espacial da população tem sido acompanhada de substancial melhoria dos níveis educacionais e maior acesso aos serviços públicos. Entre 1970 e 1980, o número médio de anos de freqüência à escola aumentou, como, também, aumentou a proporção de domicílios com água encanada e esgotos.

Mudanças na estrutura da produção econômica, assim como a elevação do nível educacional e da oferta de serviços de saúde têm causado profundas alterações no comportamento reprodutivo no Brasil (Capítulo 6). A proporcão de mulheres que se utilizam de métodos anticoncepcionais tem-se elevado bastante; a taxa de fecundidade caiu aproximadamente 30% — de uma média de 5,8 filhos por mulher, em 1970, para 4,2, em 1980. A década de 70 também experimentou queda das taxas de mortalidade, fazendo com que a expectativa média de vida ao nascer aumentasse em seis anos, alcançando 59,6 anos de vida por volta de 1980. Hoje, o brasileiro médio goza de um padrão de vida mais alto, um tamanho de família menor e tem vida mais longa do que em qualquer outro período de sua história.

Ao lado deste quadro promissor, convive um panorama menos positivo do Brasil. Trata-se da aguda desigualdade socioeconômica em que se evidenciam pobreza e desnutrição, firmemente enraizadas e generalizadas numa economia enormemente sobrecarregada por colossal e crescente dívida externa. Embora a renda real média tenha aumentado em cerca de 50% entre 1970 e 1980, o desenvolvimento brasileiro recente pouco fez para atenuar a elevada concentração de renda nas mãos de uma elite afluyente (Capítulo 3). Os 10% mais ricos da população, em 1980, detinham aproximadamente a metade (47,9%) de toda a renda auferida, enquanto a proporção da renda obtida pelos 10% mais pobres mal ultrapassava 1%. Após ter aumentado na década de 60, o grau de desigualdade da renda permaneceu praticamente o mesmo nos anos 70, a despeito do aumento do Produto Nacional Bruto (PNB).

Se o recente padrão de crescimento econômico não foi capaz de reduzir de modo significativo a desigualdade da renda, o mesmo se pode dizer da pronunciada desigualdade espacial que, há muito, caracteriza o Brasil. Desde a queda dos preços do açúcar no século XVIII, que arruinou a rica economia agrícola nordestina, o desenvolvimento favoreceu os estados do Brasil Central e Meridional. Hoje os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia permanecem bastante atrasados em relação ao resto do país, em termos de nível de renda, nível educacional e outros indicadores do padrão de vida.

Captar as diferenças regionais é crucial para o estudo da população e do desenvolvimento do Brasil. A divisão em cinco macrorregiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, oferece ampla visão das características mais importantes da diversidade espacial brasileira. Usaremos, neste estudo, estas designações, toda vez que não se justificar ou for impossível maior desagregação, por ausência de dados. Comparações inter-regionais mais detalhadas são feitas a partir da subdivisão das cinco macrorregiões em 10 unidades menores e mais homogêneas. Os estados que fazem parte

das classificações em cinco ou 10 regiões encontram-se na tabela a seguir. O mapa mostra a sua localização espacial.

Em todas as regiões do país, a propriedade da terra nas áreas rurais é altamente concentrada numa pequena classe de proprietários, deixando, dela despossuída, a grande maioria das famílias rurais, ou com lotes de terra muito pequenos, incapazes de lhes dar o sustento. Em 1975, bem mais da metade dos estabelecimentos agrícolas possuía menos de 10 hectares de terra, embora ocupasse apenas 2,7% da área total. No outro extremo da distribuição, as propriedades com mais de mil hectares compreendiam 8% de todos os imóveis rurais, embora representassem 42,9% de toda a terra (Capítulo 3). Análises feitas sobre a posse da terra no Brasil mostram que o grau de concentração, entre os mais altos da América Latina, pode ter se tornado ainda maior [Hoffman e Silva (1975)].

No Nordeste, densamente povoado e freqüentemente flagelado pela seca, os agricultores de subsistência dependem de métodos agrícolas muito primitivos. Por outro lado, no Centro e no Sul do país, a agricultura

Macrorregiões do Brasil segundo as Regiões e Unidades da Federação - 1991

MACRORREGIÃO	REGIÃO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO
Norte	Amazônia	Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá
Nordeste	Nordeste Setentrional	Maranhão, Piauí
	Nordeste Central	Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas
	Nordeste Meridional	Bahia, Sergipe
Sudeste	Minas	Minas Gerais, Espírito Santo
	Rio	Rio de Janeiro
	São Paulo	São Paulo
Sul	Paraná	Paraná
	Sul	Rio Grande do Sul, Santa Catarina
Centro-Oeste	Centro-Oeste	Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal



tornou-se altamente industrializada, uma vez que os agricultores dependem cada vez mais de máquinas, fertilizantes e outros bens manufaturados [Lopes (1977 e 1978)]. A modernização da produção agrícola tem sido acompanhada de uma mudança de culturas intensivas de mão-de-obra — tais como o café —, para culturas — como a soja — que muito se utilizam de máquinas e cujos produtos são comercializados principalmente no exterior. Estas transformações significam um aumento da produtividade e uma contribuição marcante na obtenção de divisas externas. Todavia, os benefícios das mudanças na estrutura produtiva agrícola também comportam custos sociais sustentados, de modo desproporcional, pelos grupos populacionais que menos condições têm de suportá-los (Capítulos 9 e 10). Tendências recentemente detectadas indicam um crescimento mais vagaroso da produção de alimentos consumidos internamente, uma queda da absorção de mão-de-obra nos mercados rurais e a substituição de trabalhadores permanentes, parceiros e posseiros por trabalhadores assalariados, malremunerados e contratados apenas à época das colheitas.

As difíceis condições da população rural estimulam a atração exercida pelas oportunidades de emprego aparentemente existentes nas cidades. Nas duas últimas décadas, este fato ocasionou êxodo rural sem precedentes (Capítulo 9). A maciça transferência de população para os centros metropolitanos limitou drasticamente a capacidade da economia urbana de absorver, com empregos produtivos e bem-remunerados, o crescente número dos que procuram por trabalho, cujas fileiras sofrem um processo de inflação, também em razão das altas taxas de crescimento populacional do passado. Como conseqüência de empregos pessimamente remunerados e do alto custo de vida das cidades, resultam a pobreza e as péssimas condições de habitação e alimentação nas cidades, tanto para migrantes como para naturais.

Uma pesquisa sobre nutrição, de âmbito nacional, levada a efeito em 1975 e conhecida como Esmdo Nacional da Despesa Familiar (Endef) mostrou que apenas 33% da população brasileira satisfaziam às necessidades “mínimas” de calorias, estabelecidas pela FAO/OMS. Aproximadamente 17% sofriam de déficits de mais de 400 calorias por dia (em média, consumiam 543 calorias). Embora os peritos não estejam de acordo quanto ao modo próprio de representar padrões nutricionais, déficits de consumo desta magnitude são evidência inquestionável de problemas nutricionais, uma vez que correspondem, em média, a 2,7 vezes a margem de erro, estabelecida em 200 calorias, na estimação do déficit. A Endef mostrou que este grau de desnutrição afligia 29% da população do Nordeste e cerca de 9% da do Sudeste. A carência global de consumo perfazia um total de mais de 10 bilhões de calorias por dia [World Bank (1979, p. 18)].

Os planejadores e políticos brasileiros, por longo tempo, endossavam o preceito da teoria da modernização de que a pobreza e emprego insuficiente

são características transitórias do processo de desenvolvimento. Para acelerar a transição para uma sociedade totalmente moderna, o governo brasileiro adotou, nas últimas décadas, um elenco de políticas agressivas, destinadas a aperfeiçoar a economia, atrair investimentos externos e estimular a acumulação de capital e reinvestimento. Nos últimos 20 anos, tais iniciativas sofreram reveses e revisões. Não obstante, as políticas formuladas durante o regime militar, no poder de 1964 a 1985, mostraram-se suficientemente coerentes em substância e intenção, de tal modo que passaram a ser chamadas de “modelo brasileiro de desenvolvimento”.

A julgar com base em indicadores estritamente agregados, o modelo brasileiro foi, sem dúvida, muito bem-sucedido, principalmente em fins da década de 60 e começo da de 70, período em que a economia cresceu à impressionante taxa de cerca de 10% a.a. O rápido aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), intitulado “milagre econômico”, foi considerado, em todo o mundo, como um dos feitos legendários de planejamento do desenvolvimento. Todavia, mesmo antes de a taxa de crescimento começar a declinar em 1974, o modelo brasileiro de desenvolvimento atraiu críticas em relação a um expressivo número de fatores (Capítulo 3). As críticas fixaram-se, especialmente, na perda dos direitos individuais e da liberdade de expressão durante o regime autoritário [Soares (1979)]; no uso da violência pelos militares, para reprimir a atividade política e limitar o poder dos trabalhadores organizados [Singer (1972 e 1973)]; na queda dos salários reais, de 1964 a 1974, e o conseqüente aumento das taxas de mortalidade infantil em algumas cidades [Wood (1982)]; na deterioração da distribuição da renda durante a década de 60 [Hoffman (1975) e Fishlow (1972)] e na incapacidade de melhorar esta distribuição na década de 70 [Denslow e Tyller (1984)]; no aumento do controle externo sobre a maioria dos setores dinâmicos da indústria e o caráter “dependente” do crescimento interno [Cardoso (1973)]; nas políticas de desenvolvimento, que favoreciam o investimento intensivo de capital, e na incapacidade da nova tecnologia de produção de gerar empregos suficientes para atender à crescente oferta de mão-de-obra urbana [Lluch (1979)]; e no declínio relativo da absorção de mão-de-obra das áreas rurais, causado pelos efeitos combinados do crescimento demográfico, da concentração fundiária e da expansão das relações sociais de produção capitalista.

No início da década de 80, o Brasil ingressou num período de crise econômica, causado, em grande parte, pela recessão da economia internacional. A taxa anual de variação do Produto Interno Bruto (PIB) mostrou-se negativa em 1981 e, de novo, em 1983, queda esta de expressivas conseqüências sociais e políticas. Os dados relativos à primeira metade da década, embora imprecisos, evidenciam queda da renda real, aumento do desemprego, expansão das ocupações informais pior remuneradas e queda da taxa

de absorção de mão-de-obra no setor formal [Pfeffermann (1985)]. A depressão econômica incidiu severamente, em especial, sobre a pobreza urbana.

Em meados de 1984, a economia global começou a recuperar-se de sua pior recessão, num período de 40 anos. Contudo, como observou o ex-presidente do Banco Mundial, Clausen (1984, p. 2), é improvável que a melhoria atual seja suficiente, por si só, para restaurar as taxas de crescimento, experimentadas pelo Brasil no passado. As duradouras conseqüências da crise mundial bem como a dívida externa e o legado de desigualdades regionais e socioeconômicas, profundamente enraizadas, desafiam a capacidade futura do Brasil de manter um crescimento econômico, sustentado e equitativo. Como mostraremos neste livro, o êxito ou o fracasso deste esforço determinará as oportunidades de melhoria de vida de milhões de brasileiros.

. *População, Desenvolvimento e Desigualdade*

O comportamento demográfico de uma população está ligado às desigualdades sociais e econômicas, tais como as mencionadas acima, pela simples razão de que as condições materiais, com as quais se deparam as pessoas em sua vida cotidiana, e as expectativas que fazem em relação a si e a seus filhos exercem forte impacto sobre o padrão e nível de nascimentos e óbitos e sobre a propensão a migrar de um lugar para outro. Se uma minoria privilegiada goza de acesso desproporcional às riquezas e outras amenidades, característica essa não singular ao Brasil, é de esperar-se enorme variação do comportamento demográfico dos subgrupos populacionais. De modo semelhante, uma mudança no nível de renda ou educação, ou uma mudança no grau de acesso aos serviços públicos, ou ainda qualquer transformação na organização socioeconômica e política, que venha a melhorar ou deteriorar a qualidade de vida de um grupo em relação ao outro, modifica o padrão dos diferenciais, por estratos sociais, da fecundidade, da mortalidade e da mobilidade espacial.

É o conjunto dessas mudanças entre os estratos populacionais que se responde pelos movimentos demográficos observados no agregado. Se observarmos, por exemplo, uma queda da taxa de mortalidade nacional, podemos certificarmo-nos de que, subjacentes a esta queda, ocorreram alterações mais ou menos específicas às diferentes regiões do país e aos diferentes estratos socioeconômicos da população. A queda da taxa global de mortalidade pode ser devida a um grande declínio nas famílias de renda média, enquanto podem permanecer constantes as taxas de mortalidade do resto da população. Ou mesmo pode ocorrer que o resultado global seja uma drástica, ainda que improvável, redução da mortalidade unicamente no estrato mais pobre da sociedade. As mudanças, em nível nacional, na

transição de altas para baixas taxas de mortalidade geralmente ocorrem como conseqüência de uma combinação de fatores tais como rápida mudança da mortalidade, entre a classe média, e taxa mais lenta de mudança, entre os mais pobres. No entanto, são também possíveis outros padrões que incluam os efeitos compensadores de tendências opostas, entre os diferentes estratos sociais. Por exemplo, uma queda moderada do nível agregado pode ser a conseqüência de uma drástica queda da taxa de mortalidade entre os estratos médios e altos da população, cujo efeito, em nível nacional, seja mitigado por um aumento da mortalidade entre os grupos de baixa renda.

A trajetória demográfica de um país se relaciona, em grande medida, com as transformações sociais ocorridas. Um modelo de desenvolvimento que aumente o produto econômico agregado e distribua igualmente os frutos do crescimento causará conseqüências demográficas diferentes das produzidas por uma estratégia de desenvolvimento altamente concentracionista, cujos resultados favorecerão uma pequena elite ou causarão deterioração absoluta dos padrões de vida de determinados grupos sociais ou áreas geográficas. As taxas de fecundidade, mortalidade e de migração estão, portanto, intimamente ligadas à estrutura de desigualdades, a qual, por sua vez, modifica-se no curso do processo de desenvolvimento.

Uma proposição que sugere um programa específico de pesquisas é a de que as taxas demográficas dos diversos subgrupos populacionais possam servir como um tipo de barômetro ou unidade de medida, com o qual se possa investigar as conseqüências distributivas das transformações da estrutura socioeconômica e política. A tarefa metodológica será de decompor as medidas agregadas de fecundidade, mortalidade e migração em estimativas que correspondam às dimensões-chaves da estratificação geográfica e socioeconômica do Brasil. O desafio conceitual será situar a interpretação dessas estimativas desagregadas do comportamento demográfico dentro de um modelo mais amplo de organização social, econômica e política.

Como técnica, a decomposição de taxas agregadas não é nova no campo da Demografia. Todavia, métodos recentes melhoraram, em muito, a possibilidade de chegarmos a estimativas demográficas desagregadas. As medidas tradicionais de mortalidade e fecundidade baseiam-se, primordialmente, nas estatísticas de registros vitais. Nos países em desenvolvimento, esta limitação levava a que os indicadores demográficos fossem freqüentemente de qualidade duvidosa e, quase sempre, se restringissem às taxas agregadas, relativas a unidades geográficas maiores. O novo enfoque, desenvolvido principalmente a partir do trabalho de Brass *et alii* (1968), na década de 60, utiliza métodos indiretos de estimação das taxas vitais, tendo por base dados censitários e de pesquisas de campo.

Dessa forma, encontram-se agora disponíveis estimativas mais acuradas em nível nacional e regional, mesmo em países que tenham registros precários de eventos vitais. As implicações em termos de melhoria na acuidade e de maior flexibilidade com a aplicação desses métodos são tão significativas que um observador [Escudero (1980)] referiu-se às novas estimativas disponíveis como a “revolução silenciosa” dos estudos populacionais.

Os processos de estimação indireta mostram uma outra importante vantagem, especialmente no que se refere aos objetivos deste livro. Diferentemente das informações provenientes do sistema de registro vital, os dados censitários contêm ampla gama de informações sobre os indivíduos, tais como renda, nível educacional, organização familiar e lugar de residência. Isto significa que podemos fazer uso de dados amostrais em nível individual, a partir dos Censos de 1970 e 1980, com a finalidade de gerar taxas demográficas específicas a diferentes estratos socioeconômicos da população. Embora as informações dos questionários censitários nem sempre sejam ideais quanto a conceitos operacionalizáveis tais como classe social, as amostras de dados censitários, em razão da cobertura de um grande número de casos, representam avanço significativo em comparação com outras fontes.

O problema fundamental que se coloca na interpretação das estimativas demográficas desagregadas é conceitual. Uma vez que as taxas de fecundidade, mortalidade e migração estão intimamente associadas a numerosos aspectos da estrutura socioeconômica e política, não nos adianta adotarmos um enfoque estreito, que dá exclusiva atenção a variáveis demográficas e seus determinantes imediatos. As taxas de natalidade e mortalidade propensão a mudar-se de um lugar para outro representam comportamentos inextricavelmente embutidos nos arranjos econômicos e institucionais, que se modificam no processo de desenvolvimento socioeconômico. As transformações demográficas, tal como coloca McNicoll (1978, p. 80), “não podem ser corretamente isoladas do estilo global do processo de desenvolvimento”.

Na América Latina, o “estilo de desenvolvimento” de cada país é o resultado de um complexo emaranhado de ações recíprocas da geografia, história, economia, população e políticas públicas, fatores estes mais ou menos singulares a cada contexto nacional. No entanto, além das especificidades de cada caso, encontram-se certos padrões comuns. No que se refere aos nossos propósitos, o mais importante é o caráter “combinado e desigual” da expansão da produção e das trocas capitalistas [Janvry (1981, Cap. 1)]. O desenvolvimento capitalista é combinado porque forma um sistema em escala mundial e por serem seus componentes (regiões, nações-estados e regiões dentro de nações-estados) organicamente inter-relacionados. desenvolvimento capitalista é desigual por seu processo não ser nem linear

nem homogêneo. Ao contrário, é marcado por desigualdades ao longo do tempo (períodos de expansão e estagnação), do espaço (desigualdades entre e dentro das nações) e entre indivíduos (diferenciação social em classes e estratos).

Se o desenvolvimento favorece certas áreas geográficas e grupos sociais em relação a outros, e se tais diferenças trazem conseqüências demográficas, em razão do impacto sobre a fecundidade, a mortalidade e a migração, neste caso, nem os estudos sobre o desenvolvimento, nem os estudos populacionais poderão ir muito longe caso insistamos, como muitos trabalhos em ambos os campos o fazem, em tratar a economia e a população como agregados indiferenciados. Segue-se que nossa conceitualização de transformação populacional e social deve incluir a estrutura de classes de um país, seu sistema de estratificação socioeconômica e os vários mecanismos, tanto internos quanto externos, que determinam o modo pelo qual se distribuem os benefícios e os custos do desenvolvimento, tanto espacial quanto socialmente.

Estas observações sugerem a necessidade de se formular uma base conceitual que incorpore as questões mais proeminentes, nos abordados estudos de desenvolvimento, bem como os avanços conceituais e técnicos alcançados na pesquisa demográfica. A estrutura proposta, que apresentamos no próximo capítulo, considera a organização ecodemográfica e sociopolítica de uma sociedade como dimensões interagentes de um todo. Nos capítulos subseqüentes, partiremos dessa base conceitual como um guia a nos orientar na seleção e ordenamento de uma ampla gama de dados importantes para nossa interpretação das estimativas desagregadas de fecundidade, mortalidade e migração. Esta base serve, portanto, como um mecanismo heurístico, com o qual conceitualizaremos o comportamento demográfico em relação a um modelo mais amplo de uma sociedade em desenvolvimento.

A desigualdade social e a recíproca relação entre desigualdade e comportamento demográfico são os cordões que atam, juntos, os vários temas que focalizaremos. Por desigualdade social, entendemos a distribuição, dentro de uma sociedade, de bens e serviços materiais e não-materiais escassos; o termo abrange a distribuição de renda, habitação, educação, nutrição, serviços públicos (água, esgotos), bem como o acesso a empregos e recursos produtivos tal como à terra no campo. Diferenciações espaciais, como residência rural ou urbana e região do país, desempenham papel crucial, na medida em que a geografia esteja associada às diferenças na distribuição dos indicadores de qualidade de vida, diferenças essas intimamente ligadas ao nível e padrões da fecundidade, mortalidade e migração.

A análise dos indicadores sociais, desagregados com base em critérios socioespaciais, focaliza dois aspectos da desigualdade. O primeiro deles

trata das diferenças relativas, em um ponto no tempo. Exemplo disso é a proporção dos domicílios que tenham água corrente, por nível de renda domiciliar. A razão entre domicílios ricos e pobres oferece um indicador da magnitude da diferença que separa esses dois grupos sociais. A comparação dos resultados em dois momentos diferentes pode indicar aumento ou queda do acesso relativo aos serviços públicos. O segundo às diferenças relativas, mas às mudanças absolutas com o passar do tempo. Os estratos mais pobres da população, por exemplo, podem beneficiar-se da melhoria do acesso a facilidades tais como água corrente (uma melhoria, em termos absolutos), embora a taxas mais lentas, se comparadas aos grupos de renda média (que implica deterioração, em termos relativos).

Ambas as abordagens são relevantes para a demografia da desigualdade, embora por razões diferentes. O aumento ou o declínio do valor absoluto dos vários indicadores sociais traz conseqüências mais ou menos diretas sobre a fecundidade, mortalidade e migração. A preocupação, aqui, é com os processos (tanto sociais quanto biológicos) que ocorrem dentro dos domicílios, de tal modo que o acesso a, digamos, renda ou água encanada dá origem a resultados padronizados no comportamento demográfico. Por outro lado, mudanças na desigualdade relativa (quer estejam aumentando ou caindo os valores absolutos) constituem os resultados distributivos das estruturas e processos que caracterizam o estilo global de desenvolvimento em curso em um país, durante certo período de tempo. A primeira abordagem leva em conta o ambiente “micro”, dentro do qual ocorre o comportamento demográfico. A segunda abordagem considera as mudanças “macro” que determinam as características do ambiente em que se envolvem as decisões domiciliares. Sem dúvida, ambas as perspectivas e as relações entre os achados em cada nível são essenciais à total compreensão das transformações populacionais e sociais.

Nosso objetivo, posto em termos mais amplos, é investigar os mecanismos pelos qu Brasil afetam e, por sua vez, são afetadas pelo comportamento demográfico dos grupos que residem em diferentes regiões do país, e que ocupam diferentes posições no sistema social. As explicações para os achados empíricos baseiam-se na história econômica e política e em uma gama de conhecimentos, gerada por estudos sobre desenvolvimento e população.

Base Teórica para o Estudo de População, Desenvolvimento e Desigualdade*

2.1 - Introdução

Dizer que mudanças na fecundidade, mortalidade e migração só podem ser entendidas se analisadas dentro de um contexto social mais amplo, no qual as transformações demográficas ocorrem, significa, hoje, pouco mais que sabedoria popular. Todavia, a despeito da considerável atenção teórica e empírica dada a essas relações, ainda não surgiu um paradigma central que faça, sistematicamente, a ligação entre a mudança estrutural e o comportamento demográfico dos países em desenvolvimento.

Muitas descrições das mudanças populacionais acabam por representar listagens ecléticas de generalizações empíricas. Exemplo disso é a explicação de Notestein (1953) sobre a transição demográfica. Em sua bastante conhecida análise da fecundidade, Notestein fez menção a nada menos de 15 diferentes fenômenos relacionados com a queda da taxa de natalidade, que variavam desde a mudança no grau de conscientização das mulheres até o impacto do aumento da produção urbano-industrial sobre o custo dos filhos (ver Capítulo 7). Cada elemento de argumentação pode ter, como suporte, dados empíricos. Todavia, os vários fragmentos não se combinam de forma a permitir o entendimento da mudança estrutural, ou a definir um quadro

* Somos gratos a muitos colegas que nos ofereceram sugestões úteis sobre a substância e a apresentação do material constante deste capítulo. Agradecemos especialmente a Harley Browning, Stephen Bunker, Bill Caudill, Mary Castro, Carmem Diana Deere, Diego Hay, Helen Safa, Marianne Schminck, Joachim Singelmann, Rodolfo Tuirane Peggy Lovell Webster. Pamela Richards em especial contribuiu com importantes comentários quanto ao conteúdo e forma.

coerente, no qual o comportamento demográfico esteja embutido no processo de crescimento e desenvolvimento econômicos.

As tentativas, feitas no âmbito da Demografia contemporânea, de analisarem-se as relações existentes entre população e desenvolvimento são freqüentemente deficientes, pois trabalham com categorias predominantemente demográficas: as variáveis populacionais e as relações que afetam diretamente a fecundidade, a mortalidade e a migração suplantam as variáveis econômicas e políticas, que são, geralmente, relegadas a um segundo plano [Bulatão e Lee (1983), Bongaarts e Potter (1983) e Stokes e Schutjer (1984, p. 197)]. Por exemplo, os pesquisadores têm dedicado atenção ao exame do impacto da urbanização sobre as taxas de fecundidade. Contudo, a própria urbanização é considerada um dado, e não algo a ser explicado. Do mesmo modo, os demógrafos têm alcançado progressos significativos na identificação dos “determinantes próximos” da fecundidade, tais como idade ao casar, infertilidade pós-parto e uso de anticoncepcionais. No entanto, as transformações na organização social, econômica e política, relacionadas ao desenvolvimento, que induzem mudanças nos “determinantes próximos”, são deixadas de lado ou tratadas de modo assistemático, sob a forma de generalizações *post hoc*.

Limitações semelhantes são encontradas na Demografia Econômica, embora por diferentes razões. Seguindo a tradição do estudo clássico de Malthus sobre o crescimento populacional e o crescimento econômico, este ramo da pesquisa econômica restringe-se ao nível macro. Exemplo marcante e ainda influente é a análise clássica de Coale e Hoover sobre o impacto negativo da fecundidade alta sobre as taxas de poupança, investimento e crescimento econômico. Segundo esta tradição, população e economia são tratadas em nível agregado, a primeira agindo sobre a última, independentemente da estrutura de classes, aparato institucional e contexto histórico. Uma outra

linha decisiva individual sem se referir ao contexto mais geral, em nível macro, da economia e da população (ver Capítulo 7). Exemplos desta última vertente incluem modelos de custo-benefício da decisão de migrar, modelos de oferta e demanda da decisão de criar e evitar filhos, bem como o uso da teoria da alocação do tempo para o estudo do comportamento econômico e reprodutivo da mulher.

Por mais que as contribuições em termos micro e macro sejam importantes, de modo individual e as que premiam a análise agregada não levam em consideração, de modo sistemático, conceitos e inter-relações que preocupam, de modo crescente, estudiosos do desenvolvimento do Terceiro Mundo. Mesmo uma revisão superficial da literatura contemporânea sobre desenvolvimento

revela a considerável atenção dada a conceitos tais como: conflitos de classes e conflitos sociais, concentração da renda e propriedade da terra, o papel da ideologia, a função do Estado e sua relação dominantes, a expansão das relações sociais capitalistas e as limitações internacionais impostas ao desenvolvimento nacional. Com algumas exceções (nos Estados Unidos, mas especialmente na América Latina), essas questões, quando introduzidas na pesquisa demográfica, o são de maneira *ad hoc*, externa a uma base analítica explicitamente elaborada.

Cientistas sociais latino-americanos avançaram consideravelmente no sentido de melhor integrar, analiticamente, os processos demográficos dentro do processo mais geral do desenvolvimento. Pesquisadores de diversos países e instituições, em geral, integrantes dos Grupos de Trabalho sobre “Reprodução da População” e “Migrações Internas” da Comissão de População e Desenvolvimento do Conselho Social (Clasco), alcançaram progressos empíricos e teóricos significativos.

A perspectiva latino-americana caracteriza-se, primordialmente, pelo esforço por entender-se a relação entre o comportamento demográfico e os fenômenos estruturais, tais como o modelo de desenvolvimento de um país, a organização do mercado de trabalho e os arranjos institucionais que influenciam o processo de transformação econômica e determinam o exercício do poder político.

Não obstante tais contribuições, ainda permanece a tendência de concentrar-se a análise em

líquida, dando-se menor atenção a como as mudanças do índice global se subdividem nas partes que o compõem, e como tais mudanças variam entre as classes sociais e os estratos socioeconômicos [Miró e Potter (1980)]. Além disso, o problema da conceituação da relação entre mudança estrutural e comportamento demográfico está longe de ser resolvido. Por fim, muitos avanços teóricos e conceituais da Economia e da Sociologia do desenvolvimento ainda precisam ser integrados aos estudos sobre diferenciais da fecundidade, mortalidade e migração. a de pesquisa, de inspir

Um modo proveitoso para avançar-se nessa direção será colocar o conceito de desigualdade no centro da análise sobre população e desenvolvimento. O conceito é útil, pela possibilidade de servir como ponte entre duas áreas de pesquisa. Por um lado, pesquisadores da América Latina, de há muito, se preocupam em mostrar como as mudanças sociais têm levado a resultados desiguais, em termos de desenvolvimento regional, distribuição de renda e fundiária, bem como de outras dimensões gerais, as pesquisas distinções etno-raciais e de sexo. Os demógrafos, por outro lado, têm desenvolvido numerosas técnicas destinadas a gerar estimativas desagregadas de fecundidade, mortalidade e migração. Não é difícil, em princípio, constatar

que as duas correntes de pesquisa podem juntar-se com vistas ao melhor entendimento das relações existentes entre mudanças estruturais e comportamento demográfico. Antes de avançarmos nesta proposição, seria útil relatar, sucintamente, a evolução das perspectivas teóricas recentes sobre desenvolvimento e desigualdade.

2.2 - Desenvolvimento e Desigualdade

Nas décadas de 50 e 60, analistas influentes, pertencentes à escola da modernização, endossavam o modelo de desenvolvimento que previa que um rápido aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) se traduziria em ganhos significativos de bem-estar para os pobres. A melhoria dos padrões de vida dos grupos de baixa renda resultaria do esperado efeito de “gotejamento” do crescimento econômico sobre emprego e salários e da transferência de pessoas empregadas em atividades marginais no interior do país, através da migração, para o emprego produtivo nas cidades. A estrutura social piramidal do passado, com poucos situados no topo e uma enorme maioria situada na base, daria lugar a uma estrutura de classes na forma de um diamante, na qual a maioria das pessoas se encontraria no meio. A ascensão de uma forte classe média possibilitaria o surgimento de instituições políticas democráticas, em substituição ao despotismo da sociedade pré-industrial. Os empregos industriais e o estilo de vida urbana ampliariam, ainda mais, o triunfo dos valores e comportamentos modernos sobre os tradicionais numa nova orientação cognitiva que levaria a uma igualdade maior entre homens e mulheres e à queda da fecundidade, na medida em que os casais adotassem cada vez mais, como norma, a família pequena e meios eficientes de controle reprodutivo. Para os teóricos da modernização, a expansão da produção industrial era, então, condição necessária, se não suficiente, para uma organização socioeconômica e política igualitária e para a transição de altas para baixas taxas de crescimento populacional.

A abundante literatura que segue esta corrente enfatiza temas tais como a capacidade de realização, entre os empresários urbanos, e os obstáculos psicológicos à inovação, entre os pequenos fazendeiros do interior. Esta perspectiva considerava, implicitamente, o subdesenvolvimento como “problema social” em pé de igualdade com a criminalidade ou a explosão urbana [Portes e Walton (1981, p. 3)].

Os proponentes da teoria da modernização viam o atraso social e econômico como uma patologia original, que podia ser atribuída, exclusivamente, à ausência de contato com o mundo moderno. O diagnóstico implicava uma única receita: a infusão de doses maciças de capital, tecnologia e atitudes modernas, importadas dos países desenvolvidos. Uma vez que a economia subdesenvolvida passasse do estágio de “demarragem” para um período de

crescimento sustentado, os indicadores da modernidade se espalhariam “para fora”, da cidade para o campo, e “para baixo”, das classes alta e média para toda a sociedade.

A difusão das características da modernidade implicaria, não apenas, o declínio da desigualdade social, mas, também, que as taxas de fecundidade e a taxa de crescimento populacional se reduziriam, exatamente como o ocorrido nos países desenvolvidos. A teoria da transição demográfica, por compartilhar com a escola da modernização dos mesmos pressupostos e raciocínio causal, representava, com efeito, pouco mais que um modelo de difusão, aplicado ao estudo da mudança do padrão demográfico.

Durante a transição para a modernidade, antes que se completasse o processo da difusão, os traços modernos e tradicionais coexistiriam. A fase da economia dual, concebida muitas vezes de modos diferentes e até contraditórios pelos adeptos da teoria da modernização, perduraria até que o crescimento no setor produtivo moderno absorvesse a mão-de-obra então empregada pelo setor tradicional menos produtivo [Lewis (1954)]. Quando o crescimento econômico não conseguia diminuir a pobreza, os analistas diriam que isto ocorria por não ter sido, o crescimento, suficientemente rápido [ver Janvry (1981)], ou por constituir, a persistente e crescente pobreza, custo inevitável dos estágios iniciais do desenvolvimento [Ahluwalia (1976) e Kuznets (1955)]. A pobreza e o desemprego generalizados e as agudas desigualdades de riqueza entre uma elite afluente e o resto da população eram, então, tratados como situações inevitáveis, embora transitórias, características da fase inicial do processo de desenvolvimento. O caminho para uma sociedade moderna e homogênea deveria ser trilhado pela expansão industrial e pelo influxo contínuo de capital e tecnologia externos. Por considerar as distorções de uma sociedade dual numa trajetória de desenvolvimento linear um estágio transitório, o modelo de difusão era um atraente suporte “científico” para os defensores da filosofia do *laissez-faire*. É, primordialmente, esta característica que explica a mensagem essencialmente conservadora do paradigma da modernização.

Fatos ocorridos em décadas recentes erodiram firmemente o arraigado otimismo do paradigma da modernização. A conclusão emanada dos dados das décadas de 60 e 70, de que o produto econômico agregado e a igualdade social não estão necessariamente interligados, vai contra as previsões do paradigma da modernização e desafia, fundamentalmente, a crença generalizada da “Década do Desenvolvimento” [Adelman e Morris (1973), Felix (1983) e Fishlow (1972)]. A discordância entre a teoria e os dados foi a centelha que fez detonar um debate mundial sobre as relações entre crescimento e distribuição nas sociedades contemporâneas do Terceiro Mundo. Embora longe de estar resolvida, a controvérsia provocou impor-

tantes revisões da essência mesma da Economia do Desenvolvimento. Velhos pressupostos acerca das condições e determinantes necessários para o desenvolvimento foram substituídos por um agnosticismo mais cauteloso sobre estes assuntos [Todaro (1977)]. De modo semelhante, simples fórmulas que enfatizavam a acumulação do capital, o planejamento do desenvolvimento e a ajuda externa, deram lugar a uma apreciação mais aguda da complexidade do processo de desenvolvimento. Na década de 70, entre os organismos e instituições de apoio ao desenvolvimento, a fé arraigada nos princípios do livre mercado foi suplantada pelo enfoque das “necessidades básicas” — uma estratégia que apelava para a redistribuição direta da renda e dos recursos para a pobreza rural e urbana.

Na Sociologia do Desenvolvimento, um novo ciclo de crítica teórica acabou por adotar uma avaliação menos emocional, tanto das perspectivas quanto das conseqüências de chegar-se a um rápido crescimento econômico nos países em desenvolvimento. Segundo essa nova perspectiva, regiões e estados, relegados à periferia do sistema global, eram subdesenvolvidos em razão de — e não a despeito de — suas relações históricas com os centros metropolitanos [Amin (1976), Cardoso (1972, 1973), Santos (1970), Frank (1969) e Wallerstein (1974)]. Com tal postulado como ponto de partida, os pesquisadores recorriam a mecanismos diferentes para explicar a dinâmica do desenvolvimento desigual em âmbito mundial.

Prebisch (1950), da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), antecipou muitos dos argumentos mais tarde utilizados pelos teóricos da dependência e dos sistemas mundiais. Seus trabalhos documentavam a progressiva deterioração das relações de troca, experimentada pelos países que exportavam matérias-primas e produtos agrícolas em troca de produtos acabados. Para fugir dos efeitos perniciosos da troca desigual, a Cepal recomendava uma reestruturação, através da industrialização via substituição de importações, na periferia da economia internacional. Nas décadas de 50 e 60, esta proposta tornou-se a pedra angular da política de desenvolvimento dos mais importantes países da América Latina, mas o resultado desejado, isto é, desenvolvimento nacional autônomo, não foi completamente alcançado [Booth (1975)].

Prebisch (1950), analisando os dados do comércio internacional, mostrou a inadequação da teoria clássica ricardiana dos benefícios mútuos esperados a partir da especialização e troca internacionais. A pesquisa de tradição marxista chegou à mesma conclusão, embora encontrasse o fundamento da troca desigual não nas relações de troca, mas ao invés, no próprio processo de produção. Para Emmanuel (1972), a exploração da periferia poderia ser detectada nas diferenças salariais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Tudo o mais permanecendo constante, a troca de mercadorias

a um preço mundial único se dá em detrimento dos países com baixa remuneração da mão-de-obra, uma vez que a taxa de extração do valor excedente é maior se comparada a um país onde sejam maiores os salários. A explicação de Amin (1976) da troca desigual se assenta sobre as diferenças de produtividade e salários e sobre a divisão internacional do trabalho imposta à periferia, a qual relega os países em desenvolvimento a um papel que restringe seu desenvolvimento futuro.

A distinção da Cepal entre centro e periferia encontrou expressão, embora em termos diferentes, na crítica radical de Gunder Frank à teoria da modernização e à política de substituição de importações. Frank (1967, p. 6) visualizou o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” como sendo causado por uma simples cadeia de exploração que se estendia dos centros metropolitanos do sistema mundial até os pontos mais longínquos, no interior da América Latina. A metáfora arrojada deu lugar à idéia de que o subdesenvolvimento, longe de ser um estado passivo, causado pelo atraso na transição para a modernidade, era o resultado de um processo ativo, determinado e transformado pela acumulação de capital e pela expansão das economias centrais.

O debate estimulado pelo modelo de exploração de Frank fez avançar estudos de desenvolvimento em várias e importantes direções. Críticos, que censuravam Frank por sua desatenção à estrutura interna da periferia, defendiam uma análise de classes nos países em desenvolvimento que se centrasse nos modos de produção capitalista e não-capitalista e sua articulação nos meios urbanos e rurais [por exemplo, Chilcote e Johnson (1983) e Laclau (1971)]. Outros faziam objeção à visão abertamente determinista do domínio metropolitano sobre uma periferia aquiescente [Portes e Walton (1981)]. A visão estática e unidirecional da transferência de excedentes, como Booth (1975) corretamente observa, dificilmente poderia explicar a notória evidência de crescimento econômico, pelo menos nos principais países do mundo em desenvolvimento.

À vista das deficiências do modelo de Frank, Cardoso (1972 e 1973) indicava o caráter dinâmico, embora ao mesmo tempo dependente, do capitalismo latino-americano. Politicamente mais fracas e com nível tecnológico inferior, as economias latino-americanas não tinham como funcionar autonomamente. Eram exploradas como fontes de mão-de-obra e matérias-primas mais baratas, enquanto o centro se especializava em tecnologia avançada. A dependência, além disso, não era um conceito puramente econômico, pois incluía, também, dentre suas múltiplas manifestações, a dependência cultural [Worsley (1984)].

O fenômeno da dependência significava que a expansão econômica acelerada não produzia, como o paradigma da modernização previa, os mesmos

resultados sociais, econômicos e políticos dos países desenvolvidos. Ao invés do fortalecimento da classe empresarial local, as subsidiárias das empresas transnacionais, freqüentemente amparadas pela política de substituição de importações, assumiram as atividades industriais mais dinâmicas e as empresas de maior escala. Com o controle estrangeiro da indústria, as tecnologias intensivas de capital eram continuamente introduzidas, orientadas para o consumo supérfluo de uma elite afluyente, à custa das necessidades de emprego e consumo da maioria da população. A necessidade de se controlar a inflação, limitar a importação e expandir a exportação, assim como de se conter a revolta nos meios urbano e rural levou os regimes autoritários de diversos países a introduzirem políticas econômicas deflacionárias. Ao invés de amainar as tensões e promover a democracia, o desenvolvimento dependente agravou a polarização econômica, política e de classes [Cardoso (1973)].

Outros estudiosos desenvolveram mais ainda a teoria da dependência. Para Wallerstein (1974), bem como para outros autores da tradição cepalina tais como Osvaldo Sunkel, o próprio sistema mundial tornou-se a unidade de análise. As partes que o constituem são países classificados em três tipos diferentes: um centro, constituído de Estados avançados e dominantes (os Estados Unidos, a Europa Ocidental, o Japão e outros países desenvolvidos), uma periferia de Estados dependentes e uma semiperiferia, constituída de Estados que exercem ação amortecedora, como o Brasil. O centro explora a periferia por meio da extração direta do lucro ou tributo, ou pela troca desigual de mercadorias. O centro age desse modo com a ativa participação do Estado. Na periferia, as classes dominantes, que surgem devido a sua posição de intermediárias no sistema de exploração, têm interesses investidos na preservação dos padrões prevaletentes de produção e de distribuição desigual.

Seguindo a tradição de Kondratief que busca detectar as longas oscilações do sistema capitalista, a Wallerstein e seus companheiros juntaram-se economistas marxistas [Mandel (1982)] e conservadores [Rostow (1978)], bem como historiadores [Stavrianos (1981)] e antropólogos [Wolf (1982)], em análises de longo prazo das tendências e ciclos do sistema mundial, desde o começo do século XVI.¹ A visão antiga de tempo e lugar entendia a

1 O ponto de vista associado a Wallerstein caracteriza o capitalismo, não por uma relação específica entre classes mas, ao invés, pela busca do lucro dentro de um sistema mundial de produção e acumulação. Desse modo, Wallerstein alinha-se com os chamados "circulacionistas", que argumentam que o capitalismo surgiu no século XVII, quando passou a depender da expropriação do excedente a partir da divisão internacional do trabalho. Esta visão contrasta com a dos "producionistas" que afirmam que o capitalismo se define, não só pela busca do lucro, mas, também, pela proletarianização do trabalhador e o assalariamento, visão esta com a qual concordamos. O debate é mais que semântico [Laclau (1971) e Portes e Walton (1979, Capítulo 1)]. Cada definição conduz a uma visão histórica fundamentalmente diferente e, no contexto contemporâneo, cada uma delas aponta questões diferentes para o levantamento de dados e análise.

História Universal em termos de batalhas, reis e gabinetes ou como uma mera sucessão de fatos, sem qualquer padrão ou significado específico. A atração que o enfoque global exerce reside na sua capacidade de evidenciar denominadores comuns a regiões supostamente tão diferentes, como a África e a América Latina, encontrando semelhanças entre elas, no que se refere a funções comparáveis dentro de um sistema mundial em evolução.

2.3 - Crítica

Os enfoques conceituais para o estudo do desenvolvimento e da desigualdade percorreram longo caminho desde o auge da teoria da modernização. Mesmo que não sejam inteiramente satisfatórias, as visões contemporâneas constituem corretivo bem-vindo da premissa de nações centrais do paradigma da modernização, anteriormente predominante, e dos pressupostos evolucionistas ingênuos sobre os quais se assentava o paradigma. As perspectivas da dependência e dos sistemas mundiais fizeram avançar, de modo significativo, uma compreensão mais global da interligação quase congênita entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em escala mundial. Contudo, esses esforços permanecem deficientes em dois importantes aspectos.

As análises que levam em conta exclusivamente o nível mundial como referência, bem como os estudos que encontram as causas do subdesenvolvimento nas relações de exploração, impostas do exterior, não nos dizem muito, por si sós, sobre os processos internos de transformação social e econômica dos países da periferia e da semiperiferia. Além disso, as especulações sobre os longos ciclos de expansão e contração da economia global esquecem-se de que foi a compreensão alcançada no estudo dos processos históricos específicos que, em primeiro lugar, informou e deu início às teorias originais [Portes e Walton (1981, p. 13-18)]. O centrismo nacional da modernização deu origem ao centrismo global da visão dos sistemas mundiais — um modelo em que as partes, quer países, quer regiões, são analisadas unicamente em função de sua relação com a economia global. As teorias do subdesenvolvimento, argumenta Worsley (1984, p. 41), "estancaram-se numa aparentemente infundável multiplicação de exercícios, fundados em modos de produção e sistemas mundiais, nos quais as características distintivas dos países simplesmente desapareciam e todos tornavam-se parecidos, diferenciados uns dos outros apenas na medida em que alguns fossem centrais, outros periféricos ou semiperiféricos".

Os fatos e as relações existentes ao nível dos sistemas mundiais condicionam o curso do desenvolvimento e da transformação na periferia, embora propriedades globais não representem o espectro completo das forças causais específicas de cada país, nem mesmo prevejam as formas em que tais transformações se revestirão em cada lugar. De fato, mesmo que supo-

nhamos, como os teóricos neomarxistas, que as leis básicas da acumulação e expansão de capital permaneçam constantes em sua essência, o modo real pelo qual tais “tendências” intrínsecas se dão nos países em desenvolvimento variará, segundo os diferentes arranjos institucionais, épocas históricas e tradições culturais [Sunkel (1979, p. 28)]. O que de fato é necessário são análises das experiências concretas de desenvolvimento que, informadas pelos avanços da pesquisa em âmbito global, apóiem-se na evidência empírica sobre o processo de transformação social em uma determinada situação e durante dado período de tempo.

Estudos de caso deste tipo devem dar atenção maior e mais sistemática às variáveis populacionais do que o fazem as pesquisas teóricas e empíricas atuais sobre o desenvolvimento e a desigualdade. Tal como observa Cassen (1976, p. 812), em extensa revisão da literatura, é um triste reflexo da abstração dos aspectos demográficos nos estudos econômicos o fato de que, dentre as recentes estimativas de mudança da distribuição da renda pessoal nos países em desenvolvimento, poucas tenham considerado a influência das variáveis demográficas e que o prolongado debate sobre “crescimento *versus* distribuição” tenha, raramente, incorporado possíveis efeitos de realimentação, através das mudanças no crescimento e estrutura populacionais [relativamente ao Brasil, constituem exceções Fishlow (1972), Langoni (1973) e Merrick e Graham (1981)].

O resultado é uma profunda, talvez crescente, desconexão entre os campos de estudo do desenvolvimento e da população. Grande parte da literatura demográfica sobre as populações do Terceiro Mundo está divorciada dos novos horizontes da teoria do desenvolvimento.² Do mesmo modo, o vivo debate sobre desenvolvimento e desigualdade ignora a importância da dinâmica demográfica. Por isso, devemos nos esforçar para chegarmos a uma visão mais holística e menos fragmentária sobre população e desenvolvimento. Para tal, é necessária uma estrutura analítica que reúna em um único modelo os avanços teóricos e conceituais, alcançados em ambos os campos de estudo.

2.4 - Base Conceitual

2.4.1 - Introdução

O quadro referencial, que propomos neste capítulo, considera a organização política, socioeconômica e demográfica do Brasil como dimensões de uma unidade geopolítica que é, ela própria, parte de um sistema mundial maior.

² Quanto a exceções significativas, ver os *Anais do Congresso Latinoamericano de Población Y Desarrollo*, vols. I e II, nov. 1983 (Congresso, 1984).

Resumindo nosso raciocínio, entendemos que os fenômenos que ocorrem dentro das famílias e dos domicílios (tais como nascimentos, mortes e decisões de migrar) podem ser entendidos como comportamentos embutidos em um conjunto de estruturas e processos extradomiciliares e que com eles interagem, alguns dos quais se estendem além das fronteiras do próprio país. Consideramos, ainda, que as estruturas e processos múltiplos, envolvidos no estudo da população, do desenvolvimento e da desigualdade, podem ser agrupados em menor número de conceitos e relações. Finalmente, consideramos que esses conjuntos de conceitos e relações podem ser distribuídos, de maneira muito genérica, em termos de prioridade causal, constituindo-se, desse modo, um modelo de sociedade a ser utilizado para orientar o processo de seleção, conceituação e interpretação de dados.

Em sua forma mais geral, a estrutura conceitual proposta identifica três linhas ou níveis de conceituação. O nível primário é o da “infra-estrutura ecodemográfica”. Os componentes centrais da infra-estrutura são os “modos de produção” e os “modos de reprodução”. Estes dois elementos ou componentes são inteiramente relacionados entre si e, em sua interação, exercem profunda influência no modo pelo qual se organizam outras dimensões da sociedade. De modo específico, a maneira pela qual são produzidos bens e serviços, isto é, modos de produção, e o modo pelo qual se reproduz a população, isto é, modo de reprodução, envolvem um conjunto de instituições e processos inter-relacionados, formando a infra-estrutura sobre a qual se erigem o “sistema de estratificação” e a “superestrutura político-ideológica” de uma sociedade. Fornecemos uma versão simplificada do modelo no Diagrama 2.1.

Este esquema endossa os preceitos do raciocínio materialista, enquanto atribui prioridade causal à infra-estrutura. A prioridade dada à infra-estrutura é representada pelas setas mais grossas no sentido da esquerda para a

Diagrama 2.1
Modelo Conceitual Geral Proposto



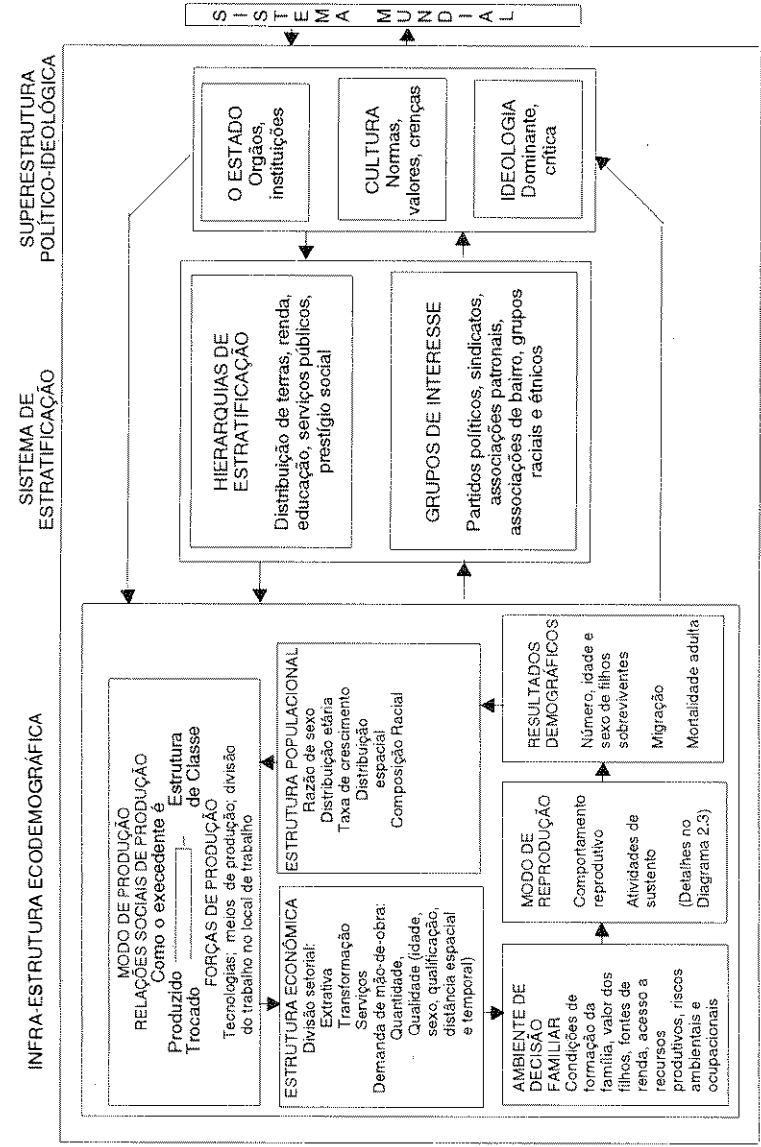
direita, as quais implicam uma forma determinada de associação causal. O tipo de causalidade utilizado — a noção da limitação estrutural — foi adaptado do trabalho sobre a estrutura de classes de Wright (1981 e 1985). Com isso, queremos dizer que as instituições e relações ecodemográficas impõem limites de variação possível e, probabilisticamente, determinam o sistema de estratificação e a superestrutura.

O modelo, no entanto, não adota o determinismo de mão única. Ao contrário, a superestrutura e o sistema de estratificação, embora essencialmente derivados da infra-estrutura, exercem influências recíprocas, e algumas vezes dominantes, sobre os processos e relações ecodemográficas. De novo, com base no modelo de determinação de Wright, as setas mais finas entre os elementos mais importantes do modelo, no sentido da direita para a esquerda, referem-se a um processo de “transformação”, no qual as práticas dos atores sociais (indivíduos e organizações de vários tipos, incluindo-se o aparelho do Estado) transformam um dado elemento, dentro dos limites estabelecidos pela infra-estrutura.

De modo mais concreto, a infra-estrutura ecodemográfica impõe limites sobre a possível variação, digamos, da forma e das ações do Estado (um elemento da superestrutura). Ao mesmo tempo, as iniciativas do Estado, bem como as ações de grupos de interesse, dotados de graus diferentes de poder social e econômico (estratificação), influenciam, ativamente, o curso da História, de tal modo que não podem ser explicadas pelo puro determinismo infra-estrutural. Deste modo, as próprias estruturas que impõem limites à estratificação e à superestrutura são simultaneamente transformadas pelas práticas dos indivíduos, dos grupos de interesse e pelas políticas do Estado. A noção da transformação, portanto, estabelece o “espaço conceitual” que nos permite lançar mão de contingências históricas, movimentos sociais e práticas estatais que levam a diversas experiências de desenvolvimento. As setas de espessura variável, portanto, referem-se aos tipos especiais de causalidade (limitação, transformação) entre a infra-estrutura, a estratificação e a superestrutura. Não representam, como em outros diagramas, fluxos de bens ou energia.

Nas páginas seguintes, discorreremos mais amplamente sobre este esquema básico. Em primeiro lugar, explicamos o que queremos dizer com modos de produção e mostramos como essas partes do modelo interagem de maneira a compreender a infra-estrutura ecodemográfica. As subseções subsequentes definem e colocam as relações entre os dois outros níveis do modelo conceitual: o sistema de estratificação e a superestrutura político-ideológica. O Diagrama 2.2 oferece uma imagem mais completa dos conceitos e relações em questão. Em capítulos posteriores, nos basearemos neste modelo como um guia do processo de formulação de estratégia de

Diagrama 2.2
Estrutura Conceitual para o Estudo de População, Desenvolvimento e Desigualdade



pesquisa e de interpretação dos achados empíricos. No momento, o diagrama nos serve como instrumento organizativo e como um ponto de referência para a discussão dos conceitos e relações do modelo.

2.4.2 - Estrutura Populacional

Um conjunto de variáveis descreve a estrutura da população: razão de sexo, distribuição etária, taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, distribuição geográfica, fluxos migratórios e taxa de crescimento, para mencionar as mais frequentemente utilizadas. Estas variáveis constituem medidas-síntese, no sentido de que representam características agregadas de uma população ou de um subgrupo populacional. Uma taxa específica de fecundidade, por exemplo, mede a frequência dos nascimentos entre as mulheres de uma determinada faixa etária. Não é difícil verificar que a taxa de fecundidade, como muitas outras medidas dos fenômenos populacionais, é o resultado agregado dos fatos ocorridos a nível individual. Portanto, uma taxa de fecundidade é o resultado cumulativo do comportamento reprodutivo que ocorre entre casais, homens e mulheres, que são, em geral, membros de uma família.

Este aspecto, bastante óbvio, imediatamente nos leva a um terreno conceitual complexo. Suponha que utilizemos técnicas usuais de análise demográfica para demonstrar, de maneira empírica, que uma mudança tenha ocorrido na estrutura populacional — digamos, a queda na taxa de fecundidade. Com dados adequados, podemos chegar à conclusão de que esta queda seja causada pelo aumento da anticoncepção. Por seu turno, se desejarmos saber por que as mulheres adotaram a anticoncepção, ingressamos no domínio do processo de decisão, da mudança dos custos e benefícios de se ter filhos e assim por diante. Conseqüentemente, temos de deixar a observação agregada (taxas de fecundidade mais baixas) para examinarmos os fatos que ocorrem dentro das famílias, isto é, por que os casais adiam ou decidem não ter um outro filho. Os processos que condicionam o comportamento reprodutivo de um casal são biológicos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos em sua origem, e interagem uns com os outros e com o ambiente extradomiciliar de maneira bastante complexa. Podemos resumir as principais relações envolvidas no comportamento reprodutivo, com o que chamaremos, daqui por diante, de “modo de reprodução”.

2.4.3 - Modo de Reprodução

O Diagrama 2.2 mostra o conceito MODO DE REPRODUÇÃO, em caixa alta, para enfatizar sua importância dentro da base ecodemográfica. Agimos assim, também, para distinguir modo de reprodução de conceitos derivados,

tais como “estrutura populacional”. Este último é derivado, no sentido de que, como salientamos acima, a estrutura populacional é o resultado cumulativo ou agregado dos eventos demográficos que ocorrem nas famílias individualmente. Podemos traçar dentro das famílias, por sua vez, uma distinção conceitual entre comportamento reprodutivo, cujo resultado é um certo número de filhos sobreviventes, e as atividades de sobrevivência, que inclusive podem determinar a migração sazonal ou permanente.

2.4.3.1 - Comportamento Reprodutivo

A dinâmica do comportamento familiar não se dá no vazio. Como mostra o Diagrama 2.2, a reprodução é influenciada por ampla gama de variáveis, cujas origens encontram-se fora da unidade familiar: o valor dos filhos, as normas e condições para a formação da família, a divisão sexual do trabalho, o acesso às oportunidades de educação, de emprego, e à renda, para citarmos apenas as mais importantes. É amplamente reconhecido, por exemplo, que as famílias das áreas rurais voltadas para a agricultura de subsistência exibem padrões organizacionais acentuadamente diferentes, se comparados aos das famílias cujos membros estejam envolvidos em trabalhos assalariados num ambiente urbano-industrial, e que tais diferenças levam, como conseqüência, a diferentes níveis de fecundidade entre os dois grupos. No entanto, a questão central é conceitual. Como identificamos os mecanismos pelos quais “o ambiente de decisão familiar”, neste exemplo o cenário rural ou urbano, leva a determinados resultados demográficos?

Para tratarmos desta questão, formulamos um modelo que traça uma distinção conceitual entre comportamento reprodutivo, por um lado, e atividades para manutenção da família, por outro. O primeiro refere-se aos vários processos que resultam num certo número de filhos sobreviventes; o segundo, às atividades produtivas que satisfazem as exigências de manutenção dos membros jovens e adultos de uma unidade doméstica. As atividades reprodutivas e de sobrevivência que, na realidade, são completamente interligadas, mantêm e reproduzem a família, em termos cotidianos e geracionais.

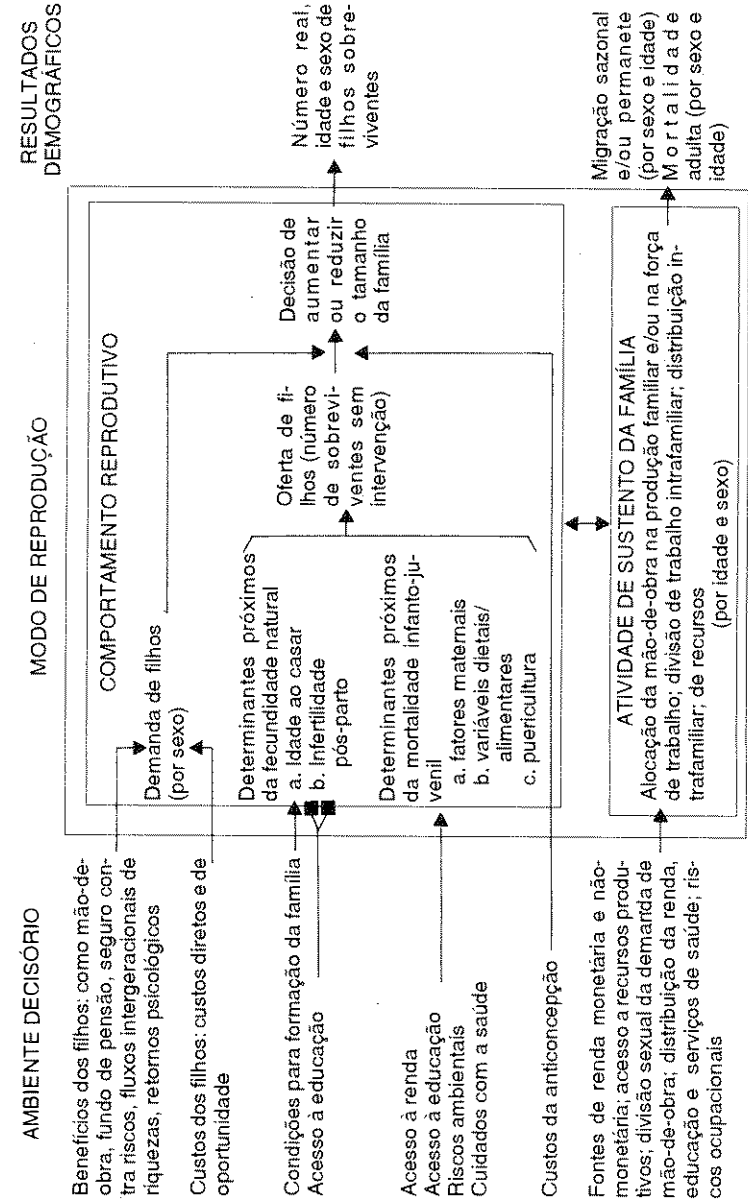
Em uma população, toda família é, em um certo sentido, única. Todavia, abstraindo-nos de unidades familiares específicas, deveríamos ser capazes de identificar os padrões de comportamento mais ou menos comuns a grupos de famílias localizados no mesmo meio ecológico ou socioeconômico. Daí, esperamos encontrar diferenças sistemáticas entre, digamos, famílias urbanas de renda média e famílias de pequenos agricultores, no que diz respeito às atividades reprodutivas e de sobrevivência. Visto deste modo, podemos identificar um número limitado de “modos de reprodução”. O conceito é empiricamente derivado da análise do modo pelo qual os casais organizam

suas atividades reprodutivas e de sustento, na medida em que as famílias interagem com as características básicas que constituem o ambiente decisório no qual se insere a unidade familiar. Quando este ambiente se diferencia, por exemplo, comparando-se os contextos urbano e rural ou as famílias com e sem terra no meio rural, é de esperar-se que encontremos diferentes modos de reprodução.

O conceito de reprodução tem sido utilizado de diferentes maneiras pelos demógrafos e cientistas sociais. Os demógrafos geralmente adotam uma definição mais estrita do termo. A reprodução refere-se à procriação biológica, medida pelo número de filhos nascidos de uma mulher, ou pela taxa de fecundidade de um grupo de mulheres. No outro extremo, está a definição marxista de reprodução, que engloba não apenas a dimensão biológica, como no caso da reprodução da força de trabalho, mas, de modo geral, todo o sistema social e econômico. Em vista disso, os marxistas falam da reprodução da estrutura de classes, da reprodução das condições de existência do capital e da reprodução da ideologia, como processos essenciais a uma dada formação social. As feministas, preocupadas com as muitas atividades domiciliares executadas pelas mulheres, adotam uma posição intermediária. A reprodução, para elas, refere-se “não apenas à geração de filhos... mas, também, ao seu cuidado e socialização e à manutenção de indivíduos adultos ao longo de suas vidas, processos que criam pessoas de modo a ajustá-las, em maior ou menor grau, à estrutura social da sociedade e a assegurar, desse modo, a continuação dessa sociedade na geração seguinte” [McKintosh (1981, p. 9)]. A interpretação feminista, que é mais ampla que a definição biológica, embora mais restrita do que a marxista, é a definição que se conforma com o que queremos dizer ao nos referirmos a modo de reprodução.

O Diagrama 2.3 apresenta, de modo esquemático, o modelo de sobrevivência familiar e de comportamento reprodutivo. Indiquemos, em primeiro lugar, os vários mecanismos que determinam o número de filhos sobreviventes. Para clareza da exposição, é conveniente começarmos pelos resultados demográficos e então ocuparmo-nos com os antecedentes através de cada uma das etapas relevantes. Como se pode notar à direita do Diagrama 2.3, o sexo e a idade dos filhos sobreviventes são produto de um processo decisório, tendo em vista tanto ampliar quanto limitar o tamanho da família. Com base em Easterlin (1975) e outros [por exemplo, Bongaarts e Menken (1983)], podem-se conceitualizar as decisões reprodutivas em termos de um modelo de demanda e oferta. Segundo este enfoque, três considerações fazem parte do processo decisório. Uma é a demanda da prole. A demanda é determinada pela comparação entre os benefícios e os custos dos filhos. Os benefícios estão associados ao valor dos filhos (como força de trabalho, fundo de pensão e seguro contra riscos), aos fluxos líquidos intergeracionais

Diagrama 2.3
Modo de Reprodução



de riqueza e aos retornos psicológicos da procriação. Os custos podem ser medidos em termos das despesas diretas envolvidas e dos custos de oportunidades da criação de filhos. Os estudos populacionais concluem, em geral, que as melhorias socioeconômicas resultam em um aumento dos custos diretos e dos custos de oportunidade de se ter filhos, o que faz reduzir, desse modo, o número de filhos desejado, isto é, a demanda [Leibenstein (1954)]. A renda crescente também parece estar expressa em termos de preferência por filhos de “maior qualidade” [Schulz (1981)], fator esse que contribui, ainda mais, para a redução do tamanho da família.

No cálculo racional feito pelos casais, a demanda dos filhos é contraposta à oferta. A oferta refere-se ao número de filhos que um casal teria na ausência de qualquer tipo de anticoncepção (fecundidade natural). Se a demanda de filhos sobreviventes exceder a oferta, os pais estarão motivados a ter outros filhos e não farão uso da anticoncepção. Ao contrário, quando o número de filhos sobreviventes exceder (ou se espera venha a exceder) o número desejado, os pais estarão motivados a limitar o tamanho da família. A limitação, de fato, dependerá do terceiro elemento do modelo de decisão — custos da anticoncepção (emocionais e materiais). Daí, as decisões que se refiram ao tamanho da família são uma função da demanda de filhos, da oferta na ausência de regulação reprodutiva, e dos custos de anticoncepção ou outras formas de controle, tais como o infanticídio.

Retrocedendo-se, ainda, a um outro elo da cadeia causal, encontramos agora em condições de perguntar: o que determina a oferta de filhos? O Diagrama 2.3 especifica os determinantes próximos da fecundidade e da mortalidade infantil. Os determinantes próximos da fecundidade referem-se a fatores biológicos e comportamentais, através dos quais as variáveis sociais, econômicas e ambientais influenciam o nível da fecundidade. A principal característica de um determinante próximo é sua influência direta sobre a fecundidade. Se uma variável próxima se altera, tal como um aumento do uso de anticoncepcionais ou um aumento da idade ao casar, então a fecundidade também se altera, caso os outros determinantes permaneçam constantes. Segue-se disso que diferenças de níveis de fecundidade podem sempre estar relacionadas a variações em um ou mais dos sete determinantes próximos: casamento (e separações matrimoniais), início de esterilidade permanente, infertilidade pós-parto, frequência de relações sexuais, uso e eficácia de anticoncepção, mortalidade intra-uterina e aborto.

Os dois primeiros determinantes próximos fixam, na maioria dos casos, a duração do período reprodutivo; os outros cinco determinam, dentro deste período, a frequência e os intervalos entre os nascimentos. Estudos empíricos mostram que quatro dos sete determinantes próximos (padrão de nupcialidade, uso de anticoncepcionais, aborto e infertilidade pós-parto)

respondem por praticamente todas as variações da fecundidade, quando a reprodução é objeto de controle deliberado. Apenas duas variáveis — idade ao casar e infertilidade pós-parto — respondem pela maior parte das variações da fecundidade natural [Bongaarts e Potter (1983)].

Em estudo sobre sobrevivência de crianças, Chen (1983) aproveitou o enfoque conceitual desenvolvido nas análises de fecundidade para identificar quatro conjuntos de determinantes próximos da mortalidade infanto-juvenil. O primeiro, constituído de fatores de parentesco, inclui, em relação à mãe, idade, parturição, intervalo entre nascimentos e situação nutricional. O segundo conjunto é constituído de variáveis referentes à dieta e à alimentação durante a gravidez e após o nascimento. O terceiro conjunto de variáveis relaciona-se a infecções e outras doenças, as quais podem afetar a criança tanto durante a gravidez quanto nos cinco primeiros anos de vida. O último conjunto é constituído de variáveis pertencentes ao campo da puericultura, particularmente a disponibilidade de serviços de saúde e as práticas vigentes como resposta a doenças infantis.

As variáveis próximas são fundamentais para o estudo da relação entre a estrutura socioeconômica e o comportamento demográfico. Os fatores socioeconômicos e ambientais, em níveis nacional, comunitário e familiar, influenciam as taxas de fecundidade e mortalidade da população, através do impacto sobre um ou mais dos determinantes próximos que operam em nível individual. Do ponto de vista da Sociologia Comparativa e dos Estudos de Desenvolvimento, um aspecto importante deste esquema é que as diferenças encontradas nos níveis de fecundidade e mortalidade entre, digamos, países desenvolvidos e menos desenvolvidos, ou entre os estratos mais ricos e mais pobres de uma mesma população, estão conectadas a diferenças nas variáveis próximas [ver Davis e Blake (1956)]. Uma listagem dos determinantes próximos e de seus valores nos retrata, portanto, os fatores em nível individual que afetam diretamente a fecundidade e a mortalidade e, conseqüentemente, a taxa de crescimento populacional.

O delineamento do modo de reprodução, com base em determinantes próximos, é um passo importante, embora preliminar. O conhecimento das causas próximas de uma mudança da fecundidade é, indubitavelmente, elucidação analítica da maior importância, que pode delimitar o esforço de explicação. Porém, uma explicação cabal de uma mudança das taxas vitais precisa ir além de um inventário de alterações das variáveis próximas. Com efeito, precisamos indagar: quais são os determinantes dos determinantes próximos da fecundidade e da mortalidade?

À esquerda do Diagrama 2.3 apresentamos uma listagem parcial dos fatores socioeconômicos mais importantes que compõem o ambiente decisório familiar, mostrando como operam por meio dos vários determinantes

próximos, de modo a influenciar o número de filhos sobreviventes. As condições de formação da família, por exemplo, influenciam a idade ao casar em uma população. No meio rural, onde o acesso à terra é um pré-requisito para o estabelecimento de uma nova família, o casamento pode ser retardado e a fecundidade reduzida se a terra tornar-se escassa. A idade ao casar é, também, influenciada pelas condições econômicas. Tudo o mais permanecendo constante, a recessão induz as pessoas a adiar o casamento; em contrapartida, a prosperidade estimula a que se casem mais cedo. Por fim, melhores níveis educacionais da mulher podem fazer reduzir a fecundidade, por retardar os casamentos e por aumentar os custos de oportunidade dos filhos.

As condições socioeconômicas também influenciam a duração da infertilidade pós-parto, o segundo determinante próximo da fecundidade. A infertilidade pós-parto é determinada pela duração da amenorréia, que, por sua vez, é sensível à lactação. Embora a pesquisa sobre seus determinantes esteja longe de ser exaustiva, é, em geral, aceito o fato de que a lactação é menos freqüente e, mesmo, de menor duração em níveis educacionais mais altos. A duração da lactação também se reduz por pressões econômicas que impelem a mulher a ingressar na força de trabalho [Lesthaege (1981)]. Evidências sobre a América Latina mostram um declínio tanto no uso quanto na duração da lactação, tendência esta que faz aumentar a oferta de filhos [Keller *et alii* (1981) citado em Bongaarts e Menken (1983, p. 50-51)].

Quanto aos determinantes próximos da mortalidade infanto-juvenil, fica claro que as variáveis relacionadas à mãe, à dieta e à alimentação, assim como o controle das infecções e outras doenças e as práticas de puericultura estão intimamente relacionados ao acesso do casal à renda, às suas possibilidades educacionais e aos riscos ambientais aos quais se sujeitam os filhos.

Três importantes pontos sintetizam os argumentos apresentados nesta subseção: 1) o número de crianças sobreviventes (oferta de filhos), na ausência de medidas deliberadas no sentido de limitar o tamanho da família, é fixado pelos determinantes próximos da fecundidade natural e da mortalidade infanto-juvenil; 2) o tamanho real da família é o resultado de cálculo racional, no qual os casais levam em conta três fatores: a demanda da prole, a oferta de filhos e o custo da anticoncepção; e, finalmente, 3) é através da demanda de filhos, dos determinantes próximos da fecundidade natural e da mortalidade infanto-juvenil que os fatores socioeconômicos manifestam seu impacto sobre o número de filhos sobreviventes.

2.4.3.2 - Sobrevivência Familiar e Migração

Têm-se, também, aplicado modelos de escolha racional ao estudo da migração. A teoria econômica neoclássica conceitualiza os movimentos

populacionais como a mobilidade geográfica de trabalhadores que, através dela, reagem aos desequilíbrios da distribuição espacial das oportunidades econômicas e outros determinantes da qualidade de vida [ver Rothemberg (1977) e Spengler e Myers (1977)]. Os fluxos migratórios seriam o resultado cumulativo de decisões individuais, baseadas na avaliação racional dos benefícios e custos de se mudar. O modelo foi ampliado de modo a incluir variáveis tais como o montante de conhecimento disponível, o significado em termos de utilidade dos custos e benefícios para o indivíduo que decide e as perspectivas “de renda ao longo da vida”, definidas como o valor corrente da renda esperada em razão da migração [Sjaastad (1962)]. Posteriormente, o enfoque de custo-benefício sofreu outras modificações, de modo a levar em consideração os mercados de trabalho altamente segmentados das áreas urbanas dos países em desenvolvimento, pela inclusão, no modelo, da probabilidade de se obter o emprego desejado no setor moderno [Harris e Todaro (1970)].

Sem dúvida, o enfoque econômico neoclássico capta um aspecto central da migração, isto é, a racionalidade envolvida. Todavia, o reducionismo individual do modelo neoclássico nos deixa perdidos, quando precisamos explicar os processos macroestruturais que são a origem histórica do perfil dos custos e benefícios com que se defronta o migrante potencial. Na medida em que a etiologia da migração seja procurada, exclusivamente, no nível das decisões individuais, as conclusões derivadas, necessariamente, se limitam ao domínio das causas secundárias [Wood (1982)]. Como no caso da fecundidade, a tarefa é conceitualizar o processo decisório individual — o que o modelo neoclássico faz bem — dentro de um contexto mais amplo de estruturas socioeconômicas e políticas em mutação, tal como o modelo que aqui propomos.

A decisão relativa à migração, com base no custo-benefício, é também mediada por acontecimentos que ocorrem dentro da família. Os ganhos e perdas, propiciados pela mudança de um lugar para outro, são condicionados pelas atividades compensatórias que os membros da família adotam em face das mudanças da estrutura socioeconômica. Os pesquisadores têm conceitualizado este comportamento em termos de estratégias de sobrevivência, através das quais a família se esforça por alcançar um ajustamento entre suas necessidades de consumo, a força de trabalho de que dispõe (que depende de idade, sexo e qualificação de seus membros) e as alternativas de geração de renda monetária e não-monetária [Deere e Janvry (1979), Wood (1981, p. 339), Long (1984) e Schmink (1984)].

O padrão de vida da família pode ser entendido como o resultado da eficácia de sua estratégia de sobrevivência, concebida dentro das limitações impostas pelo meio ambiente físico e pelas variáveis da estrutura socioeconômica [Wood

(1981)]. O perfil das oportunidades de emprego disponíveis ou os meios para desenvolver a produção doméstica podem ser tais que as famílias sejam capazes de satisfazer suas exigências de manutenção e de ampliar a poupança e a qualidade do consumo. É provável que estas condições propiciem a existência de uma população relativamente estável, caracterizada por baixas taxas de emigração sazonal e permanente. Por outro lado, as restrições à atividade produtiva, por questões internas e externas à família, podem ser tais que a soma líquida de recursos monetários e não-monetários seja insuficiente à exigida para manutenção e reprodução da unidade familiar.

O modo pelo qual os membros da família respondem ao seu ambiente constitui importante foco de análise e coleta de dados [Lerner (1980), Torrado (1980) e Olivera (1982)]. A importância da unidade doméstica reside no fato de que o comportamento familiar medeia o impacto, em nível individual, das forças externas à própria unidade familiar. A literatura sobre “estratégias familiares” [ver Schmink (1984)] focaliza as múltiplas iniciativas que os membros da família tomam para enfrentar ativamente as limitações estruturalmente impostas. As famílias podem enviar trabalhadores secundários, tais como esposas e filhos, ao mercado de trabalho, intensificar a produção agrícola [por exemplo, Chayanov (1986) e Boserup (1965)], engajar-se no artesanato e outras formas de produção domésticas [Scott (1978)], alterar a divisão sexual do trabalho [(Deere (1978)), redimensionar o consumo calórico entre os membros [Gross e Underwood (1971)], reduzir ou adiar a procriação [Merrick (1985a)], propiciar, ainda que inconscientemente, o aumento da mortalidade infantil através do investimento seletivo dos recursos escassos nos filhos mais velhos [Scrimshaw (1978)] ou migrar [Wood (1981)].³

O enfoque conceitual delineado aqui não contradiz nem substitui o modelo de custo-benefício. Ao invés, mantivemos o elemento básico da perspectiva econômica, isto é, que as pessoas comportam-se racionalmente na alocação dos recursos escassos em face das oportunidades e limitações em mutação. Porém, procuramos também complementar o enfoque econômico neoclássico, observando que as decisões migratórias são mediadas por processos intrafamiliares, a saber, as iniciativas relacionadas à sobrevivência, tomadas na medida em que a unidade doméstica interage com o ambiente socioeconômico, político e físico.

³ Evidências relativas a conflitos intrafamiliares sobre metas, incentivos e controle dos recursos sugerem que a família não seja tratada como unidade homogênea no estudo das estratégias de sobrevivência [ver Papohunda (1990) e Folbre (1990)].

2.4.4 - Estrutura Econômica

Até aqui enfatizamos a idéia de que se pode entender os modos de reprodução como a maneira pela qual as famílias organizam as atividades reprodutivas e de sustento, interagindo com o ambiente extrafamiliar. Com base nisso, argumentamos que uma mudança no ambiente decisório, tal como a alteração do valor econômico dos filhos ou da disponibilidade de empregos que gerem renda, causará impacto sobre a economia doméstica e que este impacto alterará os resultados demográficos, levando, por sua vez, a mudanças na estrutura populacional.

Nesta subseção, procuramos investigar não as conseqüências demográficas do ambiente socioeconômico familiar, mas, raciocinando em direção oposta, a origem dos fatores que criam esse ambiente. Se perguntarmos, por exemplo, por que os filhos têm alto valor econômico em uma sociedade e não em outra, a resposta nos levará, sem dúvida, a uma análise da estrutura econômica. Para simplificarmos nossa conceitualização da estrutura econômica, podemos focalizar dois aspectos especialmente importantes para as relações ecodemográficas: a divisão setorial da economia, que Marx chamou de divisão social do trabalho, e a quantidade e qualidade da demanda de mão-de-obra, tal como mostra o Diagrama 2.2.

A classificação setorial clássica, promovida por Fischer (1935) e Clark (1940), adota um esquema tripartite: primário (agricultura, pesca, silvicultura e mineração); secundário (indústria de transformação, construção, serviços industriais e de utilidade pública); e o setor terciário (comércio, transporte, comunicação e serviços). Mais recentemente, Browning e Singelmann (1978) [ver, também, Singelmann (1978)] propuseram uma divisão mais detalhada, composta de 37 grupos, agregados em seis grandes categorias: extrativa, de transformação, serviços de distribuição, serviços de produção, serviços sociais e serviços pessoais.

A divisão setorial de uma determinada economia, isto é, a importância relativa dos setores extrativo, de transformação e de serviços, está relacionada a determinado perfil de demanda de mão-de-obra. Para ilustrar este ponto, basta, apenas, contrastar a economia agrária com outra de base industrial. Uma economia extrativa rural, baseada em formas primitivas de tecnologia, gera demanda de mão-de-obra bastante diferente, se comparada a uma economia predominantemente urbano-industrial, dominada pelo setor de transformação. A distinção pode ser feita em termos de seletividade diferencial por idade e sexo, pelos níveis de qualificação exigidos e pela distribuição espacial e temporal da demanda de mão-de-obra.

A estrutura da economia, que definimos segundo as divisões setoriais e segundo quantidade e qualidade da demanda de mão-de-obra, determina os

aspectos centrais do ambiente decisório familiar. Tal como mostra o Diagrama 2.2, é o ambiente socioeconômico da família que influencia o modo de reprodução e, conseqüentemente, a estrutura populacional.

2.4.5 - Modos de Produção

Na subseção anterior, afirmamos que a estrutura populacional (distribuição etária, taxa de natalidade e assim por diante) pode ser considerada o resultado agregado do comportamento reprodutivo de cada família. Seguindo raciocínio semelhante, podemos admitir a estrutura econômica (divisão setorial; demanda de mão-de-obra) como resultado da agregação de muitas unidades individuais de produção que compõem o sistema econômico de uma sociedade. Por questões analíticas, podemos agrupar essas múltiplas unidades de produção em um número de MODOS DE PRODUÇÃO. O Diagrama 2.2 mostra este conceito em caixa alta, para enfatizar sua importância dentro da base ecodemográfica e para distingui-los dos conceitos derivados, tais como “estrutura econômica”.

Em nosso esquema, os modos de produção se referem às diferentes maneiras pelas quais as pessoas se organizam para tirar o sustento do meio ambiente natural. Os modos de produção referem-se, especificamente, às relações sociais utilizadas pelas pessoas para combinar a capacidade biológica de trabalho com os implementos físicos e à capacidade mental de produção, com a finalidade de satisfazer as necessidades de subsistência e a geração de excedentes. Podem-se identificar os diferentes modos de produção em termos de relações sociais e nível tecnológico, os quais caracterizam uma dada atividade econômica. Com base nestes critérios, pode-se delinear uma distinção ampla entre a produção capitalista, cuja característica básica é o recrutamento de mão-de-obra, através do mercado de trabalho, e sua remuneração mediante pagamento de salário, e modos não-capitalistas, com base em outros meios de recrutamento e remuneração de mão-de-obra.

O modo de produção dominante em uma sociedade tem implicações de grande alcance, no que se refere a outras dimensões da organização social e política. Se perguntarmos, por exemplo, como as pessoas produzem, trocam e acumulam o produto excedente, isto é, se identificarmos as relações sociais de produção, a resposta constituirá a base para a distinção entre comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. Além desses modos de produção “genéricos”, podemos identificar inúmeros subtipos dentro dos modos capitalistas e não-capitalistas de produção.

Na Sociologia do Desenvolvimento trava-se longo debate sobre o significado e o *status* teórico do modo de produção. No referencial teórico elaborado

anteriormente, os diferentes modos de produção identificam-se em nível do processo de trabalho. O conceito refere-se à maneira pela qual a mão-de-obra é empregada no local de trabalho, onde, em combinação com os meios de produção e a tecnologia, gera excedente, que é apropriado de uma determinada maneira. Para os nossos fins, os diferentes modos de produção podem ser empiricamente identificados, com base nos vários tipos de relações sociais encontrados nas unidades de produção. Por situarmos nossa definição em nível das forças e relações de produção e por tratarmos o modo de produção como fenômeno empírico, aplicamos, em nossa análise, o termo de maneira um tanto distinta.⁴

4 Para Marx, o modo de produção não era uma coisa diretamente observável. Ao invés, Marx tratava modo de produção como objeto conceitual, produto de raciocínio teórico. Nesta perspectiva, modo de produção é conceito abstrato. Define uma estrutura de relações sociais, das quais existe apenas um número limitado, cada uma delas caracterizada por suas próprias leis de movimento, e sobre as quais se erige a correspondente superestrutura. A estratégia conceitual de Marx era, por conseguinte, isolar a representação mais simples e mais fundamental das diferentes formas de produção, exploração e organização político-ideológica. Seu propósito era metodológico. A abstração era o primeiro passo do processo de pesquisa. A organização social e econômica era muitíssimo complexa para ser entendida imediatamente como um todo integrado. Desse modo, Marx iniciou com um conjunto altamente abstrato de conceitos e relações (modo de produção, leis de movimento), os quais, então, aplicou à análise e interpretação das situações concretas. O movimento do abstrato para o concreto pode ser entendido em três níveis de análise. O primeiro nível, o modo de produção, é o mais abstrato. O segundo, a formação social, refere-se aos modos específicos através dos quais as diferentes formas de relações capitalistas e não-capitalistas se combinam dentro de uma dada sociedade. Finalmente, a análise conjuntural envolve a investigação das sociedades, no que se refere aos detalhes institucionais e históricos concretos.

A analogia de Wright (185, p. 12) esclarece a distinção feita entre estes níveis de abstração e ilustra o princípio metodológico em questão:

“No estudo científico da química de um lago, o mais alto nível de abstração requer a especificação do modo pelo qual os elementos básicos que compõem a água — hidrogênio e oxigênio — são combinados para produzi-la, H₂O. O estudo das diferentes formas da água — gelo, líquido, vapor, etc. — estaria nesse nível de abstração. O nível médio de abstração, que corresponde à análise da formação social, envolve a investigação dos modos pelos quais este composto, H₂O, interage com outros componentes do lago. Finalmente, o nível conjuntural requer a investigação de uma miríade de fatores contingentes — o nitrogênio, oriundo das fazendas, as descargas químicas industriais, etc. — os quais, concretamente, distinguem, quimicamente, um certo lago de todos os demais, no tempo e no espaço.”

Os três níveis de abstração observados acima servem para esclarecer a terminologia utilizada neste capítulo. A estrutura retratada no Diagrama 2.2 pretende ser um instrumento heurístico para orientar a pesquisa empírica. Desse modo, quando falamos de “modos de reprodução”, referimo-nos a diferenças observáveis em, digamos, determinantes próximos da fecundidade e da mortalidade infantil. Esses fenômenos observáveis aplicam-se a um determinado tempo, lugar e grupo social. Daí, o modo de reprodução é aplicado ao nível da conjuntura. Isto significa que, se devemos manter um nível consistente de análise, temos de tratar o modo de produção, o outro elemento central da infra-estrutura ecodemográfica, em um nível semelhante de concretude (conjuntura).

O fato de que o esquema mostrado no Diagrama 2.2 trata o modo de produção de maneira empírica, ao nível de um caso histórico, não implica, necessariamente, que ignoremos o conceito de Marx, de incalculável valor no que se refere aos modos de produção abstratos, nem que abandonemos a estratégia metodológica de passarmos dessas formulações abstratas a análises concretas. Trata-se apenas de que, em nosso diagrama, definimos modo de produção como relações sociais que caracterizam o processo de trabalho, dentro de unidades de produção empiricamente observáveis.

Na América Latina, como em outras regiões em desenvolvimento, estão presentes simultaneamente vários modos de produção. As pesquisas indicam, cada vez mais, que os modos de produção não são independentes uns dos outros, ao contrário do que indicam as teorias dualistas do desenvolvimento. São “articulados”, freqüentemente de maneiras originais [ver Wolpe (1980)]. Às vezes, diferentes modos de produção entram em conflito com outros, como ocorre quando o capitalismo industrial mina a viabilidade econômica de pequenos produtores. Todavia, diferentes modos de produção podem, também, ser funcionalmente interdependentes. Exemplo disso é a produção camponesa de bens baratos, fenômeno de interesse do capital, por baixar o custo de reprodução da mão-de-obra nas áreas urbanas. Outro exemplo é o movimento migratório sazonal da força de trabalho do campesinato para a agricultura capitalista. Os salários sazonais fornecem o complemento monetário necessário aos pequenos agricultores e, por conseguinte, contribuem, ao contrário do que advoga a tese da proletarianização, para a persistência do campesinato, e não para sua extinção. Ao mesmo tempo, nessa linha de argumentação, os empregadores beneficiam-se da pronta oferta de mão-de-obra barata.

Não é necessário determo-nos aqui nos debates teóricos e conceituais sobre a articulação dos modos de produção [ver Wolpe (1980)]. Para atendermos às nossas finalidades, basta-nos observar que temos à mão instrumentos analíticos capazes de identificar os vários modos de produção que caracterizam um certo contexto a ser pesquisado. Além disso, ao contrário das perspectivas dualistas sobre o desenvolvimento e transformação social, é-nos útil pensar sobre modos de produção como fenômenos intimamente interrelacionados e termos em mente que a natureza das relações entre eles é histórica e geograficamente variável.

. *Estrutura de Classes*

Descrever os modos de produção de uma sociedade significa, também, identificar sua estrutura de classes. Na medida em que a produtividade do trabalho permaneça no nível de subsistência, ou próximo a ele, como é o caso das sociedades que vivem da caça ou da coleta de alimentos, a diferenciação tende a ser social por natureza, segundo linhas de parentesco, idade e sexo, e não econômica, como ocorre com um grupo que se apropria do excedente produzido por outro. Uma vez que o aumento da produtividade do trabalho torne possível um excedente significativo e continuado, estabelecem-se as condições de luta pelo modo de distribuição desse excedente. Fala-se de uma sociedade de classes quando um subgrupo da população se apóia em regras institucionalizadas e em ideologias para apropriar-se de excedentes que esse próprio subgrupo não tenha produzido (o que não é o

caso, por exemplo, quando se trata de mera pilhagem). Portanto, classes sociais definem-se, primordialmente, pelo modo como a força de trabalho é recrutada e remunerada no processo de produção e segundo a maneira pela qual o excedente é apropriado e acumulado. Na medida em que os modos de produção são variáveis historicamente, também o é a estrutura de classes. A escravidão, o feudalismo medieval e o capitalismo moderno têm, em comum, a existência do excedente, embora, em cada caso, as relações sociais de produção e, por conseguinte, o sistema de classes da sociedade sejam marcadamente diferentes.

As primeiras abordagens teóricas sobre a estrutura de classes do capitalismo pressupunham uma dicotomia linear entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção. A perspectiva marxista clássica pressunha homogeneidade interna de interesses de cada classe e oposição de interesses entre elas: os assalariados pressionando por remuneração mais alta e melhores condições de trabalho; os capitalistas forçando taxas mais altas de extração do excedente. O conflito de classes e a concorrência entre capitais, num mercado competitivo, constituiriam as engrenagens da constante transformação tecnológica, cujos efeitos se transmitiriam para toda a organização sociopolítica.

As análises atuais retêm a noção, extremamente importante, de que os conflitos de interesse materialmente determinados, e não o consenso, estão embicados no âmago da estrutura socioeconômica, embora aperfeiçoem o conceito de classe social para melhor apreender as complexidades das sociedades industriais e semi-industriais contemporâneas. Nos casos em que a classe capitalista apresenta divisões que surgem de diferenciação setorial, tais como entre capital financeiro, industrial e comercial, Poulantzas (1971) nos fala de “fracionamento de classe”. Podem surgir, ainda, divisões dentro da classe trabalhadora, por exemplo, como entre trabalho intelectual e trabalho manual ou entre trabalho de supervisão e trabalho na produção [ver, também, Wright (1981 e 1985)].

Raciocínio semelhante levou Portes (1985) a caracterizar a estrutura de classes latino-americana, utilizando-se de três critérios definicionais: propriedade dos meios de produção, controle do trabalho e modo de remuneração. Com base neste esquema, o autor identifica cinco categorias de classes mais importantes: a dominante, a técnico-burocrática, o proletariado formal, a pequena burguesia informal e o proletariado informal. Portes utiliza-se desta tipologia para analisar tendências da distribuição de renda, para caracterizar as transformações estruturais mais importantes em curso na região e para explicar as origens dos movimentos políticos no meio urbano da América Latina.

O pressuposto dos estudos mencionados anteriormente é o de que estruturas de classes são os princípios organizativos fundamentais da sociedade. Para teóricos como Wright (1985, Cap. 2), esta proposição geral implica dois corolários que, tomados conjuntamente, ilustram a centralidade do conceito de classes nas análises das transformações sociais e demográficas. Em primeiro lugar, as estruturas de classes são marcos fundamentais nas trajetórias das transformações sociais. Estágios críticos do processo de desenvolvimento, como a transição do sistema rural-agrário para a economia urbano-industrial, podem ser especificados pelas mudanças na estrutura de classes (no caso, o desaparecimento do campesinato e o surgimento do proletariado urbano). Em segundo lugar, os antagonismos, intrínsecos a uma sociedade dividida em classes, estimulam e moldam o curso das transformações sociais. Por outro lado, nem todas as transformações têm origem em conflitos de classes, como é o caso, por exemplo, de transformações originadas por grupos religiosos guerreiros ou pelo impacto da difusão cultural e tecnológica. Perspectivas analíticas, tais como a teoria da modernização, que ignoram as classes e as conflitivas relações entre elas, apresentam explicações superficiais e incompletas de como e por que se dão as transformações sociais.

A análise de classes, tal como esta discussão pretende ilustrar, é mais do que um exercício taxonômico. A utilidade do conceito não reside na classificação, mas “em sua capacidade de sublinhar relações estratégicas envolvidas no desenvolvimento do trabalho social” [Wolf (1982, p.76)]. Categorias de classe, portanto, fornecem instrumentos analíticos básicos para o mapeamento da estrutura da produção econômica e para a identificação da constelação de interesses ligados a ela. A visão de classe é essencial no entendimento da gênese da transformação econômica e tecnológica. Além disso, tal como se poderá verificar em subseção posterior, as análises de estrutura de classes desempenham papel importante na determinação das origens da ideologia dominante e na compreensão da natureza das lutas ideológicas que formam o conteúdo do discurso político desenvolvido, dentro do aparato do Estado, no legislativo e nos setores de planejamento, e de modo mais amplo, dentro da sociedade em geral.

2.4.6 - Produção e Reprodução: Comentários

Os modos de produção e reprodução, como mostraram numerosos estudos de demografia econômica e social, possuem uma relação de causalidade recíproca, dentro do que denominamos infra-estrutura ecodemográfica. Seguindo o pensamento de Harris (1979, Cap. 3), nossa intenção é ampliar o conceito marxista de “base econômica”, de modo a incorporar, explicitamente, variáveis e processos demográficos. A estrutura retratada no Diagrama 2.2, que é uma conceitualização abstrata, não privilegia a

produção ou a reprodução. Em certos momentos da História e sob condições específicas da organização social e econômica, o crescimento populacional pode ser o determinante primordial das relações sociais de produção e de mudanças da estrutura econômica. Em circunstâncias diferentes, como por exemplo, quando o capitalismo é dominante, a produção é o principal determinante da mudança. O que é mais importante dependerá de cada caso em estudo, se a produção ou a reprodução.

Os antropólogos têm argumentado que o crescimento demográfico em situações com recursos e tecnologias constantes é a causa da desintegração em certas sociedades de caça e coleta de alimentos, e que populações com tamanho crescente associam-se à maior complexidade da sociedade [por exemplo, Carneiro (1967)]. O tamanho maior da população pode induzir, também, mudanças tecnológicas, pois, segundo Boserup (1965 e 1981) pode-se atribuir a inovação agrícola e a difusão tecnológica à pressão populacional. Analistas da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental também dão atenção ao crescimento populacional como contribuinte à criação do proletariado. Uma vez que o sistema capitalista esteja firmemente estabelecido, pode ocorrer, estimulada pelo aumento de população, inovação na indústria de transformação, devido à relação entre tamanho da população, demanda do mercado e economias de escala de produção [Simon (1976)]. De modo contrário, o crescimento demográfico pode obstruir o crescimento industrial, em razão do impacto negativo sobre poupança e investimento [Coale e Hoover (1958), Enke (1960) e Leff (1969)]. Em resumo, pesquisas recentes sugerem que o crescimento populacional pode mover, e de fato frequentemente move, um país na direção do “moderno”, embora ajustamentos do mercado, induzidos pelo crescimento, não pareçam ser suficientes para contrabalançar os efeitos negativos sobre a renda *per capita* causados pelo aumento relativo do fator trabalho *vis-à-vis* os outros fatores de produção [Population (1986)].

A escassez de população pode estimular o surgimento de determinadas relações sociais de produção. Exemplo disso é a escravidão no Novo Mundo. O historiador Williams (1975) demonstra como o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de mão-de-obra deu origem ao modo de produção escravista no Caribe. Nas Américas, procurou-se, em primeiro lugar, forçar os índios ao regime de trabalho. Fracassados esses esforços, os senhores da terra recorreram, em primeiro lugar, a serviços brancos contratados por tempo prefixado, a condenados e outros trabalhadores temporariamente privados da liberdade. Porém, a escravidão indígena e a servidão branca eram formas inferiores de recrutamento de mão-de-obra em comparação com a escravidão dos africanos, que possuíam força de trabalho mais barata e melhor.

Outros estudos, em sua maioria no campo da Demografia Social, invertem o sentido causal para demonstrar que as transformações da organização econômica impõem pressões otimizadoras sobre a população, afetando, por conseguinte, o comportamento reprodutivo. A transição dos regimes de alta para baixa fecundidade e mortalidade, por exemplo, é atribuída à evolução do emprego burocrático, comercial, técnico e de base urbana. Na teoria da transição demográfica, tais transformações na estrutura socioeconômica, por criarem situações econômicas adversas para grandes famílias, induziram a queda da fecundidade [Notestein (1953)].

A distinção conceitual entre o modo de produção e reprodução, tal como fizemos no Diagrama 2.2, não deve camuflar a essencial inseparabilidade dos dois. A reprodução, no sentido que utilizamos o termo, isto é, incluindo-se a socialização dos filhos e a manutenção dos adultos, em grande parte determina as necessidades de produção da sociedade e fornece um meio essencial para que elas sejam satisfeitas, a saber, a mão-de-obra. Isto acontece não apenas porque há outras bocas para alimentar, mas, também, porque o nível cultural de socialização determina o volume e o tipo de produção necessários. A produção e a reprodução funcionam como limites recíprocos. Daí, certamente estaremos na direção correta, se tomarmos a infra-estrutura ecodemográfica como o sistema que produz tanto pessoas quanto coisas, freqüentemente no mesmo processo — como no caso da família camponesa — e que, naturalmente, tem seus momentos de reprodução, produção e consumo [Jagger (1983, p. 158)].

Os conceitos e as relações discutidos até aqui, isto é, como os modos de produção e reprodução se ligam à estrutura econômica e populacional, estão conceitualmente situados no nível da infra-estrutura ecodemográfica. Todavia, essas relações são, também, influenciadas por outras dimensões da organização social e política, que também têm como premissa a base ecodemográfica. Um claro exemplo disso, para anteciparmos a apresentação que se seguirá, é o papel desempenhado pelo Estado. As principais características de sua estrutura e função são, em grande parte, determinadas pela infra-estrutura ecodemográfica. Ao mesmo tempo, iniciativas estatais, tais como políticas de desenvolvimento que estimulem certas formas de investimento, ou leis que exijam a freqüência escolar das crianças, podem exercer importante influência sobre os modos de produção e reprodução. Com a finalidade de tratarmos questões como essas e completar nosso modelo de sistema social, introduzimos dois outros elementos no Diagrama 2.2: o sistema de estratificação e a superestrutura político-ideológica.

2.4.7 - Sistema de Estratificação

2.4.7.1 - Hierarquia de Estratificação

O modo pelo qual uma sociedade organiza a produção e a reprodução limita estruturalmente e determina probabilisticamente o caráter de suas hierarquias de estratificação. A infra-estrutura ecodemográfica de um sistema agrário, para tomarmos um exemplo simples, gera categorias ocupacionais e padrões de distribuição de riqueza e renda bastante diferentes dos padrões ligados a um sistema de base urbano-industrial. Os dois sistemas são ainda mais diferenciados, em termos de hierarquias de prestígio, de distribuição de serviços e de uma ampla gama de facilidades, tais como acesso à educação.

Se a infra-estrutura ecodemográfica estabelece os atributos fundamentais num sistema de estratificação, tal como a comparação anterior das sociedades agrária e industrial sugere, é também verdadeiro que as ações do Estado modificam, freqüentemente de modo significativo, a forma e o grau que as várias hierarquias assumem em certos momentos históricos. No modo capitalista de produção, por exemplo, o aumento da concentração da renda pode ser atenuado por legislação sobre o salário mínimo ou por transferências, através de programas de bem-estar. De modo semelhante, políticas educacionais, oriundas de legislação estatal, que facilitem o acesso à educação, ou reformas agrárias que distribuam terra a trabalhadores rurais, podem afetar, profundamente, a distribuição de capital humano e de propriedade da terra. As hierarquias de estratificação, por conseguinte, podem ser conceitualizadas, em termos da interação entre os determinantes fundamentais da infra-estrutura ecodemográfica e as modificações induzidas pelas ações do Estado. O que chamamos de “sistema de estratificação” no Diagrama 2.1 ocupa, portanto, posição intermediária entre a infra-estrutura e a superestrutura. A intenção, difícil de representar, dado o desenho essencialmente mecânico de um diagrama, é sublinhar as múltiplas determinações que produzem certas hierarquias de estratificação.

2.4.7.2 - Classes Sociais e Estratos Sociais: Comentários

A diferença entre estratos sociais e classes sociais tem implicações metodológicas significativas para o estudo da população. Anteriormente, definimos classes sociais no nível da infra-estrutura, em termos de categorias mais ou menos distintas que caracterizam as relações sociais de um dado modo de produção. Os estratos socioeconômicos, por outro lado, são conceitos descritivos que espelham as gradações da renda, educação ou prestígio

social. As primeiras encontram-se firmemente enraizadas na tradição marxista e situam seus critérios definicionais no nível da produção, em termos da divisão do trabalho e da forma de apropriação do excedente. Os últimos são de cunho weberiano, que definem estratos sociais, segundo relações de mercado ou de troca, ou em termos de características atribuídas, tais como identidades raciais e étnicas.

Na pesquisa sobre população e desenvolvimento, tanto classes sociais quanto estratos sociais desempenham papéis importantes, embora diferentes, na coleta e interpretação de dados. Um exemplo, extraído do estudo de mortalidade infantil (ver Capítulo 5), ilustra a natureza e o significado dessa diferença. Na fase inicial da pesquisa empírica, os achados atestam a relação inversa entre a probabilidade de morte no primeiro ano de vida e nível de renda familiar. O foco analítico, neste ponto da investigação, centra-se sobre o impacto de um aspecto da estratificação social (quantidade de renda disponível em nível de domicílio) e a probabilidade de morte nos primeiros 12 meses de vida.

Em estágios subseqüentes da investigação, a inquirição pode proceder-se em duas direções. Uma delas é a exploração, em nível micro, dos vários mecanismos biológicos e comportamentais, através dos quais a renda, ou mais propriamente, a escassez da renda, conduz a uma alta taxa de mortalidade infantil. A outra direção, em sentido oposto, penetra o terreno das relações macro que determinam, antes de tudo, a distribuição da renda. Para explicar a alta concentração de renda, introduzimos a teoria da determinação dos salários. Esta se baseia na proposição geral de que, além das considerações sobre oferta e demanda, os níveis de renda são determinados pelo poder relativo do capital e do trabalho no mercado. Com a finalidade de substanciar esta proposição geral, voltamo-nos para análises históricas de vários períodos da História do Brasil que ilustram os mecanismos políticos e institucionais adotados, pelo Estado, para controlar os sindicatos e enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores. Agindo desse modo, deslocamos os estratos sociais em favor das classes sociais, como eixo analítico central.

O que desejamos enfatizar é que a controvérsia sobre se estrato social e classe social constituem categorias mutuamente excludentes na análise social é um debate infrutífero e que, além disso, faz confundir os níveis analíticos, isto é, a distinção entre infra-estrutura e estrutura. No que se refere à análise da mortalidade infantil, tanto os estratos quanto as classes são relevantes, além dos fenômenos comportamentais e biológicos em questão. Todavia, cada conceito ocupa uma "posição conceitual" diferente dentro da base teórica e, como conseqüência necessária, ingressa na cadeia de raciocínio num ponto diferente da argumentação.

2.4.7.3 - Grupos de Interesse

Grupos de interesse, ou "formações de classe", segundo a terminologia de Wright (1981), referem-se a coletividades tais como sindicatos, partidos políticos e associações comunitárias. Alguns grupos de interesse exibem uma base de classe claramente definida, tais como os sindicatos trabalhistas. Outras coletividades podem aglutinar-se com base em características étnicas e raciais (Capítulo 8), ou em termos de local de residência (Capítulo 5) e, por conseguinte, não estão claramente associadas a uma determinada classe social. Isto não quer dizer que a formação de grupos de interesse seja arbitrária ou independente das outras dimensões da organização social. Quaisquer que sejam suas bases, os grupos de interesse, não obstante, operam dentro de limites impostos pela infra-estrutura ecodemográfica. Na medida em que se mostrem bem-sucedidos ao advogar seus interesses, dependendo dos seus objetivos, podem influenciar a produção e a reprodução, assim como o conteúdo da política estatal.

2.4.8 - Superestrutura

2.4.8.1 - O Estado

Longe da base ecodemográfica, embora interagindo em todos os níveis da organização social, encontram-se o Estado e os preceitos culturais e ideológicos que dão significado subjetivo à ação social e à prática política. O Estado tanto é um conjunto de organizações (departamentos e órgãos governamentais, incluindo-se as Forças Armadas e as Cortes de Justiça), detentoras de autoridade legítima, quanto é um conjunto de modos institucionalizados de condução da coisa pública. Diferentemente do liberalismo clássico, que trata o Estado como um árbitro neutro de interesses conflitantes, a orientação materialista concebe o Estado, assim como a cultura e a ideologia, como componente da superestrutura, isto é, aqueles aspectos da organização social que são "erigidos" sobre a infra-estrutura de uma sociedade. O Estado institucionaliza o conflito entre classes e grupos sociais contendores e intervém em todos os níveis da estrutura social, com a finalidade de assegurar, nem sempre com êxito, a estabilidade. Procura-se manter, dessa forma, a estrutura da produção econômica e a distribuição existente de bens materiais e poder político [Poulantzas (1971)].

Estudos recentes procuram evitar o determinismo estrito que contaminou as primeiras análises materialistas do Estado, embora continuem a endossar a visão de que o Estado executa funções baseadas em diferenciação de classes e busca a manutenção do sistema. Se os "instrumentalistas" já enxergavam o Estado como mero instrumento da classe dominante, os analistas agora

falam de sua “relativa autonomia”. Walton (1986, p. 186) resume as razões pelas quais o Estado é mais do que simples instrumento da classe dominante: em primeiro lugar, sua própria legitimação depende do fato, ou da aparência, de servir a todo o povo; em segundo lugar, na tentativa de encontrar o caminho menos perigoso, através da densa floresta dos interesses conflitantes, o Estado tende a agir de modo a não representar uma única classe ou grupo; em terceiro lugar, o Estado desenvolve seus próprios interesses para sua legitimação e sustentação política. A noção da “relativa autonomia” do Estado prende-se à indeterminação entre o econômico e o político, sem abandonar a forte influência do primeiro sobre o último.

Offe (1985), seguindo mais a Weber do que a Marx, chega a conclusão semelhante. O Estado, argumenta Offe, é independente de qualquer controle sistemático de classes, embora a burocracia, que depende da acumulação do capital para sua continuada existência, deva representar, de alguma maneira, os interesses do capital. No contexto latino-americano, O'Donnell (1973) argumenta que a necessidade de aumentar a acumulação de capital tornou-se crescentemente difícil de ser atendida, uma vez que a fase inicial da industrialização via substituição de importações já teve seu curso. A necessidade “de aprofundar” a industrialização, por meio de integração vertical, poderia apenas ser satisfeita pela atração de capital estrangeiro. Para isso, seria imprescindível taxa de lucro crescente e garantia de um clima favorável a investimentos de longo prazo. Como consequência, no Brasil, assim como no Chile e na Argentina, segundo O'Donnell, houve a imposição do “autoritarismo burocrático”, que seria o único tipo de regime capaz de lidar com os imperativos estruturais próprios dos estágios mais avançados de desenvolvimento, no período pós-Segunda Grande Guerra, nos maiores países da América Latina.

Se a década de 60 testemunhou a exaustão da industrialização via substituição de importações e o fim de sistemas políticos representativos, a década de 80, com a redemocratização do Brasil e da Argentina, traz a promessa de exaustão dos regimes burocrático-autoritários [Stepan (1985, p. 318)]. Tais transformações políticas estimularam o renovado interesse no Estado, como sujeito de pesquisa teórica e empírica [ver Carnoy (1976) e Evans, Rueschmeyer e Skocpol (1985)]. Quaisquer que sejam as diferenças que separam as abordagens contemporâneas, todas adotam a convicção de que, de uma maneira ou de outra, a estrutura e a função do Estado estão intrinsecamente ligadas à economia, assim como à estrutura de classes e aos grupos de interesse que lhe são associados, e que o Estado, como participante-chave da produção e das operações de troca do mercado [Evans (1985)], necessariamente desempenha papel central na análise da transformação econômica e demográfica.

2.4.8.2 - Cultura

Nas ciências sociais, cultura é termo muito mais utilizado do que definido. Para nossos propósitos, cultura refere-se a sistema de normas (e às sanções a elas relacionadas), valores, crenças e língua. A cultura dá origem a um conjunto de regras e princípios avaliativos, que dirigem o comportamento, e a uma orientação cognitiva, que gera uma ontologia e cosmologia. Adquirir uma cultura — ser socializado — é adquirir uma visão, ou modelo, do mundo social e natural e da relação entre o físico e o metafísico.

As orientações cognitivas bem como as regras comportamentais, apropriadas a determinadas situações e que se ligam a diferentes papéis sociais, permeiam a interação humana. No domínio da produção, o *status* relativo de determinadas ocupações, assim como as expectativas normativas do que seja “uma jornada justa de trabalho”, figura entre os critérios subjetivos a que as pessoas rotineiramente, e com frequência de modo inconsciente, recorrem em sua vida cotidiana. De modo semelhante, a esfera da reprodução é, em maior ou menor grau, estruturada pela percepção das pessoas do que constitui comportamento apropriado e pelos pressupostos patriarcais sobre o “lugar da mulher”, o papel do homem como responsável pelo “ganha-pão” ou a “responsabilidade da mãe” para com o marido e os filhos.

Todavia, os traços culturais não são isolados das outras dimensões da estrutura social. Ao contrário, as percepções culturais que subjetivamente informam o comportamento humano, em todos os níveis da organização social, são, também, em maior ou menor grau, derivadas dos sistemas ecodemográfico e de estratificação, construídos pela ação humana.⁵

2.4.8.3 - Ideologia

Dentro do amplo aspecto cognitivo que compreende a cultura, certas atitudes, valores e crenças justificam moralmente as relações socioeconômicas, políticas, assim como aquelas entre homens e mulheres. Como tais,

⁵ As concepções materialistas da natureza derivada da cultura são uma questão controversa. Worsley (1984), por exemplo, observa que a abordagem da Economia Política sobre o desenvolvimento frequentemente dá pouca atenção à importância da cultura, uma conclusão da qual poucos podem discordar. Todavia, ele rejeita qualquer referencial teórico que separe base e superestrutura, com o argumento, absurdo em nosso ponto de vista, de que em tais modelos a produção (a base) se dá na ausência de conhecimento humano. Aparentemente, ele chega a esta conclusão, porque esses modelos tratam a cultura separadamente, como parte da superestrutura. O que ele não consegue ver é que, se a cultura é tratada separadamente, esta separação se dá apenas dentro de um modelo conceitual, que busca estabelecer as prioridades causais dentre os diferentes aspectos da organização social. Não se presume existir tal separação no mundo real. A total rejeição de Worsley da perspectiva materialista é baseada em uma interpretação extremamente concreta dos modelos conceituais.

contribuem para perpetuar certa organização social. Os aspectos culturais que exercem tal função são o que chamamos de “ideologia dominante”.

Devido ao controle, por poderosos grupos econômicos, tanto dos meios materiais quanto mentais ou ideológicos da produção, as idéias que se tornam influentes em uma sociedade, em dado momento de sua história, refletem apenas uma estreita gama de possibilidades, coincidentes com as bases materiais de poder e privilégios existentes. Isto não implica uma identidade exclusiva biunívoca entre economia e consciência. A construção da ideologia, o que Wolf (1982, p. 390) chama de “ecologia das representações coletivas”, ocorre em um campo de opções ideológicas, em que os grupos tomam posição, através de escolha entre alternativas. Se a organização econômica de uma sociedade dá origem a sistemas de idéias que moralmente justificam as estruturas existentes, tais sistemas são, também, múltiplos e contraditórios.

A produção da ideologia não é apenas cognitiva. Envolve também o exercício do poder, de modo a manter a hegemonia ideológica. Apelos em favor de uma distribuição mais eqüitativa da terra ou da renda, ou de um tamanho menor de família, ou de quaisquer idéias que vão contra os pressupostos embutidos na ideologia dominante e que ameacem a posição de grupos de interesse, quando muito recebem alguma atenção. Na pior das hipóteses, tais propostas são rotuladas de “subversivas” e seus proponentes são silenciados pelo braço repressivo do Estado. As idéias são raramente “inocentes”. As concepções mentais, inclusive sistemas de crença, moralidade, filosofia e de direito, bem como as definições patriarcais do papel das mulheres e suas responsabilidades reprodutivas reforçam (ideologia dominante) ou desafiam (ideologia crítica) as relações sociais e econômicas existentes. Agem assim de modo ativo, como participantes não-neutros das relações sociopolíticas.

2.4.9 - Sistema Mundial

Finalmente, nenhuma das relações indicadas no Diagrama 2.2 funciona isolada do contexto global. O atual subdesenvolvimento da América Latina é, em parte, legado de seu passado colonial e do papel periférico que a Região tem desempenhado no sistema mundial. Walton (1986, p. 3-5) identifica três períodos críticos na divisão internacional do trabalho, cada qual com diferentes implicações econômicas e demográficas para os países em desenvolvimento.

O primeiro desses períodos refere-se à incorporação de regiões coloniais como novas fontes de matérias-primas e como consumidoras, freqüentemente relutantes, de bens manufaturados produzidos nos países centrais.

Nas regiões em que a oferta de mão-de-obra era insuficiente, o intenso crescimento da demanda mundial de mercadorias intensivas de trabalho, tais como algodão e açúcar, levou à escravidão. A migração forçada de homens e mulheres da África alterou definitivamente a composição racial e cultural das populações do Novo Mundo. A segunda divisão internacional do trabalho, que data aproximadamente da década de 30, envolve a industrialização dentro da periferia subdesenvolvida, por obra da burguesia nacional ou do capital estrangeiro, ou por combinação de ambos. Escorando-se em uma pesada participação de bens de capital de países avançados, a lógica era conquistar e ampliar mercados locais e, posteriormente, implementar a política de substituição de importações. As políticas de desenvolvimento, adotadas no período, freqüentemente subsidiaram o crescimento industrial urbano à custa do setor agrícola. O resultado demográfico foi o estímulo à migração rural-urbana, um fluxo que alcançou proporções de verdadeiras torrentes migratórias no final da década de 50.

O terceiro estágio, que ocorre nos dias de hoje e se iniciou na década de 60, caracteriza-se pela transferência do próprio processo de produção do centro para a periferia, relocando-se nos confins hospitaleiros do Terceiro Mundo, onde linhas de montagem se beneficiam de fontes abundantes de mão-de-obra barata e altamente maleável. A “nova divisão internacional do trabalho” baseia-se na produção globalmente integrada, orquestrada pela empresa multinacional e executada com a ativa participação do Estado, tanto no centro quanto na periferia. Como um novo estágio do sistema internacional, os resultados diferem dos do passado, gerando novas formas de desenvolvimento desigual. Os setores exportadores modernos, das economias do Terceiro Mundo, com conexões internacionais, crescem e lucram em meio à pobreza generalizada. Unidades florescentes de “produção d’além-mar”, tais como indústrias eletrônicas e têxteis, maximizam os retornos, através de alta produtividade garantida por sofisticada tecnologia e baixo custo de mão-de-obra, freqüentemente à custa do emprego nos próprios centros avançados do sistema global.

Como conseqüência dessas transformações, flutuações nos mercados internacionais de mercadorias e financeiro têm conseqüências muito mais abrangentes e profundas do que antes. Exemplos marcantes são as conseqüências do aumento do preço do petróleo em 1974 e 1978, causando enormes aumentos das taxas de juros nos países desenvolvidos no final da década de 70 e a recessão mundial no início dos anos 80. Para os países em desenvolvimento, esses acontecimentos significaram queda das receitas de exportação, redução do investimento industrial, aumento do desemprego e crescimento, em espiral, da dívida externa. Como veremos nos capítulos subseqüentes, as contingências impostas externamente, tais como as que

descrevemos, geram profundas repercussões internas de caráter econômico, político e demográfico.

2.5 - Conclusão

O referencial teórico aqui desenvolvido introduz variáveis populacionais em um modelo materialista reformulado de interação socioeconômica, política e demográfica. Os conceitos e relações identificados servem para orientar o percurso da análise desde a população até a estrutura social e vice-versa. Em lugar algum o espírito desta abordagem encontra-se explicitado de modo mais sucinto do que na discussão de Marx sobre o método, no *Grundrisse*. Na introdução da obra, Marx cita população como exemplo de categoria que deve ser tratada como resultado de múltiplas determinações. O povo é a base da atividade produtiva de uma sociedade. Todavia, se começarmos por uma população não diferenciada como unidade analítica, partiremos de uma visão caótica do todo. Por conseguinte, a compreensão de uma população depende da elucidação prévia dos “conceitos mais simples”, tais como as classes sociais que a compõem.

Todavia, uma coisa é sustentar o argumento epistemológico de que a explicação das relações entre população, desenvolvimento e desigualdade requer uma abordagem mais holística do que a que se utiliza tradicionalmente; coisa bem diferente é desenvolver uma estratégia de estudo do universo social que permita ligar, sistematicamente, achados quantitativos sobre comportamento demográfico com dados históricos e qualitativos sobre a estrutura socioeconômica e política. Proposições genéricas para se mover do concreto para o abstrato e de volta ao concreto não são, em si mesmas, de muita valia. O problema, avalia Wright (1981), é *como* mover-se do concreto para o abstrato e daí de volta para o concreto. A este problema metodológico, acrescentamos um outro de natureza teórica: como prever a causalidade em sistemas altamente complexos — que é, antes de tudo, o objetivo mais importante da ciência social — sem que se caia nas garras de rígido determinismo ou no funcionalismo teleológico, compartilhado por posições teóricas aparentemente tão diversas como a de Talcott Parsons e certos ramos do marxismo.

Em nossa perspectiva, a questão é fundamentalmente conceitual. Podemos sempre lançar mão do conhecido argumento, muito utilizado nos meios acadêmicos, de que “são necessários mais dados”. No entanto, num país como o Brasil, muitas das informações-chave estão disponíveis ou podem ser geradas. A mera acumulação de dados, por si só, não nos levará muito longe. O desafio é organizar a informação de modo coerente. A tarefa torna-se mais complicada pelo fato de que as informações disponíveis relacionam-se, necessariamente, a níveis diferentes de análise. Variam desde dados quantitativos censitários e de outros tipos de levantamento até

descrições antropológicas e relatos históricos das transformações institucionais. Indispensável à tarefa é algum tipo de guia ou esquema que, ainda que de modo preliminar, sirva para coordenar e dirigir o processo de coleta de dados e de interpretação.

Para que uma base conceitual desempenhe tal função, adotando uma visão holística do sistema sociodemográfico, é necessário que o modelo especifique prioridades causais, ainda que de maneira tentativa e sujeita a restrições. O tipo de holismo absoluto que se encontra na literatura, no qual tudo está ligado em relação causal a tudo o mais, não é particularmente útil, ao se desenvolver uma estratégia de estudo do universo social. Um sistema de qualquer tipo, se ja social ou físico, envolve, por definição, relações entre os elementos componentes, de modo que a alteração de um causa alteração nos demais. Todavia, no universo social, algumas relações são essenciais a toda a estrutura; outras são subsidiárias. Mesmo as últimas não são totalmente derivadas, uma vez que estruturas subsidiárias podem, em certas circunstâncias, modificar as primeiras e, desse modo, vir a ser essenciais ao curso da transformação e do desenvolvimento.

A estrutura conceitual, delineada anteriormente, define a infra-estrutura ecodemográfica, o sistema de estratificação e a superestrutura político-ideológica. Além disso, coloca um conjunto de relações causais, ou determinações, que ligam os vários componentes da organização social. Vale a pena repetir aqui que ela não deve ser tomada como o produto final de pesquisa. Ao invés, é o prelúdio da análise. A base conceitual não fornece resposta, nem representa conclusões *a priori*. Destina-se, apenas, a explicitar a lógica das relações a explorar e a mapear o curso da investigação. Seus elementos não representam, por si sós, fenômenos concretos. Para seu uso adequado, é necessário, por conseguinte, que a base conceitual seja completada com os dados institucionais e os fatores históricos contingentes que são particulares a cada contexto.

O quadro referencial delineado neste capítulo, como qualquer outro, não é refutável da mesma maneira que uma hipótese nula pode ser rejeitada com base em um determinado achado empírico. Ele pode, e esperamos que o faça, gerar teorias e hipóteses que, por sua vez, estejam sujeitas à verificação empírica. Em si, deve ser considerado mais propriamente como um mapa conceitual dos termos e princípios relacionais que nos permitem ligar, sistematicamente, diferentes tipos de dados dentro de um modelo coerente do sistema sociodemográfico global. Além disso, fornece-nos um modo de conceitualização do sistema social de maneira que as causas e consequências das mudanças de variáveis puramente demográficas (fecundidade, mortalidade, migração, crescimento populacional, estrutura etária) possam ser

consideradas componentes integrais de um modelo maior de estrutura econômica e política.

O modelo delineado adota, pelo menos num sentido mais geral, componentes essenciais do materialismo histórico. A prioridade causal dada à esfera econômica, bem como a importância dada à classe, conflito e ideologia, no estudo da transformação e desenvolvimento, figura entre os elementos centrais tomados da longa tradição materialista. Ademais, as versões contemporâneas do pensamento materialista inspiraram-nos a abandonar a visão centrada na nação, em favor de uma perspectiva que trata os estados-nação, e as regiões dentro deles, como elementos de um sistema universal de relações.

Todavia, não aderimos, dogmaticamente, nem à formulação materialista original, nem a seus sucessores neomarxistas. A mais significativa divergência com o modelo básico e suas variantes modernas foi a expansão do escopo definicional da infra-estrutura [ver Secombe (1983)]. Em nosso marco referencial, modos de produção e de reprodução de uma sociedade compõem sua base ecodemográfica. Por incorporar a população na conceitualização de infra-estrutura, incluímos explicitamente variáveis demográficas no âmbito da estrutura analítica. Deste modo, distanciamos-nos tanto de perspectivas, como a do marxismo ortodoxo, que tratam a estrutura e mudança populacionais como epifenômenos da organização econômica, quanto dos enfoques neomalthusianos, que advogam puro determinismo demográfico. Em nosso ponto de vista, a reprodução humana está inextricavelmente ligada à estrutura da produção material, definindo ambas, em sua interação, as limitações infra-estruturais, dentro das quais emergem as outras dimensões da organização social e política.

A idéia de limitação estrutural é central na compreensão das relações causais entre os vários elementos do referencial teórico. Como definição geral, o conceito de limitação estrutural “constitui padrão de determinação em que uma certa estrutura social estabelece limites, dentro dos quais alguma outra estrutura ou processo possa variar, e estabelece probabilidades de que sobrevenham estruturas ou processos específicos dentro desses limites” [Wright (1981)]. O conceito de limitação estrutural mantém a causalidade fundamental defendida pela posição materialista, embora evite as armadilhas do determinismo vulgar. Certos aspectos da organização social, tais como instituições políticas, são determinados por outras estruturas e processos mais básicos, como a infra-estrutura ecodemográfica, na medida em que esta última determina, probabilisticamente, os primeiros, dentro de uma gama de possíveis alternativas. De modo específico, a base ecodemográfica (modos de produção e reprodução) condiciona, mas não determina de modo único, outros aspectos da organização social e política, a saber, hierarquias

de estratificação, grupos de interesse, a forma e a ação do Estado e os elementos culturais e ideológicos de consciência humana.

Além do mais, essas estruturas “determinadas” não constituem simples resultados passivos ou reflexos de propriedades infra-estruturais. Pelo contrário, classes sociais e grupos de interesse de vários tipos, e mesmo o próprio Estado, freqüentemente agem de maneira a transformar os modos de produção e reprodução. Se as forças de transformação suplantam as forças de manutenção da ordem existente, a própria base é alterada. Segue-se disso que a própria infra-estrutura, que estabelece os limites às ações das classes, grupos de interesse e do Estado, é, ao mesmo tempo, transformada por essas ações. Esta é uma outra maneira de sustentar o argumento que enfatizamos continuamente: que as instituições e processos econômicos e demográficos tanto afetam quanto são afetados pelos processos de mudança e desenvolvimento social.

Crescimento e Distribuição: Uma Perspectiva Histórica

Os primeiros portugueses a desembarcar no Novo Mundo, no século XVI, estabeleceram-se na costa marítima oriental da América do Sul. A região, escassamente povoada, contrastava bastante com o planalto mexicano e o altiplano andino, densamente povoados, colonizados pela Espanha. Para os conquistadores da América Latina espanhola, a presença de civilizações indígenas, há muito estabelecidas no México e no Peru, significava a oportunidade de apropriar-se de enormes quantidades de ouro e prata. Os saques dos territórios conquistados renderam à Espanha uma pilhagem sem precedentes em todo o mundo. Enquanto a Espanha consolidava a defesa de suas áreas produtoras de metais preciosos a Oeste, Portugal buscava outros meios de explorar suas possessões nas Américas. Os primeiros colonizadores que se estabeleceram nas regiões costeiras voltaram-se para a exportação do pau-brasil, uma valiosa fonte de produtos para tintura, do qual o país retirou o seu nome. Nos primeiros anos das expedições iniciais, os mercadores obtiveram licença da Coroa para estabelecer entrepostos comerciais, onde obtinham madeira dos índios, em troca de utensílios e roupas. A partir desta modesta fase inicial, o Brasil tornou-se, mais tarde, o maior e economicamente mais poderoso país da América Latina.

3.1 - Ciclos Econômicos e Expansão das Fronteiras

3.1.1 - O Açúcar

A exploração de madeiras de lei, no século XVI, foi apenas o primeiro dos muitos ciclos de exportação. Em meados do século XVI, a população europeia da Colônia atingiu cerca de 100 mil habitantes e as antes densas

florestas de pau-brasil já se encontravam esgotadas [Simonsen (1969, p. 121)]. O açúcar, então, tornou-se o principal produto de exportação do Brasil. O aumento da produção do açúcar, como resposta à crescente demanda da Europa Ocidental, ilustra as conseqüências internas das forças do mercado internacional, ligadas à emergente economia mundial nos séculos XVI e XVII. Antes dessa época, poucos europeus sequer haviam ouvido falar da existência do açúcar. Em 1650, os nobres e os ricos tornaram-se inveterados consumidores deste produto, que alcançou posição de destaque na medicina, nas imagens literárias e como ostentação de privilégio. No final do século XVIII o uso do açúcar havia se espalhado para além dos círculos da aristocracia, tornando-se uma necessidade, embora dispendiosa, nas dietas alimentares de um modo geral. Em 1900, o açúcar respondia por quase 1/5 das calorias consumidas na Inglaterra [Mintz (1985, p. 5-6)].

As primeiras plantações no Brasil localizavam-se ao longo da úmida costa marítima nordestina, numa faixa de ricos solos, denominada Zona da Mata. A produção do açúcar era altamente intensiva de mão-de-obra e exigia investimentos substanciais de capital. A prática de se cultivar grandes glebas de terra e os consideráveis investimentos que o açúcar exigia constituíam as bases para o surgimento de uma poderosa elite proprietária de terras. O estabelecimento de grandes plantações e a incapacidade de desenvolver uma economia diversificada resultavam em que cerca de 90% da renda gerada pelo comércio exportador permanecessem concentrados nas mãos dos proprietários dos engenhos de açúcar e das plantações de cana [Furtado (1963, p. 48)].

Uma vez funcionando, o sistema de monocultura mostrou notável resistência à fragmentação. O necessário encadeamento entre o cultivo, o corte de cana e os processos de fervura e cristalização exigia não apenas que o trabalho tivesse de ser altamente sincronizado, mas, também, que a combinação entre terra e engenho fosse mantida intacta. Devido à indivisibilidade entre terra e engenho, as plantações de cana-de-açúcar não eram, comumente, divididas através da repartição das heranças [Mintz (1985, p. 50)]. Uma conseqüência social mais importante de tudo isso é que o grau de concentração da terra no Nordeste é, mesmo hoje, um dos maiores do país.

A demanda de mão-de-obra das plantações excedia, em muito, a oferta disponível. Foram malsucedidos os esforços para explorar as populações indígenas e era muito dispendioso transportar, em número necessário, trabalhadores europeus. Muito antes da colonização do Brasil, os portugueses haviam participado de ações de banditismo. Apoiando-se neste talento sinistro, a escravidão tornou-se a solução para a escassez de mão-de-obra, uma decisão que se baseou menos em razões racistas do que no simples fato

econômico de que os escravos negros africanos constituíam a fonte mais barata de trabalho escravo. Além disso, a escravidão mostrava-se bem adaptada às necessidades técnicas do cultivo da cana e de sua conversão em açúcar, um processo que exigia cuidadoso cronograma no topo e disciplina férrea na base do processo de trabalho dentro da plantação [Mintz (1985)]. No final do século XVII, cerca de 70% da população colonial eram de origem não-européia.

A migração forçada de africanos influenciou o perfil cultural e racial da crescente população brasileira. O modo de produção escravista estabeleceu, também, desigualdades raciais que não foram eliminadas pela abolição da escravidão no final do século XIX. Na verdade, as diferenças socio-econômicas entre grupos raciais continuam a manifestar-se no Brasil contemporâneo. Como a análise feita no Capítulo 6 evidenciará, a distinção de brancos e não-brancos, registrada no Censo de 1980, correlaciona-se fortemente com o diferencial de oportunidades medido pelo êxito no mercado de trabalho, pelos níveis de mortalidade infantil e outros indicadores de qualidade de vida. Apesar de o açúcar ter dominado a vida econômica e política do Brasil durante a maior parte do período colonial, a crescente oferta do açúcar das Índias Ocidentais, na segunda metade do século XVIII, resultou em queda do preço no mercado mundial. A queda do valor do açúcar, combinada com o crescente custo dos escravos, lançou em recessão o antes próspero Nordeste brasileiro. Hoje, o Nordeste permanece sendo uma das áreas mais densamente povoadas e a mais pobre do Brasil.

A produção açucareira gerou outras poucas atividades econômicas. Do valor total do açúcar, pronto para embarque nos portos, não mais que 5% provinham dos serviços executados fora do engenho, em grande parte limitados a transportes e armazenagem [Furtado (1963, p. 47)]. Outras despesas incluíam gado de tração, lenha para os fornos, carne de vaca, que fazia parte da dieta alimentar até mesmo da população escrava. Havia grande demanda de couro, que era usado como embalagem na exportação do açúcar para a Europa. A criação de gado era uma das poucas atividades subsidiárias, estimuladas pela economia do açúcar. Devido às condições áridas, reinantes no interior do Nordeste, à baixa densidade de gado que os pastos podiam suportar e à disponibilidade de terra, a criação de gado rapidamente espalhou-se pelo interior, estendendo-se, no século XVII, até os atuais Estados do Maranhão e Piauí.

Quando a economia do açúcar entrou em recessão, os agricultores e fazendeiros que supriam as plantações com alimentos e animais de tração reverteram-se à produção de subsistência.

3.1.2 - Ouro, Algodão e Borracha

No século XVII, o açúcar manteve sua importância em termos de volume. Mas, como sua lucratividade declinou, o centro econômico do país deslocou-se do Nordeste para o Centro-Sul brasileiro. A descoberta do ouro em Minas Gerais em 1695 foi o estímulo mais importante para tal deslocamento. A busca febril de metais preciosos marcou uma nova fase na história econômica e demográfica do país. A produção do ouro, cujo auge ocorreu na década de 1750, mobilizou grandes recursos do Nordeste, principalmente sob a forma de força de trabalho escravo. Atraiu, também, migrantes do Sul do Brasil e, pela primeira vez, grandes contingentes de Portugal. A maciça imigração da Metrópole deveu-se, em parte, às características do processo de mineração. Diferentemente das operações de grande escala do México e do Peru, os depósitos de aluvião do Brasil viabilizavam as lavras, mesmo para pessoas de recursos limitados. O influxo de população para o Brasil Central, por sua vez, foi responsável pelo processo de urbanização que se iniciou com o surgimento de numerosas vilas e cidades [Baer (1966)]. Tão grande foi a migração para as áreas auríferas que o governo tentou controlar o movimento populacional pela exigência de permissão oficial e patrulhamento de pontos estratégicos de entrada. Para regular os carregamentos e comércio de ouro, Portugal mudou a sede da Capitania Geral para o Rio de Janeiro em 1763.

Na década de 1820, a produção do algodão, destinado aos mercados dos Estados Unidos e da Inglaterra, suplantou a participação do açúcar no total das exportações. O algodão tornava-se o principal produto, cultivado no que era, então, a Colônia do Maranhão. Após flutuações havidas no preço, o cultivo da fibra do algodão intensificou-se na década de 1860, como resposta à perturbação do comércio internacional de mercadorias, causada pela Guerra Civil americana. Durante a “fome mundial de algodão”, o Brasil obteve participação maior nos mercados mundiais mais importantes. Isto acarretou certo grau de prosperidade para o Nordeste, especialmente para o Ceará. Mas esse surto teve pequena duração. Em 1877, a seca atingiu a área com intensidade tão devastadora que se estima tenham morrido de fome cerca de 200 mil pessoas [Furtado (1963)].

A deterioração das condições econômicas do Nordeste coincidiu com o aumento da demanda de borracha dos países industrializados. O aumento de preço do látex natural, causado principalmente pelo desenvolvimento dos pneumáticos, e seu crescente uso iniciaram outro ciclo de exportação da economia brasileira. Milhares de trabalhadores abandonaram o Nordeste, atingido pelas secas, e migraram para remotas regiões da Amazônia, em busca de seringueiras. Mas, como no caso da produção açucareira do século anterior, o alto preço da borracha atraiu competidores no estrangeiro. Em

breve, estabeleceram-se plantações no Sudeste Asiático, com base em sistemas de produção bem mais eficientes, comparados ao método primitivo de coleta da borracha de seringueiras muito dispersas utilizado na Amazônia. A crescente oferta do látex no início do século XX causou o colapso do *boom* da borracha brasileira. Em resposta à ascensão e à queda do preço da borracha, a significativa imigração para a Amazônia foi seguida de emigração, igualmente significativa, na década de 20.

3.1.3 - Café

A exploração do pau-brasil, açúcar, ouro, algodão e borracha desempenhou papel importante na história demográfica e econômica do Brasil. Mas nenhum desses produtos mostrou impacto mais duradouro na estrutura contemporânea da produção agrícola e industrial do que o café. O café foi introduzido no Brasil por volta de 1723, e cultivado para consumo local em várias regiões do país. Adquiriu importância comercial apenas ao final do século. Os preços aumentavam na medida em que o café tornava-se mais conhecido nos Estados Unidos e na Europa. A interrupção da oferta da então colônia francesa do Haiti estimulou ainda mais a demanda pelo café brasileiro.

A difusão da cultura do café deu-se em três fases relativamente distintas [Margulis (1979)]. A produção para exportação iniciou-se no Vale do Paraíba, ao norte da capital do Rio de Janeiro. Na década de 1830, o café era o produto de exportação mais importante e mais lucrativo do Brasil. Na década de 1870, a erosão do solo e os danos causados por pragas reduziram a produção do Vale e o cultivo expandiu-se em direção ao Oeste, no interior do Estado de São Paulo. A cultura do café foi tão bem-sucedida que, ao final do século XIX, o Brasil era responsável por 3/4 da oferta mundial. A expansão do cultivo no Estado do Paraná, que alcançou o ponto máximo em meados da década de 50, marcou a última fase do movimento da fronteira do café.

A cultura do café era altamente intensiva de mão-de-obra, como o açúcar, mas exigia capital menor. A terra era abundante e a expansão do cultivo estava limitada apenas pela insuficiente oferta de mão-de-obra. O problema tornou-se sério em 1850, quando foi suspensa a importação dos escravos. A escassez de mão-de-obra tornou-se crítica, quando a escravidão foi totalmente abolida em 1888. Entre essas duas datas, houve drástico aumento no comércio dos escravos dentro do Brasil, embora tenha sido insuficiente para satisfazer a crescente demanda de mão-de-obra. Como solução para o problema, os plantadores do Sul do Brasil buscaram, na Europa, a mão-de-obra necessária. O Governo Imperial e o Estado de São Paulo estavam, nessa época, sob influência da classe, em ascensão, dos ricos cafeicultores.

O Estado subsidiava o custo do transporte, e recrutavam-se ativamente trabalhadores provenientes de Portugal, Espanha e, especialmente, da Itália. A pressão populacional e a depressão econômica geravam, lá, um excedente de mão-de-obra prontamente disponível. O influxo de imigrantes alcançou o ponto máximo entre 1891 e 1900, quando mais de 1 milhão de pessoas, principalmente de origem italiana, ingressaram no país [Smith (1967)].

O Estado de São Paulo, tanto rural quanto urbano, foi profundamente influenciado pela enorme expansão da produção de café. As grandes fortunas acumuladas com a venda de café nos lucrativos mercados internacionais forneceram capital para rodovias, ferrovias e indústrias leves. Embora o sistema de *plantation* tenha-se iniciado modestamente, com senhores de terra declarando orgulhosamente que dependiam do mundo externo apenas no que se referia à compra de pólvora e sal [Dean (1971a)], com a acumulação de capital, a auto-suficiência abriu caminho à economia de mercado e à crescente circulação de moeda. Os pré-requisitos para um sistema industrial logo apareceram. Como o valor da produção de exportação aumentava e as áreas de cultivo se expandiram, com utilização de mão-de-obra imigrante, logo se estabeleceriam bancos e outras instituições de crédito. Um sistema ferroviário, embora orientado para as necessidades de exportação, propiciou a infra-estrutura que tornava lucrativa a indústria manufatureira doméstica.¹

3.1.4 - Expansão da Fronteira nos Dias de Hoje

O cultivo do café espalhou-se para o Sul, até o Paraná, em meados deste século. A essa expansão logo se seguiram duas outras fases de expansão da fronteira agrícola. Nas décadas de 50 e 60, a pecuária movia-se em direção

¹ Em geral, admite-se que a imigração internacional, especialmente a de origem italiana, desempenhou papel importante na industrialização de São Paulo [Dean (1971a)]. Fornecia mão-de-obra às plantações de café e, mais tarde, estimulou o crescimento econômico, investindo na indústria e no comércio. Subjacente a esta ideia está a noção de que o imigrante típico era, invariavelmente, pobre e que se dirigia, no início, ao trabalho na agricultura. Assim que acumulava capital suficiente, o imigrante procurava subir na escala social, passando de agricultor a empresário urbano.

Reavaliações feitas deste importante período da História brasileira compõem um quadro mais complexo sobre esses fatos. No caso de São Paulo, o estabelecimento das primeiras indústrias pode ter-se iniciado em 1873, como resultado de esforços de empresários brasileiros surgidos das famílias donas de terra [Martins (1977)]. Não obstante, a indústria permanecia como o empreendimento menos atraente para o capital nativo, fator esse que facilitava o crescimento da participação de imigrantes na indústria e no sistema bancário na década de 1890. Questionando a hipótese da mobilidade, Martins (1981) assegura que parte significativa da população européia aqui chegou já na condição de capitalistas ou de membros do proletariado urbano. No início do século XX, São Paulo tornou-se a região mais avançada do país. "Na década de 20", observa Dean (1971a), "São Paulo substituiu o Estado do Rio de Janeiro e a Capital Federal do Brasil como o centro industrial mais importante. Na década de 40, o Estado possuía indubitavelmente a maior aglomeração de indústrias manufatureiras da América Latina".

à região Centro-Oeste, o que se tornou o primeiro deslocamento de fronteira não diretamente ligado a determinado produto de exportação. A expansão para o Oeste, para os Estados do Mato Grosso e de Goiás, era, em grande medida, estimulada pelos investimentos públicos em rodovias. Outro fator significativo foi a decisão de mudar a Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília, no interior do Estado de Goiás. A inauguração da nova capital, em abril de 1960, e o término da rodovia Belém-Brasília puseram fim ao isolamento do Oeste.

A fronteira agrícola continuou a expandir-se para o Norte, nas décadas de 70 e 80, em direção às áreas tropicais úmidas da bacia inferior do Amazonas. Embora este processo já viesse se desenvolvendo há algum tempo, a crescente intervenção do governo mostrou-se decisiva. Em 1970, o presidente Médici anunciava o Programa de Integração Nacional. Esta iniciativa demandava a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e firmava o compromisso de financiar e administrar a colonização das novas terras, tornadas acessíveis pelas rodovias. Isto tornou a política de expansão da fronteira mais agressiva, manifestada em projetos de colonização melhor elaborados, em construção de rodovias e legislação de incentivos fiscais, destinados a atrair investimentos privados para a região. Exploraremos, no Capítulo 10, os impactos socioeconômicos e demográficos dessas iniciativas. Por ora, basta-nos observar que a política estatal, destinada a trazer esta área remota do Brasil para a economia nacional, constitui fator-chave da promoção da ocupação atual da Amazônia.

3.2 - Transformação Política e Crescimento Industrial

Quando as tropas de Napoleão varreram a Europa e a corte portuguesa buscou refúgio em sua possessão colonial do Novo Mundo, o Brasil tornou-se, de repente, a sede do Império português. Durante 14 anos, D. João VI governou o Império, do Rio de Janeiro. Após a abdicação de Napoleão e o retorno do Rei a Portugal, cresceu a pressão para pôr fim à condição colonial do Brasil. Em 1822, D. Pedro, herdeiro da família real, declarava o Brasil nação soberana, sob sua liderança. Reinando como imperador, D. Pedro I preservou a forma monárquica de governo.

Na segunda metade do século XIX, crescia a pressão, tendo em vista a abolição da escravatura, tanto no estrangeiro quanto por parte de facções existentes no país. D. Pedro II, em cujo reinado foi assinado o Ato de Libertação em 1888, perdeu o apoio de poderosos grupos de proprietários de terra. Em 1889, a Coroa caía sem defensores, num acontecimento que marcou a transição da Monarquia para a República e que perdurou até 1930.

A Primeira República, como é agora conhecida, constituiu-se uma débil federação de Estados, dominada pelos membros da elite governante de São Paulo e Minas Gerais. Durante o período republicano, a economia do país escorou-se na exportação de produtos primários. O principal produto era o café, embora outras mercadorias tenham desempenhado papel importante. Na primeira década do século XX, as exportações de borracha da Amazônia foram responsáveis por 40% de todas as exportações brasileiras no período. Mas sua importância foi efêmera, pois o aumento espetacular do comércio da borracha foi logo seguido por uma queda igualmente dramática. As outras exportações incluíam o açúcar de Pernambuco e o cacau da Bahia.

Embora os produtos agrícolas ocupassem posição central, a produção industrial começou a ganhar espaço. Em primeiro lugar, apareceram as indústrias leves, principalmente as têxteis, de vestuário, de calçados e de produtos alimentares, que respondiam por 57% do produto industrial em 1902, chegando a 64%, em 1919. As oficinas nas colônias e pequenas cidades do Sul do Brasil expandiram-se, com a finalidade de satisfazer as crescentes necessidades de pequenos fazendeiros e da classe média rural em ascensão. Grande parte da atividade industrial inicial foi produto do trabalho pioneiro de importadores, que consideravam lucrativa a produção do que, até então, compravam no estrangeiro [Baer (1979, p. 33-37)]. Tratava-se de artigos como mobiliário, instrumentos e equipamentos agrícolas, moinhos, turbinas a vapor, artigos de couro e produtos alimentares, como óleo comestível. O fluxo de bens manufaturados para o Brasil interrompeu-se durante a Primeira Guerra Mundial. Esse acontecimento contribuiu para a industrialização [Simonsen (1969)], embora haja controvérsia acerca de sua importância relativa [Baer (1979, p. 39)]. Ainda assim, o café permanecia como “o eixo sobre o qual a economia deveria girar ainda por muitas décadas” [Merrick e Graham (1981)]. Uma vez que os preços internacionais do café eram muito sensíveis à oferta, o governo buscava controlar a situação, através da limitação da quantidade de café que chegava ao mercado. Desenvolveu-se um plano de “valorização”, destinado não a impedir a produção, mas, antes, suspender, quando julgava necessário, a venda de café já produzido. Os preços artificialmente altos, pagos a produtores domésticos, outra coisa não faziam a não ser encorajar novos investimentos na cultura, acentuando, deste modo, a necessidade de maior intervenção governamental. As políticas de defesa de preços tiveram, subsequentemente, de ser combinadas com medidas de desencorajamento de maiores investimentos, iniciativa esta que teve pouco efeito. O café era protegido à custa da indústria e de outros setores agrícolas e fez aumentar a dívida brasileira com bancos estrangeiros que financiavam a estocagem. Segundo Furtado (1963, p. 204), “a classe dirigente cafeeira lograra

transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga da queda cíclica dos preços”.

As medidas protecionistas tomadas pelos plantadores de café levaram, posteriormente, à sua ruína política. O início da depressão mundial constituiu-se fato decisivo neste sentido, uma vez que mobilizou novas alianças políticas no país. Mas, mesmo antes do *crack* da Bolsa de Nova York em 1929, a economia de exportação estava em crise. Duas safras de café excepcionais, ocorridas em dois anos consecutivos, suprimiram o mercado com quantidades de café sem precedentes. Os preços caíram, o programa de valorização fracassou e as reservas financeiras ficaram severamente combalidas [Poppino (1968, p. 255)]. A reação contra o excessivo poder de dominação dos cafeicultores, especialmente a partir dos círculos militares e de administradores civis e entre os industriais, culminou na Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder [Furtado (1963, nota de rodapé 3)]. Vargas era uma figura carismática e governou o Brasil até o fim da Segunda Grande Guerra.

3.2.1 - A Depressão

Ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil suportou relativamente bem a Grande Depressão. Na realidade, a década de 30 veio a ser um decênio muito importante para a indústria brasileira. É uma ironia que se possa atribuir, em parte, essa importância ao continuado apoio do governo ao setor cafeeiro. Uma vez que o café respondia pela maior proporção das exportações do país, o governo federal implementou um programa de apoio, pelo qual comprou todo o café disponível, destruindo o que não poderia ser vendido ou estocado. Tal política arrefeceu o aumento do desemprego, não apenas no setor cafeeiro, mas também em outras áreas da economia a ele ligadas. Porque o valor do produto era inferior à renda criada, o apoio ao café tornou-se um tipo de programa anticíclico, absorvendo parte do choque causado pela Depressão. Furtado (1959, p. 224) observa que: “estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes(...). Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha implementado em qualquer dos países industrializados”.

Uma drástica desvalorização da moeda, ocorrida na década de 30, fez aumentar o preço das importações. Gastava-se menos renda no exterior e os níveis de emprego domésticos mantiveram-se. Isto fez crescer bastante a demanda de bens manufaturados. O programa de apoio ao café, desta forma, sustentava o nível de emprego e a demanda interna numa época em que as importações caíam. O conseqüente aumento do preço relativo dos

bens manufaturados agia como catalisador de um surto de produção industrial [Baer (1979, p. 43)].

Com a Revolução de 30, a nova coalizão desafiou o poder da elite agrícola dominante, alterando de modo significativo as instituições políticas nacionais. Vargas e seus seguidores viram-se como construtores da modernização nacional e consideravam a expansão industrial como a panacéia para os males económicos do país. Sob Vargas, o governo federal não representava mais o papel de mediador entre os grupos regionais em contenda. Em uma cerimônia em 1937, Vargas incinerou as bandeiras estaduais, em forte simbolismo do poder exercido pelo governo federal. Vargas procurou apoio político junto aos trabalhadores e adotou uma ampla gama de políticas governamentais que favoreciam as classes trabalhadoras, enquanto, ao mesmo tempo, trazia sob controle estatal o incipiente movimento trabalhista. Um elemento-chave do Estado Novo de Vargas (1937/45) era um elaborado sistema corporativo de relações de trabalho, no qual os sindicatos trabalhistas se formavam sob a tutela de órgãos administrativos estatais [Erickson e Middlebrook (1982, p. 214-215)]. O controle centralizado dos salários e do trabalho continua até hoje, fator que traz profundas conseqüências sobre a distribuição da renda (fato discutido mais tarde neste capítulo) e sobre o nível e padrão das taxas de mortalidade no Brasil (Capítulos 4 e 5).

3.2.2 - O Desenvolvimento do Pós-Guerra

Vargas permaneceu como Chefe de Estado até 1945. Após 1937, governou como ditador, sem as restrições do Congresso ou de eleições. Logo após a derrota das potências do Eixo, Vargas foi deposto pelas Forças Armadas, na onda de entusiasmo democrático do pós-guerra. Porém, Vargas não desapareceu da cena política e retornou à Presidência em 1951, pelo voto popular. Permaneceu no poder por apenas três anos, quando foi, de novo, forçado a renunciar. Um atentado contra um líder da oposição resultou na morte de um oficial da Força Aérea. Este incidente, e acusações cada vez mais graves de corrupção dentro do governo causaram uma onda de sentimento anti-Vargas. Ao invés de acatar ultimato dos militares, para que renunciasse, Vargas preferiu suicidar-se.

Houve, então, a escolha de dois presidentes democraticamente eleitos. O mais notável foi Juscelino Kubitschek (1956/60). Prometendo “50 anos de crescimento em 5”, Kubitschek estimulou o crescimento económico, que se deu a taxas sem precedentes na indústria do aço e nos transportes, e instalou a indústria automobilística nacional. Mas estes ambiciosos planos de desenvolvimento custaram alto preço. Durante seu governo, o custo de vida triplicou e a dívida externa cresceu em espiral, constituindo-se, desse modo, em legado da era Kubitschek.

Esses fatores minaram a estabilidade económica e política dos governos subsequentes. Jânio Quadros foi eleito em 1960, mas renunciou após somente sete meses de governo. Seu sucessor, João Goulart, até então vice-presidente, tido como um “trabalhista esquerdista” [Poppino (1968, p. 280)], foi deposto pelo Exército em março de 1964. Os militares, que assumiram o poder com o apoio da classe média e dos empresários, exerceram o poder político supremo no Brasil até 1985.

O período de 1945 a 1960 caracterizou-se pelo rápido crescimento industrial. Os produtos manufaturados internamente começaram a substituir bens intermediários e bens duráveis de consumo importados. A industrialização causou enormes alterações na estrutura social e modificou o equilíbrio do poder entre os grupos de interesse urbanos e rurais. Novas ideologias desenvolvimentistas, que se destinavam a orientar as políticas económicas estatais nos anos do pós-guerra, acompanharam essas mudanças.

As velhas políticas baseavam-se em teorias ortodoxas do comércio internacional, as quais se alicerçavam na lei clássica dos custos económicos comparados. Nessa perspectiva, a divisão internacional do trabalho ideal seria aquela em que os países em desenvolvimento oferecessem produtos primários em troca de bens finais produzidos pelos desenvolvidos. As premissas ideológicas desta visão compatibilizavam-se totalmente com os interesses da oligarquia tradicional brasileira. Tal afinidade revela-se claramente numa afirmação do presidente Campos Salles, em 1898, de que a função do Brasil era exportar o que de melhor pudesse produzir e importar de outros países o que esses produzissem melhor [citado em Dickenson (1978, p. 13)].

No plano económico, a emergência da burguesia urbana na década de 50 alterou tudo isso de modo fundamental. A política de desenvolvimento tornou-se “orientada para dentro”, com ênfase na “industrialização via substituição de importações” (ISI) que estimularia a produção interna de produtos manufaturados, então importados. Com a finalidade de proteger e estimular a indústria nacional, vários tipos de controle de câmbio e tarifas foram instituídos e estimulou-se o influxo de capitais externos [Bergsman (1970)].

Os fundamentos teóricos da ISI encontram-se na obra de Raul Prebisch, da Comissão Económica para a América Latina (Cepal) das Nações Unidas. Rejeitando a visão ortodoxa, Prebisch argumentava, de modo persuasivo, que a clássica divisão internacional do trabalho ampliava, na economia mundial, ao invés de estreitar, os diferenciais de renda entre os “centros” industriais e a “periferia” agrícola (revisto no Capítulo 2). Vale repetir que, embora tenha alterado profundamente sua natureza, a ISI não eliminou a dependência externa. Apesar do esforço em buscar seus próprios

caminhos, o Brasil continuou a depender de bens de capital importados para fazer funcionar seus parques industriais [Baer e Doellinger (1978, p. 155)]. As políticas brasileiras relativas à ISI agiram em detrimento do setor agrícola. Na década de 50, o referencial teórico prevalecente sobre o desenvolvimento era o modelo “dualista” que relegava a agricultura a um plano secundário. Em países com alta taxa de crescimento populacional, o modelo “dualista” pressupunha produtividade marginal zero no setor “tradicional”. Nessas circunstâncias, a função do Estado era promover a acumulação industrial, transferindo recursos do setor de exportação agrícola para a economia industrial urbana, através de políticas discriminatórias de comércio e de câmbio. O impacto dessas políticas sobre a agricultura brasileira e as conseqüências relativas à migração rural-urbana serão discutidos no Capítulo 9. A industrialização via substituição de importação e os vários mecanismos pelos quais o Estado subsidiou grupos industriais nacionais contribuíram para profundas alterações da estrutura socioeconômica e política do país, sendo também, muitas vezes, reflexo delas.

3.2.3 - O Governo Militar e “Milagres Econômicos”

Inquietações políticas e econômicas foram a marca dos anos seguintes à surpreendente renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961. Consentiu-se que o vice-presidente João Goulart assumisse, sob a condição de que compartilhasse do poder com o Congresso, em um sistema parlamentarista de governo, um arranjo político que impedia a emergência de um Executivo forte. Mesmo após o plebiscito de 1963, que restaurou os plenos poderes da Presidência, Goulart encontrou dificuldades de conduzir-se na Presidência, em razão das muitas pressões que se lhe opunham. Cresceu a movimentação pelas reformas agrária e tributária. Líderes trabalhistas demandavam reajustes salariais. A comunidade empresarial pressionava por alívio no crédito. Os fornecedores internacionais exigiam pagamentos à vista, uma vez que o governo Goulart parecia inclinado a adotar moratória unilateral da dívida externa [Skidmore (1978)]. Goulart apelava para o sentimento nacionalista e anunciava que o governo expropriaria as refinarias de petróleo privadas e iniciaria uma reforma agrária parcial. Dentro do contexto de uma grave crise econômica e de um clima político cada vez mais permeado pela histeria da guerra fria, tais elementos constituíram-se os catalisadores do golpe militar de 1964.

O fim do governo civil representou o início de uma política econômica agressiva, destinada a controlar a inflação, atrair investimentos externos e estimular a acumulação de capital. O aumento sem precedentes do produto agregado, entre 1968 e 1974, tornou-se conhecido como o “milagre”

brasileiro e foi considerado como um grande feito da política econômica. O “milagre” foi conseqüência de um modelo mais ou menos distinto de planejamento do desenvolvimento.

As preocupações primordiais dos primeiros anos após o golpe foram a estabilização e a reforma dos mercados financeiros. Com a assessoria de tecnocratas civis, o governo militar cortou despesas, ampliou o sistema de recolhimento de impostos e restringiu o crédito. Títulos e depósitos de poupança passaram a ser indexados pela taxa de inflação. A lei do mercado de capitais em 1965 fortaleceu e estimulou a maior utilização do mercado de ações. Incentivos fiscais passaram a ser amplamente utilizados, com o objetivo de superar desequilíbrios regionais e setoriais. O impacto desses incentivos sobre a Amazônia é tratado no Capítulo 10. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) financiava a aquisição de bens de capital produzidos no Brasil. Para evitar que a taxa de câmbio se tornasse supervalorizada e para desencorajar a especulação, o cruzeiro era desvalorizado a intervalos freqüentes, mas imprevisíveis. O setor assalariado foi arrojado, fazendo com que os salários ficassem para trás em relação à inflação e a aumentos da produtividade.

O desenvolvimento “orientado para dentro” da década de 50 foi substituído por esquemas de incentivos fiscais, destinados a estimular a diversificação da pauta de exportações brasileiras, com a inclusão dos produtos manufaturados, reduzindo-se, desta maneira, sua dependência de produtos agrícolas, especialmente o café. As políticas relativas ao capital externo estimulavam os empréstimos tanto oficiais quanto privados e atraíram substanciais investimentos externos diretos.

A repressão política constituiu-se ingrediente essencial neste modelo de desenvolvimento. Os poderes do Legislativo e do Judiciário Civil foram enormemente reduzidos, e as eleições e os partidos políticos tornaram-se controlados pelo governo militar. Apoiados pelo regime autoritário, os tecnocratas tinham as mãos livres para adotar medidas que desestabilizariam, se não derrubassem, um governo democrático [Skidmore (1978)]. Homens públicos que causassem algum tipo de problema eram banidos da vida política [ver Soares (1979)] e a censura silenciava vozes oposicionistas. A violência e a tortura eram usadas para eliminar os “subversivos”, especialmente no final dos anos 60 e início dos anos 70. Essas ações drásticas eram justificadas com uma alta dose de retórica da guerra fria. Buscando ligar questões políticas internas à luta ideológica internacional, pequenos problemas e conflitos elevavam-se à categoria de ameaças à segurança nacional [Cardoso (1982)].

A Tabela 3.1 apresenta dados de séries temporais sobre indicadores-chave do crescimento econômico. A estagnação da economia brasileira, que se

Tabela 3.1
Taxa Anual de Crescimento Real do Produto Interno Bruto, da Indústria e da Agricultura - 1956/83
 (Em %)

ANOS	PIB REAL	INDÚSTRIA	AGRICULTURA
1956/62	7,8	10,3	5,7
1962/67	3,7	3,9	4,0
1968	11,2	13,3	4,4
1969	9,0	12,1	3,7
1970	8,8	10,3	1,0
1971	13,3	14,3	11,4
1972	11,7	13,3	4,1
1973	14,0	15,0	3,5
1974	9,8	9,9	8,5
1975	5,6	6,2	3,4
1976	9,2	12,9	4,2
1977	4,7	2,3	9,6
1978	1,7	5,9	-0,9
1979	6,4	6,4	5,1
1980	7,2	7,9	6,3
1981	-3,2	-10,2	6,4
1982	0,9	0,6	-2,5
1983	-3,2	-6,8	2,2

Fontes: Baer (1979, p. 95) e Tyler (1984).

iniciou por volta de 1962, continuou após a tomada do governo pelos militares, perdurando até 1968. Os observadores atribuem este fato às medidas de estabilização, aplicadas nos primeiros anos do regime militar, e à necessária defasagem temporal, antes que as reformas do sistema financeiro pudessem funcionar. Em 1968, o Brasil passou a experimentar um período de crescimento que perdurou até 1974. De 1968 a 1974, as taxas de crescimento anual atingiram em média 11,3%, quase três vezes mais do que as registradas no período quinquenal anterior. A indústria foi o setor-líder, expandindo-se à taxa média de 12,6% a.a. Dentro da indústria de transformação, o crescimento concentrou-se nos bens de consumo duráveis e produtos químicos [Baer (1979, p. 94-95)].

A queda da atividade econômica, após 1973, coincidiu com o aumento do preço internacional do petróleo. Este fato causou severas repercussões na

economia nacional. Embora os pesquisadores discordem quanto à relativa importância do preço do petróleo no esvaziamento do "milagre econômico" [por exemplo, Faucher (1981)], permanece o fato de que o país era e continua a ser altamente dependente do fornecimento de petróleo estrangeiro.

Após a crise do petróleo, o planejamento econômico desviou-se da ortodoxia pós-1964. Sensível às vitórias do partido de oposição nas eleições de novembro de 1974, para o Senado Federal, o governo dificilmente poderia suportar uma recessão duradoura. Com a finalidade de estimular a produção industrial, foram adotadas medidas destinadas a expandir a demanda agregada. Adotaram-se rígidos controles da importação e programas de promoção de exportações, com a finalidade de enfrentar o déficit do balanço de pagamentos. Porém, no final de 1976, a economia aqueceu-se com muita rapidez. Atribuiu-se a renovada taxa de inflação à demanda excessiva. Os formuladores de políticas passaram a revisar os ambiciosos programas de investimentos iniciados em 1974, num esforço para combater a inflação [Bacha (1980, p. 41-43)]. Durante o restante da década de 70, as políticas macroeconômicas seguiram este tipo de modelo de "avanços e recuos".

A trajetória econômica palmilhada pelo Brasil havia causado conseqüências de grande alcance. A distribuição da renda pessoal, já distorcida em 1960, tornou-se ainda mais concentrada após o golpe militar. De modo semelhante, as empresas multinacionais, já atuantes no país, assumiram importância ainda maior após 1964. Atuando de modo independente, ou através de *joint-ventures* com empresas brasileiras, dominam agora os setores mais dinâmicos da economia do país, muito embora o investimento externo represente apenas 10% do investimento total [Baer e Doellinger (1978) e Bacha (1980)]. ● comércio internacional diversificou-se enormemente. As exportações do setor primário incluem, além do café, açúcar e outros produtos tradicionais, a soja, a concentrados cítricos e aves congeladas. Em 1978, os bens manufaturados eram responsáveis por 50% de todo o comércio exterior e uma parte significativa constituía-se de vendas de armamentos. Em 1980, o Brasil vendeu mais de US\$ 1 bilhão em armamentos, de lança-chamas a navios [Levine (1982, p. 63)].

3.2.4 - Armadilha do Sistema Internacional

Em lugar algum a interdependência do mundo moderno é mais evidente do que nos mercados financeiros internacionais [Furtado (1982)]. Nenhuma outra questão particular reflete mais claramente as conseqüências desta interdependência sobre as perspectivas do desenvolvimento brasileiro do que a atual crise da dívida. Em 1964, a dívida externa brasileira totalizava US\$ 3 bilhões. Em 1974, o primeiro ano por inteiro já dentro da crise do

petróleo, ela saltou para mais de US\$ 17 bilhões e agravou-se ainda mais, após “o segundo choque”, em 1979. Em 1982, a dívida situava-se entre US\$ 80 e 88 bilhões. Em 1984, o Brasil devia a seus credores mais de US\$ 100 bilhões.

As taxas de juros oscilavam entre 4,4 e 5%, na primeira metade da década de 70. As taxas flutuantes mais do que triplicaram em 1981 e 1982, atingindo patamar entre 15 e 19% [Pang (1983)]. O salto das taxas de juros tem trazido conseqüências desastrosas. Cada aumento de um ponto percentual custava, ao Brasil, a importância de US\$ 450 milhões por ano. Em 1983, o Brasil só foi capaz de fechar suas contas após um maciço afluxo de empréstimos de bancos americanos e europeus e do Fundo Monetário Internacional. Entretanto, o país viu muito pouco do dinheiro, uma vez que a maior parte destinava-se a pagar o serviço da dívida, no valor de US\$ 11 bilhões. O pagamento do principal estava fora de questão. Porém, na medida em que os pagamentos de juros eram mantidos, os bancos privados continuavam a amontoar enormes lucros.

O castelo de areia financeiro poderia facilmente desmoronar-se, especialmente num período de recessão como o dos primeiros anos da década de 80. Caso o Brasil, ou qualquer outro tomador de empréstimo mais importante, se recusasse a pagar, ou caso um banco americano tivesse que acender o barril de pólvora, por ter de cobrar o empréstimo, conseqüências imediatas de grande alcance internacional teriam ocorrido. As maiores instituições financeiras dos Estados Unidos estariam entre as primeiras a sentir-se em apuros. O Citibank, para tomarmos um exemplo, havia concedido mais empréstimos ao Brasil em 1984 do que todo o capital de seus acionistas [Lernoux (1984)].

Sob o regime militar, a oposição política brasileira exigia a moratória da dívida, como único modo de salvar a economia do fracasso. Porta-vozes do sistema bancário americano argumentavam que o tomador de empréstimo que declarasse a moratória importaria, a si próprio, recessão ainda pior. Segundo a revista *Business Week* (1983, p. 59), tal ação “reduziria o país devedor a praticamente uma economia de trocas, tornando seus navios e aviões vulneráveis ao confisco pelos bancos”. “A relação”, como escreve um analista, “é mais ou menos como a de duas pessoas numa gangorra: se uma pula fora de repente, os dois podem se machucar” [Kuczynski (1983, p. 27)].

Nas décadas de 50 e 60, grande parte dos empréstimos provinha do setor público. Incluía-se, aí, a ajuda proveniente de países industrializados e créditos de longo prazo de instituições tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird). Quando o capital privado se dirigia para o Sul, assim o fazia, na maioria das vezes, sob a forma de

investimentos diretos de vários tipos. Na década de 70, no entanto, as fontes de financiamento público não conseguiram acompanhar as necessidades dos países em desenvolvimento. O Bird e o FMI enfrentavam dificuldades para levantar o dinheiro necessário a suas próprias operações, numa época em que o sistema bancário privado internacional ingressava numa era de crescimento sem precedentes. O principal estímulo proveio do fabuloso aumento de liquidez, causado pelo primeiro aumento de preços de petróleo pela Opep no final de 1973. Os bilhões de “petrodólares”, que de repente ingressaram nos cofres do sistema bancário ocidental, tornavam o crédito barato e colocaram os grandes emprestadores internacionais numa agressiva e incauta competição por novos tomadores. O empréstimo ao Terceiro Mundo tornou-se imensamente lucrativo, e a América Latina passou a ser o principal alvo para empréstimos externos. Ao final de 1981, quase 80% da dívida da América Latina pertenciam aos bancos privados e a maior parte dela era de curto prazo, com taxas de juros flutuantes.

A recessão mundial do biênio 1980/81 colocou o mercado monetário mundial de cabeça para baixo. Os países latino-americanos sofreram um duro golpe causado pelos efeitos combinados da contração da demanda de suas exportações, deterioração dos termos de troca, aumento das taxas de juros e queda da oferta de financiamentos externos, aliados ao notável aumento do protecionismo externo [Cepal (1983)]. Se o resultado de tudo isso era a insolvência (isto é, os tomadores “nunca” poderiam pagar) ou falta de liquidez (isto é, a dívida não poderia ser paga no momento) é, em grande parte, uma questão de grau ou de definição. De um modo ou de outro, a situação reinante no início dos anos 80 delineou uma crise financeira de proporções inéditas. No Brasil, o cenário de crescimento em espiral da dívida desenvolveu-se de um modo um tanto diferente. Ao contrário de muitos de seus vizinhos latino-americanos, a crise não se originou de queda das exportações, uma vez que estas se aceleraram e diversificaram. Nem mesmo resistiu, ela, no aumento das importações, uma vez que estas permaneceram estáveis ou tiveram crescimento diminuto desde 1975. Ao contrário, a causa primordial da crise da dívida tem sido a tendência desfavorável dos termos de troca e dos recursos necessários para o serviço da dívida. Em 1981, apenas a “repatriação” dos lucros e os juros representaram 3,2% do PIB, ao passo que nas décadas de 50 e de 60 a proporção correspondente não excedia a 1%. Além disso, estudo realizado pela Cepal em 1983 mostrou que, desde 1975, a alteração dos preços relativos das importações e das exportações custou ao Brasil o montante anual equivalente a 3,7% do seu PIB [Cepal (1983)].

Em grande parte, o problema atual da dívida brasileira foi causado pela grave deterioração dos termos de troca e, em menor grau, pelo aumento imoderado das taxas de juros. Segundo Serra (1982), se as condições do

mercado mundial no início dos anos 80 fossem tão favoráveis como eram em 1978, o Brasil não teria qualquer problema no balanço de pagamentos. Isto é, se o país tivesse comercializado o mesmo volume de bens e serviços de 1978 a 1982, porém aos termos de troca favoráveis, vigentes em 1978, ao invés da rápida deterioração dos termos de troca que de fato experimentou, teria acumulado o excedente comercial de US\$ 25,7 bilhões (em dólares de 1982), ao invés do déficit de US\$ 6,3 bilhões. O custo estimado, para o Brasil, da mudança nos termos de troca foi de US\$ 32 bilhões. De modo semelhante, se o Brasil tivesse pago os níveis mais baixos de juros cobrados em 1978, ao longo dos cinco anos seguintes, teria economizado US\$ 15,5 bilhões. Somadas, essas estimativas indicam que o Brasil perdeu nada menos que US\$ 47,5 bilhões, como resultado das mudanças nos termos de troca e nas taxas de juros internacionais.

3.2.5 - Crise Econômica do Início da Década de 80

Para enfrentar o problema da dívida, o Brasil seguiu a receita econômica convencional, que prescreve três políticas básicas: medidas contracionistas para desaquecer a economia, com a finalidade de reduzir as importações; a redução dos preços relativos das exportações, através da desvalorização da moeda, de modo a estimular as vendas internacionais; e o aumento nas taxas de juros internas, para atrair capital externo [Serra (1982)]. Além dessas medidas, o investimento público foi congelado e, numa economia inflacionária, isto representa queda significativa em termos reais [World Bank (1983, p. 32)].

A taxa anual de variação do Produto Interno Bruto (Tabela 3.1) reflete a magnitude da crise econômica. Ela caiu de +7,2% em 1980, para -3,2%, em 1981. O setor industrial experimentou uma queda colossal, isto é, -10,2%. Em 1982, voltou a crescer +0,9% e, no ano seguinte, caiu de novo em -3,2% [Tyler (1984)]. De 1981 a 1983, o PIB *per capita* caiu em 14%, a taxa de crescimento do emprego informal aumentou em 6,5% a.a., comparada com a taxa anterior de 3,2%, e as taxas de mortalidade infantil das grandes áreas metropolitanas, tais como São Paulo, começaram a subir [(Pfeffernann (1985)]. As indústrias dispensaram trabalhadores, como resultado da crise, e a remessa de capitais, para pagamento do serviço da dívida, fez abaixar a taxa de investimentos internos, fator esse que solapa seriamente a perspectiva de geração futura de novos empregos. Grupos de média e baixa renda foram especialmente prejudicados pela recessão e por taxas de inflação anuais superiores a 200%.

3.2.6 - A Volta da Democracia: 1985

Diferentemente de outras ditaduras latino-americanas, o “modelo político” brasileiro, de 1964 a 1984, preservou e não destruiu instituições-chave liberais [Cardoso (1982)]. Os governos autoritários não determinaram o fim do Congresso e do Judiciário. Partidos políticos continuaram a existir e, até mesmo, houve eleições após o golpe militar de 1964. Porém, a existência dessas instituições era, em grande parte, simbólica. Caso a legislação existente não satisfizesse as necessidades do regime, nova legislação era criada; se as leis e as instituições fossem julgadas inadequadas, as mesmas eram emendadas [Soares (1985)]. Os militares brasileiros, durante o período de domínio de 21 anos, raramente lançavam mão da força bruta ou de trapaceas eleitorais, sem antes estabelecer justificativa legal para suas ações.

O Ato Institucional nº 2 foi baixado em 1965, com a finalidade de abolir a velha estrutura partidária. O regime militar, então, organizou a nova estrutura com apenas dois partidos: Aliança de Renovação Nacional (Arena), o partido majoritário que apoiava o regime, e o partido minoritário oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Permitiu-se limitada competição política, mas o regime não hesitava em lançar mão de seu considerável poder, assim que julgasse necessário. Uma confrontação entre as Forças Armadas e os políticos civis provocou, em 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), um rígido conjunto de regras jurídicas que iniciou um período de repressão excepcional, o qual perdurou até 1974. O AI-5 dava ao presidente Médici poderes para fechar o Congresso e suspender o direito de *habeas corpus*. O regime baniu, da vida política, homens públicos de atuação incômoda, censurava vozes oposicionistas e utilizava-se da violência e da tortura para eliminar “elementos subversivos”.

Os militares manipularam o sistema eleitoral, através de um a série de pacotes, ou conjuntos de medidas e regulamentações, cuidadosamente delineados, com o objetivo de enfraquecer a oposição nas eleições, embora ainda mantivesse a imagem de um processo democrático. O governo, também, controlava o acesso aos meios de comunicação. Chegou a privar partidários do MDB de seus direitos políticos e, em 1978, nomeou diretamente 1/3 dos senadores. A despeito dessas medidas, o MDB colhia vitórias significativas na eleição parlamentar de 1974 e, de novo, em 1978, na medida em que cada uma dessas eleições tornava-se uma espécie de plebiscito sobre o regime militar. Não obstante, o regime conseguia manter o controle do Congresso, por sair vitorioso nas áreas rurais mais conservadoras e nos menores estados, os quais detinham uma representação desproporcional à sua população.

O governo mostrava-se consciente do crescente poder da oposição, especialmente nos centros urbanos dos maiores e mais importantes Estados da Federação. A solução encontrada foi a Lei da Reforma Partidária de 1979. Essa nova lei destinou-se a explorar as rachaduras existentes no MDB, fazendo com que o partido se dividisse em facções. O objetivo era reter tantos “arenistas” quanto possível, sob o mesmo teto, e ao mesmo tempo dividia a oposição em grupos conflitantes [Soares (1980)]. Sob a nova lei, tomaram curso tendências divisionistas, tanto na Arena quanto no MDB. O primeiro partido a surgir foi o chamado Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena. Pelo lado da oposição, o PMDB tornou-se herdeiro do MDB, quer no nome, quer na maioria de sua composição. Na oposição surgiram outros partidos, isto é, o Partido dos Trabalhadores (PT), chefiado por líderes trabalhistas populares, notadamente Luiz Inácio da Silva, conhecido como Lula, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), dominado pela figura de Leonel Brizola, que mais tarde veio a se tornar governador do Rio de Janeiro.

O ressurgimento da competição política no Brasil foi, em muito, estimulado pela crise econômica que se iniciou em meados da década de 70. Antes disso, o rápido crescimento econômico era um dos fatores mais importantes de legitimação dos governos militares no Brasil. A justificativa para o controle autoritário baseava-se na doutrina do “desenvolvimentismo”, que buscava assegurar que os investimentos e a produção alcançassem determinado nível, antes que a expansão econômica auto-sustentada pudesse fazer com que os benefícios do crescimento se “infiltrassem” por toda a população [Portes e Walton (1981, Cap. 4) e Soares (1978)]. Reconheciam-se as desigualdades, embora fossem consideradas transitórias.

Mas o próprio êxito do processo de crescimento, no final da década de 60, minou, também, o apoio político do regime. Entre outras coisas, a ortodoxia econômica fez com que se retirassem barreiras protecionistas e se abrisse a porta ao capital externo. Esta política comercial e a conseqüente desnacionalização da economia atuaram em detrimento de algumas indústrias e prejudicaram importantes setores da burguesia. A destruição de pequenas e relativamente frágeis empresas foi estimulada, através da política de “insolvência positiva”, que consistia no corte de créditos oficiais às empresas que não conseguissem mostrar nível adequado de lucratividade. Somente em São Paulo, as falências passaram de 838, em 1964, para 3.359, em 1967 [Munck (1980) citado em Kohl (1981, p. 100)]. A estratégia de crescimento adotada pelo regime, portanto, tendia a fragmentar a solidariedade de sua própria base classista.

A situação piorou com os choques externos, especialmente, com a quadruplicação dos preços do petróleo, em 1973, e nova duplicação em 1979/80.

Como resultado, as taxas de crescimento decresceram e vieram acompanhadas de inflação acelerada. Para o regime, que justificava sua existência na expectativa de continuada expansão econômica, a desaceleração traduzia-se, cada vez mais, em crise de legitimidade do governo autoritário [Bacha (1980), Soares (1978) e Souza e Lamounier (1981)]. Anteriormente, evidências encontradas no Censo de 1970, relativas à concentração da renda, já tinham levado a questionar a probabilidade do efeito de “gotejamento” no Brasil. Finalmente, o esmagamento da guerrilha urbana durante o governo Médici invalidava o argumento de que a democracia não poderia ser restaurada, em razão da ameaça de subversão interna [Knight (1981)].

A convergência desses acontecimentos na década de 70 levou a um novo clima político no Brasil. O governo autoritário, a política econômica e a justiça social logo tornaram-se o foco de crescente debate público que se tornava cada vez mais difícil de coibir. A crítica persistente do partido de oposição e a ampla incerteza econômica geraram fortes pressões sobre os militares. O resultado foi o processo de liberalização, à medida que o regime procurava ampliar sua base de sustentação e solapar a força dos seus adversários políticos. Em 1974, o presidente Geisel lançou sua política de “distensão”, endossando o compromisso de futuro retorno à democracia total. O presidente Figueiredo, seu sucessor a partir de 1979, fez seguir adiante o processo gradual de abertura política.

O caminho de volta à democracia foi percorrido com marchas e contramarchas, algumas estancadas drásticas e muitos entendimentos de bastidores, que se intensificaram à medida que o país se aproximava do ano designado para o início da transição [ver Soares (1985)]. Em janeiro de 1984, milhares de pessoas se reuniram em passeata em São Paulo, pelo fim do regime militar. As manifestações públicas levaram Figueiredo, em discurso de âmbito nacional dois meses após, a tomar posição oficial contra eleições diretas para Presidente da República.

O movimento pelas “Diretas-Já” alcançou seu clímax, quando cerca de 1 milhão de brasileiros saiu em passeata pelas eleições diretas em várias cidades em abril daquele ano. O regime militar respondeu com a proibição, por 60 dias, de demonstrações públicas e em 30 de abril deu início ao estado de emergência em Brasília e outras cidades, para coibir atos de protesto. A campanha das “Diretas-Já”, embora não tenha obtido êxito na introdução das eleições diretas, trouxe, não obstante, importantes implicações políticas. Entre outras coisas, a mobilização das massas fez dividir o partido oficial, uma vez que políticos do PDS tornavam-se cada vez mais cautelosos em ligar suas carreiras políticas ao candidato do regime, Paulo Salim Maluf. No começo de julho, o vice-presidente Aureliano Chaves, junto com várias

outras figuras políticas importantes, inclusive José Sarney, o então presidente do PDS, deixaram o partido e ligaram-se à oposição.

O Colégio Eleitoral, constituído de delegados de cada um dos 23 estados do Brasil, além de todos os membros do Congresso, havia sido composto para favorecer o candidato do regime. O PDS, forte nos estados escassamente povoados, deveria contar com uma confortável vantagem de cerca de 35 votos. Porém, à época da eleição, a maré política havia se voltado definitivamente contra os que detinham o poder. Em 25 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral, em sessão livre das temidas trapaças da undécima hora, concedeu ao líder da oposição, Tancredo Neves, uma retumbante vitória: 480 votos contra 180, dados a seu adversário. Infelizmente, Tancredo Neves, vítima de doença grave, não pôde tomar posse e faleceu logo a seguir. O candidato a vice-presidente, José Sarney, tornou-se presidente do Brasil, num acontecimento marcado por forte ironia, dessas que acontecem com certa frequência na História do Brasil: antes de seu ingresso de última hora no PMDB, Sarney havia sido presidente do PDS, partido de sustentação do regime militar. Se Tancredo Neves escolheu Sarney como companheiro de chapa na importante eleição de 1985, assim o fez certamente para apaziguar as facções políticas conservadoras dentro e fora do aparato militar. Ninguém previa e aos poucos agradeceu a repentina reviravolta dos acontecimentos que colocou Sarney na Presidência.

3.2.7 - A Transição

Sarney aparentou ser, de início, um líder político mais eficiente do que muita gente julgava. O sucesso foi, em grande parte, ajudado pela repentina e igualmente inesperada recuperação econômica do Brasil. À época da posse, o Governo Sarney herdou uma dívida externa de aproximadamente US\$ 100 bilhões e uma taxa de inflação anual de 200%. Todavia, a profunda recessão reinante durante a primeira parte da década de 80 deu lugar a novo período de crescimento econômico. O Produto Interno Bruto começou a crescer em 1984, alcançando 8,3% em 1985, a maior taxa de crescimento do mundo naquele ano. O aumento do PIB foi acompanhado pelo aumento dos excedentes comerciais de cerca de US\$ 12 bilhões a.a., mais do que o suficiente para cobrir os pagamentos de juros da dívida externa e superior a qualquer outra nação, à exceção do Japão e da Alemanha Ocidental. Em São Paulo, o coração industrial do país, os jornais de repente engordaram-se com anúncios de “vagas”, em empregos de diversos tipos [Riding (1986)].

Outros indicadores sugeriam que o Brasil saíra da recessão com base mais sólida para um crescimento futuro. Em 10 anos, os bens manufaturados passaram de 30 para 50% do total das exportações brasileiras. O Brasil, também, tornava-se auto-suficiente em aço, alumínio, produtos de plástico

e de borracha bem como em muitos bens de capital, anteriormente importados [Castro e Souza (1985)]. O país reduziu, também, a conta de importação de petróleo de US\$ 9,4 bilhões, em 1980, para US\$ 2,4 bilhões em 1986. A redução deveu-se, em parte, à queda dos preços mundiais de petróleo, mas outros fatores a explicam também. O país aumentou sua produção interna de petróleo e desenvolveu o álcool combustível de cana, como substituto da gasolina para veículos [Riding (1986)].

No entanto, a inflação crescente levou o governo, em 1986, a adotar uma política heterodoxa, com o objetivo de controlar a espiral de preços e reconquistar os instrumentos de política econômica. Preços e salários foram congelados, dentro do que se batizou de “Plano Cruzado”. Em um primeiro momento, o país viveu um clima de euforia nacional, com significativo aumento do poder aquisitivo da população, o que não tardou a gerar escassez de produtos básicos e a pressionar a balança de pagamentos. Não se adotou uma política fiscal rígida, o que acabou por aumentar significativamente o déficit público. O longo período de congelamento, a expansão da demanda e os desajustes fiscais do governo aprofundaram os desequilíbrios estruturais da economia brasileira, tanto em nível do setor privado quanto do setor público. Como 1986 era um ano eleitoral, o governo federal negou-se a tomar medidas de ajuste necessárias para corrigir os efeitos perversos do Plano Cruzado, mantendo-se a ilusão de expansão acelerada da economia, aumento de emprego e salário e, conseqüentemente, do poder de compra da população. Nestas condições, nenhum candidato de oposição elegeu-se para os governos estaduais, sendo que apenas um foi conquistado por político fora do PMDB, o então partido governamental e responsável pela política econômica.

O ano de 1987 começou com o Plano fracassado, moratória da dívida externa, excessiva expansão da dívida pública interna, exacerbação da especulação financeira, generalizada descrença no governo federal. A partir do fracasso do Plano Cruzado, vários outros planos econômicos de impacto foram adotados, porém, com resultados cada vez mais decepcionantes. Chegou-se em 1989, último ano do governo Sarney, com crescente distanciamento entre o Executivo, o Congresso e a opinião pública. A inflação mensal no início do ano ultrapassou 35%, alcançando em dezembro a marca de 50%, com ameaça constante de hiperinflação. Neste contexto seriam realizadas as eleições presidenciais, com um envolvimento da população nunca antes presenciado.

Ficaram para o segundo turno das eleições os candidatos Luiz Inácio da Silva e Fernando Collor de Mello. O primeiro, candidato tipicamente de esquerda, um líder sindical nacional, formado nas lutas trabalhistas do ABC paulista. O segundo, de família política tradicional do Nordeste, com um

discurso contra a corrupção, os políticos e os poderosos, e a favor da eficiência, da racionalidade, da livre iniciativa, dentro da filosofia neoliberal, de aceitação crescente, inclusive em nível mundial. Ganhou o candidato Collor.

Com a economia brasileira em profunda crise e operando dentro das limitações impostas pelo sistema internacional, a nova democracia tem diante de si a terrível tarefa de responder a um conjunto de demandas complexas e freqüentemente contraditórias: satisfazer expectativas populares de melhoria do padrão de vida; fazer com que a economia volte a caminhar sobre os próprios pés; forjar um modelo mais igualitário de desenvolvimento social e econômico. As já antigas desigualdades regionais e a distribuição de renda e terra altamente concentrada representam extraordinário desafio ao desenvolvimento futuro do Brasil.

3.3 - Desigualdades Regionais

O crescimento e a diversificação da economia brasileira fizeram diminuir, mas não eliminaram, as fortes desigualdades regionais. Nos primórdios da história do país, foi a exportação do açúcar que concentrou riqueza e população no Nordeste. No final do século XIX e começo do século XX, foram as vendas do café no mercado internacional que resultaram na incipiente industrialização de São Paulo. A criação do setor manufatureiro de São Paulo tomou, logo, grande impulso. Devido às economias externas, era racional, nos estágios iniciais de crescimento industrial, concentrar os investimentos numa área já em crescimento. O surgimento de um pólo de crescimento, portanto, trouxe efeitos cumulativos. Deste modo, a economia regional do Sudeste brasileiro avançava, enquanto a do Nordeste ficava para trás.

Na década de 50, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), uma tentativa de contrabalançar a maior concentração de recursos produtivos no Sul. Por meio de uma série de programas de incentivos fiscais, a Sudene procurou redirecionar investimentos, reduzindo os custos relativos de localização de indústrias no Nordeste. Essas iniciativas resultaram, em certos casos, em notável crescimento industrial naquela área. A maior parte das atividades, entretanto, baseava-se em indústrias altamente intensivas de capital, em grande parte concentradas nas cidades de Salvador e Recife [Baer (1979, p. 107)]. O relativo fracasso das políticas de desenvolvimento do Nordeste deveu-se, em parte, ao estímulo anteriormente dado ao setor manufatureiro, através de políticas de substituição de importações postas em prática nas décadas de 50 e 60. Tais políticas e a melhoria dos sistemas de energia e transporte em São Paulo, combinadas com as

vantagens preexistentes oferecidas pela região, perpetuaram e intensificaram a preeminência do Sudeste brasileiro na geografia industrial.

Em 1970, só o Estado de São Paulo foi responsável por 35,6% do Produto Interno brasileiro e cerca de 44% da acumulação de capital [Camargo *et alii* (1982)]. Aproximadamente 51% do investimento de capital total do Brasil em máquinas e equipamentos acorreram para a cidade de São Paulo em 1970. De modo semelhante, a área metropolitana ficou com 44% de todos os investimentos em equipamentos de transporte. No setor industrial, a força de trabalho do Estado de São Paulo recebeu 63,3% do total dos salários pagos a trabalhadores qualificados. A concentração da produção industrial foi ainda mais evidenciada pelo fato de, em 1970, a área metropolitana ter consumido metade do total da oferta de eletricidade no Brasil. Por fim, os dados sobre a distribuição regional de ativos bancários refletem a concentração de recursos financeiros: os bancos comerciais em São Paulo eram responsáveis por 45,7% de todos os depósitos e 48,7% do valor de empréstimos comerciais feitos no Brasil [Anuário Estatístico do Brasil (1975)].

Uma comparação da distribuição populacional e da distribuição da renda nacional dá bem a medida das desigualdades regionais. Tal como se vê na Tabela 3.2, o Sudeste era a região líder em população no Brasil, na década de 40, e continuou a sê-lo em 1970. A segunda maior concentração era o Nordeste. Embora o Nordeste possuísse mais de 30% da população em 1940 e 1970, sua participação na renda nacional foi de, apenas, 14,1% em 1949, e 12,2% em 1970. O Sudeste, ao contrário, detinha 42,7% da população em 1970, embora respondesse por 64,5% da renda nacional.

Tabela 3.2
**Distribuição Regional da População e Renda Nacional em
Períodos Selecionados - 1940/70**
(Em %)

REGIÃO	POPULAÇÃO		RENDA NACIONAL	
	1940	1970	1949	1970
Norte	3,6	3,9	1,7	2,0
Nordeste	35,0	30,3	14,1	12,2
Sudeste	44,5	42,7	66,5	64,5
Sul	13,9	17,7	15,9	17,5
Centro-Oeste	3,1	5,5	1,8	3,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Merrick (1981, p. 119) e Baer (1979).

A distribuição geográfica da renda nacional no Brasil nos dá um quadro de desigualdade regional amplamente coerente com o padrão mostrado por outros importantes indicadores sociais. Tal como se vê na Tabela 3.3, o Sudeste excedeu o Nordeste, de maneira consistente, na qualidade dos indicadores de vida. Em 1970, por exemplo, a taxa média de alfabetização era 1,8 vez maior no Sudeste brasileiro, diferença essa que se manteve razoavelmente constante por toda a década (1,7 em 1980). De modo semelhante, em 1970, as proporções da população matriculada em escolas, de domicílios com água encanada, com rede de esgotos ou fossas sanitárias

Tabela 3.3
Indicadores de Bem-Estar, em Regiões Selecionadas - 1970/80
(Em %)

INDICADORES	1970	1980	1980/70
Taxas de Alfabetização			
População de Cinco Anos e Mais			
Nordeste (A)	39,2	47,7	1,2
Sudeste (B)	71,1	79,3	1,1
(B)/(A)	(1,8)	(1,7)	
População na Faixa Etária 15 a 19 com Nove a 12 Anos de Escolaridade			
Nordeste (A)	6	17	2,8
Sudeste (B)	12	26	2,2
(B)/(A)	(2,0)	(1,5)	
População com Água Encanada			
Nordeste (A)	12,4	30,1	2,4
Sudeste (B)	44,2	65,9	1,5
(B)/(A)	(3,6)	(2,2)	
População com Esgotos ou Fossas Sépticas			
Nordeste (A)	8,0	16,4	2,1
Sudeste (B)	37,2	56,2	1,5
(B)/(A)	(4,7)	(3,4)	
População com Eletricidade			
Nordeste (A)	23,3	42,0	1,8
Sudeste (B)	61,6	81,3	1,3
(B)/(A)	(2,6)	(2,0)	

Fonte: Denslow e Tyler (1984).

eram maiores no Sudeste, cujos fatores, em relação ao Nordeste, eram 2, 3,6 e 4,7, respectivamente. Entre 1970 e 1980, ambas as regiões experimentaram ganhos substanciais, tal como indica a razão entre os valores de 1980 e 1970, para cada indicador social (coluna da direita). Com exceção das taxas médias de alfabetização, estas alterações reduziram as disparidades regionais.

Os indicadores selecionados, apresentados na Tabela 3.4, oferecem outro cenário das desigualdades que caracterizam duas das principais áreas do Brasil (por volta de 1974/75). No Nordeste, por exemplo, 65% de todas as crianças com menos de três anos de idade viviam em lares que não possuíam água encanada. Aproximadamente 84% viviam em lugares com instalações inexistentes ou esgotos inadequados. No que se refere ao Estado de São Paulo, os níveis eram inferiores à metade desses valores (25,7 e 39,9%, respectivamente). Enquanto 71,3% dos residentes de São Paulo estavam cobertos pela Previdência Social, apenas 27,4% dos habitantes do Nordeste dela participavam. Dados sobre a renda familiar indicam que 90% das mulheres em idade de procriação no Nordeste viviam em domicílios com menos de um salário mínimo *per capita*, comparados com 48% em São Paulo. As marcantes desigualdades regionais, mostradas na Tabela 3.4, são especialmente relevantes, no que se refere a diferenças geográficas das taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil, exploradas no Capítulo 4.

Tabela 3.4
Indicadores Sociais Selecionados, Relativos ao Nordeste e ao Estado de São Paulo
(Em %)

INDICADORES	NORDESTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Crianças abaixo de Três Anos de		
Idade em Casas sem Água Encanada	65,3	25,7
e com Esgotos Inadequados	83,9	39,9
Mulheres de 15 a 19 anos de Idade de Famílias que Auferem menos de um Salário Mínimo (<i>per capita</i>)	89,9	47,6
População Coberta pela Previdência Social	27,4	71,3
Crianças de Um a Cinco Anos de Idade com:		
Desnutrição de 1º Grau	47,1	33,8
Desnutrição de 2º Grau	16,6	5,3
Desnutrição de 3º Grau	3,0	0,4

Fonte: IBGE (1982, p. 39-63-111-152).

3.4 - Desigualdade da Renda

Nenhum outro aspecto da experiência brasileira tem alimentado mais o debate do que a relação entre o rápido crescimento econômico, a distribuição da renda e os indicadores da qualidade de vida. A questão da equidade pode ser avaliada de vários modos. O primeiro baseia-se em medidas do nível absoluto de pobreza. A pobreza absoluta é definida de modo amplo e inclui a ausência de um nível mínimo de renda e/ou de atendimento a necessidades básicas, tais como saúde, educação e nutrição. O segundo modo de avaliar-se a igualdade leva em conta, não os níveis absolutos de recursos e facilidades, mas a distribuição da renda entre os subgrupos populacionais.

A pobreza absoluta é, obviamente, importante para a análise das inter-relações entre população e crescimento econômico. Entretanto, a desigualdade relativa é, também, um conceito valioso, uma vez que a distribuição da renda é o resultado de processos estruturais. É como que um tipo de “placar”, que reflete o resultado de reivindicações concorrentes sobre o produto da economia [Weisskoff e Figueroa (1976)]. Como escreveu Marx, “qualquer que seja, a distribuição dos meios de consumo é, tão-somente, consequência da distribuição das condições de produção” [citado em Gurley (1983, p. 26)]. Os fatores políticos e institucionais desempenham papel decisivo na determinação do peso dado às reivindicações dos grupos sociais concorrentes. Daí, não se pode reduzir a distribuição desigual da renda apenas às forças de mercado. O modo pelo qual a participação de cada grupo no produto total se distribui e o modo pelo qual a distribuição se altera, assim como as razões dessa alteração, refletem a estrutura do processo de desenvolvimento brasileiro.

3.4.1 - Medidas de Desigualdade da Renda

Encontram-se na Tabela 3.5 os dados relativos à distribuição da renda em 1960, 1970 e 1980. Os valores correspondem ao percentual da renda total, recebido por cada decil da população economicamente ativa. Indubitavelmente, o aspecto mais importante da Tabela 3.5 é a alta concentração da renda, não importa o ano em questão. Em 1960, os dois decis superiores recebiam em torno de 55% da renda total. Os números correspondentes, relativos a 1970 e 1980, são 61,9 e 63,3%, respectivamente. Os quatro decis inferiores da população economicamente ativa, em 1960, 1970 e 1980, detinham apenas cerca de 10% da renda total.

As duas últimas décadas foram períodos de ampliação da desigualdade da renda, especialmente entre 1960 e 1970. Durante os anos 60, o quinhão da

Tabela 3.5
Distribuição da Renda da População Economicamente Ativa - 1960/80
(Em %)

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (DECIS)	RENDA TOTAL			ALTERAÇÃO PERCENTUAL	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
1	1,9	1,2	1,2	-37	-
2	2,0	2,2	2,0	+10	-9
3	3,0	2,9	3,0	-3	+3
4	4,4	3,7	3,6	-16	-3
5	6,1	4,9	4,4	-20	-10
6	7,5	6,0	5,6	-20	-7
7	9,0	7,3	7,2	-19	-1
8	11,3	9,9	9,9	-12	-
9	15,2	15,2	15,4	-	+1
10	39,6	46,7	47,9	+17,9	+3
4 Decis mais Pobres	11,3	10,0	9,8	-11,5	-2,0
2 Decis mais Ricos	54,8	61,9	63,3	+13,0	+2,3
Coefficiente de Gini	0,497	0,565	0,590		

Fontes: IBGE (1979) e Denslow e Tyler (1984).

renda que cabia aos dois decis superiores aumentou em 13%, ao passo que a dos primeiros quatro decis inferiores caiu em 11,5%. Verifica-se, também, perda substancial da proporção da renda dos decis 5, 6 e 7. O maior aumento da proporção de renda ocorreu entre os 10% mais ricos da população. Essas mudanças refletem-se no aumento do coeficiente de Gini que passou de 0,497, em 1960, para 0,562, em 1970. Como esta é uma medida síntese, que varia entre zero (igualdade perfeita) e um (desigualdade perfeita), o aumento de 13% do coeficiente indica maior concentração da renda ao longo do período.

Os dados relativos a 1980 indicam que o perfil da distribuição da renda permaneceu estável ou tornou-se um pouco mais concentrado entre 1970 e 1980. Os 20% mais ricos da população tiveram sua participação no total da renda acrescida de 1,4 ponto percentual; a participação dos 40% mais pobres

caiu em 0,2 ponto percentual. O aumento da desigualdade, embora modesto, se comparado ao ocorrido entre 1960 e 1970, pode ser observado pelo pequeno aumento do coeficiente de Gini.²

Passando para os números absolutos, a Tabela 3.6 nos mostra a renda real média referente à população economicamente ativa. No agregado, a renda real média aumentou em 33% entre 1960 e 1970 e cerca de 48% na década seguinte. Em ambos os períodos, registraram-se consideráveis ganhos entre decis de renda superior. Quanto aos estratos mais pobres da população, o quadro não é nítido. Os dados disponíveis indicam uma queda de 10% da renda real, no período 1960/70, e o aumento de 40%, em 1970/80. Entretanto, esses achados devem ser considerados com cautela. Em razão de limitações na codificação e de pressupostos um tanto arbitrários, necessários para estimar as extremidades da distribuição, as mudanças no primeiro e décimo decis não são tão confiáveis.

Tais limitações de dados não invalidam algumas conclusões gerais, embora cautelosas. Qualquer que seja o ano em questão, resta pouca dúvida de que a renda é altamente concentrada no Brasil. São mais problemáticas as conclusões quanto à direção e, especialmente, à magnitude das mudanças ao longo do tempo. Enquanto a distribuição da renda sofreu enorme deterioração nos anos 60, os dados relativos à década seguinte sugerem menor crescimento da desigualdade da renda. No que se refere aos níveis absolutos de pobreza, a renda real da população economicamente ativa aumentou em ambas as décadas, embora a taxa de variação difira em relação a cada decil. Nos anos 60, as pessoas do 4º ao 7º decis experimentaram taxas de crescimento de renda real relativamente baixas. Nos anos 70, o padrão de mudança mostra-se diferente: o crescimento da renda real parece ser bem mais equitativamente distribuído, tal como se pode ver na última coluna da Tabela 3.6.

3.4.2 - Causas da Desigualdade da Renda

As explicações econômicas neoclássicas sobre a desigualdade da renda apóiam-se na relação entre o nível de qualificação da força de trabalho e o

2 Os números constantes da Tabela 3.5 não podem ser aceitos de modo irrestrito. Numerosas questões metodológicas infestam as análises longitudinais da distribuição da renda. Grandes margens de erro e o uso de distintas técnicas de ajustamento, assim como de diferentes pressupostos conceituais, têm resultado em interpretações alternativas dos mesmos dados básicos. Sumariar os muitos aspectos deste complexo debate seria tão tedioso quanto desnecessário, já que tais questões foram tratadas por outros [Bacha e Taylor (1980), Fishlow (1973) e Fields (1977)]. A síntese das diversas estimativas disponíveis [Pfeffermann e Webb (1979)] permite-se concluir, sem sombra de dúvida, ter havido deterioração da distribuição da renda pessoal entre 1960 e 1970. Durante a década de 70, o perfil da distribuição parece ter permanecido razoavelmente estável.

Tabela 3.6

Renda Média da População Economicamente Ativa, por Decis - 1960/80
(Cr\$ de 1970)^a

POPULAÇÃO REMUNERADA (DECIS)	RENDA MÉDIA			ALTERAÇÃO PERCENTUAL	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
1	39	35	49	-10	+40
2	43	64	85	+49	+33
3	64	81	123	+27	+52
4	93	104	149	+12	+43
5	130	137	185	+5	+35
6	161	171	234	+6	+37
7	191	205	300	+7	+46
8	240	279	414	+16	+48
9	324	429	643	+32	+50
10	842	1319	2006	+57	+52
Média	213	283	419	+33	+48

Fontes: IBGE (1979) e Denslow e Tyler (1984).

^a US\$ 1,00 ≅ Cr\$ 4,60.

perfil da demanda de trabalho em mutação [Langoni (1973)]. O argumento supõe que a estrutura salarial esteja *ancorada* na base, pela oferta elástica de trabalhadores não-qualificados. Nos degraus superiores da escada educacional, as elasticidades são baixas e decrescentes. Quando o crescimento econômico se acelera, ocorre o aumento da demanda de mão-de-obra, especialmente de trabalhadores qualificados no setor “moderno”. Este viés de qualificação na demanda de mão-de-obra em expansão, junto com a inelasticidade de curto prazo da oferta de trabalhadores qualificados, dá oportunidade a diferenciais de salário crescentes e, por isso, à maior concentração da renda. O aumento da desigualdade, entretanto, é transitório. Investimentos em educação, posteriormente, trazem frutos, sob a forma de maior oferta de mão-de-obra qualificada. Essas forças devolvem equilíbrio ao mercado de empregos. Os diferenciais de salário, nesta perspectiva, podem tornar-se finalmente menores em comparação ao que ocorria antes da fase de crescimento acelerado.

Uma hipótese relacionada à expansão acima refere-se a mudanças na estrutura do emprego que acompanham o estado intermediário do crescimento econômico. Kuznets (1955) argumentou que, na medida em que a mão-de-obra se move de ocupações rurais para ocupações urbanas, a

distribuição da renda tende a deteriorar-se. No que se refere ao Brasil, este ponto de vista é defendido por Langoni (1973) e Fields (1977). Tal como o argumento baseado no diferencial de qualificação, Kuznets sustentou que o aumento da desigualdade seria seguido por distribuição mais equitativa da renda, com o crescimento econômico continuado. A relação em forma de U invertido entre a concentração da renda e a renda *per capita* é bastante consistente com os achados de análises de corte transversal de dados internacionais referentes a vários países [Alhuwalia (1976)].

Vários analistas atribuem o aumento da desigualdade da renda no Brasil a políticas salariais adotadas após o golpe militar [Fishlow (1972) e Hoffman (1972)]. O controle exercido sobre o nível do salário mínimo e a repressão aos sindicatos trabalhistas, pedras de toque do programa de estabilização posto em prática na década de 60, causaram a queda da participação relativa da renda alocada aos trabalhadores não-qualificados e semiquilificados. A queda da proporção da renda dos decis intermediários (do 5º ao 7º) é citada como prova deste ponto de vista, na medida em que os trabalhadores urbanos estão altamente representados nestes estratos de renda. Num teste das várias hipóteses concorrentes (os diferenciais de qualificação e os argumentos relativos aos efeitos de Kuznets), Bacha e Taylor (1980) concluem que as políticas de arrocho salarial causaram o impacto mais significativo sobre a concentração da renda. O Capítulo 5 apresenta uma discussão mais detalhada dos mecanismos de controle salarial e dos efeitos sobre a mortalidade infantil em São Paulo.

Baer e Figueroa (1981) combinam várias linhas de raciocínio, em análise singular dos efeitos distributivos das empresas estatais. Estas empresas desempenham papel dominante nos setores intensivos de capital da economia como aço, petroquímico e serviços públicos. As empresas estatais respondiam por 37,5% dos ativos líquidos da indústria de transformação, mas empregavam apenas 11,5% da força de trabalho. Uma característica das estatais, no período pós-1964, é o controle exercido pelos tecnocratas, que tinham como objetivo maximizar o poder, o crescimento e a eficiência econômicas dessas empresas. Desde os anos 60, a razão capital/trabalho das estatais triplicou e a razão média capital/produto aumentou de 2,3, em meados da década de 60, para próximo de 5, em meados da década seguinte. Segundo este argumento, as empresas estatais brasileiras contribuíram para o aumento da desigualdade da renda, por adotarem tecnologias altamente intensivas de capital, através de suas políticas de preço, emprego e salários.

3.5 - Desigualdade na Posse da Terra

Nas áreas urbanas, onde o custo da habitação, dos serviços públicos, transporte, alimentos e outras necessidades é altamente monetizado, a renda

é uma eloquente medida da pobreza. Na área rural, a renda dos assalariados, embora guarde relevância, é índice menos satisfatório. Por uma variedade de razões, o acesso à terra é medida mais apropriada da desigualdade no campo. A terra é o meio que produz os bens básicos necessários ao sustento, e o prestígio social e o poder político estão diretamente ligados à sua propriedade. A terra é, também, elemento-chave para crédito, incentivos fiscais e outros privilégios. O perfil atual da propriedade da terra no Brasil tem origem nas políticas adotadas pela Coroa Portuguesa, destinadas à distribuição de terra durante o período inicial de colonização.

3.5.1 - Sesmarias e a Distribuição da Terra no Brasil Colonial

Entre 1534 e 1536, o Rei Dom João III dividiu as possessões portuguesas da América em 15 capitanias, distribuindo-as entre 12 donatários. O sistema de capitanias, usado com êxito nas ilhas atlânticas, mostrou-se eficiente meio de assegurar o controle sobre o novo território. Cada capitania tinha, em média, 50 léguas de largura e se estendia para o Oeste até a maldefinida linha de Tordesilhas, que separava as possessões portuguesas e espanholas no Novo Mundo. Em compensação à doação da terra inalienável, esperava-se que o donatário colonizasse a capitania à própria custa. Entre os direitos outorgados ao donatário estava a possibilidade de distribuir terra em sesmarias. Essa instituição, primeiramente adotada em Portugal em 1375, foi utilizada para ampliar a produção agrícola e redistribuir a terra que não fosse cultivada de modo eficiente. A lei original previa doações relativamente pequenas, que nunca excedessem ao montante de terra que pudesse ser trabalhado por um homem e sua família. No Brasil, onde a terra era abundante e poucos os colonos, as restrições sobre o tamanho das sesmarias permaneceram letra morta desde o início [Guimarães (1963)]. Mesmo após o surgimento de administradores reais em 1549, quando a prerrogativa de doação das sesmarias passou dos donatários para os governadores gerais, a prática de distribuição de grandes glebas de terra continuou com grande generosidade.

Em 1696, 1697 e 1699, a Coroa tentou limitar o tamanho das propriedades. Em 1699, tentou também expropriar a propriedade não cultivada. Essas tentativas tiveram pouco sucesso [Burns (1970)]. Por outro lado, os pequenos agricultores procuravam obter o sustento longe do alcance das autoridades, cultivando terras como posseiros, ou trabalhando áreas não-reclamadas, situadas entre os maldefinidos limites que separavam as grandes propriedades. O "complexo latifúndio-minifúndio" originou-se, portanto, da instituição de doação de terras no período colonial [Prado Júnior (1971)]. Desde então, essa situação tem-se perpetuado, por meio de iniciativas

políticas e legais da elite de origem agrária e, mais recentemente, pela expansão do modo capitalista de produção no campo.

3.5.2 - Terra, Trabalho e Estado

A política colonial de distribuição de terras em sesmarias preparou o caminho para a alta concentração da propriedade da terra no Brasil. Porém, esse padrão exigiu da elite proprietária muita luta para mantê-lo. Num mercado de trabalho e mercadorias em constante mutação, esse sistema exigiu, freqüentemente, medidas inovadoras para proteger os interesses da classe proprietária. A Lei da Terra, de 1850, é exemplo marcante de tais iniciativas. Numa época em que a deficiência de mão-de-obra era o principal obstáculo à expansão da produção cafeeira no Sudeste brasileiro, os proprietários das lavouras mostravam vivo interesse na imigração de europeus. O senador Vergueiro, um rico plantador e comerciante de São Paulo, recrutava trabalhadores europeus por sua conta, embora com ajuda financeira do governo. Os trabalhadores trazidos para o Brasil eram obrigados a assinar um contrato de reembolso dos custos de transporte e outros adiantamentos financeiros. Os fazendeiros interessados previam que seriam necessários cinco anos, até que os trabalhadores imigrantes pudessem saldar seus débitos, e outros 10 anos, até que pudessem acumular capital suficiente para comprar uma fazenda. O que Vergueiro visava, claramente, era um *pool* de criados contratados, subsidiados pelo governo [Dean (1971b)].

Com a introdução de trabalhadores agrícolas europeus, foram necessárias outras medidas para garantir um sistema auto-sustentável. Se se permitisse aos imigrantes o pronto acesso à terra, haveria pouco incentivo para que trabalhassem para os fazendeiros. Vários aspectos da Lei da Terra de 1850 tinham por objetivo impedir este acesso: as terras públicas somente podiam ser alienadas através de leilões públicos. Os preços mínimos eram estabelecidos além do preço vigente; o comprador era obrigado a pagar em dinheiro, e os recursos provenientes das vendas de terras destinavam-se a cobrir o custo da importação de outros trabalhadores para o Brasil. A lei subsidiava a imigração, embora restringisse, drasticamente, para os recém-chegados, a possibilidade de adquirir propriedades, assegurando dessa maneira a oferta de mão-de-obra para os fazendeiros. A experiência brasileira lembra muito a proposta de Gibbon Wakefield de uma emigração organizada de mão-de-obra da Inglaterra para a Austrália, um plano ao qual Marx dedicou o capítulo final de *O Capital* I. O plano de Wakefield destinava-se a manter alto o preço da terra, para impedir que os colonos se tornassem proprietários. Do ponto de vista de Wakefield, o preço da terra, mantido artificialmente alto, evitaria a fragmentação da propriedade e estimularia o desenvolvimento, uma vez que, de outro modo, o empresário

que se dispusesse a enfrentar o trabalho e despesas de transportar trabalhadores seria por eles abandonado assim que chegassem. Para Marx, o plano de Wakefield ilustrava a natureza do capitalismo: a saber, que o dinheiro somente se tornaria capital quando houvesse trabalho livre para explorar. Se o trabalho livre não existisse, o Estado poderia criá-lo, através de políticas de imigração, coordenadas por mecanismos institucionais para assegurar que os trabalhadores permanecessem separados dos meios de produção.

A vasta quantidade de terras de domínio público tornou extraordinariamente difícil, entretanto, limitar a ocupação de *facto* da terra. Como resultado disso, tornou-se comum, ao longo da História do Brasil, a posse de terras por pequenos agricultores. Mudanças cíclicas da produção agrícola causaram, às vezes, a fragmentação de grandes propriedades, o que, também, propiciou o aparecimento do pequeno agricultor. Por exemplo, quando a produtividade dos cafeeiros de São Paulo deteriorou-se com o esgotamento do solo, a fronteira do café deslocou-se para o Sul. As fazendas eram, freqüentemente, subdivididas e vendidas para pequenos agricultores, que plantavam para sua própria subsistência e para venda de excedentes para a crescente população urbana do Estado [Prado Júnior (1971)].

Porém, esta expansão histórica e geograficamente pontual de pequenas posses não significa a democratização da propriedade da terra. Onde quer que fosse lucrativo investir em criação de gado e culturas intensivas de capital, os pequenos agricultores quase sempre eram eliminados [Silva (1978, p. 34)]. A expansão da produção da soja e da criação de gado no Paraná [Margulis (1973)] é exemplo recente. Assim também o é a luta pela posse da terra na Amazônia, que analisaremos no Capítulo 10.

3.5.3 - Medida da Desigualdade da Terra

Hoje, a extrema concentração da propriedade da terra é a característica mais marcante da estrutura agrária brasileira. Há muito se reconhece a existência de problemas sociais e econômicos, em vista deste padrão de distribuição de terras. No final do século XVIII, o vice-rei, Marquês do Lavradio, pronunciava-se contrário à existência de imensas propriedades, manejadas de modo muito deficiente e apenas parcialmente cultivadas, quando, ao mesmo tempo, camponeses sem terra lhe pediam pequenos lotes para cultivar [Burns (1970)]. A realidade constatada pelo vice-rei é bastante atual.

A Tabela 3.7 nos mostra estimativas do grau de concentração da terra no Brasil. Em 1975, mais da metade dos estabelecimentos agrícolas tinha menos de 10 hectares de tamanho, embora ocupassem apenas 2,7% do total das terras. No outro extremo da distribuição, as propriedades com mais

Tabela 3.7
Distribuição das Propriedades Rurais por Tamanho, Número de Estabelecimentos e Área Total - 1975
 (Em %)

TAMANHO DAS PROPRIEDADES (HA)	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS	ÁREA TOTAL
Menos de 10	52,1	2,7
10-100	38,0	18,6
100-1.000	9,0	35,8
1.000-10.000	0,8	27,8
10.000-100.000	0,0	15,1

Fonte: *Censo Agropecuário (1980)*.

de 1 mil hectares compreendiam 0,9% de todos os estabelecimentos agrícolas, mas compreendiam quase a metade (42,9%) do território ocupado. Por mais extremados que possam parecer, estes dados da Tabela 3.7 provavelmente subestimam a magnitude da concentração da terra, uma vez que a mesma pessoa pode possuir mais de um estabelecimento. Como se verá no Capítulo 9, a distribuição da terra no campo, extremamente desigual, contribui de modo fundamental para a emigração das pessoas das áreas rurais.

O grau de concentração da terra no Brasil figura entre os maiores da América Latina. Há evidências de que a distribuição das propriedades tenha-se tornado ainda a mais concentrada recentemente. Estimativas, derivadas dos censos agrícolas, indicam que o coeficiente de Gini para distribuição de tamanho de terra permaneceu mais ou menos estável entre 1950 e 1960, ao nível de 0,842. O índice aumentou para 0,844, em 1970, e para 0,855, em 1975. Análises das tabulações do Censo Agrícola de 1980 indicam que o coeficiente de Gini alcançou 0,859 [Hoffman (s.d.)], um achado que confirma a tendência de uma distribuição crescentemente concentracionista das terras no meio rural brasileiro.

3.6 - Conclusão

É impossível, em poucas páginas, fazer justiça à rica e variada História do Brasil ou mesmo captar, em um único capítulo, a complexidade de suas circunstâncias atuais. Por conseguinte, limitamos os propósitos do Capítulo 3 a um relato seletivo dos eventos históricos mais importantes, focalizando, primordialmente, os aspectos do passado econômico, político e demográfico do Brasil que moldaram o atual perfil da desigualdade socioeconômica e espacial. Três aspectos mereceram atenção especial: os ciclos que caracte-

terizaram a história econômica do país; o crescimento do setor urbano-industrial e as transformações da organização política; e um sumário dos antecedentes históricos do padrão contemporâneo da desigualdade espacial, assim como da distribuição da renda e da propriedade da terra. O panorama do passado brasileiro, revelado na discussão desses três aspectos, nos fornece exemplos históricos de ligações dinâmicas entre a infra-estrutura ecodemográfica, o sistema de estratificação e a superestrutura político-ideológica.

Desde o período colonial, a ligação entre produção e população tem sido influenciada pelo papel, em constante mutação, exercido pela economia mundial. As exportações, tais como a do açúcar, algodão, borracha e café, aumentavam ou diminuam de importância, como resposta a flutuações nos preços internacionais das mercadorias. No Brasil, o início de cada ciclo econômico alterava a direção dos movimentos populacionais e, daí, a geografia e a densidade demográfica. Se a economia do açúcar do século XVII concentrou a riqueza, o poder e a população no Nordeste brasileiro, os ciclos subsequentes, o ouro e, especialmente, a expansão da produção cafeeira, redistribuíram empregos e população para regiões do Centro e do Sul do país. Entre 1930 e 1950, as migrações internas assumiram duas características diferentes, cada uma delas associada a mudanças da estrutura da economia brasileira [Martine (1986)]. Uma das direções era centrífuga, uma vez que a expansão da produção cafeeira levou a população dos estabelecimentos tradicionais, próximos da costa marítima nos tempos coloniais, até novas fronteiras agrícolas, que se estendiam para o interior e daí para o Sul. O outro foi o movimento centrípeta, que cada vez mais concentrava população nos centros urbanos do Rio e de São Paulo, em resposta à crescente demanda de mão-de-obra industrial. A migração rural-urbana aumentou de intensidade no período 1950/65, devido às indústrias de substituição de importações, que tornaram as áreas metropolitanas do Centro-Sul cada vez mais atraentes, e em razão do aumento do crescimento populacional, o que reforçou os fatores de "expulsão" das áreas rurais. Em décadas recentes, 60 a 80, o êxodo rural alcançou proporções gigantescas, como conseqüência da mecanização da produção agrícola nas regiões mais desenvolvidas do país e em razão da incapacidade da economia rural de reter mão-de-obra em áreas mais atrasadas. O movimento em direção às cidades tem sido tão significativo desde 1970 que os dados do Censo de 1980 mostram, pela primeira vez na história moderna, queda absoluta do tamanho da população rural.

Se as mudanças da estrutura de produção causaram influência na população, o panorama apresentado nas páginas anteriores mostra que a direção causal oposta é, também, verdadeira. O exemplo mais marcante é o efeito da escassez de mão-de-obra durante o período inicial da história brasileira,

fenômeno esse que estimulou o surgimento de determinados modos de produção e, como conseqüência, exerceu profunda influência sobre as instituições sociais, políticas e culturais da época. No período inicial da colonização, quando o açúcar era o principal produto de exportação, a escassez de mão-de-obra do Nordeste brasileiro levou a escravidão até as plantações. Fenômeno semelhante ocorreu no Centro e Sul do Brasil, durante a expansão do cultivo do café no final do século XIX — que compeliu a crescente classe de proprietários de terra, orientados para a exportação, a pressionar por planos de imigração patrocinados pelo Estado. A política de importação de mão-de-obra do sul da Europa, combinada com a legislação que limitava o acesso à terra, resultou no sistema do colonato, o modo de recrutamento de mão-de-obra e remuneração que permitiu a expansão das plantações, em resposta à crescente demanda mundial de café. o sistema de colonato, por sua vez, definia o modo de reprodução nas culturas de café que estimulava a alta fecundidade (ver Capítulo 7). Em conseqüência, concluímos que as variáveis populacionais deram lugar a um modo de produção que, uma vez posto em funcionamento, exercia efeitos recíprocos sobre a reprodução da estrutura populacional.

Essas relações ecodemográficas mostraram-se inseparáveis das mudanças havidas na estrutura de classes e na organização do poder político. Como as exportações brasileiras evoluíram no curso dos séculos XIX e XX, e como o *locus* principal da atividade econômica se movia de uma região para outra, variadas elites surgiam e se mantinham como distintas frações da classe dominante [Roxborough (1979, p. 108)]. O resultado disso foi uma forma de organização política em que havia considerável autonomia local e a ausência de uma autoridade centralizada, situação essa que caracterizou o Brasil até a década de 30. O processo de industrialização, estimulado pela riqueza acumulada com a exportação do café, oriundo das culturas de São Paulo e, posteriormente, reforçado pela interrupção do comércio internacional, durante a Grande Depressão, viu surgir proletariado urbano e uma classe de industriais que, logo, buscaram retirar o controle político da oligarquia agrícola. De fato, a ascensão de figuras tais como Getúlio Vargas e o surgimento da retórica política populista no Brasil, como de resto em outros países da América latina da década de 30 até 1960, não podem ser explicados sem que se refira às repercussões políticas das mudanças fundamentais ocorridas na infra-estrutura econômica e na estratificação social.

Se as interrupções do comércio internacional, causadas pela Depressão e pela Segunda Grande Guerra, resultaram no isolamento da concorrência internacional que a indústria doméstica precisava para expandir-se, as políticas desenvolvimentistas do período do pós-guerra adotaram deliberadamente tarifas protecionistas e controle de câmbio, com a mesma

finalidade. A industrialização via substituição de importações foi resultado de uma política de desenvolvimento julgada essencial para satisfazer as demandas de uma população urbana crescente e gerar maior independência econômica através da auto-suficiência de bens manufaturados. Esta política e o grande número de outras iniciativas, destinadas a sustentar o setor industrial, constituíram-se em manifestações políticas de uma nova ideologia “desenvolvimentista”, cuja concepção teria sido impossível sob o reinado das antigas oligarquias rurais.

Como estas breves observações ilustram, uma ampla visão da História do Brasil nos fornece exemplos concretos das relações explicitadas na estrutura conceitual apresentada no Capítulo 2. Em páginas subseqüentes, nosso objetivo será explorar tais relações com maiores detalhes, examinando, em particular, o papel desempenhado pela desigualdade espacial, a concentração da renda e da propriedade da terra nas relações entre população, transformação econômica e política de desenvolvimento no Brasil.

Desigualdade de Renda e Expectativa de Vida

A mortalidade ocupa lugar especial no inventário demográfico das transformações socioeconômicas. Como indicador relativamente sensível do nível e da distribuição das condições de vida, a mortalidade relaciona-se direta e obviamente com o bem-estar humano [United Nations (1980, p. 71)]. O nível de mortalidade é resultado da interação de três conjuntos de fatores que afetam o bem-estar da população: serviços públicos de saúde, que influenciam a mortalidade, independente de decisões individuais (tais como a pulverização generalizada de inseticidas para controle da malária); serviços que podem reduzir os custos e levam a uma melhoria do nível de saúde, mas que requerem algum tipo de resposta individual para sua efetivação (por exemplo, a disponibilidade de água potável); e uma série de características individuais tais como a renda, que afeta a saúde através da nutrição, moradia e educação, associadas a rapidez e eficiência com as quais os indivíduos respondem ao serviço de saúde e às ameaças ambientais [Birdsall (1980, p. 16)]. Uma vez que o nível de mortalidade é determinado pelo efeito combinado de todos esses fatores, a taxa de mortalidade constitui uma medida sumária da qualidade de vida que prevalece em meio a uma população.

Métodos demográficos recentemente desenvolvidos, expandiram em muito o escopo da pesquisa sobre mortalidade e a precisão de sua mensuração. As estimativas tradicionais da taxa de mortalidade baseiam-se nas estatísticas dos registros vitais. O enfoque mais recente, desenvolvido por William Brass, mede indiretamente a mortalidade, com base em pesquisas de campo ou dados censitários. No método de Brass, a proporção de filhos sobreviventes de mães em diferentes grupos etários (20-24, 25-29 e 30-34), multiplicada por um fator de correção apropriado, produz estimativas da

probabilidade de morte entre o nascimento e as idades exatas de dois, três e cinco anos. Estes três valores de mortalidade infanto-juvenil podem então ser combinados de modo que se derivem estimativas da esperança de vida ao nascer.

A técnica de Brass tem sido extremamente importante para o Brasil, país onde é precária a cobertura dos fatos vitais. Dispõe-se agora de estimativas mais apuradas dos níveis nacional e regionais de mortalidade. A técnica apresenta, também, uma outra vantagem. Os dados censitários contêm uma ampla gama de informações individuais tais como renda, educação e lugar de residência. Isto significa que a mortalidade diferencial pode ser relacionada às características socioeconômicas da população. O Apêndice traz uma discussão mais completa acerca do método de Brass.

4.1 - A Queda da Mortalidade

O número médio de anos de esperança de vida ao nascer é medida conhecida da mortalidade. Porque a expectativa de vida se expressa em anos, o conceito é imediatamente interpretável. Pode-se também utilizar a medida para fins comparativos, uma vez que a expectativa de vida não é afetada pela composição etária da população, fator este que contamina outros indicadores, tais como a taxa bruta de mortalidade. No método de Brass, tal como o aplicamos aqui, as estimativas de esperança de vida derivam-se de informações retrospectivas sobre a experiência de mortalidade dos filhos de mulheres de 20 a 34 anos de idade na data do censo. Como resultado, cada valor corresponde aproximadamente ao nível médio de mortalidade, ocorrido durante a década anterior ao censo.

As estimativas da expectativa de vida, apresentadas na Tabela 4.1, mostram que houve queda substancial da mortalidade no país após a década de 30. Naquela década, a expectativa de vida ao nascer situava-se em torno de 41 anos. Na década de 40, houve apenas um pequeno aumento, isto é, para 43,6. Na década seguinte, a expectativa de vida aumentou mais de seis anos. Na década de 60, atingiu 53,4 anos, aumentando para quase 62 anos na década de 70. Embora errático em seu ritmo, o declínio da mortalidade, desde os anos 30, acrescentou uma média de 20,4 anos de vida à população brasileira.

Quando e com que rapidez ocorreu a queda da mortalidade são duas considerações com importantes implicações para o entendimento das causas do declínio da mortalidade. Duas escolas de pensamento despontam na literatura dedicada a este tema. Uma delas encontra a causa primordial da queda da mortalidade não nos avanços da tecnologia médica mas, antes, na

Tabela 4.1
Expectativa de Vida ao Nascer - 1930/80

	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80
Expectativa de Vida (Anos)	41,2	43,6	50,0	53,4	61,6
Aumento entre as Décadas		2,4	6,4	3,4	8,2

Fonte: *Dados básicos - Censo Demográfico (1930 a 1980).*

melhoria do padrão de vida da população (melhoria na nutrição, habitação e vestuário, na limpeza e higiene pessoal, na criação de sistemas de suprimento de água e de eliminação de dejetos) [McKeown (1976), McKeown e Record. (1962) e McKeown, Record e Turner (1975)]. McKeown e seus colaboradores sustentam que foi apenas depois de 1900, talvez por ocasião da Primeira Grande Guerra, que a aplicação dos conhecimentos médicos novos e também dos já existentes causou impacto apreciável sobre a expectativa de vida na Europa.

A segunda linha de raciocínio enfatiza avanços tecnológicos nos métodos de controle da mortalidade. Esta posição é especialmente relevante no que se refere à queda do nível de mortalidade dos países em desenvolvimento, uma tendência que os defensores do modelo da difusão atribuem à importação de conhecimentos, procedimentos e equipamentos médicos e de saúde pública dos países mais desenvolvidos [Davis (1956), Stolnitz (1965) e Preston (1975)]. A perspectiva da difusão tem importantes implicações para o estudo da mudança populacional e social. Entre outras coisas, o modelo prevê que substanciais declínios da mortalidade podem ocorrer em países do Terceiro Mundo de modo mais ou menos independente das transformações socioestruturais que acompanham o crescimento e desenvolvimento econômicos.

O modelo de difusão, que tem em comum com o paradigma da modernização (ver Capítulo 2) muitos dos pressupostos subjacentes, coloca ênfase primordial na transferência, logo após a Segunda Guerra Mundial, de tecnologias de controle de mortalidade, provenientes dos países desenvolvidos. Esta transferência teria implicado rápido declínio da mortalidade no final dos anos 40 e durante os anos 50, declínio que se teria atenuado a partir de então.

As estimativas de expectativa de vida mostradas na Tabela 4.1 estão, parcialmente, em conformidade com este padrão. Enquanto o crescimento da esperança de vida foi de apenas 2,4 anos entre 1930/40 e 1940/50, o ritmo da queda da mortalidade acelerou-se, consideravelmente, na década seguinte, acrescentando 6,4 anos à expectativa de vida entre os períodos de 1940/50 e 1950/60. A isto seguiu-se uma taxa de crescimento mais baixa entre as décadas de 50 e 60, em grande parte com o modelo da difusão. Todavia, contrariamente ao previsto, o maior ganho verificou-se mais recentemente (entre 1960/70 e 1970/80), quando a expectativa de vida aumentou em 8,2 anos. A forte queda da mortalidade verificada entre 1960/70 e 1970/80 esteve, indubitavelmente, ligada à substancial melhoria das condições socioeconômicas, ocorrida na década de 70 (ver Tabelas 3.3 e 3.6). O ritmo e a cronologia da mudança da mortalidade nos últimos 40 anos sugerem que tanto a difusão da tecnologia do controle da mortalidade como melhores padrões de vida exerceram importante influência para a queda da mortalidade. Infelizmente, tem sido limitada a pesquisa sobre as relações entre padrões e níveis de mortalidade e condições econômicas no Brasil, bem como sobre o impacto da tecnologia médica importada, tornando impossível saber-se, com certeza, a importância relativa de cada fator.

4.2 - Determinantes Sociais e Econômicos da Mortalidade Infantil

4.2.1 - Renda Familiar

Na década de 70, a renda *per capita* no Brasil elevou-se a uma taxa anual média de 4,9%, alcançando cerca de US\$ 2 mil em 1981. Como se observou no Capítulo 3, análises dos Censos de 1970 e 1980 indicam que a renda real média aumentou aproximadamente 48% durante o período, com ganhos registrados em todos os decis da população economicamente ativa [Denslow e Tyler (1984)].

A renda é um importante determinante do nível de mortalidade [Cravioto e Licardie (1973) e Russell e Burke (1975)]. O baixo poder de compra está associado a uma dieta pobre e a uma variedade de outros fatores que compõem o padrão de vida de uma população. A insuficiência de recursos monetários limita os investimentos em saneamento, reduz as reservas que servem como amortecedores em época de doença ou emergência e relega as famílias a moradias deficientes em áreas de alto risco. Na ausência de um

sistema socializado de serviços de saúde, a renda também determina o acesso à assistência à saúde e a outros serviços sociais que afetam a condição individual.¹

4.2.2 - Educação

O padrão de vida de uma população não pode ser medido apenas pela renda; são outros fatores relevantes a alfabetização, a educação e o acesso aos serviços sociais. A Tabela 3.3, apresentada no capítulo anterior, mostra melhorias substanciais havidas nestas dimensões entre 1970 e 1980. A taxa de alfabetização aumentou, assim como a de matrícula escolar. Os maiores ganhos em educação verificaram-se entre as pessoas situadas no grupo etário de 15 a 19 anos com nove a 12 anos de escolaridade. A mortalidade está inversamente ligada à alfabetização e ao número de anos de escolaridade. Esta relação é especialmente forte entre a educação da mãe e a probabilidade de que seus filhos sobrevivam até o quinto aniversário. Caldwell (1980) sugere três liames, pelos quais a probabilidade de morte na infância esteja relacionada à educação da mãe: *a*) as mães com mais anos de escolaridade tendem a ser menos fatalistas acerca das doenças e mais aptas a procurarem por assistência; *b*) mães com maior grau de educação estão mais aptas a valerem-se de práticas de puericultura mais avançadas; e *c*) a educação pode modificar as relações intrafamiliares de modo que cause impacto positivo sobre a saúde das crianças.

Caldwell (1980) enfatiza os efeitos diretos da educação sobre a mortalidade, através dos três mecanismos comportamentais. Por outro lado, a educação também pode ser considerada como índice de outros fatores que incidem sobre a mortalidade não somente das crianças, mas também das pessoas em geral. Padrões de emprego estáveis, prestígio social e maior capacidade de manipulação do sistema sociopolítico estão diretamente associados ao nível

1 Pelo fato de a disseminação das tecnologias médicas e de saúde ter reduzido a mortalidade em muitos países que ainda mantêm níveis de desenvolvimento relativamente baixos, aceita-se amplamente que os níveis de mortalidade têm-se mostrado cada vez mais dissociados das condições econômicas [Davis (1956) e Stolnitz (1965)]. Estima-se que a transferência desses fatores "exógenos" aos países em desenvolvimento seja responsável por, aproximadamente, 80% do crescimento da expectativa de vida para o mundo como um todo entre as décadas de 30 e 60 [Preston (1975)]. Utilizando-se de uma outra amostra e de procedimentos um tanto diferentes, o mesmo autor obteve uma estimativa mais baixa (50%) para países em desenvolvimento durante o período de 1940/70, conclusão semelhante à que se chegou para a América Latina no período de 1950/70 [Palloni (1979)]. Todavia, estas conclusões não desconhecem a relevância da renda como uma variável no estudo das mudanças da mortalidade. Como argumenta Preston (1975, p. 240), a despeito do fato de que a relação entre mortalidade e renda nacional tenha-se deslocado para cima durante as últimas décadas, em determinados pontos no tempo a mortalidade pode ter-se tornado mais sensível à renda nos países pobres.

educacional. Cada um destes fatores contribui para que a família possa reduzir os riscos ambientais à saúde e mobilizar recursos para tratamento de doenças e recuperação de contusões. De modo mais geral, a proporção de pessoas alfabetizadas de uma população pode refletir não apenas capacidades individuais, mas também a capacidade da sociedade de fornecer serviços sociais [Palloni (1981, p. 642-643)].

4.2.3 - Doenças Infecciosas e Riscos Ambientais

Entre 1970 e 1980, obtiveram-se ganhos consideráveis no que se refere aos indicadores de exposição a doenças infecciosas e riscos ambientais. No país como um todo, a percentagem de domicílios com água encanada e com sistemas de esgoto modernos ou tanques sépticos alcançou 62,2 e 56%, respectivamente. No mesmo período, a proporção de domicílios com eletricidade aumentou de 47,8 para 67,4%. A proporção da população que possuía bens de consumo duráveis tais como rádios, aparelhos de televisão, refrigeradores, fogões e automóveis revelou aumento semelhante durante o período.

A disponibilidade de água, esgoto e eletricidade facilita a obtenção de padrões de limpeza mais altos, uma vez conhecidos e aplicados os princípios básicos de higiene. A água encanada oferece riscos muito menores do que aqueles trazidos por água de poço ou estocada de maneira imprópria em casa. A água corrente também reduz o custo da limpeza. A lavagem de roupas, pratos e a higiene pessoal são enormemente facilitadas com o acesso à água encanada, se comparada à que é feita com a água do poço, rios ou torneira pública. As redes de esgoto, além de servirem como eficiente meio de eliminação de dejetos, podem reduzir também a contaminação da água de poço utilizada por toda uma comunidade; de modo semelhante, a eletricidade facilita a fervura de água, a esterilização do leite e aquecimento dos alimentos.

No Brasil, as análises de dados censitários e as pesquisas de campo indicam forte correlação entre a presença de sistemas de água e esgoto e o nível de mortalidade infanto-juvenil [Sawyer e Soares (1982)]. Merrick (1976), utilizando-se de um índice de mortalidade infanto-juvenil para o meio urbano no Brasil, controlado segundo a educação da mãe, conclui que a mortalidade de crianças que viviam em casas sem água corrente era significativamente mais alta (1,9 vez maior em 1970; 2,5 vezes em 1976) do que a mortalidade de crianças que viviam em lugares com água encanada. De modo semelhante, as estimativas do nível de expectativa de vida ao nascer, na área metropolitana de São Paulo em 1970, confirmam a importância dos serviços de esgoto, para a redução da taxa de mortalidade. Estimou-se que a expectativa média de vida ao nascer de crianças que viviam em habitações

com saneamento adequado (65,2 anos) excedia em mais de 10 anos a expectativa de vida das que residiam em moradias sem qualquer tipo de saneamento [IBGE (1982) e Vetter e Simões (1980)].

4.2.4 - O Impacto Relativo dos Determinantes da Mortalidade

É fácil verificar que os determinantes da mortalidade formam uma cadeia de relações em que as numerosas variáveis envolvidas interagem umas com as outras de formas complexas. Para tomarmos um exemplo, há poucas razões para se supor que a disponibilidade de água encanada, em si e por si só, reduza a mortalidade. Supõe-se, normalmente, que a água corrente contribua para melhorar as condições de higiene. Porém, isto só será concretamente alcançado se as pessoas conhecerem os princípios higiênicos básicos. Essas informações, por sua vez, se correlacionam com a educação. A educação, por outro lado, é uma variável que pode reduzir a mortalidade por meio de mecanismos outros que não sua relação direta com o comportamento relacionado à saúde. Além disso, o nível educacional está intimamente correlacionado à renda e, daí, à probabilidade de ter-se, previamente, água, esgoto e eletricidade.

A análise feita por Merrick dos dados da mostra de 1% do Censo Demográfico de 1970 e dos dados da PNAD de 1976 fornece uma rara percepção da importância relativa dos vários determinantes da mortalidade infanto-juvenil no meio urbano brasileiro no início da década de 70. Esses achados são de especial interesse, pois fornecem estimativas do grau em que, no período de seis anos, as mudanças em vários indicadores socioeconômicos chave contribuíram para a queda da mortalidade entre as crianças. Merrick estimou que os ganhos em educação, tanto para homens como para mulheres, foram responsáveis por cerca de 54% da queda da mortalidade infanto-juvenil. O segundo fator mais importante — a provisão de água encanada — respondeu por, aproximadamente, 19% do declínio [Merrick (1985b, Tabela 10)].

O estudo, também, observou uma interação estatística entre acesso à água e à renda familiar. A presença de água encanada no domicílio exercia efeito maior sobre a redução da mortalidade entre os filhos tidos por mulheres de baixa renda, se comparado ao efeito sobre a probabilidade de morte entre crianças de domicílios mais afluentes. A interação estatisticamente significativa indica que a maior provisão de serviços de água estreitou as diferenças relacionadas à renda na probabilidade de morte infanto-juvenil no meio urbano brasileiro. Portanto, a expansão de serviços de água nas áreas urbanas compensou, parcialmente, os efeitos adversos da desigualdade na distribuição de renda [Merrick (1985b)].

4.3 - Desigualdade Regional e Tempo de Vida

As diferenças sociais e econômicas, em nível espacial, documentadas no Capítulo 3, refletem-se nas enormes disparidades regionais de expectativa de vida, tal como se vê na Tabela 4.2. Nos anos 30, a duração média de vida do Nordeste Central (34,7 anos) era 16,2 anos inferior à registrada para a região Sul, mais desenvolvida (51 anos). A queda generalizada da mortalidade ocorrida nas últimas décadas não eliminou estas desigualdades espaciais. Entre 1930/40 e 1940/50, o Nordeste Central e o Nordeste Meridional experimentaram uma mudança relativamente pequena. Por outro lado, a expectativa de vida em São Paulo aumentou de 42,7 para 49,4 anos. Porque o Nordeste não acompanhou os ganhos de mortalidade ocorridos no resto do país, o coeficiente de variação de expectativa de vida regional aumentou de 32,4%, em 1930/40, para 71,2% em 1940/50.

A década seguinte mostrou-se um período de rápida queda de mortalidade para o país como um todo. A expectativa de vida no Brasil aumentou de 43,6 anos em 1940/50, para 50 anos em 1950/60, isto é, um aumento de 15%. Tal como se pode ver na Tabela 4.2, registraram-se ganhos significativos na Amazônia (+19%), bem como em outras áreas de alta mor-

Tabela 4.2
Expectativa de Vida ao Nascer, por Região - 1930/80

REGIÃO	1930/40 (A)	1940/50 (B)	1950/60 (C)	1960/70 (D)	1970/80 (E)	(B)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
Amazônia	39,8	42,7	51,0	54,2	63,1	1,07	1,19	1,06	1,16
Nordeste Setentrional	40,0	43,7	47,8	50,4	55,5	1,09	1,09	1,05	1,10
Nordeste Central	34,7	34,0	39,4	44,2	49,0	0,98	1,16	1,12	1,11
Nordeste Meridional	38,3	39,2	44,8	49,7	56,5	1,02	1,14	1,11	1,15
Minas	43,0	46,1	51,7	55,4	60,2	1,07	1,12	1,07	1,09
Rio	44,5	48,7	56,1	57,0	64,1	1,09	1,15	1,02	1,12
São Paulo	42,7	49,4	55,1	58,2	63,9	1,16	1,12	1,06	1,10
Paraná	43,9	45,9	53,4	56,6	63,2	1,05	1,16	1,06	1,12
Sul	51,0	55,3	60,4	61,9	67,8	1,08	1,09	1,02	1,10
Centro-Oeste	46,9	49,8	54,0	57,5	62,6	1,06	1,08	1,06	1,09
Brasil	41,2	43,6	50,0	53,4	61,6	1,06	1,15	1,07	1,12
Coeficiente de Variação (%)	32,4	71,2	63,8	43,1	43,8				

Fontes: Carvalho e Wood (1977) e Paiva (1982) e dados básicos: Censo Demográfico (1940 a 1980).

talidade, tais como o Nordeste Central e o Nordeste Meridional. Ocorreram, também, aumentos de mais de 10% em Minas, Rio, São Paulo e Paraná. O coeficiente de variação caiu de 71,2 para 63,8%.

Ganhos semelhantes de expectativa de vida continuaram a ocorrer no Nordeste Central e Nordeste Meridional entre as décadas de 1950/60 e 1960/70, embora a taxa de crescimento tenha diminuído em todas as outras regiões do país. Como resultado da melhoria das condições em regiões de baixa expectativa de vida, o coeficiente de variação declinou mais ainda na década de 60, indo para 43,1%.

Entre 1960/70 e 1970/80, o ritmo da queda da mortalidade acelerou-se de novo, com a ocorrência de melhorias razoavelmente uniformes entre as 10 regiões do país. Em 1970/80 a expectativa de vida no Brasil chegou próximo dos 62 anos. No entanto, permanecem diferenças regionais marcantes de mortalidade. No período mais recente, a expectativa de vida do Nordeste Central era de 49 anos, um nível inferior em 18,8 anos ao estimado para a região Sul (67,8 anos).

4.4 - Renda Familiar e Duração de Vida

As desigualdades regionais da duração de vida tornam-se consideravelmente mais amplas, ao se desagregá-las por nível de renda familiar. A associação positiva entre renda familiar e expectativa de vida fica evidente na Tabela 4.3. Para o país como um todo, as pessoas que se situavam na categoria mais alta de renda familiar em 1970 tinham uma expectativa de vida de 62 anos. Isto representava uma duração média de vida superior em 12 anos àquela relativa às pessoas pertencentes à categoria mais baixa de renda.²

Há uma importante distinção entre a distribuição de renda entre as famílias e a distribuição de renda familiar entre os indivíduos. Em geral, famílias maiores tendem a possuir renda total maior, em razão do maior número de pessoas obtendo rendimentos, porém renda inferior por membro da família [Repetto (1977)]. Como resultado disto, a identidade dos pobres tende a estar mascarada, quando o critério escolhido é renda familiar, por incluir-se a maioria dos pobres em domicílios maiores. Tivesse esta análise se baseado

2 Com respeito à unidade de análise, estudos sobre a distribuição da renda oferecem argumentos teóricos e empíricos convincentes a favor da atenção sobre a família e não sobre o indivíduo [Kuznets (1955, 1976 e 1978)]. Os estudos sobre distribuição da renda que usam unidades menores, tais como pessoas, sobrestimam o grau de desigualdade, em razão da presença de pessoas que possam não estar engajadas em atividades remuneradas, tais como mulheres casadas, jovens e velhos. Esses indivíduos são mais propriamente tratados como membros de uma família em que são tomadas as decisões referentes à geração e ao uso da renda tanto por membros economicamente ativos quanto por membros dependentes da unidade [Kuznets (1976)].

nos estratos de renda familiar *per capita*, o que não foi feito em razão da técnica de estimação demográfica adotada, a mortalidade diferencial seria ainda maior. As diferenças na duração média de vida apresentadas neste estudo (baseadas em renda familiar ao invés da renda *per capita*) são, por conseguinte, estimativas conservadoras da mortalidade diferencial no Brasil.

Há uma considerável variação regional na relação entre renda familiar e mortalidade. O patamar mais baixo de expectativa de vida em 1970 no país (42,8 anos) encontrava-se entre as famílias mais pobres do Nordeste Central. Esta situação evidencia agudo contraste com a expectativa de vida dos estratos mais ricos no Sul. Com uma expectativa de vida de 66,9 anos, a mais alta do país, os ricos na região Sul sobreviviam ao grupo mais pobre do Nordeste Central em aproximadamente 1/4 de século (24,1 anos).

As diferenças de duração de vida entre os grupos de renda mais baixa e mais alta, dentro de cada região, podem ser encontradas na Tabela 4.3. Os valores extremos encontram-se no Nordeste Central (11,6 anos) e na Amazônia (4,8 anos). Entre estes dois extremos, as diferenças das oito regiões remanescentes são, em média, de 7,4 anos e variam de cinco até cerca de nove anos.

O diferencial de mortalidade relativamente pequeno entre os ricos e pobres na Amazônia pode estar relacionado a fatores ambientais. Antes da penetração das estradas pelo interior da região, o que ocorreu após o Censo de 1970, a população localizava-se, principalmente, em pequenas comunidades ao longo das margens dos muitos rios que se espalham pela vasta bacia tropical. A área está sujeita a doenças infecciosas, especialmente a malária. Todavia, ao contrário do Nordeste Central, o sistema fluvial oferece rica fonte de alimentos e de água fresca. A disponibilidade destes recursos na Amazônia pode ser responsável pelo fato de que, internamente, a mortalidade seja menos sensível às variações de renda do que em outras regiões do Brasil.

O significado destes diferenciais de mortalidade acentua-se, se o colocarmos na perspectiva mundial. O patamar de expectativa de vida entre os pobres do Nordeste Central, em 1970, equivalia à média registrada na África em 1965/70 e correspondia, aproximadamente, à expectativa de vida na Europa Ocidental na década de 1860. No outro extremo do espectro, a duração média de vida entre as famílias mais ricas do Sul aproximava-se da mortalidade relativamente baixa alcançada na Europa Ocidental entre 1940 e 1950 [United Nations (1973, p. 110-111)].

Tabela 4.3
Expectativa de Vida ao Nascer (Regional), por Renda Familiar Mensal - 1970

REGIÃO	RENDA FAMILIAR MENSAL (Cr\$ de 1970) ^a					DIFERENÇA EM ANOS, ENTRE ESTRATOS DE RENDA MAIS ALTA E MAIS BAIXA
	MÉDIA GERAL	1-150	151-300	301-500	501+	
Amazônia	54,2	53,4	53,9	54,8	58,2	4,8
Nordeste Setentrional	50,4	50,0	50,8	52,7	55,7	5,7
Nordeste Central	44,2	42,8	46,1	50,3	54,4	11,6
Nordeste Meridional	49,7	48,9	50,3	51,9	54,9	6,0
Minas	55,4	53,8	55,4	55,6	62,3	8,5
Rio	57,0	54,1	54,8	57,6	62,1	8,0
São Paulo	58,2	54,7	56,1	58,7	63,9	9,2
Paraná	56,6	54,8	56,5	59,3	63,7	8,9
Sul	61,9	60,5	61,2	63,4	66,9	6,4
Centro-Oeste	57,5	56,5	57,1	58,2	63,3	6,8
Brasil	53,4	49,9	54,5	57,6	62,0	12,1

Fonte: Carvalho e Wood (1977).

^a US\$ 1.00 ≅ Cr\$ 4,60.

4.5 - Mortalidade e Distribuição da Renda

A distribuição da renda familiar altamente assimétrica, observada no Capítulo 2, tende a deprimir a taxa de mortalidade para o Brasil como um todo. Isto porque a expectativa de vida agregada da população é uma média ponderada das taxas correspondentes aos subgrupos da população. Neste caso, os pesos são dados pela distribuição relativa, por subgrupos de renda, de todos os filhos nascidos vivos de mães com 20 a 34 anos de idade na data do censo. A taxa de mortalidade agregada em um ponto do tempo é, por conseguinte, sensível à distribuição assimétrica da renda, uma vez que a mortalidade alta dos pobres recebe a maior ponderação, por constituírem estes o subgrupo com maior peso na população. De modo semelhante, uma mudança na distribuição da população pelos estratos de renda influenciaria a taxa de mortalidade para a população como um todo, uma vez que ela alteraria os pesos relativos que compõem a média agregada.

Podemos utilizar o Nordeste Central para ilustrar o impacto da distribuição da renda sobre a taxa de mortalidade agregada dentro de uma determinada região. Se a população fosse igualmente distribuída entre as quatro categorias de renda familiar apresentadas na Tabela 4.3, e se não houvesse

diferencial de fecundidade entre os subgrupos, a expectativa de vida para a região seria a média aritmética dos quatro subgrupos, ou 48,4 anos. A expectativa de vida real no Nordeste Central, entretanto, foi de 44,2 anos, bem abaixo da média aritmética, porque um total de 65,3% das famílias na região encontrava-se no estrato mais baixo de renda (Cr\$ 1-150). O efeito disso foi uma média real menor do que a média aritmética em 4,2 anos. Cálculos semelhantes em relação a todas as demais regiões indicam que, em razão de uma grande proporção de famílias de baixa renda, a expectativa média de vida estimada (a média ponderada) era inferior, de modo consistente, à média aritmética.

4.6 - Mortalidade e Distribuição Geográfica da População

Assim como uma distribuição assimétrica da renda deprime a taxa de mortalidade agregada dentro de uma região, também a concentração populacional em áreas de alta mortalidade influi no nível de expectativa de vida do país como um todo. Cerca de 32% de todos os domicílios brasileiros localizavam-se nas primeiras quatro regiões mostradas na Tabela 4.3 (Amazônia, Nordeste Setentrional, Central e Meridional). Com uma expectativa de vida inferior a 55 anos, essas regiões podem ser consideradas áreas de maior risco. Mais marcante, entretanto, é a distribuição espacial da população pobre do país. Do total de famílias que ganhavam menos de Cr\$ 150,00, a metade (49,5%) localizava-se no Nordeste.

Como no caso da renda, a distribuição espacial da população influi no nível agregado da mortalidade. A título de exemplo, a média aritmética da expectativa de vida de famílias que tinham ganhos mensais entre Cr\$ 1,00 e Cr\$ 150,00 era de 53 anos, 3,1 anos mais alta do que a média ponderada real de 49,9 anos, relativa à população naquele estrato de renda. Entre as famílias brasileiras de baixa renda, a duração média de vida se reduziu, em razão da concentração da população no Nordeste.

Entre as categorias de renda mais alta, o impacto da distribuição regional da população funciona em sentido oposto. Nos estratos mais altos de renda familiar, uma proporção maior de famílias localizava-se nas áreas mais desenvolvidas do país. Mais da metade (54%) de todas as famílias que ganhavam mais de Cr\$ 500,00 por mês residia nas regiões de São Paulo, Paraná e Sul. Nessas regiões, a expectativa média de vida ao nascer era maior, se comparada às famílias que residiam no Nordeste, com idênticos ganhos mensais. Como resultado da concentração de famílias afluentes em áreas de baixa mortalidade, a média ponderada real das expectativas de vida para os estratos de renda mais alta era de 62 anos, 1,5 ano acima da média aritmética (60,5 anos).

O nível médio de expectativa de vida no Brasil é, portanto, influenciado tanto pela distribuição da renda familiar (efeitos de linha) quanto pela distribuição espacial da população (efeitos de coluna). É o efeito combinado destes dois fatores que explica a característica intrigante da Tabela 4.3: a diferença na duração da vida entre as categorias mais alta e mais baixa de renda familiar para o país como um todo era de 12,7 anos, maior do que a diferença comparável de quaisquer das 10 regiões geográficas (coluna 5).

4.7 - Residência Rural-Urbana

Observando as condições de insalubridade e congestionamento das cidades, característica de seu tempo, Max Weber sustentava que as taxas de mortalidade variavam diretamente com o grau de aglomeração da população [citado em United Nations (1973)]. As análises históricas dos níveis de mortalidade, feitas antes do século XX, sugerem que eles eram, em geral, mais altos nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. Em 1930, nos Estados Unidos, as condições eram bem piores nas grandes cidades, comparativamente às cidades menores ou às áreas rurais. De modo semelhante, estima-se que a expectativa de vida relativa à Inglaterra e à Gales, em 1841, tenha sido de cerca de 40 anos, enquanto os números correspondentes às cidades industriais de Manchester e Liverpool eram aproximadamente de 24-25 anos [United Nations (1973)]. A queda dos níveis de mortalidade nos países desenvolvidos, entretanto, resultou num progressivo estreitamento do diferencial rural-urbano. Estimativas recentes indicam uma diferença de menos de meio ano na expectativa de vida ao nascer entre os residentes urbanos e rurais nos Estados Unidos e em certos países europeus [Davis (1973)].

Atualmente, nos países em desenvolvimento, as cidades podem ter vantagens sobre as áreas rurais. Os perigos da vida urbana são, aparentemente, contrabalançados por métodos importados de redução da mortalidade e pela concentração de assistência médica e serviços de saúde pública urbanos. Segundo Davis (1973, p. 276-277), "as cidades em países em desenvolvimento têm sido postos avançados das nações desenvolvidas". Uma vez que as cidades são as primeiras a beneficiar-se dos avanços médicos e tecnológicos, suas taxas de mortalidade seriam inferiores às das áreas rurais.

A Tabela 4.4 mostra estimativas de expectativa de vida por situação de domicílio no Brasil. Na década de 60, o nível de expectativa de vida nas áreas rurais excedia ao das áreas urbanas em seis regiões do país (razões menores que 1). O contrário prevalecia em relação às quatro áreas geográficas remanescentes. Com pequenas modificações, o mesmo padrão geral prevaleceu na década seguinte.

Tanto na década de 60 quanto na de 70, a razão das taxas rurais-urbanas de todas as regiões é próxima de 1,00. Quer se seja maior ou menor que a unidade, a razão não parece estar relacionada ao nível geral de mortalidade da região. Na Amazônia, por exemplo, a expectativa média de vida é mais de 10 anos inferior à correspondente do Sul, embora, em ambos os casos, a taxa urbana exceda à taxa rural.

O fato de que os diferenciais de mortalidade entre as áreas rurais e urbanas sejam mínimos e que não sigam qualquer padrão aparente pode ser devido à ausência de controles de outras variáveis [Sawyer e Soares (1982)] e/ou devido a problemas associados com as categorias utilizadas pelo IBGE na definição do local de residência. A definição oficial de áreas urbanas é problemática, uma vez que classifica, como urbanos, todos os centros político-administrativos dos municípios e distritos. Várias destas localidades contêm menos de mil habitantes e dificilmente se caracterizariam como possuidoras dos elementos que convencionalmente se entendem como urbanos.

Entretanto, encontramos diferenças sistemáticas entre as áreas rurais e urbanas, ao desagregarmos, para a década de 60, as taxas de mortalidade para cada região em quatro categorias de renda familiar (Tabela 4.5). A razão entre as taxas urbanas e rurais na última coluna segue um padrão consistente. A expectativa de vida urbana é inferior à das áreas rurais, no que se refere às famílias de baixa renda, porém o contrário prevalece em relação às famílias que pertencem às classes de renda mais alta. Desse modo, os habitantes da cidade têm maior probabilidade de vida mais longa, se comparados aos habitantes do meio rural, desde que possuam maiores recursos econômicos. Este padrão prevalece em todas as 10 regiões, embora haja variação do "ponto crítico" ou da categoria de renda na qual a expectativa de vida urbana excede à rural.

A despeito da consistência destes achados, devemos ter em mente uma série de fatores. É importante observar que o censo contém apenas dados sobre renda monetária. Como resultado disso, as categorias de renda utilizadas por este estudo podem comportar comparações urbano-rurais viesadas. De modo geral, pode-se considerar que as famílias rurais pobres têm renda real maior do que a das famílias urbanas no mesmo estrato de renda monetária, pois aquelas, em média, produzem maior quantidade de bens para consumo próprio e estas têm que pagar por uma série de bens e serviços que para as famílias rurais não são imprescindíveis ou são freqüentemente gratuitos ou, ainda, mais baratos, como moradia, transporte, serviços de água e esgoto etc. É possível que os níveis de expectativa de vida mais elevados entre as famílias rurais mais pobres possam, por conseguinte, ser explicados, até um

Tabela 4.4
Expectativa de Vida ao Nascer (Regional), por Situação do Domicílio - 1960/80

REGIÃO	1960/70			1970/80		
	RURAL (A)	URBANO (B)	(B)/(A)	RURAL (C)	URBANO (D)	(D)/(C)
Amazônia	53,7	54,9	1,02	62,5	63,7	1,02
Nordeste Setentrional	50,8	49,2	0,97	55,9	54,9	0,98
Nordeste Central	44,6	43,8	0,98	47,8	50,0	1,05
Nordeste Meridional	50,7	48,2	0,95	55,4	57,8	1,04
Bahia	55,9	54,7	0,98	61,4	59,6	0,97
Minas	56,6	57,1	1,01	67,3	63,9	0,95
Rio	57,1	58,5	1,02	63,5	64,0	1,01
São Paulo	56,4	57,0	1,01	62,5	63,8	1,02
Paraná	63,0	60,9	0,97	68,9	62,4	0,98
Centro-Oeste	57,7	57,2	0,99	61,4	63,3	1,03
Brasil	52,9	53,9	1,02	57,2	61,0	1,07

Fonte: Dados básicos - Censo Demográfico (1970 e 1980).

certo grau, por níveis de renda real mais altos do que das famílias urbanas na mesma categoria de renda monetária.

No entanto, focalizando-se os grupos de renda mais alta, nos quais a contribuição da produção doméstica para a renda real é proporcionalmente inferior à dos grupos mais pobres, não se pode rejeitar a hipótese de que as áreas urbanas tenham maiores vantagens sobre as rurais, em razão da maior concentração de serviços médicos e melhores condições de vida. Se as pessoas podem ou não custear acesso a esses benefícios é um a questão crítica. O fato de que os níveis de expectativa de vida, para as famílias de renda mais alta, sejam superiores nas áreas urbanas sugere que as cidades possam, de fato, ser um lugar melhor para se viver, mas somente para aqueles que possam custear uma proteção adequada contra as vicissitudes que afligem a população urbana.

Por conseguinte, não é surpreendente o fato de que se encontrem, no meio urbano, os mais altos e o mais baixo nível de expectativa de vida. As pessoas mais pobres do meio urbano no Nordeste Central tinham uma expectativa de vida de 40 anos em 1970. Essa expectativa de vida era mais de 25 anos inferior à duração média de vida dos membros do grupo de renda mais alta do meio urbano da região Sul (67,1).

Tabela 4.5
Expectativa de Vida ao Nascer (Regional), por Renda Familiar e Lugar de Residência - 1970
 (Cr\$ de 1970)

REGIÃO	RENDA FAMILIAR	MÉDIA GLOBAL	RURAL (A)	URBANA (B)	(B)/(A)
Amazônia	a	53,4	53,8	52,6	0,98
	b	53,9	53,6	54,3	1,01
	c	54,8	53,2	55,8	1,05
	d	58,2	54,5	59,3	1,09
Nordeste Setentrional	a	50,0	50,7	47,0	0,93
	b	50,8	51,2	50,2	0,98
	c	52,7	51,9	53,3	1,03
	d	55,7	49,8	57,7	1,16
Nordeste Central	a	43,8	44,3	40,0	0,90
	b	46,1	46,6	45,9	0,98
	c	50,3	48,2	50,8	1,05
	d	54,4	53,4	54,4	1,02
Nordeste Meridional	a	48,9	50,4	45,1	0,89
	b	50,3	52,4	48,8	0,93
	c	51,9	52,3	51,8	0,99
	d	54,9	52,6	55,3	1,05
Minas	a	53,8	55,3	49,6	0,90
	b	55,4	57,2	54,5	0,95
	c	58,6	59,2	58,4	0,99
	d	62,3	61,9	62,4	1,01
Rio	a	54,1	56,8	51,2	0,90
	b	54,8	55,9	54,6	0,98
	c	57,6	56,9	57,6	1,01
	d	62,1	61,1	62,1	1,02
São Paulo	a	54,7	56,4	51,9	0,92
	b	56,1	57,5	55,7	0,97
	c	58,7	58,3	58,8	1,08
	d	63,9	61,4	64,0	1,04
Paraná	a	54,8	55,3	51,2	0,93
	b	56,5	57,1	55,5	0,97
	c	59,3	60,0	59,0	0,98
	d	63,7	62,3	64,1	1,03
Sul	a	60,5	62,0	54,6	0,88
	b	61,2	63,4	59,3	0,94
	c	63,4	65,2	62,6	0,96
	d	66,9	66,2	67,1	1,01

(continua)

REGIÃO	RENDA FAMILIAR	MÉDIA GLOBAL	RURAL (A)	URBANA (B)	(B)/(A)
Centro-Oeste	a	56,5	57,1	54,8	0,96
	b	57,1	58,7	55,6	0,95
	c	58,2	57,6	58,5	1,02
	d	63,3	62,5	63,4	1,01
Brasil	a	49,9	51,4	46,0	0,89
	b	54,5	55,9	53,7	0,96
	c	57,6	57,6	57,6	1,00
	d	62,0	60,0	62,2	1,04

Fonte: Carvalho e Wood (1977).

Nota: a) Cr\$ 1,00 a Cr\$ 150,00.

b) Cr\$ 151,00 a Cr\$ 300,00.

c) Cr\$ 301,00 a Cr\$ 500,00.

d) Cr\$ 501,00 +.

4.8 - Quem se Beneficiou com a Queda da Mortalidade?

A questão central que tem preocupado os analistas do desenvolvimento é se o caráter do crescimento econômico no Brasil reduziu ou aumentou a desigualdade relativa entre os diferentes estratos socioeconômicos da população. O debate travado no início da década de 70 revolveu, intensamente, a questão da distribuição da renda. Evidências de deterioração da renda real dos mais pobres e do aumento da concentração da renda entre 1960 e 1970 levantaram sérias dúvidas sobre as conseqüências sociais do "modelo brasileiro de desenvolvimento". Dados mais recentes do Censo de 1980, discutidos no Capítulo 3, indicam que a renda real aumentou entre todos os subgrupos populacionais, embora as medidas de desigualdade relativa tenham permanecido as mesmas de 1970 até 1980.

Do ponto de vista demográfico, podemos tratar da questão da desigualdade, por meio da comparação dos diferenciais de mortalidade de 1970 e 1980, por estrato de renda familiar. Com base nos achados anteriores, sabemos que a taxa agregada de mortalidade caiu substancialmente durante a década de 70. A questão crucial é que grupo se terá beneficiado mais, com o declínio da mortalidade. Uma vez que a expectativa de vida é um indicador sumário do padrão de vida prevalecente num dado subgrupo populacional, as evidências de uma mudança no tempo dos diferenciais de mortalidade propiciam avaliação mais acurada das mudanças relativas do padrão de vida do que tão-somente a análise das variações na distribuição de renda.

As estimativas apresentadas na Tabela 4.6 indicam que os ganhos de expectativa de vida entre as décadas de 60 e 70 distribuíram-se de modo bastante semelhante por todos os estratos de renda. Para o país como um todo, a expectativa de vida aumentou aproximadamente em quatro anos para todos os grupos de renda. Nas áreas rurais, a melhoria foi um pouco maior para a categoria de renda mais alta (5,3 anos, comparados aos 4,2 e 3,9 anos relativos às famílias com ganhos de Cr\$ 1-150 e Cr\$ 151-300). O inverso parece prevalecer no Brasil urbano, onde encontramos o ganho maior entre as famílias mais pobres.

Tabela 4.6
Alterações de Expectativa de Vida, por Renda Familiar e Lugar de Residência - 1970/80

POPULAÇÃO	RENDA FAMILIAR (Cr\$ DE 1970)	1970 (A)	1980 (B)	(B) - (A)
Total	1-150	49,9	53,9	4,0
	151-300	54,5	58,3	3,8
	301-500	57,6	61,7	4,1
	501+	62,0	66,3	4,3
Rural	1-150	51,4	55,6	4,2
	151-300	55,9	59,8	3,9
	301-500	57,6	62,3	4,7
	501+	60,0	65,3	5,3
Urbano	1-150	46,0	50,7	4,7
	151-300	53,7	58,2	4,5
	301-500	57,6	61,6	4,0
	501+	62,2	66,4	4,2

Fontes: *Carvalho e Wood (1977)* e dados básicos - *Censo Demográfico (1970 e 1980)*.

4.9 - Conclusão

A expectativa de vida ao nascer no Brasil aumentou em torno de 20 anos, desde a década de 30. A queda do nível de mortalidade associa-se tanto à importação de tecnologias médicas e de saúde pública quanto a fatores endógenos ao processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil. A queda da mortalidade não se deu num ritmo homogêneo. Ocorreram rápidos ganhos durante o período imediatamente após a Segunda Grande Guerra e entre as décadas de 60 e 70. Os ganhos substanciais, registrados

no período mais recente, podem ser atribuídos a melhorias na qualidade global de vida, medida por indicadores econômicos e outros indicadores sociais. Tais indicadores incluem o aumento da renda real, o aumento da escolaridade e a redução dos riscos ambientais, ligados ao aumento da proporção de domicílios com serviços de água, esgoto e energia elétrica.

A queda da taxa agregada de mortalidade com o passar do tempo não eliminou as marcantes diferenças de mortalidade por região e por estrato socioeconômico. As desigualdades geográficas no desenvolvimento social e econômico refletem-se nas altas taxas de mortalidade para as regiões do Nordeste, se comparadas às das regiões do Centro e do Sul do Brasil, mais desenvolvidas. Embora a duração média de vida tenha aumentado em todas as áreas, a expectativa de vida no Nordeste Central permaneceu, em 1970/80, cerca de 18 anos menor do que a relativa ao Sul (67,8 anos).

Os diferenciais de mortalidade mostram-se também evidentes, quando se desagregam as estimativas de esperança de vida por nível de renda familiar. As pessoas nos estratos de renda familiar mais alta, em 1970, tinham uma expectativa de vida que superava em 12 anos a daquelas pertencentes à categoria de renda mais baixa. Entre as décadas de 60 e 70, a expectativa de vida aumentou, aproximadamente, quatro anos em cada grupo de renda do país. Em razão disso, a diferença de expectativa de vida entre o pobre e o rico permaneceu aproximadamente a mesma na década de 70, comparativamente à década anterior.

Política Salarial, Mortalidade Infantil e Ação Social Coletiva em São Paulo

O Golpe Militar de 1964 deu início a uma nova era de planejamento econômico no Brasil. No esforço de conter a inflação e atrair investimentos externos, o regime adotou uma estratégia de desenvolvimento que tinha, como um dos componentes centrais, uma política de contenção salarial. O poder dos sindicatos para agir como efetivos elementos de barganha, já minado pelo legado corporativista do período Vargas, foi ainda mais contido por medidas legislativas, repressão política e uso ocasional da força. Para alcançar a tranquilidade na área trabalhista, exigida para um saudável “clima de investimentos”, a negociação direta entre capital e trabalho foi substituída pelo método burocrático da fixação de níveis salariais. Este procedimento tencionava, supostamente, ajustar o salário mínimo, de modo que pudesse restaurar a renda erodida pela inflação. Na prática, os componentes da fórmula destinada a ajustar-se à inflação eram, deliberadamente, subestimados durante certos períodos. De 1964 até 1975, o valor real do salário mínimo deteriorou-se. Entre 1975 e 1980, época de inquietação trabalhista generalizada, a tendência decrescente reverteu-se e o salário mínimo recuperou parte de seu poder de compra.

A intervenção nos mercados de fatores com a finalidade de promover o desenvolvimento era, na época, tema correntemente aceito. Os proponentes da política de contenção salarial apontavam para distorções de mercado que, artificialmente, diminuíam o preço relativo do capital e aumentavam os custos da mão-de-obra, e as medidas destinadas a reduzir o preço da mão-de-obra visavam corrigir tal desequilíbrio. Num visão neoclássica de dois fatores, com mão-de-obra desempregada, espera-se que salários mais baixos produzam o aumento do emprego e da produção, já que maior número de trabalhadores seria contratado com o mesmo montante de capital. Com

o aumento da taxa de lucro e de investimentos, o modelo prevê efeitos favoráveis de longo prazo sobre o crescimento e o emprego. Numa efusiva aprovação dessa tese, *The Economist*, de 24 de dezembro de 1983, proclamava que “a queda dos salários reais, assim como a queda do preço do petróleo, (...) anunciava uma nova era de baixo desemprego e baixa inflação (...). Quando isso ocorrer,” continuava o editorial, “o mundo gozará de muitos Felizes Anos-Novos”.

Segundo os defensores da política de arrocho salarial, os custos envolvidos teriam de ser suportados, para que se pudesse corrigir o que consideravam excesso, causado pelas exageradas reivindicações dos sindicatos. De fato, tal como Prebisch (1984) assinala, “os economistas neoclássicos geralmente aceitam com resignação (e não sem uma certa complacência, em alguns casos) os custos econômicos e sociais incorridos para que se possam remediar as conseqüências da violação das leis de mercado pela força de trabalho, bem como pelo abusivo exercício de poder do Estado”. O argumento reside no pressuposto de que o livre jogo das forças de mercado dissemina, por toda a sociedade, os frutos do progresso técnico, que encontram sua maior expressão no aumento da produtividade.

O modelo, no entanto, desconsidera certos fenômenos estruturais, especialmente as mudanças na unidade de produção. Tais mudanças são cruciais, uma vez que os presuníveis benefícios, advindos da redução salarial, condicionam-se ao tipo de tecnologia introduzida. A tecnologia determina não apenas o nível da produção total, mas, também, a substituíbilidade entre capital e trabalho. Quando a elasticidade da substituição é inferior à unidade, as reduções salariais beneficiam os capitalistas, tanto relativa quanto absolutamente, devido ao aumento da produção total e à queda da participação do salário. As políticas de arrocho salarial em condições tecnológicas adversas pioram a posição da mão-de-obra empregada e, apenas marginalmente, melhoram as condições da mão-de-obra desempregada [Ahluwalia (1976)]. Segue-se disto que, em certas circunstâncias, o resultado da contenção salarial é a distribuição mais desigual da renda, com pouco ou nenhum ganho de emprego.

O debate sobre o resultado distributivo da política de desenvolvimento com redução salarial não deveria estar adstrito às questões macroeconômicas. Na realidade, como defendemos neste capítulo, seus questionáveis benefícios também precisam ser avaliados quanto aos consideráveis custos sociais que tais políticas impõem à classe trabalhadora. A fé desmedida no “longo prazo”, sem que se considerem as conseqüências humanas da compressão salarial, é míope, especialmente diante das sérias dúvidas quanto a se, de fato, os sacrifícios que se impõem à renda, no presente, resultam em recompensas no futuro.

Uma análise que se faça sobre os salários, custos sociais e políticas de desenvolvimento precisa, necessariamente, de uma ampla perspectiva estrutural. Bem no âmago da questão encontra-se o processo pelo qual se produz e se retém o excedente e como os grupos sociais lutam, no local de trabalho e através dos canais institucionalizados, por sua participação nos frutos do progresso técnico. No Brasil, os mecanismos contemporâneos de controle trabalhista e de determinação dos salários têm suas origens nos estágios iniciais da industrialização na década de 30 e nas lutas políticas do emergente proletariado urbano. Estas questões, sintetizadas na próxima seção, fornecem o pano de fundo para uma detalhada discussão das recentes políticas salariais, implantadas desde o Golpe Militar de 1964. Este estudo focaliza o efeito dessas políticas sobre o poder de compra dos grupos de baixa renda na área metropolitana de São Paulo, a maior e mais industrializada cidade do Brasil.¹ As tendências temporais dos níveis de mortalidade infantil espelham o impacto social das políticas de arrocho salarial sobre a população urbana.

A última seção deste capítulo dá atenção a um aspecto diferente de São Paulo como um sistema social e econômico. Ao contrário do enfoque “de cima para baixo”, anteriormente utilizado, o qual examina como a estrutura social se sobrepõe aos diferentes grupos sociais, aqui exploramos a maneira pela qual a ação social consciente, da parte dos indivíduos, famílias e associações comunitárias, influencia as transformações sociais. O estudo focaliza os vários modos pelos quais os pobres urbanos ativamente negociam e lutam contra as condições de subdesenvolvimento a eles impostas. Com este propósito, investigamos três tipos de ação: as estratégias de sustento que as famílias praticam; as iniciativas das organizações comunitárias; e os surtos ocasionais de violência coletiva.

Consideramos estas formas de comportamento intrínsecas ao sistema de relações que definem o complexo urbano. Por um lado, representam a resposta a condições estruturalmente determinadas, esboçadas nas primeiras seções deste capítulo. Por outro lado, constituem o conjunto de iniciativas que, por si só, ajudam a alterar o perfil socioeconômico e político da cidade. Deste modo, nosso foco analítico confere significado concreto à argumentação abstrata apresentada no Capítulo 2; isto é, que as classes e grupos sociais não representam resultado passivo dos processos infra-estruturais, como poderia sugerir o ponto de vista materialista dogmático. Ao contrário, as iniciativas das pessoas que agem com intuito de proteger ou aumentar seus interesses constituem fontes de pressão para transformação das próprias

1 Restringimos o âmbito da investigação a São Paulo em razão da insuficiência de informações relativas a outros lugares e pelo fato de que os dados de São Paulo são de muito melhor qualidade.

estruturas que deram origem à ação social. Acompanhando Castells (1983), a visão que adotamos endossa o ponto de vista de que as cidades e os cidadãos não deveriam ser considerados isolados uns dos outros. Ao contrário, deve-se entender que as características da economia urbana, que determinam as limitações enfrentadas pelas pessoas, bem como as ações que os indivíduos ou famílias adotam para enfrentar tais condições sejam partes integrantes de um único todo.

5.1 - Corporativismo e Mão-de-Obra Organizada no Brasil

Após 1964, as políticas salariais adotadas pelo governo apoiavam-se em instituições existentes já bem antes de os militares tomarem o poder. Particularmente importante era o sistema complexo de relações entre Estado e trabalhadores, estabelecido durante o regime de Getúlio Vargas na década de 30. O Estado Novo (1937/45) aderiu à filosofia corporativista, pela qual todo setor social e econômico devesse estar sob o controle de uma rede de conselhos orientados pelo governo. O sistema sindical compulsório, hierarquicamente ordenado e funcionalmente específico, estabeleceu a estrutura por meio da qual o governo reduzia a participação política das organizações trabalhistas e enfraquecia o poder de barganha e autonomia dos sindicatos [Erickson e Middlebrook (1982)]. O controle, exercido por meio de um conjunto de normas legais e fiscais, dava ao governo trânsito relativamente livre para se imiscuir em questões trabalhistas.

A ascensão de Vargas ao poder coincidiu com o processo inicial da industrialização do Brasil e o surgimento de uma classe trabalhadora urbana nas maiores cidades do Centro-Sul, tendo sido, também, seu reflexo. Como chefe de uma coalizão civil e militar, Vargas se opôs ao mando da oligarquia de base rural, na revolução que o levou ao poder. O projeto econômico-político que Vargas lançara objetivava estabelecer um aparato estatal altamente centralizado que pudesse fixar as bases da expansão industrial. Seu desafio ao poder da tradicional elite exigia o apoio dos trabalhadores urbanos. A estratégia de Vargas era atrair este apoio e, ao mesmo tempo, obter o controle do incipiente movimento das classes trabalhadoras. No início de 1931, o governo cassou o reconhecimento das poucas organizações existentes, forçando-as a obter novos certificados, concessão esta conferida apenas aos sindicatos “idôneos”. Uma vez quebrado o poder das associações trabalhistas independentes, Vargas cortejou os trabalhadores através da criação do primeiro Ministério do Trabalho do país, aumentando os salários e decretando uma legislação trabalhista básica bem como benefícios sociais. Deste modo, Vargas, primeiro no início da década de 30 e depois sob o

Estado Novo, construiu a estrutura institucional que deu condições ao Estado de manter mão firme sobre as organizações trabalhistas.

Sob o Estado Novo, Vargas criou um complexo sistema de justiça trabalhista, no qual representantes trabalhistas e patronais teriam assento junto com magistrados profissionais. Os conflitos trabalhistas não seriam solucionados por meio de greves, pois os tribunais se destinavam a ajuizar as disputas. Com o poder para impor suas decisões a ambas as partes, a Justiça do Trabalho transformava os conflitos entre capital e trabalho numa questão administrativa, dirimidos dentro de uma instituição burocrática chefiada por juízes nomeados pelo governo federal e sensíveis a seus interesses [Skidmore (1978)].

No sistema sindical, permitia-se apenas um sindicato para cada categoria ocupacional. Os empregados pagavam tributo compulsório anual: o imposto sindical. Este imposto era deduzido do salário do trabalhador e depositado no Banco do Brasil pelo empregador. A filiação trabalhista ativa, entretanto, somente era aceita após o pagamento do imposto pela segunda vez, cujo montante era estabelecido por sindicato. A centralização dos recursos do sindicato trouxe grande poder ao Ministério do Trabalho. Com o poder de aprovar orçamentos e liberar ou não os fundos retidos, o Ministério assegurava-se de que os sindicatos não se insurgiriam contra os níveis salariais estabelecidos pelo governo nem contra outras condições trabalhistas estabelecidas pela Justiça do Trabalho.

O Ministério do Trabalho tinha ainda o poder sobre a organização e administração sindical. Não só precisavam as eleições sindicais ser “válidas”, como também podia o Ministério intervir em questões internas dos sindicatos quando julgava terem sido violados os “interesses” dos trabalhadores por seus dirigentes. Quando isto ocorria, o sindicato sofria intervenção, pela qual o governo nomeava novos representantes até que ocorresse novas eleições [Skidmore (1976)]. Deste modo, o Ministério do Trabalho, com o poder de controlar as finanças dos sindicatos e o direito legal de neles interferir diretamente, exercia controle substancial sobre a organização trabalhista.

Os aspectos mais importantes da estrutura institucional criada por Vargas permaneceram praticamente inalterados, durante o período democrático entre 1945 e 1964. Após 1964, o sistema trabalhista corporativista serviu perfeitamente aos interesses do regime militar. Nos primeiros dois anos, o governo removeu nacionalistas radicais de cargos públicos eletivos e de uma ampla gama de grupos de interesse, como os sindicatos trabalhistas. O governo interveio em pelo menos 532 sindicatos, concentrando seu esforço nos setores industriais maiores e mais importantes. Em 1964/65, o Ministério do Trabalho interveio em 70% dos sindicatos de mais de 5 mil

membros, 38% dos sindicatos de mil a 5 mil membros e em 19% dos sindicatos de menos de mil membros [Erickson e Middlebrook (1982, p. 237)].

Líderes sindicais militantes foram substituídos por pelegos, leais ao regime militar. O termo, que quer dizer manta de pele de carneiro que protege o cavalo contra a irritação causada pela sela, é utilizado para designar o representante trabalhista que apóia o governo ou que não se opõe fortemente a ele. Nos primeiros dois anos de governo, os militares colocaram pelegos na liderança de mais de 500 sindicatos e federações trabalhistas. Muitos desses indivíduos haviam sido treinados para suas novas funções pelo Instituto Americano de Desenvolvimento do Trabalho Livre (AIFLD), uma organização criada, como resposta à Revolução Cubana, pelo governo americano e alguns elementos da AFL-CIO (*American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* — centrais sindicais americanas, coligadas), com o intuito de promover um sindicalismo pró-Estados Unidos na América Latina.

A instalação de pelegos em postos-chave da estrutura sindical foi apenas uma variação do já antigo esforço estatal para controlar e manipular as organizações trabalhistas, mantendo-as sob controle político. Esta tarefa tornou-se, mais tarde, crescentemente mais difícil, em razão das profundas transformações estruturais da economia brasileira. Enquanto, em 1960, 45% da população brasileira viviam nas cidades, 25 anos depois cerca de 3/4 desta mesma população tornaram-se urbanos. Além disso, a industrialização transformou radicalmente o local de trabalho, levando a alterações fundamentais na organização social. Em 1968, as maiores empresas empregavam não mais do que 5 mil trabalhadores. Em 1978, somente a Volkswagen empregava 38 mil e a Ford, 25 mil [Kucinski (1982)]. O “Milagre Brasileiro” havia concentrado um número de pessoas sem precedente não apenas dentro dos portões das fábricas, mas também em áreas residenciais (ver “Reações ao Subdesenvolvimento Urbano”). A filiação sindical cresceu rapidamente e as bases sindicais, sentindo-se fortalecidas pelo seu tamanho, tornaram-se mais confiantes em suas possibilidades.

A tensão entre trabalhadores e patrões intensificou-se no final da década de 70. A evolução desses acontecimentos foi acionada, em agosto de 1977, pela surpreendente descoberta de que a manipulação dos dados para fixação dos salários dos trabalhadores industriais nos anos de 1973/74 teria causado perda de 34% da renda real da classe trabalhadora brasileira. O modo pelo qual a revelação desse fato ocorreu, como observa Moisés (1979, p. 51), foi ao mesmo tempo curioso e ilustrativo. Desde o início da década de 70, o instituto de pesquisa mantido pelos sindicatos de São Paulo (Dieese) não se cansava de denunciar que os dados oficiais de inflação eram manipulados.

Esta acusação foi ignorada pelo governo federal até que os economistas do Fundo Monetário Internacional, analisando o desempenho da economia brasileira, confirmaram as acusações do Dieese. Houve imediata reação que começou pelos sindicatos mais importantes da Área Metropolitana de São Paulo. Os líderes de cerca de 250 mil trabalhadores das indústrias automobilística, elétrica e química passaram a lutar, através dos sindicatos, pela recomposição dos salários de suas categorias [Moisés (1979, p. 52)].

Essas demandas logo se espalharam por todo o Brasil. Apenas em 1979, cerca de 90 paralisações organizadas ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, irrompendo-se a resistência trabalhista, o que envolveu acima de 1,2 milhão de pessoas [Souza e Lamounier (1981)]. Essas iniciativas foram tomadas por um amplo espectro de trabalhadores que incluía desde operários da indústria pesada até professores, bancários, médicos, funcionários públicos, motoristas e jornalistas. O ressurgimento da militância trabalhista marcou a volta da classe trabalhadora à cena política pela primeira vez, desde a dura repressão das importantes greves ocorridas em Contagem e Osasco em 1968.

Muitas das paralisações trabalhistas no final da década de 70 foram declaradas ilegais, por violarem a Lei nº 4.330 de 1964, uma versão atualizada e muito mais severa da antiga medida antigreve (Decreto nº 9.070). Outras eram presumidamente ilegais, com base na Lei nº 1.632 de 1978, que proibia paralisações no setor público e nas indústrias consideradas essenciais ao interesse nacional [Conjuntura (1980, p. 40)].

As estratégias dos sindicatos organizados, no final da década de 70, marcam o novo tempo da atividade trabalhista. Comparada a períodos anteriores, a diferença reside principalmente no alcance das reivindicações do que veio a ser conhecido como “Novo Movimento Trabalhista” [Souza e Lamounier (1981) e Almeida (1981)]. Indo além das reivindicações tradicionais sobre salários e condições de trabalho, os sindicatos desafiavam a própria estrutura corporativista. No início da onda de greves, encetada pelos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, não se reconheciam, de maneira explícita, esses amplos objetivos. Foi apenas no curso da mobilização dos trabalhadores por salários mais altos que as demandas trabalhistas se expandiram de modo que incluíssem três amplos objetivos: substituir a política salarial centralizada por um sistema de negociação coletiva, livre e direta entre os trabalhadores e o patronato; eliminar, dos sindicatos, a tutela do Ministério do Trabalho; e, finalmente, obter o irrestrito direito de greve, condição considerada indispensável para a liberdade sindical [Almeida (1981)].

O regime militar nunca se dobrou à pressão sindicalista, no que se refere à anulação dos estatutos antigreves. Entretanto, interessadas em levar avante o plano de liberalização do processo político no Brasil, as autoridades

simplesmente ignoravam, em geral, as leis que permaneciam escritas. De modo semelhante, o Ministério do Trabalho respondia, de modo flexível, à onda de inquietação trabalhista, fazendo concessões em certas questões e resistindo a tentativas de alteração de outras. Por exemplo, a Lei nº 6.708 de 1979 preservou a parte essencial da política salarial em efeito desde 1965. Todavia, permitiu aos sindicatos maior flexibilidade, no que se referia a reajustes salariais ligados a aumentos da produtividade.

Pelo menos por algum tempo, essas medidas atenuaram as demandas de grande alcance no movimento trabalhista. Segundo um observador [Almeida (1981)], as greves, ocorridas entre 1978 e 1980, mostraram que a classe trabalhadora era suficientemente poderosa para interromper a produção, embora não fosse forte o suficiente para forjar uma nova estrutura institucional, livre da mediação do Estado. Esta fragilidade permitiu que o governo implementasse reformas de menor importância, enquanto permanecia inalterado o caráter básico do sistema.

A recessão mundial do início da década de 80 desferiu duro golpe contra o crescente movimento trabalhista organizado. As próprias regiões industriais que desovaram o novo movimento trabalhista no final dos anos 70 foram duramente atingidas pela crise econômica. As falências chegaram a proporções epidêmicas e muitas empresas automobilísticas e de peças procuraram proteger suas taxas de lucro declinantes, despedindo trabalhadores. De 1978/83, 40 mil pessoas perderam o emprego só na região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano) [Fighting (1983, p. 6)]. O sindicalismo militante, que havia florescido explosivamente, mostrou-se inadaptado à recessão econômica. Tendo aprendido a lutar por salários mais altos, os trabalhadores organizados encontraram dificuldade em reunir meios eficazes de defender seus empregos. Como em qualquer parte do mundo, descobriram que uma vez que os salários já não eram a preocupação principal impunha-se como necessária uma estratégia defensiva diferente.

Com a volta da Democracia em 1985, iniciou-se um processo de crescente autonomia dos movimentos sindicais, com o término de qualquer intervenção governamental nos sindicatos, liberdade de constituição de novas entidades (Governo Sarney) e proposta de se acabar com o imposto sindical (Governo Collor). No entanto, a nova Constituição do país manteve a exigência de apenas um sindicato para cada categoria ocupacional.

5.2 - Política Salarial

Para sustentar o crescimento de novas indústrias, a administração expansionista de Kubitschek (1956/60) relaxou as políticas monetárias restritivas em efeito no início da década de 50, causando aumento nas taxas de inflação.

Em meados de 1963, antes dos militares tomarem o poder, o presidente Goulart criou o Conselho Nacional de Política Salarial, um órgão com autoridade para fixar os salários do setor público e de empresas privadas concessionárias de serviços públicos [Slidmore (1978)]. O objetivo era conter a alta dos preços dos serviços de água, eletricidade e transportes.

Após o Golpe de 1964, a redução e o controle da inflação tornaram-se meta prioritária do regime de Castelo Branco. Esta meta foi alcançada por vários modos. O mais importante consistiu no método centralizado de determinação dos níveis salariais, uma política que se baseou no precedente de Goulart. Passou-se a adotar um índice de indicadores econômicos para se estabelecer o nível do salário mínimo. Esta sistemática, segundo o ex-Ministro do Planejamento Mário Simonsen, tinha a vantagem de “pacificar” as negociações coletivas entre capital e trabalho. Este sistema minimizaria o surgimento de greves e outras formas de inquietação trabalhista e manteria sob controle o aumento dos custos, o que ajudaria a manter uma inflação baixa. O sucesso dessas políticas, na visão de Simonsen, gerou estabilidade econômica e política, capaz de atrair investimento externo, necessário para que o Brasil obtivesse rápido crescimento econômico.

A solução tecnocrática não foi tão objetiva nem apolítica como diziam seus proponentes. A fórmula inicial utilizada para se derivar o salário mínimo baseava-se num fator de correção, determinado pela taxa média de inflação durante os 24 meses anteriores, mais um pequeno acréscimo ligado ao aumento da produtividade, e uma terceira variável que respondia pela inflação esperada nos 12 meses subsequentes, durante os quais o salário mínimo estaria vigente. Esta variável, que se referia à “inflação residual”, mostrou-se um elemento-chave da política salarial. Quando as previsões inflacionárias se revelavam irrealmente baixas, como quase sempre acontecia, a subestimação da inflação futura reduzia o valor real do salário mínimo.² Em 1966, por exemplo, a inflação residual, parte significativa da correção salarial, foi fixada em cerca de 10%. A inflação real, no entanto, aproximou-se de 40%, o que causou queda substancial do poder de compra.

² Diferentemente do levantamento de 1972, a medida da renda familiar, utilizada em 1976, incluiu renda não-monetária. O problema de comparabilidade entre os levantamentos é especialmente complicado nos estratos inferiores de renda, uma vez que a proporção da renda familiar total representada por recursos recebidos em espécie é maior entre grupos de baixa renda. Por outro lado, em razão da deterioração do seu poder de compra, o significado do salário mínimo como índice de pobreza ou riqueza mudou durante o período. Deve-se notar, no entanto, que o efeito de ambas as fontes de viés (a inclusão de renda não-monetária e um salário mínimo real mais baixo em 1976) se dá no sentido de reduzir a proporção de famílias nos estratos mais baixos de renda. Por conseguinte, a diminuição da proporção de domicílios com renda familiar de até um salário mínimo não significa necessariamente que tenha ocorrido declínio da pobreza.

Esta sistemática foi adotada, embora com pequenas modificações (por exemplo, Lei nº 5.451, de 12 de junho de 1968), até que a crise do petróleo, em 1974, resultou numa inflação excepcionalmente alta. A lógica da antiga fórmula originou quedas tão drásticas no salário real que se tornou necessária uma nova solução. Segundo a Lei nº 6.147, de 1974, calculava-se o novo salário mínimo com base na taxa de inflação dos 12 meses anteriores, ajustada por três coeficientes que levariam em conta: a) uma estimativa da inflação residual; b) um índice de produtividade; e c) um fator de correção destinado a recuperar a renda erodida pela subestimação prévia da inflação residual.

A despeito desses ajustamentos, os salários reais mesmo assim caíram, quando a inflação se mostrava inesperadamente alta. Em dezembro de 1974, ao final do primeiro ano em que se adotou a nova fórmula, foi necessário um abono de emergência de 10% para contrabalançar a queda dos salários reais, causada pela subestimação da inflação residual do primeiro semestre do ano [Dieese (1975)].

Os procedimentos de determinação dos salários foram de novo revistos em outubro de 1979, num esforço para minar a mobilização trabalhista. Sob o novo sistema, os salários se reajustavam a cada seis meses, com base em um índice de preços ao consumidor (IPC), calculado pelo IBGE. O IPC era utilizado como o número-base para um conjunto de fatores de ajustamento, destinado a favorecer os salários mais baixos. Para aqueles que recebiam até três salários mínimos, o aumento salarial correspondia a 110% do IPC. O reajuste, como proporção do IPC, decrescia a partir de três salários mínimos, até alcançar 80% do índice para aqueles cujo salário fosse superior a 10 mínimos. Além dos reajustes semestrais, baseados nas alterações dos preços ao consumidor, o novo procedimento permitia aumentos salariais anuais, segundo o índice de produtividade.

Este método, que privilegia os estratos de renda mais baixa, destinava-se a eliminar a tendência de queda dos salários reais destes estratos, sem que, ao mesmo tempo, se realimentasse a inflação. Supôs-se que a medida não fosse inflacionária, uma vez que os custos de indexação dos salários de até três mínimos, ao nível de 10% acima do IPC, fossem compensados pelo menor aumento para os grupos salariais mais altos. Presumivelmente, esta medida manteria constantes os custos totais de mão-de-obra bem como a estrutura de custos das empresas [Carvalho (1984)].

Diferentemente das sistemáticas anteriores, o governo calculava um índice para cada setor industrial que poderia ser discutido no processo de negociação entre os trabalhadores e patrões [Correa do Lago (1980)]. Por sujeitá-los a acordos por negociação coletiva, índices diferentes poderiam ser estabelecidos entre setores e empresas, na crença de que o nível de

inflação não seria afetado, uma vez que esta parte do aumento não poderia ser repassada ao consumidor sob a forma de aumentos de preços. Os sindicatos argumentavam que este processo ensejava a possibilidade de uma total manipulação do ajustamento. Afirmavam ainda que o método era falho, uma vez que usava um único índice para todos os setores da economia.

Permaneciam dúvidas quanto às conseqüências redistributivas desse mecanismo de ajustamento salarial. Tudo mais permanecendo constante, o fator de correção maior aplicado aos estratos de renda mais baixa, sem dúvida, favoreceria uma distribuição mais equitativa da renda ao longo do tempo. Todavia, dois fatores relacionados sugeriam que a questão era bem mais complexa do que o simples procedimento implicava. Uma dessas questões estava ligada ao fato de que os pesos utilizados para o cálculo do IPC tinham sido estabelecidos há anos e estavam defasados. O índice de custo de vida não refletia, portanto, alterações significativas que haviam ocorrido na estrutura de preços da economia, especialmente os aumentos desproporcionais dos preços de transporte e alimentação. Estes últimos eram especialmente importantes, uma vez que a alimentação pesa muito mais fortemente nos orçamentos das famílias de renda mais baixa. O Estudo Nacional de Despesas Familiares (Endef), feito em 1974/75, mostrou que a alimentação era responsável por 50% dos gastos totais da família com renda de até 3,5 salários mínimos. Este item atingia 20% das despesas totais de famílias com renda entre 10 e 15 salários mínimos, caindo para 6% entre as mais ricas (as de mais de 30 salários mínimos). Com hábitos alimentares constantes, isto significava que um aumento geral de 30% nos preços dos alimentos causaria um acréscimo de 15% nas despesas com alimentação do primeiro grupo, 6% do segundo grupo e apenas 1,8% em relação ao estrato de renda mais alta. O aumento do preço dos alimentos e dos serviços públicos, sistematicamente, ultrapassou o aumento do IPC. Com base nestas observações, Carvalho (1984, p. 121) concluiu que os reajustes salariais feitos a taxas mais altas do que o índice de preços ao consumidor foram simplesmente compensatórios e não representaram o aumento real de 10% da renda real, tal como pretendido pela política salarial.

Os trabalhadores do setor de serviços estavam, especialmente, em desvantagem, pois raramente são sindicalizados e, por conseguinte, têm poder de barganha reduzido no que se refere a aumentos salariais. Ainda que fossem organizados, permaneceria o problema de como quantificar sua produtividade, na ausência de um produto físico que pudesse servir como unidade de medida. As estimativas existentes, baseadas em técnicas indiretas, provavelmente não fizeram justiça aos trabalhadores do setor serviços. A estimativa do crescimento anual da produtividade em relação aos setores industrial e de serviços foi praticamente a mesma na década de 40, isto é, 2,6 e 2,1%,

respectivamente. Na década de 60, o aumento anual estimado da produtividade industrial foi de 5,5% e o de serviços apenas 0,6% [Almeida (1980)]. Em comparação aos países desenvolvidos, uma alteração que ocorra no nível do salário mínimo tem implicações muito maiores no Brasil. Uma proporção bem maior da população ganha salários iguais ou próximos ao mínimo legal. Embora alguns observadores argumentem que a importância do salário mínimo tem sido superestimada [por exemplo, Macedo (1981)], outros observam que uma alteração do valor nominal do salário mínimo afeta um contingente muito maior de pessoas do que aquelas que de fato ganham um salário mínimo. Os níveis salariais por ocupação, por exemplo, são frequentemente estabelecidos, utilizando-se o salário mínimo como referência. Outras categorias ocupacionais, que estão fora do setor capitalista e do alcance da política salarial, tomam o salário mínimo legal como referência de sua remuneração. O salário mínimo é como um "farol" que baliza a remuneração de pessoal não-qualificado, inclusive os que se ocupam da pequena produção e do pequeno comércio [Souza e Baltar (1975)]. De modo semelhante, os aluguéis e muitos outros preços têm como base o nível do salário mínimo. Esta prática é tecnicamente ilegal, mas amplamente utilizada não obstante isso. Uma alteração do nível do salário mínimo exerce, portanto, efeitos em cadeia por toda a economia, influenciando muitos aspectos da vida cotidiana.

5.3 - Salários Reais e Mortalidade Infantil - 1963/79

As modificações no método da determinação do salário mínimo legal indicadas acima, junto com as altas taxas de inflação, fizeram com que o valor real do salário mínimo flutuasse ao longo do tempo. Estimamos o salário mínimo real de São Paulo, deflacionando o nível do salário nominal por um índice de custo de vida para o ano correspondente. Estes valores, mostrados na primeira coluna da Tabela 5.1, indicam o rápido declínio do poder de compra de 1964 até os primeiros anos da década de 70, alcançando o nível mais baixo em 1974. A partir daí, o valor real do salário mínimo passou a crescer. Em 1978/79, o índice aproximou-se dos níveis registrados em 1963/64.

A taxa convencional de mortalidade infantil define-se como o número de mortes de crianças abaixo de um ano de idade por mil nascimentos vivos ocorridos durante o ano. As taxas relativas a São Paulo são apresentadas na segunda coluna da Tabela 5.1. A taxa de mortalidade infantil estava abaixo de 70 por mil nascidos vivos nos primeiros anos da década de 60. Em 1965, quando os salários reais começaram a cair, a taxa de mortalidade infantil começou a aumentar. Em 1971/72/73, a taxa de mortalidade infantil alcançou o ponto mais alto, próximo de 95 por mil. Quando o índice de

Tabela 5.1
Taxa de Mortalidade Infantil e Índice do Salário Mínimo Real: São Paulo - 1963/79

ANO	ÍNDICE DO SALÁRIO MÍNIMO REAL ^a	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL ^b
1963	93	69,9
1964	99	67,6
1965	96	69,4
1966	83	73,8
1967	80	74,4
1968	80	75,1
1969	78	83,8
1970	79	90,9
1971	78	94,6
1972	79	93,4
1973	80	94,6
1974	77	88,6
1975	83	88,2
1976	89	82,6
1977	91	72,2
1978	93	70,6
1979	96	64,6

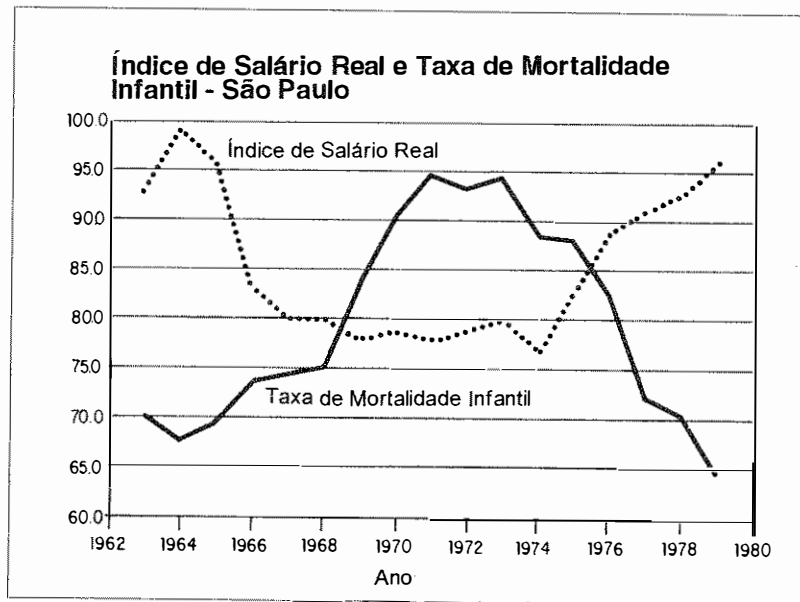
Fontes: Anuário Estatístico do Brasil (1963 e 1964), Yunes e Ronchezel (1974) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

^a Índice do salário mínimo real = $(X_i/Y_i) \cdot 100$, onde X_i é o salário nominal no ano i e Y_i o índice do custo de vida. Dados sobre o salário mínimo, extraídos do Anuário Estatístico do Brasil (1963-1988), índice de custo de vida, extraído de Conjuntura Econômica (vários anos).

^b Mortes em idades inferiores a um ano por mil nascimentos vivos.

salário real passou a aumentar após 1973, iniciou-se o declínio da taxa de mortalidade. No final da década, a taxa de mortalidade infantil chegou ao nível mais baixo, 64,6 por mil nascidos vivos.

O gráfico a seguir mostra a evolução do salário mínimo real e da taxa de mortalidade infantil de 1963/79 em São Paulo. As tendências constituem-se quase em imagens de espelho umas das outras, mostrando forte relação inversa entre ambas. O aumento da mortalidade infantil está associado à queda do valor real do salário mínimo de 1964 até o início da década de 70.



A tendência crescente da taxa de mortalidade foi, no entanto, revertida no final da década de 70, quando o salário mínimo readquiriu poder de compra.

5.3.1 - Argumentos em Favor da Relação Causal

O gráfico acima deixa poucas dúvidas de que as flutuações da mortalidade infantil coincidiram com as alterações do valor real do salário mínimo em São Paulo. Uma associação empírica não é, contudo, uma evidência por si mesma da relação causal. Em análises das tendências da mortalidade infantil ao longo do tempo, esta questão torna-se de particular importância, uma vez que a taxa de mortalidade está também sujeita aos efeitos de uma gama de outras variáveis. Se fomos concluir que as alterações do salário real causaram mudanças na mortalidade infantil, temos de examinar criticamente e, em última análise, estar em condições de rejeitar explicações alternativas para esta relação.

Os fatores que influenciam o nível de mortalidade incluem padrão e magnitude da migração rural-urbana, o perfil da distribuição da renda, o volume dos investimentos em saúde pública e outros aspectos da infra-estrutura urbana, tais como os serviços de água e esgoto. Além disso, o nível de mortalidade estimado a partir do registro dos eventos vitais sujeita-se a erro.

O aperfeiçoamento do sistema de estatísticas vitais e o registro de mortes de não-residentes na área analisada podem alterar a taxa de mortalidade reportada por um sistema de registro vital, sem implicar necessariamente uma mudança real da mortalidade. Nas subseções seguintes examinaremos cada uma dessas questões.

5.3.1.1 - Estatísticas Vitais

Os demógrafos são, justificadamente, cautelosos ao tirarem conclusões sobre estimativas de mortalidade derivadas dos sistemas de registro vitais nos países em desenvolvimento. É impossível determinar-se, exatamente, até que ponto as mudanças nos procedimentos de coleta de dados afetam as estimativas de mortalidade infantil. A questão é ainda mais complicada pelo fato de que o numerador (mortes infantis em um ano) e o denominador (total de nascimentos vivos no mesmo ano) estão sujeitos a fontes e graus diferentes de erro. Yunes e Ronchezal (1974) concluem que, em relação ao Brasil, a subenumeração de nascimentos vivos é mais séria do que o sub-registro de mortes infantis. Um estudo de estatísticas vitais em São Paulo concluiu que 9,5% das crianças que morreram no primeiro ano de vida entre 1968 e 1970 não haviam tido seus nascimentos registrados nos cartórios da cidade [Laurenti (1975)].

Nas duas últimas décadas, houve melhoria tanto dos registros de mortalidade infantil quanto de nascimentos vivos. Os efeitos de registros mais exatos de nascimentos e mortes sobre a tendência da mortalidade infantil tendem a contrabalançar uns aos outros. Se as melhorias nos procedimentos de coleta de dados corrigem subenumeração do número de crianças nascidas, o efeito do aumento do denominador da razão será reduzir o nível estimado da mortalidade. O registro mais exato da mortalidade causará efeito oposto.

Deste ponto de vista, tão-somente, é implausível atribuir-se a tendência da mortalidade infantil unicamente às alterações da qualidade dos registros vitais de 1964/73. Este argumento implicaria deterioração dos registros de nascimentos e/ou melhoria dos registros de óbitos, tais que produzissem um aumento de 40% da taxa de mortalidade infantil no período. De modo semelhante, de 1973/79, dever-se-ia atribuir a queda da taxa de mortalidade a uma súbita deterioração da qualidade das estatísticas de morte e/ou a uma relativa melhoria dos registros de nascimentos de magnitude suficiente para produzir uma queda de 33% da taxa de mortalidade infantil. Em vista das tentativas de aperfeiçoamento dos registros tanto de nascimentos quanto de mortes em anos recentes, é razoável concluir que as modificações dos procedimentos de coleta de dados não podem explicar completamente o padrão verificado no gráfico.

As estatísticas vitais relativas à área metropolitana de São Paulo também estão sujeitas a uma outra fonte de erro, ligada à localização geográfica das mortes. Por lei (Decreto nº 4.857 de 1939), todas as mortes referem-se ao local de ocorrência em vez do local de residência do morto. No Brasil, os serviços médicos concentram-se nos centros metropolitanos e outras cidades maiores e são relativamente inadequados no interior, mormente no meio rural. Nessas circunstâncias, esses serviços localizados nas cidades maiores são utilizados por pessoas de áreas circunvizinhas. Se uma criança está doente e é levada a um hospital de outro município onde venha a falecer, sua morte é ali registrada. As estatísticas de mortalidade nos grandes centros urbanos são, portanto, inflacionadas pelo que foi denominado “invasão de óbitos” [Berquó e Gonçalves (1974)].

Berquó e Gonçalves (1974) estudaram o grau em que o registro de morte de não-residentes contribuiu para as taxas de mortalidade infantil em São Paulo. Com base em um estudo detalhado de certidões originais, separaram mortes por lugar de residência, e o nível de mortalidade relativo à área metropolitana foi, conseqüentemente, corrigido. Os não-residentes foram responsáveis por cerca de 9,4% de todas as mortes infantis em São Paulo no ano de 1960. O número correspondente relativo a 1968 foi 10,8% [Berquó e Gonçalves (1974, Tabela 20)].

Esses achados indicam que as estimativas de mortalidade infantil para São Paulo são, de fato, influenciadas pela invasão de óbitos. No entanto, o viés parece ser relativamente estável. Não poderia, por conseguinte, explicar as flutuações da taxa de mortalidade infantil ao longo do tempo. Mais importante ainda, uma vez removidas as mortes de não-residentes, a tendência da mortalidade em São Paulo entre 1960 e 1968 não se modificou [Berquó e Gonçalves (1974)].

5.3.1.2 - Migração

Precisamos também levar em conta outros fatores que influenciam a evolução da mortalidade infantil. O aumento das mortes infantis em São Paulo, por exemplo, já foi atribuído ao fluxo de migrantes para a cidade. Este argumento segue duas linhas de raciocínio. Uma delas é a explicação ecológica, baseada no efeito da migração sobre as mudanças na população de risco; a outra é um argumento cultural, com base nos atributos dos próprios migrantes.

Leser (1974) argumenta que o crescimento populacional de São Paulo, devido à migração, excedeu à capacidade da cidade de prover serviços de água, esgoto e eletricidade. O resultado são precárias condições de vida, particularmente para os recém-chegados à cidade, relegados, em sua grande

maioria, à periferia urbana, onde são escassos tais serviços. Uma vez que a taxa de mortalidade é sensível às condições ambientais e de habitabilidade, as famílias da periferia urbana se expõem a riscos mais altos. Por aumentar o tamanho da população em zonas de alto risco, a migração poderia resultar em taxas de mortalidade infantil mais altas, independentemente das mudanças do poder de compra do salário mínimo.

O segundo argumento enfatiza as características culturais e comportamentais dos imigrantes. O fluxo de pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas influencia a taxa de mortalidade infantil, por alterar a composição da população urbana. No caso de São Paulo, acredita-se que o influxo de nordestinos, que presumivelmente trazem consigo baixos padrões nutricionais e de saúde que prevalecem nos locais de origem, faça aumentar a taxa de mortalidade da cidade [Knight *et alii* (1979)].

Há poucas dúvidas de que a migração para São Paulo tenha afetado profundamente a composição socioeconômica e cultural da população. Em 1970, os migrantes compreendiam 46,7% do total. Cerca da metade (48,2%) destes provinha de áreas circunvizinhas ao estado. Cerca de 1/4 do fluxo migratório (26,2%) originava-se do Nordeste [Wood e McCracken (1984)]. De modo geral, os migrantes tendem a estar empregados em ocupações de menor remuneração, mais instáveis e menos qualificadas do que as pessoas nascidas na cidade. A renda média mensal dos naturais do estado era de Cr\$ 575,00 em 1970, e dos imigrantes, Cr\$ 387,00 [Brasil (1976)]. Os migrantes empregam-se, primordialmente, em duas grandes categorias de trabalho: construção civil e serviços pessoais. Serviços pessoais mostram-se especialmente importantes em relação às mulheres. Quase a metade das imigrantes femininas para São Paulo (45,6%) empregava-se como doméstica. O número correspondente às naturais era 22,6%. Da população total que recebia menos de um salário mínimo na construção civil e serviços pessoais, 19,1% eram naturais, enquanto 80,9% eram imigrantes [Brasil (1976)].

Estes dados sugerem que o movimento populacional tenha afetado o perfil social e econômico da cidade e, por extensão, o nível global de mortalidade infantil. Todavia, é difícil verificar como o aumento e a subsequente queda da mortalidade infantil possam ser atribuídos unicamente à migração. A migração para São Paulo reduziu-se durante a década de 60 [Graham e Holanda (1972)]. Este fato sugere uma queda ao invés de aumento no hipotético efeito da migração sobre a mortalidade infantil. Uma vez que o declínio da migração ocorreu numa época em que as taxas de mortalidade cresciam, a migração não pode ser responsável pela tendência crescente da taxa de mortalidade da década de 60. A queda da mortalidade infantil, ocorrida entre 1975 e 1979 acrescenta outros problemas em relação à

hipótese de migração. Atribuir-se a tendência decrescente ao movimento populacional implica ter as áreas periféricas da cidade experimentado forte e necessariamente crescente emigração, presumivelmente de nordestinos. Esta interpretação, embora possível do ponto de vista lógico, é implausível e não se sustenta empiricamente.

5.3.1.3 - A Distribuição da Renda

A queda da mortalidade infantil talvez possa ter ocorrido como resultado de uma melhoria na distribuição da renda. O deslocamento de parte da população de estratos de renda inferiores para estratos superiores poderia ter levado a uma redução do nível de mortalidade infantil da cidade. Uma mudança da composição da população poderia resultar numa queda da taxa agregada, pois seu nível é média ponderada das taxas relativas a todos os subgrupos, e os pesos são o número de nascimentos vivos de cada estrato de renda. A alta mortalidade nos grupos de baixa renda, em razão das mudanças na composição populacional, receberia um peso menor, em virtude do tamanho menor da população nos estratos de renda baixa, fazendo com que a taxa agregada caísse.

Infelizmente, não podemos examinar tal hipótese, em função da ausência de dados adequados relativos à área metropolitana de São Paulo. Entretanto, os resultados das Pnad de 1972 e 1976 [Pesquisa (1972, 1976)] fornecem informações sobre áreas urbanas de todo o estado. Uma análise comparativa dessas duas fontes indica que a proporção das famílias urbanas com renda familiar mensal igual ou inferior a um salário mínimo caiu em 4,3% entre 1972 e 1976. Tal alteração teria contribuído para a queda da mortalidade, embora a magnitude dessa alteração seja pequena e esteja sujeita à razoável ambigüidade (ver nota 12). De qualquer modo, atribuir a queda de 22% da mortalidade havida entre 1976 e 1979 à mudança da composição populacional por estrato de renda faz presumir uma melhoria da distribuição da renda a um ritmo e a um grau que não condizem não apenas com a bem conhecida estabilidade do perfil da distribuição da renda, mas também com as próprias características do desenvolvimento brasileiro.

5.3.1.4 - Serviços de Água e Esgoto

O setor público, de modo geral, preocupou-se seriamente com a mortalidade na década de 70. Isto reflete a importância política que a tendência da mortalidade infantil assumiu no Brasil. Durante a administração de Paulo Egydio Martins, o Governo do Estado de São Paulo distribuiu uma primorosa publicação em inglês e português. Segundo esta publicação, a queda total da mortalidade infantil era consequência do esforço do governo em

estender serviços de água e esgoto à crescente população urbana [São Paulo (1979)]. A ampliação da infra-estrutura de fato ocorreu em ritmo acelerado. Um estudo recente do IBGE mostra o aumento dos serviços de água e esgoto para os domicílios com crianças abaixo de três anos de idade na área metropolitana de São Paulo. Em 1970, 56,1% possuíam água corrente. Em 1976, a proporção aumentou para 69,4%. De modo semelhante, a proporção de domicílios com serviços de esgoto aumentou de 44%, em 1970, para 53,8%, em 1976 [IBGE (1982, p. 63)].

Como observamos no Capítulo 4, água corrente e disponibilidade de serviços de esgoto fazem reduzir o risco de morte nos primeiros anos de vida. Entretanto, nossa explicação da tendência da mortalidade, mostrada no gráfico, não leva em conta o efeito causado pela expansão dos serviços urbanos. Isto é, a queda dos salários reais da década de 60 e dos primeiros anos da década de 70 levou a um aumento da mortalidade infantil que provavelmente teria sido ainda maior, caso os serviços de água e esgoto não se tivessem expandido. Por sinal, é plausível supor-se que a queda da mortalidade do final da década de 70 tenha sido causada pelo aumento da disponibilidade de serviços públicos e pelo aumento do poder de compra nos grupos de baixa renda [Monteiro (1982)].

5.3.1.5 - Outras Evidências

Outras observações sugerem uma relação causal entre a taxa de mortalidade infantil e alterações no salário mínimo real em São Paulo. O primeiro ponto a observar é que a alta mortalidade infantil entre os pobres é bastante sensível às alterações da renda real. Isto porque a alta taxa de mortalidade entre as populações de baixa renda é causada pela desnutrição e pela alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias. Tais causas de morte reduzem-se facilmente com a melhoria do padrão de vida. Ao contrário do que acontece com as populações nas quais tais riscos tenham sido eliminados, pequenos aumentos da renda resultam em reduções significativas da mortalidade infantil.

Martine e Peliano (1977) mostram que 20% dos homens e mais da metade das mulheres (54%) da força de trabalho de São Paulo ganhavam menos do que o salário mínimo legal. A taxa de mortalidade infantil agregada (uma média ponderada das taxas dos subgrupos) é altamente sensível a alterações das mortes infantis entre os pobres, uma vez que constituem a maior proporção da população. Comparados aos grupos de renda média e superior, os pobres também possuem peso maior na medida agregada de mortalidade infantil, em virtude de fecundidade mais alta. Isto significa que os filhos de mulheres de baixa renda têm um peso muito significativo em relação ao total de nascimentos.

Portanto, é de esperar-se uma associação causal inversa entre a taxa agregada de mortalidade infantil e mudanças ao longo do tempo do valor real de salário mínimo pelas seguintes razões: *a)* alta elasticidade-renda da mortalidade entre os pobres; *b)* alta proporção de mulheres pertencentes a famílias de baixa renda; e *c)* maior número de filhos nascidos vivos por mulheres pobres (fecundidade).

5.3.1.6 - Horas Trabalhadas

As tabulações do número de horas de trabalho exigidas para a manutenção de uma família de quatro pessoas em 1965 e 1975 oferecem uma ilustração completa da magnitude da queda do poder de compra entre estes dois períodos. A Tabela 5.2 mostra que um trabalhador em São Paulo, que percebia o salário mínimo em 1965, tinha de trabalhar 87 horas e 20 minutos por mês para prover as necessidades alimentares básicas para si próprio, a esposa e dois filhos. Em 1975, a mesma cesta de alimentos exigia 154 horas e 18 minutos de trabalho, isto é, um aumento de 76,7%. Como se pode ver na quarta coluna, os custos relativos dos vários itens aumentaram a taxas diferentes. O aumento mais significativo foi o da carne (103,7%), seguida do arroz, feijão e leite.

Em resposta ao amnento da pressão econômica, as famílias aumentaram o número de pessoas na força de trabalho, especialmente mulheres e crianças. Vários estudos sugerem a importância dos trabalhadores secundários como fonte suplementar de renda. Análises feitas de uma amostra de 500 trabalhadores menores de idade legalmente registrados, em São Paulo, indicam que 81 % destinavam toda sua renda à família [citadas em Schmink (1979)]. Levantamentos de campo sobre famílias das classes trabalhadoras feitos em 1958 e 1969 mostram que o emprego de viúvas e outros membros da família amorteciam a queda do poder de compra. A despeito dessas estratégias, contudo, a renda familiar real ainda assim caiu na década de 60 [Dieese (1974)].

5.3.1.7 - Nutrição

Além de realocar a mão-de-obra familiar, as famílias respondem à queda da renda real pela alteração dos padrões de consumo. Um estudo sobre orçamentos familiares em 1958 e 1969 em São Paulo concluiu que os trabalhadores de famílias de baixa renda se viam compelidos a gastar uma proporção bem maior de suas rendas com alimentação. Segundo a Lei de Engels, esta mudança implica uma deterioração do padrão de vida durante a década de 60. Outros estudos mostram que o consumo *per capita* de carne caiu, o que não é surpreendente em vista dos dados da Tabela 5.2, enquanto

Tabela 5.2
Horas de Trabalho Necessárias para Adquirir Mensalmente Alimento para uma Família de Quatro Pessoas: São Paulo - 1965 e 1975

PRODUTO	DEZEMBRO 1965	DEZEMBRO 1975	ACRÉSCIMO PERCENTUAL
Carne (6 kg)	26:24 h	53:47h	103,7
Leite (7,5 l)	4:15h	6:45h	58,8
Feijão (4,5kg)	7:08h	11:27h	60,6
Arroz (3,0 kg)	3:45h	7:19h	94,7
Total	41:32h	79:18h	90,9
Outros	45:48h	75:00h	63,8
Total	87:20h	154:18h	76,7

Fonte: Camargo (1982).

aumentava o consumo de alimentos mais baratos e menos nutritivos [citados em Schmitter (1973)].

A dieta inadequada é a maior responsável isolada pela mortalidade infantil nos países em desenvolvimento [Berg (1973)]. A subnutrição materna leva ao baixo peso dos bebês ao nascer, reduzindo suas possibilidades de sobrevivência. A desnutrição também leva a mortes causadas por outras moléstias infantis, não tão graves em outras circunstâncias, por reduzir a resistência a doenças diarreicas e infecções respiratórias. A dieta pobre também sujeita a criança à repetição de doenças aparentemente brandas que podem comportar efeitos adicionais ou combinados [Puffer e Serrano (1973)]. Em razão dessas inter-relações, chamadas de “sinergismo de desnutrição e infecção”, parte da população infanto-juvenil pobre morre de infecções variadas (sarampo, coqueluche, gripe e pneumonia) e de doenças gastroentéricas comuns. Porém, a desnutrição é a *causa mortis* subjacente.

Em algumas regiões do Estado de São Paulo, a desnutrição constituía-se a causa primordial ou associada de 51 % das mortes entre crianças abaixo de cinco anos de idade em 1970 [Puffer e Serrano (1973)]. Estimativas de consumo alimentar (Endef) dão uma indicação da extensão alcançada pela desnutrição no Brasil. Em 1974, selecionou-se uma amostra de 55 mil famílias de áreas rurais e urbanas nas diversas regiões geográficas do país, com exceção da Amazônia e do Centro-Oeste. Mediam-se as quantidades de alimento de cada família durante um período de seis ou sete dias. Os dados relativos à região Sudeste, que inclui o Estado de São Paulo, indicam que apenas 29,6% da população urbana consumiam uma dieta considerada “adequada” pelos padrões estabelecidos pela FAO/OIT. Mais de 35 %

experimentavam um déficit diário de 200 a 400 calorias. Os restantes 12,3% da população urbana consumiam uma dieta diária abaixo das exigências básicas mínimas de mais de 400 calorias [citados em Knight *et alii* (1979)].

Não se dispõe ainda de evidências detalhadas sobre a relação entre nutrição e sobrevivência infantil por nível de renda familiar. Porém, mesmo estes resultados agregados indicam que as condições nutricionais da população brasileira são críticas. Se o nível de consumo médio é tão baixo, deve ser ainda mais drástica a extensão da desnutrição entre os grupos de baixa renda.

Em resumo, quatro fatores sugerem uma interpretação causal da relação inversa entre as tendências do salário real e as mudanças do nível de mortalidade infantil em São Paulo de 1963/79, a saber: a grande proporção da população que percebe um salário que está próximo ou abaixo do salário mínimo legalmente estabelecido e seu impacto sobre a taxa de mortalidade agregada; o efeito de difusão em cadeia que o salário mínimo exerce sobre os salários dos indivíduos não cobertos pela legislação salarial; a alta sensibilidade da mortalidade à renda nos subgrupos situados no limite inferior da escala de renda; e a precária situação nutricional de amplos setores da população urbana.

5.3.2 - A Queda da Importância dos Salários Reais

Por fim, é importante observar que a mortalidade infantil é altamente sensível às mudanças do salário real apenas dentro de certos limites. Se o padrão de vida global alcança um ponto em que a mortalidade é muito baixa e causada primordialmente por fatores bioendógenos, uma mudança do nível da renda pode não causar efeito apreciável. Nos Estados Unidos, por exemplo, a mortalidade infantil pode servir de indicador de situação socioeconômica entre os negros, mas não entre a população branca, uma vez que esta última experimenta taxas muito baixas de mortalidade infantil [Fordyce (1977)]. Quando a taxa de mortalidade atinge níveis mais baixos, podemos esperar, por conseguinte, que seja menos sensível às alterações da renda.

De modo semelhante, as taxas de mortalidade infantil são sensíveis aos salários apenas no contexto de determinados sistemas políticos. Quando a provisão de serviços de saúde e de necessidades básicas é socializada ao ponto em que o acesso a eles não dependa do poder de compra do indivíduo, há poucas razões para esperar que a mortalidade varie com as alterações da renda. Se o Estado fornece subsídios diretos à população de baixa renda sob a forma de serviços de água e esgoto ou programas de nutrição e saúde, o efeito é a atenuação da força da relação existente entre renda e mortalidade. Monteiro (1982), por exemplo, argumenta que a taxa de mortalidade infantil

em São Paulo se mostrou sensível às flutuações dos salários reais entre 1950 e 1974, mas que, após 1974, a queda se deu em grande parte devido ao maior acesso à água corrente. Programas oficiais que se destinavam às camadas pobres da população provavelmente causaram efeito semelhante. Entre tais programas destacam-se o Programa de Saúde Materno-Infantil (PSMI); o Programa de Nutrição e Saúde (PNS), com complementação alimentar para as mulheres grávidas pobres e recém-nascidos de baixa renda; e o Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher e da Criança (PAISMC), estabelecido em 1984, com a finalidade de imunizar as crianças e combater doenças diarreicas [Simões e Oliveira (1986)]. A consequência de tais iniciativas, junto com a expansão dos serviços de água e esgoto, é o enfraquecimento da associação entre salários reais e taxa de mortalidade infantil.

5.4 - Respostas ao Subdesenvolvimento Urbano

Estudos contemporâneos de urbanização em países em desenvolvimento situam-se na interseção de duas linhas de pensamento [Portes (1978a, p. 35)]. Uma dessas linhas, exemplificada pela perspectiva utilizada em seções anteriores deste capítulo, enfatiza os fatores estruturais que determinam as oportunidades e as limitações que incidem sobre a população urbana. A outra linha de raciocínio toma estes parâmetros estruturais mais ou menos como dados e procura determinar o modo pelo qual os pobres sobrevivem sob as condições de subdesenvolvimento às quais estão sujeitos. Os primeiros salientam as estruturas econômicas e institucionais existentes ao longo do tempo, cujas transformações independem da vontade humana. Os últimos admitem a possibilidade de mudança nos arranjos institucionais ou até mesmo sua superação, por meio da ação consciente dos indivíduos ou classes sociais.

Adotamos, aqui, o segundo ponto de vista, para investigar as várias maneiras pelas quais os setores desprivilegiados da população urbana responderam às condições salariais e de emprego descritas anteriormente. Focalizamos três diferentes categorias de comportamento, a saber: as estratégias econômicas que as famílias de baixa renda perseguem diante da pressão econômica; a mobilização das associações de bairros; e os surtos ocasionais de violência coletiva que ocorreram em São Paulo e outras cidades brasileiras.

5.4.1 - Estratégias de Sobrevivência Familiar e Economia Urbana

Não constitui surpresa nem novidade o fato de que as famílias que experimentam pressão econômica sejam compelidas a exercer um esforço produtivo maior. Ao mesmo tempo, estudiosos da economia urbana latino-americana têm, cada vez mais, chegado a conclusão de que é útil dar atenção teórica e empírica a este aspecto dinâmico do comportamento familiar. O conceito de “estratégias de sobrevivência”, proposto por Duque e Pastrama (1975), visa captar as várias maneiras pelas quais as pessoas dão resposta aos dilemas do desenvolvimento industrial dependente.

Em contraste com os enfoques conceituais surgidos anteriormente (por exemplo, teoria da modernização; a literatura sobre marginalidade urbana), que tratam o pobre urbano como uma categoria essencialmente passiva, a atenção que se dá sobre as estratégias familiares enfatiza as múltiplas iniciativas que os membros da unidade familiar tomam para negociar, de modo ativo, as limitações estruturalmente impostas. De modo específico, as estratégias de sobrevivência referem-se às maneiras pelas quais a família luta para alcançar um “ajustamento” entre suas necessidades de consumo — a força de trabalho à sua disposição (determinada tanto por número, idade e sexo quanto por capacitação de seus membros) — e as alternativas de geração de renda monetária e não-monetária [Schmink (1979)]. Com efeito, tais estratégias refletem a maneira pela qual as famílias adaptam sua estrutura interna às forças que se colocam acima da própria unidade. “O estudo do comportamento familiar”, como observa Schmink (1984, p. 87), “é visto primordialmente como um meio de estabelecer uma ponte (na pesquisa social) entre os níveis social e individual de análise.” Deste ponto de vista, “a unidade doméstica é concebida como mediadora de um variado conjunto de comportamentos (por exemplo, a participação na força de trabalho; padrões de consumo e migração) que são, eles próprios, condicionados pela composição particular desta unidade econômica mais básica”.

Nas economias avançadas centrais, onde uma maior valorização da força de trabalho foi conquistada por meio de militância trabalhista, o “salário família” (um único salário suficiente para manter uma família de trabalhador), é uma característica dominante, mesmo entre os trabalhadores amplamente proletarizados. Este não é o caso das economias periféricas, em que a classe trabalhadora urbana carece de poder político e econômico para obter salários suficientes para cobrir as mesmas despesas [Moser e Yung (1981)]. Conseqüentemente, outros membros da unidade familiar, especialmente esposas e filhos, são forçados, sob as condições mais adversas, a contribuir para a renda familiar, através de atividades produtivas executadas principalmente dentro do setor informal da economia urbana.

A renda auferida pelas esposas é particularmente importante para as famílias de baixa renda. Os dados apresentados na Tabela 5.3 mostram isto. A renda média auferida pelas esposas é mais alta nos grupos socioeconômicos superiores, como se pode notar na segunda coluna. Entretanto, surge um padrão inverso, quando expressamos os ganhos médios mensais das esposas como uma proporção da renda dos maridos. No decil mais baixo, a renda das esposas é quase 1/4 (24,7%) da renda auferida pelos maridos. Esta proporção cai para 4,1% no decil mais alto de renda.

As estratégias de sobrevivência postas em prática pelas famílias são importantes, não apenas como uma agregação de meios individuais de sobrevivência, mas também como característica estrutural do processo de acumulação periférica [Portes e Walton (1981, p. 84)]. O setor informal compreende mão-de-obra familiar não-remunerada e, quando emprega mão-de-obra remunerada, os salários têm um nível bem abaixo do mínimo oficial e não têm qualquer proteção previdenciária. As atividades do setor informal, como conseqüência, resultam num conjunto de bens e serviços a preços mais baixos do que aqueles oferecidos no setor formal.

O impacto causado sobre a economia urbana é significativo em dois aspectos. Em primeiro lugar, o conjunto de bens e serviços baratos provenientes do setor informal, por reduzir os custos de reprodução da mão-de-obra, maximiza a extração de excedente dentro de empresas formais. Em segundo lugar, a existência de um setor informal significativo e com tais características induz as empresas a minimizar o número de trabalhadores protegidos por contratos e legislação trabalhistas [Portes e Walton (1981, p. 86)]. Neste sentido, a estrutura do mercado de trabalho urbano é, até certo ponto, uma função das estratégias econômicas perseguidas pelos indivíduos e famílias. “O chamado setor informal,” como Woortman (1984, p. 28) observa, “medeia entre a lógica do capital e a lógica da família”.

A interdependência, sugerida por estas observações, entre as atividades produtivas de famílias de baixa renda e as características estruturais da economia urbana de São Paulo, leva a uma conclusão irônica: as estratégias de sobrevivência que as famílias buscam em face de dificuldades econômicas acabam por preservar e perpetuar as próprias condições econômicas às quais as famílias respondem em primeiro lugar.

5.4.2 - Organizações de Bairro

As organizações de bairro não são fenômeno novo em São Paulo, embora o caráter e o foco de sua atuação tenham-se alterado recentemente. As Sociedades de Amigos do Bairro, ou SAB, fundadas na década de 50, reuniam pessoas, na periferia das cidades, para encaminhar demandas locais

Tabela 5.3

Renda Média Mensal das Esposas como Percentual da Renda do Marido, segundo Decil por Renda: São Paulo - 1970

DECIL DOS CHEFES DE FAMÍLIA MASCULINOS POR RENDA	RENDA MÉDIA DAS ESPOSAS (CR\$ DE 1970)	RENDA DAS ESPOSAS COMO PERCENTUAL DA RENDA DOS MARIDOS
1	23	24,7
2	27	18,8
3	29	11,2
4	35	10,5
5	38	9,3
6	38	8,0
7	44	7,4
8	59	7,0
9	89	6,9
10	173	4,1

Fonte: Censo Demográfico (1970).

às prefeituras municipais. Em sua maior parte, as SAB eram comandadas por profissionais e membros da pequena burguesia intimamente ligados, e freqüentemente dependentes das autoridades municipais. No âmbito do populismo político da década de 50 e do começo dos anos 60, as SAB desempenharam papel importante na barganha política por bens e serviços “de consumo coletivo”, tais como moradia, saúde, escola, transporte e serviços urbanos em geral. Portanto, tratava-se de uma questão de mobilização de votos municipais, em troca de serviços públicos e urbanos. No período autoritário de pós-1964, e com a centralização do poder político, as SAB foram dominadas pelos políticos da Arena, à medida que o atendimento às demandas locais passou a depender, quase que exclusivamente, de indivíduos bem situados no partido político do regime [Singer (1982, p. 289)].

Uma vez que as SAB foram cooptadas pela máquina política dominante e transformadas em grupos dóceis, outras instituições tornaram-se proeminentes, notadamente as Comunidades Eclesiais de Base — CEB. Os objetivos das CEB, contrariamente aos das SAB, endossavam firmemente os valores cristão de igualdade e solidariedade entre os membros da comunidade. Dessa maneira, as CEB procuravam expressar não apenas demandas de melhorias locais, mas também a crítica mais geral à sociedade capitalista. “Ao invés de supor que as necessidades dos bairros periféricos

e da população empobrecida originam-se da negligência das autoridades e partes interessadas, a privação é atribuída à própria organização social inerente ao capitalismo” [Singer (1982, p. 290)]. A filosofia mais ampla das CEB implicava uma atitude diferente e mais radical *vis-à-vis* a estrutura política. O acesso aos serviços públicos passou a ser considerado como direito ao qual todos os habitantes da cidade são intitulado. Ninguém, nem mesmo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, conhece o número exato de CEB no país. Estimativas aproximadas davam conta de cerca de 40 mil em 1974 e de, aproximadamente, o dobro disso cinco anos mais tarde [Pierrucci (1982, p. 48)]. Qualquer que seja o número total atual, as CEB tornaram-se a forma mais importante de organização comunitária, especialmente nas grandes áreas metropolitanas do Centro-Sul, e seu número cresceu muito durante a década de 70.

As explicações para o florescimento das CEB enfatizam a crescente incompatibilidade entre a ética corporativista cristã da doutrina tradicional da Igreja e a existência real de classes sociais distintas, com interesses conflitantes, no contexto urbano-industrial moderno [Camargo (1982)]. Em face das cruéis condições sociais de uma sociedade em desenvolvimento, as visões orgânicas do lugar do homem no mundo deram lugar, tanto no discurso teológico quanto na prática diária dos leigos, ao secularismo que endossa a perfectibilidade da existência temporal. Outros observadores afirmam que as CEB surgiram em uma época em que os canais de expressão política estavam fechados no Brasil pelo regime autoritário. Com efeito, as organizações populares preencheram o vácuo deixado pela abolição, na prática, do processo eleitoral [ver Cardoso (1982) para uma crítica com relação a isso].

No âmbito das CEB, questões como educação, água potável e serviços de esgoto tornaram-se pontos primordiais de discussão comunitária. Utilizando-se freqüentemente de métodos científicos de coleta de dados e análise, as CEB representaram uma impressionante fusão entre ação social bem informada e a ética moral cristã [Cardoso (1982)]. O resultado foi uma nova forma de expressão política, ágil na identificação e denúncia da injustiça, e na luta pela transformação social, dentro das comunidades e *vis-à-vis* as autoridades públicas.

O perfil projetado pelas CEB em São Paulo era totalmente consistente com — e de certa forma induziu — iniciativas de âmbito nacional, como o Movimento de Custo de Vida (MCV). Em 1973, os Clubes das Mães, criados em vários bairros operários, protestavam contra o aumento do custo dos transportes, da assistência médica e de alimentos. Dois anos mais tarde, os líderes comunitários empreenderam um projeto de pesquisa com a finalidade de documentar as condições econômicas em deterioração. Logo

ajuntaram-se a eles inúmeros outros bairros. Em 1977, 700 delegados reuniram-se para eleger coordenadores para o que, então, havia-se tornado um movimento popular de grandes proporções. O MCV culminou com um pedido, assinado por mais de 1 milhão de pessoas, exigindo congelamento de preços dos produtos básicos e aumento de salários. O abaixo-assinado teve fria recepção em Brasília, quando os líderes do MCV tentaram, sem sucesso, entregar pessoalmente o documento ao Presidente da República em 1978 [Singer (1982)].

Ao retornar ao sistema político democrático, a hierarquia da Igreja não se viu disposta a fundar ou dar apoio a um Partido Democrata Cristão ou a qualquer organização semelhante. Nem mesmo os partidos existentes procuraram abraçar explicitamente temas ético-religiosos. Não obstante, parece haver afinidade íntima, pelo menos em lugares como São Paulo, entre as CEB e o Partido dos Trabalhadores [Camargo (1982, p. 53)].

O futuro das CEB e seu relacionamento com os vários partidos políticos levantam questões interessantes, em relação às quais não há, até o momento, respostas cabais. Todavia, a história de grupos de ação comunitária em geral sugere que esta forma de organização política certamente continuará a desempenhar papel importante no contexto urbano brasileiro. Quaisquer que sejam seus êxitos ou fracassos no passado, entidades como as CEB e o MCV alertaram as pessoas para seus dramas coletivos e, talvez o mais importante, ensinaram-lhes métodos de protesto e mobilização de pressão política popular. Na democracia recentemente estabelecida no Brasil, tais lições podem muito bem fornecer a base para iniciativas populares que venham a criar, com êxito, um ambiente urbano mais igualitário e humano.

5.4.3 - Violência Coletiva Urbana

Outras formas de protesto não têm sido assim tão pacíficas. Em condições de altas taxas de desemprego urbano e pobreza generalizada, atos individuais de violência são comuns na cidade. Em alguns casos, no entanto, milhares de pessoas se têm envolvido em surtos de violência. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, ações sociais coletivas desta natureza têm ocorrido nos trens suburbanos que ligam os locais de trabalho aos subúrbios de residência, localizados nas periferias das duas áreas metropolitanas. Em 1973, os três incidentes mais importantes acabaram em incêndios de vagões e destruição de estações ferroviárias. Seis outros "quebra-quebras", tal como são popularmente conhecidos, ocorreram em 1975. Em 1976, 10 outros incidentes deste tipo aconteceram. As estimativas são de que em cada um desses incidentes envolveram-se entre 3 e 5 mil pessoas [Moisés e Martínez-Alier (1978, p. 26)].

Um grande número de fatores inter-relacionados explica esse tipo de violência urbana. Em primeiro lugar, o estoque de equipamentos de transportes que servem aos centros urbano-industriais tem padecido de péssima manutenção. Além disso, o número de veículos não tem conseguido acompanhar o ritmo da crescente demanda de serviços de transporte. O resultado tem sido a superlotação, horários irregulares e aumento da ocorrência de acidentes. Ao mesmo tempo, os trabalhadores dependem do sistema ferroviário para sua própria sobrevivência. Chegar atrasado ao trabalho significa perda nos salários e, para muitos, o risco da dispensa. Em São Paulo, os operários que vivem na periferia urbana gastam de 3 a 4 horas por dia na ida de casa ao trabalho e vice-versa. Isto, em geral, significa ter de levantar às 4 ou 5 horas da manhã para tomar o trem das 6 horas e, então, retornar à casa bem depois de escurecer. A partir de uma entrevista com um usuário deste tipo, o gráfico M.P., fica claramente demonstrada a extensão da dependência dos trabalhadores do transporte de baixo custo:

"M.P. sai de casa todos os dias às 5h30m para pegar o trem das 6h14m e entra no serviço às 8h. No bolso leva cinco cruzeiros: Cr\$ 1,20 para a passagem de ida e volta de trem e o resto para comprar cigarros. Na marmitta, um punhado de arroz com feijão e, uma vez por semana, bife. No bolso, com muito cuidado, vai a carteira de trabalho; sem ela M.P. pode ser preso por vadiagem. Se usasse ônibus, pagaria Cr\$ 4,70 só de condução. E se gastar mais de cinco cruzeiros as crianças não comem" [citado em Moisés e Martínez-Alier (1978, p. 28)].

Nessas circunstâncias, é fácil verificar como a incerteza cotidiana de chegar ao trabalho e do retorno à casa contribui para uma atmosfera volátil na qual o acidente ferroviário ou qualquer atraso de horários aumenta o nível da frustração individual. Além disso, a superlotação e os perigos das viagens de trem compartilhadas por muitas pessoas favorecem um tipo de solidariedade coletiva entre os viajantes. Assim observa um trabalhador: "quando as coisas vão mal basta que um cara comece a gritar *quebra!* para todo o trem explodir" [Moisés e Martínez-Alier (1978)]. Subjacente a esses surtos de violência coletiva encontra-se um grande número de transformações estruturais na economia urbana. Moisés e Martínez-Alier (1978) resumem as contradições do desenvolvimento industrial de São Paulo que têm posto cada vez mais em desvantagem a população trabalhadora de baixa renda. Por um lado, a localização da indústria pesada tornou-se espacialmente concentrada em áreas que já não dispõem de moradias suficientes para abrigar o número de pessoas de que as fábricas necessitam. Trabalhadores, recrutados em comunidades distantes, necessitam do transporte

público para alcançarem os locais de trabalho. Todavia, a alocação dos recursos feita pelo Ministério dos Transportes tem, sistematicamente, favorecido as rodovias e outros itens de despesa ligados ao transporte automotivo. Ações como essa têm beneficiado as pessoas com condições de manter um automóvel, para não mencionar os fabricantes que, durante muitos anos, foram contemplados por incentivos e favorecimentos tributários concedidos pelo governo. O custo econômico e emocional cotidiano de se locomover até os portões da fábrica e de lá até em casa é suportado pelos homens e mulheres que lá trabalham.

Mais recentemente, a violência coletiva tem ocorrido contra supermercados e armazéns. Distúrbios e pilhagens de alimentos surgiram com o aumento do desemprego e de demissões em massa que se seguiram à recessão econômica do início da década de 80. Entre 1980 e 1983, a indústria de São Paulo dispensou aproximadamente 477.400 trabalhadores, cerca de 1/4 de sua força de trabalho. Uma avaliação do impacto global da recessão, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), deveria incluir também o número de empregos que seriam criados em circunstâncias normais. Com base nisso, o setor industrial de São Paulo deixou de ter o estonteante número de 700 mil empregos ao final daquele período.

Os saques de alimentos, segundo Yone e Barreira (1984), não podem ser considerados como atos irracionais, puramente espontâneos. Ao invés disso, os saques constituíram o outro reflexo das condições econômicas, em deterioração, enfrentadas pela população urbana de baixa renda. Fora dos canais legítimos de expressão política, as pilhagens eram tanto uma solução de curto prazo para matar a fome bem como afirmação pública de descontentamento.

Embora a insegurança do trabalho não seja coisa nova para a classe trabalhadora urbana, a profundidade da crise nacional após 1981 deu significado especial às demissões. Um trabalhador desempregado de São Paulo dizia:

“a diferença agora é que até 1981 a gente perdia o emprego, mas sabia que arrumava outro. Mas aí, do começo de 82 para cá, a gente sabia que não ia arrumar outro. Nem tem esse cara que não está com medo” [citado em Yone e Barreira (1984, p. 28)].

A explicação dos saques, oferecida por Yone e Barreira (1984), é coerente com o tratamento mais geral dado por Piven e Cloward (1971) à relação entre desemprego e distúrbios civis. Quando o desemprego em massa persiste por algum tempo, argumentam Piven e Cloward (1971, p. 6-7),

ele diminui a capacidade de outras instituições de conter e restringir as pessoas. Os comportamentos e perspectivas ocupacionais dão sustentação ao modo de vida pelo qual as pessoas se conformam a papéis familiares e comunitários. Quando grandes contingentes de pessoas se vêm excluídas de suas ocupações, toda a estrutura de controle social se torna debilitada. Se essa exclusão for generalizada, a legitimidade da própria ordem social pode tornar-se questionada. O resultado será a perturbação pública que desafia os arranjos sociais e econômicos.

5.5 - Conclusão

As visões convencionais sobre a relação existente entre desenvolvimento e comportamento demográfico não prevêm a possibilidade do aumento da taxa de mortalidade dos países em desenvolvimento. A transição demográfica de altos para baixos níveis de mortalidade é atribuída aos efeitos combinados do desenvolvimento endógeno da organização econômica e social e da difusão de tecnologia médica e de saúde dos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos. Uma vez alcançado um baixo nível de mortalidade, presume-se que seja irreversível o nível de mortalidade do estágio final da transição. Stolnitz (1965, p. 131), em um longo estudo sobre expectativa de vida ao nascer na América Latina, Ásia e África, concluiu que não havia indicação de reincidência em nenhuma das áreas onde se haviam experimentado quedas recentes na mortalidade. Ele conclui, com a observação: “quanto ao futuro, encontro evidências bem mais persuasivas de que a recente queda da mortalidade será preservada ou mesmo ampliada (...). Os que temem uma reversão são claramente vagos quanto a locais, datas ou razões”.

O aumento da mortalidade infantil em São Paulo no início da década de 60 até meados da de 70, associado à queda do poder de compra, indica ser este otimismo infundado. Uma vez obtidos os ganhos em expectativa de vida, em função da transferência de tecnologia relativamente barata de controle indireto da mortalidade, a melhoria adicional torna-se cada vez mais sensível ao bem-estar nutricional e socioeconômico geral da população. Nesse estágio, há poucas razões para se supor que a mortalidade, necessariamente, não possa voltar a crescer. O aumento e a subsequente queda da taxa de mortalidade em São Paulo sugere que o nível da mortalidade dos pobres seja altamente sensível ao impacto causado pelas políticas de desenvolvimento. Quando as estratégias de crescimento do governo têm como consequência a deterioração do padrão de vida absoluto dos subgrupos populacionais já em desvantagem, a mortalidade infantil pode muito bem aumentar.

Esta conclusão é coerente com outros estudos sobre a mortalidade, tais como o resumo de Gwatkin (1980) sobre tendências mundiais recentes, que

sublinham o importante papel que os fatores políticos desempenham no ritmo e na direção da mudança no comportamento da mortalidade. As diferenças de classes sociais ao longo da vida são, no final das contas, apenas uma expressão de formas mais gerais de desigualdade. Daí, se perguntarmos por que o perfil de mortalidade da população se altera, estaremos inevitavelmente procurando uma explicação para as mudanças na organização socioeconômica e política. Como tal, a análise nos compele a examinar a estrutura de produção e distribuição, bem como a mudança da natureza das classes e dos conflitos de classe e quais suas conseqüências sobre as políticas estatais concretas, que melhoram a qualidade de vida de um grupo em detrimento de outro.

Ao mesmo tempo, uma visão estritamente estruturalista explica-nos apenas parte da história. A classe trabalhadora industrial de São Paulo e, na verdade, a população de baixa renda da cidade em geral não devem ser consideradas vítimas passivas das condições urbanas, como a perspectiva macro costuma fazer. Podemos conceitualizar, de modo mais preciso, o complexo urbano como interação dinâmica entre fenômenos estruturais e respostas comportamentais a eles. Em alguns casos, tais como nas estratégias de sobrevivência que as famílias pobres adotam em função de renda insuficiente, as ações que as pessoas executam para sobreviver podem preservar e perpetuar o próprio sistema econômico que as força ao emprego no setor informal em primeiro lugar. Por outro lado, as lutas trabalhistas organizadas com o intuito de defender seus interesses no local de trabalho, tais como as iniciativas de grupos comunitários para melhorar a qualidade de vida nos bairros, representam formas de ação conscientemente efetuadas para transformar o sistema socioeconômico e político.

Desigualdade Racial e Mortalidade Infantil

6.1 - Introdução

Em seu retorno de uma viagem de caça à América Latina, no início da década de 1900, Theodore Roosevelt chamou a atenção para o que entendia como diferença fundamental entre o Brasil e os Estados Unidos: “Se me pedissem para dizer em que os brasileiros sejam completamente diferentes de nós”, dizia Roosevelt, “eu diria que é em sua atitude para com o negro... No Brasil, a qualquer negro ou mulato que se mostre capaz, será, sem dúvida, dado o lugar para o qual esteja habilitado” [citado em Silva (1978, p. 50)].

O comentário de Roosevelt fez ecoar uma opinião comum e ainda hoje popular, isto é, que ao contrário dos Estados Unidos ou outros países tais como a África do Sul, o Brasil é “uma democracia racial”. A tese da democracia racial implica dois corolários essenciais para o entendimento da percepção dominante nas relações raciais no Brasil. O primeiro diz respeito à relação entre raça, classe e preconceito. Segundo a noção prevalecente, se os brancos brasileiros têm uma visão negativa da população negra e mulata, isto se dá porque a maioria dos não-brancos pertence a classes inferiores. O preconceito, se é que existe de fato, não envolve tanto racismo ou discriminação racial, mas sim preconceito contra as pessoas de condição inferior.

A explicação em relação ao preconceito “de classe ao invés de racismo” foi dada por Pierson (1967) e pelo cientista social baiano Azevedo (1953). Os trabalhos de Pierson e Azevedo representam o que veio a ser chamado de “escola baiana” de pensamento sobre relações raciais no Brasil. Ambos os analistas concordam em que haja gente rica e pobre no Brasil e que a grande

maioria de pessoas ricas é constituída de brancos e que a maioria dos negros é pobre. Concordam ainda que a “brancura” é considerada mais desejável do que a “negrura”. Todavia, o que determina o modo pelo qual um indivíduo é percebido pela maioria branca não se liga exclusivamente à cor ou ao tom da pele, mas está relacionado à condição de classe da pessoa. A conclusão que se segue a este argumento é que uma vez que não-brancos atinjam a renda ou a educação suficiente, serão amplamente aceitos pela maioria branca. Como o comportamento intergrupar é altamente influenciado pela correlação de gradações de “negrura” e percepções de posição social, as relações raciais no Brasil são muito mais sutis e complexas se comparadas, digamos, aos Estados Unidos, onde somente a cor da pele constitui critério absoluto.

O segundo corolário da tese da democracia racial afirma que raça tem pouca importância como determinante de oportunidades para ascensão social. Esta afirmação levanta uma questão importante, que se relaciona a uma indiscutível evidência empírica de agudas desigualdades raciais ao longo de várias dimensões de estratificação social: se raça não é obstáculo, por que, em geral, o não-branco no Brasil é mais pobre e menos educado do que o branco? Para os que endossam a idéia da democracia racial, a causa estaria no legado do período escravista. Os negros, que começaram em desvantagem como classe subordinada no modo escravista de produção, simplesmente não “se equipararam” aos brancos, desde a Abolição da Escravatura no final do século XIX. A desigualdade contemporânea, como argumentava Degler (1971), é vestígio de um período anterior de subjugação.

Tanto o marxismo clássico como a teoria da modernização sugerem o segundo corolário da democracia racial: as desigualdades raciais deveriam ter declinado com o crescimento econômico. O retrato feito por Marx da “missão civilizadora” do capitalismo sustentava, entre outras coisas, que a expansão do modo capitalista de produção agia como força corrosiva sobre as ligações grupais tradicionais. A proletarianização da força de trabalho sob o comando do capital e a intensa rivalidade intercapitalista no mercado competitivo colocariam um fim nos critérios étnicos e raciais (até mesmo sexuais) relativos ao recrutamento de mão-de-obra no processo de seleção. Assim que a burguesia obtivesse o controle, Marx escrevia em seu “Manifesto do Partido Comunista”, a “água gelada do cálculo egoísta” destruiria todas as relações feudais, patriarcais, idílicas, não restando qualquer outro nexos entre as pessoas a não ser o “insensível pagamento em dinheiro”. A tendência seria de que o capitalismo viesse a reduzir todo o trabalho à condição de mercadoria denominada “força de trabalho”, obliterando, dessa maneira, outras distinções qualitativas entre diferentes categorias de trabalho.

Para os teóricos da modernização, que se apoiaram bastante em Weber, a discriminação feita, com base em critérios raciais e étnicos, era um aspecto da sociedade tradicional que deveria dar lugar a valores, atitudes e comportamentos modernos que surgiriam com o avanço da produção industrial. Parsons e Shils (1951) expressaram a transformação dos valores por meio de cinco “variáveis padronizadas”, três das quais especialmente importantes para contrastar as escolhas alternativas de ação numa sociedade tradicional e moderna: difusibilidade *versus* especificidade; atribuição *versus* realização e particularismo *versus* universalismo. No esquema de Parsons, os papéis sociais nas sociedades tradicionais são atribuídos, funcionalmente difusos e orientados na direção de preferências e de padrões limitados e particularistas. Contrariamente, os papéis sociais em sociedades modernas tendem a ser específicos, são adquiridos através da luta competitiva por auto-realização e se orientam no sentido de padrões e normas universais. A transição de uma orientação de valores tradicionais para uma orientação moderna implica, então, como implicava para Marx, o enfraquecimento da importância de raça como critério de comportamento social.

Na ausência de barreiras raciais para a melhoria social e econômica no Brasil, os analistas previam que grandes contingentes de pessoas galgariam posição social, à medida que as oportunidades de avanço aumentassem com o crescimento econômico. Ao escrever no início da década de 50, Wagley (1952, p. 155) concluía seu estudo sobre castas e classes no Norte do Brasil com uma nota que era tanto otimista quanto totalmente coerente com o pressuposto da democracia racial. No curso do desenvolvimento, Wagley escrevia, “os grandes contrastes das condições sociais e econômicas entre os estratos inferiores de cor mais escura e as classes superiores, predominantemente brancas, deveriam desaparecer”.

Se o conceito de democracia racial teve guarida na mitologia popular, mesmo entre os não-brancos no Brasil [Skidmore (1976)], foi sob a influência de eminentes estudiosos como Freyre (1946), no Brasil, e Frazier (1944), nos Estados Unidos, que a idéia ganhou maior projeção. O pressuposto de que o Brasil era um “paraíso racial” atingiu importância especial entre os europeus, em face das conseqüências do perverso anti-semitismo da Alemanha nazista, e entre os norte-americanos, que buscavam entender a longa história de violência racial nos Estados Unidos. Comparativamente, o Brasil era justificadamente famoso por suas harmoniosas relações raciais. O casamento inter-racial, se não era a regra, era comum sem dúvida. Eram raros os casos de total segregação. Não havia leis “racistas”, e o consenso nacional contra a discriminação pública, com base na cor, foi formalizado em 1951 através da Lei Afonso Arinos, que criminalizava a discriminação, passível de penas de prisão ou multa. A tese da democracia racial estava tão firmemente arraigada que, em 1950, a Unesco passou a estudar as harmo-

niosas relações raciais do Brasil, com a finalidade de passar ao mundo o segredo brasileiro. Na realidade, esta pesquisa e outras feitas mais tarde levantaram sérias dúvidas sobre esta questão e desacreditaram parcialmente a imagem racial otimista da sociedade brasileira [Skidmore (1985, p. 13)].

Entre os primeiros a substanciar o significado do racismo e da discriminação no Brasil industrial e capitalista, encontravam-se estudiosos no que se tornou conhecido como a “Escola de São Paulo”. Destacando-se entre eles, Florestan Fernandes (1969) argumentava que, após a Abolição da Escravatura em 1888, os negros se viam prejudicados no que se refere à adaptação à ordem competitiva que surgia. O aparecimento do modo capitalista de produção demandava máxima mobilidade de terra, trabalho e capital. Os trabalhadores não mais poderiam ser imobilizados e tratados como parte do estoque de capital fixo, como haviam sido sob o sistema escravista. A extinção da escravatura e o surgimento da força de trabalho livre — na qual os indivíduos competiam por salários no mercado flutuante de trabalho — eram, portanto, estruturalmente necessários para o desenvolvimento do capitalismo [Graham (1970)]. Todavia, os antigos escravos, porque careciam das necessárias qualificações e socialização para se adaptarem à nova ordem econômica, não se integraram ao proletariado emergente. Inadaptados ao trabalho assalariado e sofrendo crescente competição dos imigrantes europeus, os não-brancos foram deixados de lado no processo de desenvolvimento brasileiro.

Cardoso (1962) e Ianni (1972) ressaltavam as conseqüências ideológicas do colapso do modo escravista de produção. No Brasil colonial, o poder coercitivo legal, exercido pelos brancos, proprietários de escravos, era suficiente para assegurar a subordinação dos negros. Porém, a transição do sistema de casta para o sistema de classes e do trabalho escravo para o trabalho livre exigia novas formas de dominação social e cultural. A emancipação dos escravos, portanto, deu ímpeto a teorias de inferioridade natural. Conceitos raciais mal articulados vieram à tona, revestindo-se de força de ideologia formal [Toplin (1981)].

Outros autores encontraram a causa da desigualdade racial contemporânea na dinâmica do conflito de classes do capitalismo moderno. Enquanto o marxismo clássico bem como a teoria da modernização ressaltavam a tendência da homogeneização do trabalho pelo mercado, a luta racial também poderia ser útil à acumulação do capital, na medida em que servia para dividir, e por conseguinte enfraquecer, o poder de barganha da classe trabalhadora no seu local de trabalho. Portanto, preconceito e discriminação raciais não teriam desaparecido com a abolição, mas teriam adquirido novo significado, dentro da nova estrutura social. Este foi o argumento recentemente utilizado por Hasenbalg (1985, p.27), que entendeu as práticas raciais

do grupo dominante no Brasil não como vestígio de antigos padrões de preconceito e discriminação, mas como comportamento “funcionalmente relacionado aos benefícios materiais e simbólicos obtidos pelos brancos, por meio da desqualificação dos não-brancos como competidores”.

A idéia de que a população não-branca exibia desvantagem sistemática, no que se refere a empregos e oportunidades de melhoria, trouxe à baila a freqüentemente citada distinção entre “preconceito” e “discriminação”. O preconceito refere-se a um estado de ânimo; a discriminação, a alguma forma de prática. O primeiro, de acordo com o argumento, não implica, automaticamente, o segundo. Na realidade, a idéia de que as pessoas pudessem ter preconceito contra não-brancos, sem que se traduzisse em ações discriminatórias, constituía pressuposto central da tese da democracia racial.

Estudos recentes sobre mobilidade social e determinação dos salários rejeitam a presumida independência entre preconceito e discriminação. Hasenbalg (1985) demonstrou que nascer não-branco no Brasil, comumente, significa nascer em família de condição inferior. Hasenbalg concluiu ainda que os não-brancos estão expostos a um ciclo de desvantagens cumulativas na mobilidade social intergeracional. Usando dados da Pnad de 1976, ele demonstrou que, tudo mais permanecendo constante, a probabilidade de melhoria de condição social de uma geração para outra era bem menor para os não-brancos do que para os brancos. Além disso, as diferenças inter-raciais das oportunidades de mobilidade ascensional aumentavam quanto mais alta fosse a condição social originária. O risco do descenso social entre um pequeno grupo de não-brancos nascidos de famílias de alta posição social era muito maior, comparado ao dos brancos com a mesma origem. Hasenbalg (1985, p.32) concluiu que as desigualdades raciais, que se iniciaram sob a escravatura, perpetuavam-se “por meio de práticas discriminatórias e estereótipos culturais feitos pelos brancos sobre o papel ‘adequado’ para negros e mulatos”.

Silva (1985) usou a Pnad de 1976 para saber se os não-brancos eram discriminados no mercado de trabalho. Os resultados confirmaram a existência de remunerações desiguais, para cada raça, de acordo com o nível educacional. Em 1976, a renda média dos brancos era duas vezes superior à dos não-brancos. Um terço dessa diferença poderia ser atribuído a práticas discriminatórias do trabalho. Silva concluía que a desvantagem monetária experimentada pelos negros e mulatos, em razão da discriminação no mercado de trabalho, correspondia a cerca de US\$ 60 mensais (Cr\$ 566,00), um achado consistente com os resultados de um estudo anterior seu [Silva (1978)] dos diferenciais de renda entre brancos e negros no Brasil em 1960.

Os estudos feitos por Hasenbalg e por Silva representam importante contribuição para a literatura sobre desigualdade racial no Brasil. Usando técnicas estatísticas sofisticadas, num amplo conjunto de dados, puderam demonstrar empiricamente o que outros haviam concluído com base em fontes mais débeis: que os não-brancos mostravam desvantagens sistemáticas, em comparação com os brancos, na mobilidade social intergeracional e no mercado de trabalho. Na análise que se segue, mantemos a mesma linha de indagação, por explorar as diferenças raciais de mortalidade infantil. Dadas as diferenças raciais de renda e educação, podemos prever, com certeza, probabilidade mais alta de morte entre crianças nascidas de pais não-brancos. No entanto, pelo menos três importantes perguntas permanecem sem resposta: qual a magnitude da diferença de mortalidade entre crianças brancas e não-brancas? Esta diferença estreitou-se ou ampliou-se com o tempo? E, por fim, as diferenças de mortalidade para cada raça persistem ou desaparecem após o controle estatístico dos determinantes sociais e económicos da mortalidade? Antes de voltarmos para os resultados relativos à mortalidade infantil, faremos uma revisão da evolução da composição racial da população e avaliaremos a validade dos dados censitários sobre raça no Brasil.

6.2 - Brancos, Pretos e Pardos no Brasil

Antes de os portugueses chegarem ao Novo Mundo, a população da área que hoje corresponde ao Brasil compunha-se de cerca de 1,5 milhão de índios. A população nativa dividia-se em grupos lingüísticos e tribais espalhados por todo o território. Uma vez que o estado de guerra era quase contínuo entre as tribos, a população nativa não ofereceu resistência unificada aos portugueses. As expedições feitas pelos primeiros colonos, com a finalidade de capturar os índios para escravizá-los, e as conseqüências sobre a mortalidade, em razão da exposição a doenças dos europeus — contra as quais os grupos aborígenes não tinham imunidade —, fizeram com que rapidamente se reduzisse a população indígena. Em 1750, poucos índios permaneciam nas áreas costeiras que os portugueses colonizaram.

A necessidade de procurar por escravos em outras partes, especialmente após a introdução da cultura da cana-de-açúcar, em meados do século XVI, levou os portugueses a voltarem-se para a África, na busca da necessária mão-de-obra (ver Capítulo 3). Os primeiros escravos negros chegaram em 1538, iniciando, desse modo, um período de 200 anos, durante o qual houve fluxo regular de africanos para o Brasil. Os africanos eram embarcados nas Ilhas de Cabo Verde e próximo à Guiné Portuguesa (na costa do que hoje corresponde a Gana), em Cabinda (próximo à foz do Rio Congo) e nos portos de domínio português de Angola e Moçambique. Uma vez que o

sistema escravista era particularmente cruel no Brasil [Degler (1971)], era necessária uma constante oferta de escravos provenientes da África para compensar as perdas, devido às altas taxas de mortalidade. Com o passar dos séculos, o Brasil talvez tenha recebido 10 vezes mais africanos do que as colônias americanas, mas, devido à alta taxa de mortalidade e à baixa taxa de reprodução, a população brasileira de origem africana em 1860 correspondia, aproximadamente, à metade da população negra norte-americana. Estimativas conservadoras calculam em aproximadamente 3,3 milhões o número total de escravos que vieram para o Brasil nos séculos XVII e XVIII, embora, provavelmente, o número pudesse ser ainda maior [Wagley (1952, p. 142)].

6.2.1 - O “Branqueamento” da População

Desde os primeiros dias do período colonial, a relativa ausência de mulheres brancas e o papel secundário da mulher na família permitiram acesso fácil dos homens brancos às mulheres índias e, mais tarde, às mulheres escravas africanas. O acasalamento entre pessoas de vários graus de mestiçagem rapidamente difundiu o sangue branco entre a maioria da população. A miscigenação foi ainda maior, em razão da numerosa prole ilegítima dos homens das classes altas e, mais tarde, pela imigração de grandes contingentes europeus no final do século XIX e começo do século XX.

O branqueamento da população do país era um fato demográfico e, pelo menos durante algum tempo, uma doutrina política. Na primeira metade do século XX, propunha-se a miscigenação entre brancos e negros como uma solução natural para o problema racial. A mistura de sangue negro com o sangue europeu importado tornaria a população mais branca e portanto “melhor”. Segundo Skidmore (1976), o “ideal do branqueamento” seria a solução, em grande parte imaginada por intelectuais brasileiros, que conciliaria a contradição posta, por um lado, pelas doutrinas racistas que dominavam a comunidade científica no final do século XIX e, por outro lado, pela realidade da situação racial da sociedade brasileira.

O primeiro Censo Geral, levado a efeito em 1872, mostrou que a população compunha-se de 3.787.289 brancos (38,1%), 1.954.543 negros (19,7%) e 4.188.737 mestiços (42,2%). Embora se possa questionar a confiabilidade da classificação censitária (o que discutiremos adiante), os números, não obstante, dão uma idéia geral da importância relativa dos três principais grupos raciais. Os censos subsequentes mostram como a composição racial da população alterou-se com o passar do tempo. Em 1940, quando a população total do Brasil alcançou 41 milhões de habitantes, 64% foram classificados como brancos, 21%, como pardos e 15%, como pretos. Os resultados dos recenseamentos ao longo das últimas quatro décadas, mostra-

dos na Tabela 6.1, revelam a existência de um claro padrão: a proporção de brancos e negros caiu, enquanto a proporção de pessoas da classificação intermediária aumentou. À época do último recenseamento, em 1980, brancos, pardos e negros respondiam por, respectivamente, 55, 39 e 6% da população total.

Tabela 6.1
Brasil: Composição da População por Cor - 1940/80
(Em milhares)

COR	1940		1950		1960		1980	
	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%
Branca	26.172	63,5	32.028	61,7	42.838	61,0	64.540	54,2
Parda	8.744	21,2	13.786	26,5	20.706	29,5	46.233	38,8
Preta	6.036	14,6	5.692	11,0	6.117	8,7	7.047	5,9
Amarela	242	0,6	329	0,6	483	0,7	673	0,7
Não-Declarada	42	0,1	108	0,2	47	0,1	517	0,4
Total	41.236	100,0	51.944	100,0	70.191	100,0	119.011	100,0

Fonte: Censos Demográficos (1940 a 1960 e 1980).

6.2.2 - Categorias Censitárias e Classificações Subjetivas

Qual a validade dos dados censitários sobre a composição racial da população brasileira? A questão é pertinente, em face da pesquisa antropológica sobre relações raciais no Brasil que documenta, de maneira ampla, as sutis distinções que os brasileiros fazem, quando solicitados a identificar, através da cor, a raça de uma pessoa. Harris (1964), por exemplo, utilizou um conjunto de nove desenhos para explorar a variação dos termos que poderiam ser aplicados a um determinado indivíduo. Variados no que se refere a tonalidade e textura do cabelo, largura do nariz, espessura dos lábios e tonalidade da pele, os quadros evocavam 40 tipos raciais diferentes. A ampla gama de termos utilizados pelas pessoas para identificar variações de cor entre os dois extremos — preto e branco — pareceria invalidar o sistema classificatório simples de quatro categorias, utilizado nos censos.

Em 1940, os recenseadores perguntavam às pessoas se eram pretas, brancas ou amarelas. As pessoas que se declaravam em posições intermediárias (por exemplo, mulato, caboclo, moreno, índio) foram classificadas como pardas. O mesmo sistema foi utilizado em 1950. Em 1960, o método foi modificado,

quando, além das três possibilidades anteriores (branco, preto e amarelo), foram introduzidas duas categorias intermediárias pré-codificadas pela primeira vez (pardo e índio). Embora os resultados do Censo de 1960 nunca tenham sido inteiramente publicados, as tabelas disponíveis, relativas a alguns estados, reuniram as duas categorias intermediárias em um único grupo — pardos. O item cor não foi incluído no Censo de 1970. Foi, no entanto, reintroduzido no Censo de 1980, que utilizou o método da auto-identificação em um esquema de quatro categorias: branco, preto, pardo e amarelo.

Comparado aos muitos termos que os brasileiros comumente utilizam para identificar as variações de "negrura", o esquema de quatro categorias, utilizado nos censos, obviamente simplifica a classificação das pessoas para cada raça. A questão crucial é até que ponto o esquema censitário desvia-se da autoclassificação das pessoas, uma vez que se lhes permitem outras opções. Felizmente, a Pnad de 1976 tratou desta questão. O levantamento incluía dois itens sobre cor. O primeiro era um item em aberto que permitia aos entrevistados a utilização do termo que desejassem. O segundo era a classificação padrão de quatro categorias. Análises feitas sobre o item em aberto mostraram que, a despeito de uma ampla gama de termos utilizados, as quatro categorias (branco, preto, pardo e amarelo) respondiam por cerca de 57,1% das respostas. Três classificações mostraram-se importantes: clara (2,5%), morena clara (2,8%) e morena (34,4%). Outras análises concluíram que quase todas as pessoas que se declaravam morenas na questão em aberto classificaram-se como pardas, quando confrontadas com as opções pré-codificadas. O esquema das quatro categorias respondia por aproximadamente 95% de todas as respostas [Oliveira, Porcaro e Costa (1981)]. Analistas do IBGE concluíram que o método de escolha forçada, embora imperfeito, era suficientemente confiável para ser utilizado na coleta de dados de 1980.¹

6.3 - Diferenças Raciais na Mortalidade Infantil

O Censo de 1950 foi levado a cabo muito antes de Brass desenvolver a técnica de estimação das probabilidades de morte infanto-juvenil, com base em dados sobre a proporção de filhos falecidos, classificados por idade da mãe [Brass *et alii* (1968); ver também o Apêndice deste livro]. Todavia, felizmente os dados necessários para que se possa aplicar a técnica foram coletados em 1950 e a informação publicada foi desagregada por cor da mãe.

1. Uma vez que o quesito censitário baseia-se na auto-identificação, a classificação deve ser tomada no sentido social e cultural, não se arguindo sobre sua validade como tipologia física ou genética.

Com base nessas tabulações, é possível derivar-se estimativas de probabilidade de morte às idades exatas de dois, três e cinco anos (o 2^o, 3^o e 5^o das funções da tabela de sobrevivência) para as populações branca e não-branca. Os mesmos itens, repetidos no Censo de 1980, permitem-nos determinar se o diferencial de mortalidade para cada raça tenha se alterado durante o intervalo de três décadas.

Utilizando os mesmos métodos abordados no Capítulo 4, e descritos no Apêndice, as três probabilidades de morte podem ser convertidas em uma única medida diretamente relacionada à mortalidade: o número médio de anos de expectativa de vida ao nascer. Uma vez que a medida é gerada com base em informação retrospectiva dada por mulheres de 20 a 34 anos de idade, a estimativa refere-se, aproximadamente, ao nível médio de mortalidade da década anterior ao censo. Conseqüentemente, os resultados derivados do Censo de 1950 referem-se ao período de 1940/50; os dados relativos ao Censo de 1980 referem-se à década de 70. As estimativas geradas dessa maneira são interpretadas como expectativa de vida que corresponde à experiência de mortalidade (isto é, os valores x^h) de filhos nascidos de mulheres que tinham de 20 a 34 anos de idade à época da entrevista (1950 e 1980) e que se identificavam como brancas ou não-brancas. A categoria não-branca refere-se a mulheres que se declararam "pretas" ou "pardas".²

6.3.1 - Transformação Social e a Persistência da Diferença de Mortalidade entre Brancos e Não-Brancos

As estimativas de esperança de vida ao nascer, baseadas nos dados dos Censos de 1950 e 1980, mostradas na Tabela 6.2, indicam a magnitude da persistência das desigualdades raciais em termos de média de anos de vida no Brasil. Na década de 40, a experiência de mortalidade de filhos de mulheres brancas era equivalente à expectativa média de vida ao nascer de 47,5 anos. O número comparável para crianças não-brancas era de 40 anos, um valor inferior em 7,5 anos à expectativa de vida dos brancos. Nos 30 anos subseqüentes, ambos os grupos experimentaram melhorias substanciais. Na década de 70, os brancos alcançaram uma expectativa de vida

2 Unimos os "pretos" e "mulatos" numa única categoria de "não-brancos", tanto por questões práticas quanto substantivas. Em termos práticos, o número de pretos é muito pequeno, um fator que limita nossa capacidade de cruzar os dados de modo significativo. Além disso, os achados substantivos da pesquisa de Silva (1985) e Hasenbalg (1985) mostram poucas diferenças entre as duas categorias, permitindo-nos, assim, tratá-las como um único grupo.

Tabela 6.2
Brasil: Expectativa de Vida ao Nascer por Cor - 1950 e 1980

RAÇA	1940/50 (A)	1970/80 (B)	(B) - (A)
Branca	47,5	66,1	18,6
Não-Branca	40,0	59,4	19,4
(Branca) - (Não-Branca)	7,5	6,7	-

Fonte: Dados básicos: Censo Demográfico (1950 e 1980).

média de 66,1 anos. O número correspondente aos não-brancos alcançou 59,4 anos. Todavia, a despeito dos ganhos obtidos por ambos os grupos, a diferença entre eles permaneceu alta. Na década de 70, a expectativa média de vida dos brancos excedia a dos não-brancos em 6,7 anos.

Os números constantes da Tabela 6.2 são especialmente significativos, em face das profundas transformações que ocorreram no Brasil entre 1950 e 1980. Como mostrou a análise feita no Capítulo 4, o país experimentou ganhos significativos na renda *per capita* e no nível educacional nas últimas décadas. O emprego não-agrícola aumentou substancialmente. Melhorias importantes foram também observadas na distribuição dos serviços públicos, tais como serviços de água e esgoto, e a expectativa de vida da população como um todo aumentou em 37% durante o período (ver Tabela 4.1). Todavia, essas transformações na estrutura social, econômica e demográfica aparentemente fizeram muito pouco, no que se refere à redução da desigualdade entre brancos e não-brancos no Brasil. Se interpretarmos os níveis de mortalidade como indicadores de qualidade de vida, os dados mostram que a diferença entre os dois grupos raciais em 1970/80 era praticamente a mesma de três décadas atrás.

Uma desagregação maior dos dados censitários de 1980 possibilita-nos explorar algumas das razões das diferenças raciais de mortalidade. Se a diferença de mortalidade entre brancos e não-brancos se devesse apenas aos diferenciais de renda ou educação, então poderíamos esperar que desaparecessem os diferenciais de mortalidade observados, quando estimamos a expectativa de vida dentro dos mesmos estratos de renda familiar ou dentro das mesmas categorias de nível educacional. Todavia, os resultados dessa análise, apresentados na Tabela 6.3, indicam que as diferenças raciais no número médio de anos de expectativa de vida persistem, mesmo após a introdução de tais controles. No estrato mais pobre da população, os brancos sobrevivem aos não-brancos numa média de 3,7 anos. Além disso, a

Tabela 6.3

Brasil: Expectativa de Vida ao Nascer por Renda Familiar Mensal, Educação e Cor - 1980
(Cr\$ de 1970)

ESPECIFICAÇÃO		RAÇA		(A) - (B)
		BRANCA (A)	NÃO-BRANCA (B)	
Renda Familiar	a	59,5	55,8	3,7
	b	64,4	59,8	4,6
	c	66,2	61,2	4,8
	d	70,4	63,7	6,7
Educação*	Nenhuma	59,4	54,9	4,5
	Um-Quatro Anos	66,2	62,2	4,0
	Mais de Quatro Anos	72,3	66,6	5,7

Fonte: Dados básicos: Censo Demográfico (1980).

* Educação refere-se aos anos de escolaridade da mãe.

a - Cr\$ 1,00 a Cr\$ 150,00.

b - Cr\$ 151,00 a Cr\$ 300,00.

c - Cr\$ 301,00 a Cr\$ 500,00.

d - Cr\$ 501,00 +.

diferença de mortalidade parece se tornar maior nos grupos de renda média e superior.

Os resultados desagregados por anos de escolaridade aproximam-se do mesmo padrão encontrado quando feito o controle por renda. Isto é, os filhos de mulheres brancas sem escolaridade sobrevivem aos filhos de mulheres não-brancas sem escolaridade em uma média de 4,5 anos. Além disso, como no caso da renda familiar, a diferença de expectativa de vida era maior entre filhos nascidos de mulheres na mais elevada das três categorias de escolaridade (diferença de 5,7 anos relativa a filhos de mulheres que completaram a escola primária).³

3 Várias questões metodológicas nos vêm à mente quando observamos a diferença de mortalidade branco-não-branco entre crianças de mulheres de renda mais alta e níveis educacionais mais altos, um padrão que surge relativo ao país como um todo e também relativo a estimativas de expectativa de vida no Nordeste (não mostrado). Se a expressão, comum no Brasil, de que "o dinheiro embranquece" for verdadeira, então, os achados serão não-intuitivos, uma vez que esperaríamos que a discriminação fosse menos significativa entre os grupos de renda mais alta, o que levaria a um menor diferencial de mortalidade. Por outro lado, é possível que o conceito de que "o dinheiro embranquece" signifique que pessoas pobres ou de renda média, que se tenham considerado negros ou mulatos alguma vez, reclassifiquem-se subjetivamente, na medida em que ascendem à escala social. Isto implicaria que indivíduos mais bem-sucedidos viessem a "migrar" da categoria não-branca para a branca. Se "o sucesso" dos não-brancos não for medido de modo adequado, por renda e educação, então apenas os "menos sucedidos" permaneceriam no grupo não-branco. Se isto ocorrerse

A persistência de diferenças raciais na expectativa de vida, mesmo após a introdução de controles, poderia dever-se a outros fatores que distinguem os dois grupos raciais, mas não são percebidos pelas variáveis de renda e educação. Talvez o mais importante entre esses fatores seja a distribuição geográfica da população. Uma vez que a maioria dos não-brancos concentra-se no Nordeste, onde a mortalidade é mais alta do que no resto do país, os não-brancos podem estar sujeitos, em média, a riscos mais altos de morte,

em grande escala, então esperaríamos encontrar o que mostram os dados: uma ampliação da diferença da mortalidade de brancos e não-brancos entre crianças de renda mais alta.

Que importância deveríamos atribuir a estas considerações? Com base nos dados atualmente disponíveis, é impossível responder com certeza a esta indagação. Entretanto, podemos nos referir indiretamente à questão, utilizando uma técnica usualmente adotada para se estimar saldos migratórios: a técnica das relações intercensitárias de sobrevivência do país ajustadas aos níveis de mortalidade dos grupos para os quais se quer estimar as transferências de pessoas [Carvalho (1981, p.557-575)]. Com base em dados censitários, sabemos do número em cada categoria de cor entre as idades de, digamos, 10 e 29 anos (em intervalos de cinco anos) em 1950. Se sujeitarmos estes valores às respectivas relações de sobrevivência por todo o intervalo de 30 anos (1950/60, 1960/70 e 1970/80), obteremos, para cada categoria, estimativas do número esperado de pessoas na faixa de 40 a 59 anos em 1980. Este número pode, então, ser comparado ao montante de pessoas da faixa de 40 a 59 anos, conforme enumeradas no Censo de 1980. Se nossas estimativas estiverem corretas, então, o número projetado de pessoas deveria igualar o número recenseado, desde que os indivíduos não se tenham reclassificado nesse ínterim e a população do país tenha-se mantido fechada. Em outras palavras, a diferença entre o número recenseado e o projetado de pessoas em cada categoria de cor em 1980, relativo a determinadas coortes, constitui uma medida indireta do grau em que os indivíduos tenham alterado sua classificação racial. Se a tese de que "o dinheiro embranquece" opera dessa maneira, podemos esperar que o valor projetado para não-brancos seja mais alto do que o valor enumerado (uma vez que os não-brancos, em 1950, "teriam migrado" para a categoria brancos em 1980) e que a diferença será grande (uma vez que a renda e outros indicadores de posição social aumentaram consideravelmente desde 1950).

Os resultados desta análise mostram que, surpreendentemente, o número projetado de não-brancos em 1980 é, na realidade, menor que o enumerado no Censo. Em 1980, após levar em consideração a mortalidade entre 1950 e 1980, estavam "faltando" 1,843 milhão de pessoas de cor branca acima de 40 anos, o que correspondia a 7,9% da população recenseada naquele grupo em 1980. Estavam também "faltando" 1,583 milhão de pessoas acima de 40 anos na categoria pretos em 1980, correspondendo a 62,6% da população enumerada em 1980. Tanto brancos quanto pretos que estavam "faltando" foram enumerados na categoria pardos em 1980, correspondendo a 25,1% da população parda acima de 40 anos enumerada naquele censo. Este exercício sugere que a reclassificação racial não tenha ocorrido no sentido esperado, como prevê a hipótese do branqueamento. Na verdade quando se desagregam os não-brancos em pretos e pardos, há, sim, uma perda líquida dos brancos e pretos com "ganho" significativo dos pardos.

Dada a enorme proporção de "perdas" da população preta e de "ganhos" da população parda, não seria justificável analisar separadamente a evolução da mortalidade destes dois grupos, ou de quaisquer outros indicadores sociais e econômicos, tomando como base os dados censitários de 1950 e 1980. As distorções serão minimizadas ao se trabalhar apenas com as categorias brancos e não-brancos. Mesmo assim todo cuidado será necessário ao se interpretar os resultados, pois entre 1950 e 1980 a população branca acima de 40 anos no Censo de 1980 "perdeu" 7,9% de seu efetivo através da transferência líquida para a população não-branca, e esta "ganhou" 11,4%. Isto significa que, mantidos os mesmos critérios de declaração e/ou classificação de cor usados em 1950, a população branca acima de 40 anos enumerada no Censo de 1980 seria 7,9% maior e a não-branca, 11,4% menor.

até dentro do mesmo estrato de renda familiar. Podem-se colocar argumentos semelhantes em relação à distribuição rural-urbana da população e em relação à distribuição de outras variáveis que afetam a sobrevivência, tais como o acesso à água encanada.

A Tabela 6.4 mostra a importância das diferenças espaciais, quando se referem a indicadores sociais tais como nível de educação da mãe e água encanada em casa, duas variáveis que sabidamente exercem efeito fortemente depressivo sobre as taxas de mortalidade entre crianças nos primeiros anos de vida (ver Capítulo 4). O primeiro painel da tabela mostra o percentual de mulheres de 20 a 34 anos de idade que tenham completado a escola primária. Em vista das agudas desigualdades regionais no desenvolvimento econômico brasileiro, não é de surpreender-se a constatação de que, em média, as mulheres urbanas tenham maior nível de educação, se comparadas às do meio rural, e o nível de educação seja mais alto em áreas situadas fora do Nordeste, relativamente atrasado. Todavia, as porcentagens mostradas na Tabela 6.4 revelam, também, um padrão inesperado: as diferenças entre brancos e não-brancos, em nível educacional, são pronunciadas, mesmo após proceder-se ao controle por região, lugar de residência e renda familiar mensal. Para tomarmos um exemplo, 37% das mulheres brancas mais pobres das áreas urbanas do Nordeste completaram a escola primária. Este número é substancialmente mais alto do que a proporção de mulheres não-brancas com o mesmo nível de educação (29%), que compartilham as mesmas características espaciais e socioeconômicas. As razões entre as duas proporções, fornecidas na coluna da direita da Tabela 6.4, indicam que — mesmo dentro dos mesmos estratos de renda familiar — as mulheres não-brancas encontram-se em relativa desvantagem, em comparação com as brancas, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas, seja no Nordeste, seja em outras regiões do país. O mesmo padrão prevalece, quando se examinam diferenças raciais na proporção de domicílios com água encanada, como se pode ver no segundo painel.

6.3.2 - Raça como Variável Independente com Capacidade de Previsão em Relação à Mortalidade Infanto-Juvenil

Os dados das Tabelas 6.3 e 6.4 levantam uma questão importante: se exercermos controle, simultaneamente, sobre as variáveis com maior capacidade de previsão em relação à mortalidade nas idades jovens, os filhos de mulheres não-brancas continuarão a experimentar taxas de mortalidade mais altas, se comparados aos filhos de mulheres brancas? A resposta a esta pergunta é de grande interesse substantivo para análises de desigualdade

Tabela 6.4
Brasil: Indicadores Selecionados por Região, Situação do Domicílio, Renda Familiar e Cor - 1980
(Cr\$ de 1970)

INDICADORES	REGIÃO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	RENDA	COR		(A)/(B)
				BRANCA (A)	NÃO-BRANCA (B)	
Educação (% de Mulheres de 20 a 24 Anos, com mais de Quatro Anos de Estudo)	Nordeste	Urbano	a	37	29	1,28
			b	57	46	1,24
			c	76	64	1,19
			d	89	75	1,19
		Rural	a	15	10	1,50
			b	22	14	1,57
			c	39	26	1,50
			d	56	45	1,24
	Resto do Brasil	Urbano	a	46	37	1,24
			b	57	52	1,10
			c	70	59	1,19
			d	89	76	1,17
Rural		a	31	18	1,72	
		b	43	20	2,15	
		c	57	31	1,84	
		d	72	43	1,67	
Água (% de Domicílios com Água Encanada)	Nordeste	Urbano	a	32	18	1,72
			b	47	36	1,31
			c	61	50	1,22
			d	90	77	1,17
		Rural	a	2	2	1,00
			b	6	5	1,20
			c	15	14	1,14
			d	36	31	1,16
	Resto do Brasil	Urbano	a	46	36	1,28
			b	61	45	1,36
			c	77	59	1,31
			d	94	83	1,13
Rural		a	00	8	2,50	
		b	32	15	2,13	
		c	40	17	2,35	
		d	60	31	1,94	

Fonte: Dados básicos: Censo Demográfico (1980).

a - Cr\$ 1,00 a Cr\$ 150,00.

b - Cr\$ 151,00 a Cr\$ 300,00.

c - Cr\$ 301,00 a Cr\$ 500,00.

d - Cr\$ 501,00 +.

racial no Brasil. Se a raça não mais explica a variância, após removerem-se os efeitos dos determinantes sociais e econômicos da mortalidade, então podemos supor que a diferença de mortalidade se deva apenas a fatores socioeconômicos. Por outro lado, se o fator raça continua a ser importante, mesmo após os diversos controles, isto sugere que os não-brancos estejam sujeitos a desvantagens outras que não as ligadas à condição socioeconômica, acesso à água encanada e lugar de residência.

Em princípio, é possível utilizar-se a técnica de Brass para este tipo de investigação. No entanto, a análise seria complicada e estaria sujeita a erros sérios. O método de Brass gera estimativas de mortalidade infanto-juvenil relativas aos filhos de mulheres de diferentes idades (20-24, 25-29 etc.). Para se introduzir os necessários controles, seria necessária uma classificação cruzada do número de filhos nascidos e o número de filhos sobreviventes à época do censo, por idade da mãe, região do país e situação do domicílio (rural ou urbano). Dentro de cada um destes grupos, teríamos de desagregar os dados por quatro estratos de renda familiar, três categorias de educação e, finalmente, pela presença ou ausência de água corrente nas moradias. O problema com este enfoque é que mesmo com a Amostra de Uso Público do Censo de 1980, que contém informações sobre aproximadamente 25% de todas as mulheres de 20 a 34 anos de idade, teríamos células com um número de casos muito pequeno, fazendo com que as estimativas de mortalidade se tornassem instáveis.

Trussell e Preston (1982) sugerira um método de análise de diferenciais de mortalidade que, ao invés de transformar a proporção de filhos mortos de mulheres em cada grupo etário em probabilidade de morte (x^h), como faz a técnica de Brass, ajusta as proporções de filhos mortos, tomadas individualmente de cada mulher. O objetivo do procedimento de Trussell e Preston é construir um índice de mortalidade que possa, então, ser comparado ao valor do índice relativo às mulheres de diferentes situações socioeconômicas. São necessários alguns ajustamentos, visando levar em consideração a idade da mãe e normalizar a razão de mortalidade. O ajustamento, tendo em vista o efeito da idade da mãe, é necessário porque as diferenças nas proporções de filhos mortos refletem não apenas um determinado regime de mortalidade ao qual se sujeitam as crianças, mas também as diferenças de tempo de exposição dessas crianças ao risco de morte. De modo geral, os filhos de mulheres mais velhas ficaram expostos ao risco de mortalidade por um período maior de tempo, porque, em média, nasceram antes dos filhos de mulheres mais jovens. Segue-se disto que, tudo mais permanecendo constante, a idade da mãe, tão-somente, explica uma proporção maior ou menor de crianças que tenham falecido. Outro ajustamento é necessário, porque a variável de crianças mortas como proporção dos filhos nascidos vivos tem uma distribuição mais binomial do que normal,

tornando inadequada a tradicional técnica de estimação dos mínimos quadrados.

No método de Trussell e Preston, o índice de mortalidade para cada mulher é igual ao número de seus filhos mortos, dividido pelo número esperado de filhos mortos. Este último deriva-se da multiplicação do número de nascimentos, relativos a esta mulher, pela proporção esperada de filhos mortos. Esta proporção esperada de mortos baseia-se nas condições gerais de mortalidade da população, bem como na distribuição do tempo de exposição das crianças ao risco de morte, medido com base na idade da mãe e periodicidade dos nascimentos. O valor esperado de mortalidade é extraído de uma tabela de sobrevivência que reflita, o mais precisamente possível, o padrão etário de mortalidade para o país em questão. Neste caso, o padrão de mortalidade escolhido foi o do Modelo Sul de Coale e Demeny (nível 19, com uma expectativa de vida ao nascer de 65 anos).

O índice de mortalidade (M), que tomamos como variável dependente, refere-se à razão entre mortes observadas e mortes esperadas entre todos os filhos nascidos vivos de mulheres de 20 a 29 anos de idade, na data do Censo de 1980, que tenham tido, pelo menos, um nascimento vivo. Uma vez que mulheres não-brancas evidenciam nível e padrão etário de fecundidade diferentes [Bercovich (1991), Berquó (1988, 1990 e 1991) e Goldani (1991)], calculamos, separadamente, os padrões de mortalidade esperados, relativos aos dois grupos. Além disso, ponderamos a amostra pelo número de crianças nascidas. A ponderação converte o conjunto de dados, extraídos de uma amostra das mães, em amostra dos filhos. A análise de regressão, apresentada a seguir, inclui 12 variáveis independentes. A Tabela 6.5 lista as unidades adotadas para medir as variáveis e apresenta a média e o desvio padrão de cada indicador.

A Tabela 6.6 mostra os resultados da aplicação de cinco modelos de regressão entre o índice de mortalidade e vários indicadores sociais.⁴ O primeiro modelo inclui apenas a variável *dummy* relativa à cor da mãe (código 1 para as não-brancas). O segundo modelo acrescenta quatro medidas-chaves da situação socioeconômica. Os resultados se dão no sentido

4 Aplicamos a análise de regressão Tobit aos registros censitários individuais, utilizando o método Trussell/Preston para calcular o índice de mortalidade (M), relativo a crianças tidas para cada mulher. Uma vez que não há valores negativos para o índice, ele só atinge valores nulos ou positivos. Além disso, o valor de M será zero para a maioria das mães, porque relativamente poucas delas tiveram um ou mais filhos falecidos após o nascimento. Entre estas, haverá grande variabilidade do tamanho de M . Nessas circunstâncias, o método dos mínimos quadrados tradicional é inadequado para se estimar os coeficientes dos determinantes da mortalidade infanto-juvenil [Dhrymes (1986) e Maddala (1983)]. Tobin (1958) foi o primeiro a considerar o problema e propôs a solução iterativa das equações de máxima verossimilhança. O método alternativo, que é um híbrido das análises de probito e de mínimos quadrados, é conhecido como modelo Tobit.

Tabela 6.5
Brasil: Médias e Desvio Padrão das Variáveis Usadas na Análise do Índice de Mortalidade dos Filhos de Mães de 20-29 Anos de Idade nas Áreas Metropolitanas - 1980

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Índice de Mortalidade	Índice Padronizado	0,86	2,01
Cor	Variável <i>dummy</i> (Branços = 0; Não-Branços = 1)	0,43	0,50
Região	Variável <i>dummy</i> (Nordeste = 1; Resto do Brasil = 0)	0,21	0,410
Renda	Log da Renda Familiar Mensal	4,14	0,47
Educação da Mãe	Anos de Escolaridade da Mãe	3,60	1,02
Educação do Pai	Anos de Escolaridade do Pai	3,81	1,85
Água	Variável <i>dummy</i> (Domicílio com Água Encanada = 1; Sem = 0)	0,66	0,48
Previdência Social	Variável <i>dummy</i> (Paga Previdência Social = 1; Não Paga = 0)	0,81	0,39
Ajudantes Femininas	Número de Mulheres Adultas na Família, Fora da Força de Trabalho	0,28	0,55
Ajudantes Masculinos	Número de Homens Adultos na Família, Fora da Força de Trabalho	0,14	0,32
Adolescentes	Número de Adolescentes na Família	0,16	0,52
Crianças	Número de Crianças na Família, de Idade de Sete a 12 Anos	1,72	1,03
Trabalho Não-Doméstico da Mãe	Variável <i>dummy</i> (Mães que Trabalham mais de 30 Horas por Semana = 1; Outros = 0)	0,21	0,41

Fonte: Dados básicos: Censo Demográfico (1980).

esperado: filhos nascidos de pais que vivem em áreas metropolitanas do Norte do país experimentam mortalidade mais alta, se comparada à dos filhos de pais de áreas metropolitanas do Sul. A mortalidade infanto-juvenil está associada à renda familiar, assim como ao nível educacional dos pais. O coeficiente de escolaridade do pai exerce cerca de 1/3 do efeito causado pela educação da mãe, achado esse consistente com os níveis médios que Cochrane (1980) observou na revisão que fez dos efeitos advindos da educação materna e paterna sobre a mortalidade das crianças. No que se refere ao foco central desta análise, a característica mais importante do segundo modelo é o sinal positivo relativo à variável cor, o que indica que

Tabela 6.6
Brasil: Resultados de Aplicação de Modelos de Regressão entre o Índice de Mortalidade Infanto-Juvenil de Filhos de Mães com 20 a 29 Anos de Idade na Data do Censo e Vários Indicadores Sociais nas Áreas Metropolitanas -1980

VARIÁVEL INDEPENDENTE	(A)	(B)	(C)	BRANCA (B)	NÃO-BRANCA (E)	INTERAÇÃO COM COR ESTADÍSTICAMENTE SIGNIFICANTE
Cor	1,891 (1,610)	0,760 (0,213)	0,595 (0,069)			
Região		1,284 (0,381)	1,165 (0,147)	1,073 (0,171)	1,298 (0,134)	
Renda Familiar		-0,397 (0,110)	-0,085 ^{ns} (0,010)	0,084 ^{ns} (0,012)	-0,106 ^{ns} (0,010)	
Educação da Mãe		-0,556 (0,154)	-0,527 (0,060)	-0,603 (0,086)	-0,418 (0,041)	*
Educação do Pai		-0,400 (0,111)	-0,367 (0,040)	-0,442 (0,063)	-0,277 (0,027)	*
Água Encanada			-1,173 (0,143)	-0,832 (0,126)	-1,538 (0,153)	*
Previdência Social			-1,149 (0,146)	-1,406 (0,289)	-0,993 (0,104)	*
Mulheres Adultas			-0,238 ^{ns} (0,027)	0,209 (0,030)	-0,665 (0,065)	*
Homens Adultos			0,537 (0,062)	0,194 (0,028)	0,840 (0,083)	*
Adolescentes			-0,348 (0,040)	-0,580 ^{ns} (0,083)	-0,225 ^{ns} (0,022)	
Crianças de Sete a 12 Anos de Idade			-0,812 (0,093)	-0,419 (-0,060)	-1,175 (0,116)	*
Participação da Mãe na Força de Trabalho			0,461 (0,054)	0,248 (0,036)	0,614 (0,063)	
- 2 Log Verossimilhança	57858	56666	55860	28294	27390	
% de Mãessem Filho Falecido	85,2	85,2	85,3	88,9	81,1	
Tamanho da Amostra	12979	12973	12940	6012	6928	

Fonte: Dados básicos: Censo Demográfico (1980).

Notas: As variáveis estatisticamente não-significantes são indicadas por ns. Todas as outras são significantes ao nível de 1%. Importância relativa das variáveis entre parênteses.

crianças não-brancas mostram maior probabilidade de morrer, se comparadas às nascidas de mulheres brancas, mesmo após o controle por região, renda familiar e educação paterna.

Os valores mostrados entre parênteses, embaixo de cada coeficiente de regressão Tobit, medem a importância relativa das variáveis da equação. No segundo modelo, por exemplo, região é o prognosticador de mortalidade infanto-juvenil mais importante, seguida por cor, educação da mãe, educação do pai e renda familiar. O valor referente à cor da mãe é 0,213, o que indica que, sendo não-branca, a probabilidade de morte das crianças aumenta em 21,3%. A significância estatística da cor no segundo modelo indica que as medidas convencionais de situação socioeconômica (por exemplo, região, renda e educação) não explicam completamente as diferenças de qualidade de vida entre brancos e não-brancos.

O terceiro modelo introduz sete outras variáveis independentes que servem como medidas substitutas de qualidade de moradia, acesso a serviços de saúde pública e intensidade dos cuidados puericulturais em casa. Com todas as 12 variáveis na equação, a renda familiar já não é mais estatisticamente significativa e os efeitos causados por cor, região e educação paterna se reduzem. Os valores dados entre parênteses mostram ainda que a presença de água encanada e a participação no sistema previdenciário exercem efeitos relativamente fortes. Cada variável reduz a razão de mortalidade em cerca de 14%.

As quatro variáveis seguintes mostram os efeitos da composição familiar sobre a mortalidade. O número de mulheres adultas fora da força de trabalho é estatisticamente significativo. Por outro lado, a presença de homens fora da força de trabalho está associada a um aumento da mortalidade infanto-juvenil, sugerindo que os homens adultos que não estejam na força de trabalho constituem perda líquida importante de recursos familiares. Os resultados indicam, ainda, que quanto maior o número de adolescentes e crianças de sete a 12 anos de idade, menor a probabilidade de mortalidade das crianças. Podemos inferir que adolescentes e crianças maiores desempenham papel positivo no cuidado das crianças menores. A importância relativa estimada da última variável do segundo modelo — participação da mãe na força de trabalho — mostra que a mortalidade infanto-juvenil é cerca de 5% mais alta entre crianças filhas de mães que trabalham fora de casa, se comparadas àquelas de mães fora da força de trabalho.

As variáveis introduzidas na segunda e na terceira equação reduzem em muito o efeito causado pela cor sobre a mortalidade infanto-juvenil. Quando comparamos o aumento percentual do índice de mortalidade, associado à cor da mãe, entre o primeiro e o segundo modelo, fica claro que o controle da situação socioeconômica reduz o efeito causado por cor em cerca de 87%

(isto é, 1,610 para 0,213). Outros controles, isto é, qualidade de moradia, acesso ao sistema de saúde pública e composição familiar (Modelo 3), fazem reduzir o efeito cor sobre a mortalidade das crianças por outros 68%, isto é, 0,213 para apenas 0,069.

Finalmente, testamos a hipótese de que os determinantes da mortalidade infanto-juvenil variam com a cor da mãe. Para que fizéssemos isso, acrescentamos termos de interação ao terceiro modelo e testamos sua significância estatística (não mostrada). Das 11 possíveis interações com cor, sete eram estatisticamente significantes ao nível de 1%. Tais interações são indicadas por asteriscos na coluna da direita da Tabela 6.6. Para mostrarmos as diferenças dos coeficientes e para facilitar a interpretação substantiva dos achados, o quarto e o quinto modelo apresentam regressões Tobit distintas para brancos e não-brancos.

Os resultados das colunas D e E indicam que os níveis de educação alcançados por mães e pais brancos causam efeitos maiores sobre a redução das taxas de mortalidade das crianças, se comparados à magnitude do efeito causado pela educação entre os não-brancos. De modo semelhante, a redução percentual da mortalidade, associada à cobertura do sistema previdenciário, mais do que duplica em favor dos brancos (28,9%), em relação aos não-brancos (10,4%). No entanto, o contrário prevalece, em relação à medida de qualidade de moradia. A presença de água encanada dentro de casa está associada a uma redução de 12,6% da razão de mortalidade entre brancos, ao passo que o número comparável, relativo à população não-branca, é 15,3%.

Outros achados sobre características raciais das cidades brasileiras sugerem explicações plausíveis para tais interações. As análises da distribuição espacial da população não-branca nas áreas urbanas, por exemplo, encontram altos níveis de segregação residencial [Telles (1990) e Rolnik (1989)]. Se pretos e pardos tendem a viver em vizinhanças mais pobres, localizadas a distâncias maiores dos centros urbanos, esse padrão residencial pode influir na mortalidade das crianças, por meio de vários mecanismos que operam independentemente dos outros determinantes. A escolaridade dos não-brancos e o tipo de assistência à saúde a eles dispensada, por exemplo, são, com certeza, de qualidade inferior, em relação ao que está disponível nas áreas mais afluentes e predominantemente habitadas por brancos. Estas relações devem explicar a observação de que, tudo mais permanecendo constante, a educação dos pais e a cobertura do sistema previdenciário causam efeito maior sobre a redução da mortalidade entre os brancos.

A segregação residencial pode explicar, também, a interação entre raça e água encanada. Uma proporção muito maior de famílias brancas possui água encanada (78%), comparada à de famílias não-brancas (53%). Porque a

grande maioria dos brancos goza desta facilidade, a presença de água encanada pode ser um indicador menos válido de qualidade de moradia dentro desse grupo. Inversamente, em áreas residenciais predominantemente não-brancas, o mesmo indicador pode ter maior poder discriminatório. Tais relações poderiam explicar a observação de que a presença de água encanada exerce efeito maior sobre a redução do índice de mortalidade entre não-brancos, comparada à dos brancos.

Outras interações estatisticamente significantes apontam diferenças entre os dois grupos, no que se refere às conseqüências da composição demográfica da família sobre a mortalidade. Uma comparação das colunas D e E revela que o índice de mortalidade infanto-juvenil dos não-brancos é mais sensível à presença, na família, de homens e mulheres adultos fora da força de trabalho e de crianças de sete a 12 anos de idade. O maior efeito dessas variáveis sobre a mortalidade de crianças entre não-brancos deve ser devido ao fato de que composição intrafamiliar esteja provavelmente a mais intimamente relacionada à sobrevivência infanto-juvenil, numa população que seja caracterizada por situação socioeconômica inferior e cujo local de residência, na cidade, apresente ambiente de maiores riscos. Nessas circunstâncias, assume particular importância a intensidade de cuidado com as crianças — daí, o sinal negativo entre os não-brancos, em relação ao número de mulheres adultas e crianças maiores. Por outro lado, o padrão de vida mostra-se particularmente vulnerável à presença de outros membros adultos da família que não auferam rendimentos — daí, o coeficiente positivo, relativo ao número de homens adultos fora da força de trabalho.

Em resumo, a análise de regressão Tobit apontou quatro principais conclusões: os indicadores socioeconômicos tradicionais (região, renda e educação) mostraram-se responsáveis por substanciais reduções do diferencial de mortalidade infanto-juvenil entre brancos e não-brancos. Entretanto, o fato de que a cor da mãe continuou a exercer efeito substancial sobre o índice de mortalidade, mesmo após a introdução dessas variáveis, indicou que a disparidade das taxas de mortalidade entre crianças brancas e não-brancas não podia ser explicada; tão-somente, por aqueles indicadores socioeconômicos. Entre outras importantes variáveis, foram identificados presença de água encanada na moradia, acesso a serviços de saúde pública e disponibilidade de substitutos das mães no cuidado das crianças.

Finalmente, análises dos efeitos de interação encontraram diferenças estatisticamente significantes das conseqüências de sete variáveis sobre a mortalidade por cor: educação dos pais, a presença de água encanada, cobertura do sistema previdenciário e composição demográfica familiar (presença de homens e mulheres adultos e o número de crianças maiores). As explicações das interações foram, sem dúvida, tentativas. Os resultados,

não obstante, apontam significativas diferenças do modo pelo qual indicadores sociais chave afetam a probabilidade de morte entre crianças brancas e não-brancas nas áreas metropolitanas brasileiras.

6.4 - Conclusão

As estimativas de desigualdade racial no Brasil não dão suporte à hipótese de convergência levantada pela maioria das teorias de desenvolvimento e transformação social. A despeito do considerável crescimento econômico ocorrido desde a Abolição da Escravatura há um século, permanecem profundas desigualdades entre as populações branca e não-branca do país. As diferenças de situação socioeconômica refletem-se nas diferenças raciais quanto às probabilidades de sobrevivência de crianças nascidas de pais brancos e não-brancos. A diferença de mortalidade, que se situava em torno de 7,5 anos na expectativa de vida média em 1940/50, permanecia praticamente a mesma 30 anos depois (6,7 anos em 1970/80). Outros dados, apresentados neste capítulo, indicam que a raça da mãe continua associada à mortalidade infanto-juvenil, após removerem-se os efeitos dos determinantes socioeconômicos tais como renda, nível educacional e acesso à água potável.

O caráter da desigualdade racial no Brasil contemporâneo constitui legado de acontecimentos históricos. Sob o modo escravista de produção, que dominou a história colonial brasileira, raça e classe social eram a mesma coisa. Com exceção de uma minoria tornada livre, os negros faziam parte da classe de escravos, subordinada e altamente estigmatizada. Em meados do século XIX, as transformações econômicas e sociais começaram a erodir o poder da classe de proprietários de escravos. O Brasil — até então uma sociedade letárgica, de base rural — começou a perder seu caráter provinciano com o início da explosão cafeeira. Surgiu o comércio e o capital acumulado proveniente das vendas internacionais do café foi investido em estradas de ferro e linhas marítimas. Constituíram-se pequenas indústrias, especialmente no setor têxtil. Criou-se uma escola politécnica para formar engenheiros e as academias militares passaram a dar ênfase ao treinamento técnico e a idéias que ligavam a modernização ao nacionalismo. Os centros urbanos passaram a conter um número cada vez maior de comerciantes, burocratas e empresários que compartilhavam da crença em uma sociedade caracterizada pela mobilidade social e numa economia dominada pela motivação do lucro. Os industrialistas, acompanhados de numerosos outros grupos sociais, passavam cada vez mais a acreditar que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre fosse a solução da carência de mão-de-obra. A demanda de mão-de-obra que satisfizesse as necessidades da expansão da economia cafeeira e o aumento dos grupos urbanos insatisfeitos

com o sistema escravista foram dois dos mais importantes fatores que tornaram necessária a abolição [Graham (1970)].

O fim da escravidão no final do século XIX e a crescente importância do mercado livre alteraram as bases socioeconômicas da desigualdade racial. As teorias de inferioridade racial, embora presentes durante o período escravista, passaram a mostrar particular veemência na transição para a abolição, uma vez que os defensores do *status quo* buscavam, ansiosamente, conceitos raciais que defendessem suas instituições em perigo. Idéias sobre a inferioridade natural dos negros ganhavam proeminência e aceitabilidade, causando impacto sobre as relações entre negros e brancos no período após a emancipação. Privação de propriedades, inadequada capacitação para o trabalho e deficiência de educação representavam os maiores impedimentos para os libertos e seus descendentes [Toplin (1981)]. Se os negros deixaram de ser escravos após a abolição, a condição da “negrura” permanecia como estigma.

Com base no marco teórico desenvolvido pelo Capítulo 2 (Diagrama 2.2), podemos dizer que, no curso do desenvolvimento brasileiro, o ponto de separação entre brancos e negros passou da infra-estrutura (em que classe e raça coincidiam no âmbito do modo escravista de produção) para formas mais complexas e sutis de desigualdade dentro do sistema de estratificação. As definições sociais de cor da pele, embora feitas por sutis gradações e freqüentemente sujeitas a outros atributos, continuam a afetar o caráter das relações interpessoais. A discriminação racial está também associada a diferenças sistemáticas da mobilidade intergeracional, na discriminação do mercado de trabalho e, como demonstramos aqui, nas taxas diferenciais de mortalidade.

O Colapso da Fecundidade

Dados disponíveis indicam que o nível de fecundidade no Brasil permaneceu razoavelmente constante ao longo da primeira metade deste século. No final da década de 60, começou a cair repentina e rapidamente. O ritmo da transição de fecundidade alta para fecundidade mais baixa, embora objeto de contestações, constituiu-se o evento demográfico mais significativo da história recente do país. A mudança foi ainda mais notável, em razão do padrão da mudança da fecundidade por estratos socioeconômicos. A expectativa que comumente se tem é de que o começo da queda da fecundidade se dê entre a classe média urbana, gradualmente espalhando-se para baixo, através das classes sociais inferiores, e para fora em direção à área rural. Estimativas recentes relativas ao Brasil, no entanto, mostram uma queda acentuada e quase simultânea em todos os grupos sociais, no meio urbano e no meio rural.

Conservando a visão adotada nos capítulos anteriores, rejeitamos a suposição de que a transformação social e econômica tenha trazido conseqüências iguais para todos os grupos socioeconômicos. Ao contrário, nosso objetivo é examinar o modo pelo qual as recentes transformações da estrutura social e econômica brasileira afetaram, de maneira desigual, diferentes subclasses da população, estimulando a redução da demanda de filhos. Se a fecundidade caiu em todos os estratos socioeconômicos, o que desejamos salientar é que este evento comum foi causado por fatores que se mostravam mais ou menos específicos aos diferentes setores da população. Comparando-se áreas rurais e urbanas e grupos de renda média e inferiores, podemos constatar que diferentes processos macroestruturais atuam no sentido de alterar o comportamento reprodutivo de modo a favorecer o tamanho menor de família.

A interpretação da queda do nível da fecundidade se faz em dois níveis diferentes de abstração analítica. A primeira tem a ver com os “determinantes próximos” da fecundidade, uma perspectiva que identifica o aumento do uso de anticoncepcionais entre os cônjuges como fator primordial da queda da fecundidade. A segunda vai além dos determinantes próximos e faz a seguinte indagação: o que causou o uso crescente de anticoncepcionais? A resposta pode ser encontrada nas conseqüências reprodutivas das transformações sociais e econômicas que causaram o aumento dos custos e a redução dos benefícios que os pais obtinham dos filhos.

7.1 - A Queda da Fecundidade

O registro dos eventos vitais no Brasil é bem deficiente na maioria das Unidades da Federação. Embora a qualidade do sistema de registros vitais tenha melhorado bastante, a cobertura do registro de nascimentos no país ainda não pode ser considerada adequada para estimar-se os níveis de fecundidade. Isto significa que não podemos estudar a fecundidade, fazendo uso de métodos demográficos convencionais que se apóiam nas estatísticas de registros vitais. Derivamos estimativas de fecundidade, fazendo uso da técnica indireta desenvolvida por William Brass [Brass *et alii* (1968)]. O Apêndice descreve esse método e discute seus pressupostos e limitações.

A técnica de Brass permite estimar-se taxas de fecundidade específicas, com base em dados censitários ou de pesquisas de campo. Utiliza dois tipos de informação, classificados por idade da mulher: *a*) o número de nascimentos vivos, havidos durante os 12 meses precedentes ao censo; e *b*) o número total de nascimentos vivos. As taxas específicas de fecundidade, uma vez somadas, resultam na taxa total de fecundidade. A taxa total de fecundidade corresponde ao número de filhos que, em média, uma mulher teria durante sua experiência reprodutiva, caso se sujeitasse às taxas específicas de fecundidade, observadas em determinado período.

A Tabela 7.1 apresenta estimativas da taxa de fecundidade total em relação ao Brasil e às 10 regiões do país. Como se pode ver, o número médio de filhos por mulher no país, como um todo, era de 6,5 em 1940. Este valor permaneceu razoavelmente constante na década seguinte (6,3 em 1950), caindo para 5,8 filhos em 1970. Nos 30 anos entre 1940 e 1970, o nível da fecundidade no Brasil caiu por volta de 11%. Infelizmente, o Censo de 1960 nunca foi totalmente publicado e há falta de estimativas confiáveis relativas àquele ano.

Entretanto, estimativas regionais relativas ao período de 1940/70 indicam evolução amplamente divergente nas diferentes áreas geográficas do país. As regiões mais desenvolvidas experimentaram queda da fecundidade. A

Tabela 7.1

Taxas de Fecundidade Total por Região - 1940/80

REGIÃO	1940	1950	1970	1980	% DE ALTERAÇÃO	
					1940/70	1970/80
Amazônia	6,9	7,3	8,1	6,2	17,4	-23,5
Nordeste Setentrional	7,0	7,0	7,3	6,6	4,3	-9,6
Nordeste Central	7,9	7,7	7,8	5,5	-1,3	-29,5
Nordeste Meridional	6,9	7,3	7,6	5,8	10,1	-23,7
Minas	7,2	6,8	6,5	4,1	-9,7	-36,9
Rio	4,2	4,0	4,0	2,7	-4,8	-32,5
São Paulo	5,6	5,1	4,2	3,1	-25,0	-26,2
Paraná	5,9	5,9	6,5	3,9	10,2	-40,0
Sul	6,2	6,2	5,1	3,2	-17,7	-37,3
Centro-Oeste	6,2	6,4	6,6	4,5	6,5	-31,8
Brasil	6,5	6,3	5,8	4,2	-10,8	-27,6
Rural	-	-	7,7	6,0	-	-22,0
Urbano	-	-	4,8	3,5	-	-27,1

Fonte: Carvalho (1973 e 1978) e Censo Demográfico (1940 a 1980).

taxa de fecundidade total em São Paulo caiu de 5,6 em 1940 para 4,2 em 1970, uma alteração de 25%. Constata-se redução semelhante no Sul (queda de 17,7%) e em menor grau em Minas. A fecundidade aumentou em outras regiões, tais como Amazonas, o Nordeste Central e o Paraná. A queda da fecundidade ocorrida nas regiões mais desenvolvidas contrabalançou o aumento verificado nas áreas menos desenvolvidas do país, de modo que o resultado foi uma taxa total de fecundidade nacional que evidenciava uma modesta alteração entre 1940 e 1970.

Na década seguinte, o Brasil ingressava numa nova fase de sua história demográfica. No curto período de cerca de 10 anos, o nível da fecundidade caía em torno de 28%. Em 1970, a taxa de fecundidade total era de 5,8 e, no entanto, já alcançava o nível de 4,2 no final daquela década. Todas as regiões experimentavam considerável redução, com a exceção da região do Nordeste Setentrional, onde o declínio foi de apenas 9,6%. Entre 1970 e 1980, a queda da fecundidade excedia os 30 pontos percentuais nas regiões de Minas Gerais, Rio, Paraná, Sul e Centro-Oeste. A fecundidade também caía tanto nas áreas rurais quanto urbanas no Brasil (22 e 27,1%, respectivamente).

As estimativas mais recentes dos níveis de fecundidade no Brasil provêm do levantamento demográfico e de saúde feito em 1986, executado em conjunto pela Bemfam (Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil) e DHS (*Demographic and Health Surveys* da Westinghouse Corporation). Os dados, baseados em entrevistas feitas com 5.892 mulheres de 15 a 44 anos de idade, são representativos do país como um todo (à exceção de locais esparsamente povoados tais como Rondônia, Acre, Roraima e Amapá e de áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste). Os resultados mostram que a queda da taxa de fecundidade que ocorrera durante a década de 70 continuou nos anos 80. Os achados do levantamento relativo a 1986 indicam uma taxa de fecundidade total de 3,5 para o país como um todo, uma queda em torno de 17% desde 1980. Reduções semelhantes, também, ocorreram em áreas rurais e urbanas, onde a taxa de fecundidade total caiu para cinco e três filhos por mulher, respectivamente [Arruda *et alii* (1987, Tabela 3.1)].

A enorme queda da fecundidade observada em todas as regiões do país indica que a mudança no comportamento reprodutivo ocorreu tanto nas áreas desenvolvidas quanto nas menos desenvolvidas. Os resultados apresentados na Tabela 7.2 mostram, ainda, que o declínio da fecundidade não se restringiu a determinados estratos socioeconômicos da população, mas ocorreu entre as mulheres de todos os níveis de renda familiar. Quando se

Tabela 7.2
Taxas de Fecundidade Total por Renda Familiar e Situação do Domicílio - 1970 e 1980

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	RENDA	1970	1980	% DE ALTERAÇÃO
Total	1-150	7,5	6,1	-18,7
	151-300	6,7	5,6	-16,4
	301-500	5,4	4,2	-22,2
	500+	3,3	2,9	-12,1
Urbano	1-150	7,0	5,2	-25,7
	151-300	6,0	4,0	-33,3
	301-500	4,8	4,0	-16,7
	500+	3,1	2,8	-9,7
Rural	1-150	7,8	6,6	-15,4
	151-300	8,0	6,2	-22,5
	301-500	7,7	5,2	-32,5
	500+	5,9	4,0	-32,2

Fonte: Carvalho e Paiva (1976) e Censo Demográfico (1970 e 1980).

desagregam as estimativas por áreas rurais e urbanas, surge um padrão interessante. Em áreas urbanas, a queda percentual foi mais alta entre os dois grupos de renda mais baixa. Nas áreas rurais, o oposto é verdadeiro. Mudanças proporcionais mais elevadas ocorreram entre os dois estratos mais altos de renda familiar mensal. É o efeito conjunto desses dois padrões de mudança que explica o declínio relativamente uniforme encontrado nas diversas categorias de renda, nas estimativas para o país como um todo, sem desagregação por condição do domicílio.

7.2 - Determinantes Próximos da Fecundidade

O nível de fecundidade de uma população é produto da interação entre a biologia, organização social e comportamento individual. Em 1956, Davis e Blake (1956) propuseram uma estrutura conceitual que identificava as variáveis diretamente envolvidas nos estágios da reprodução humana: a) a relação sexual; b) a concepção; e c) a gestação e o parto. A estes três estágios associavam-se 11 fatores: idade de ingresso nas uniões maritais, celibato permanente, tempo do período fértil gasto entre e após as uniões, abstinência voluntária e involuntária de relações sexuais, frequência de relações sexuais, fertilidade ou infertilidade involuntária, uso de anticoncepcionais, fertilidade ou infertilidade voluntárias e mortalidade fetal, advinda de causas voluntárias e involuntárias.

Estas "variáveis intermediárias" especificam as vias pelas quais as condições culturais e materiais podem afetar a fecundidade. Qualquer fator que influencie o nível da reprodução deve fazê-lo através de um ou mais dos 11 elementos do esquema descrito acima. Cada uma das variáveis intermediárias pode exercer efeito positivo ou negativo sobre a fecundidade. O nível real de fecundidade é função do resultado líquido da ação dos vários elementos. Portanto, sociedades com diferentes tipos de organização social podem ostentar nível idêntico de fecundidade, muito embora tenham alcançado este resultado comum por meio de mecanismos bastante diferentes.

O valor do esquema de Davis-Blake é que ele identifica os canais específicos por meio dos quais os fatores socioeconômicos influenciam a fecundidade. A característica distintiva de uma variável intermediária é sua influência direta sobre a fecundidade. Se uma variável intermediária se modifica (tal como a idade ao casar), a fecundidade também se modifica, caso outros fatores permaneçam constantes. Este não é necessariamente o caso dos determinantes indiretos da fecundidade, tais como renda e educação. Conseqüentemente, as diferenças de níveis de fecundidade entre as populações e as tendências da fecundidade ao longo do tempo dentro de uma mesma população podem ser contadas à alteração de uma ou mais variáveis intermediárias da fecundidade.

Embora, de há muito, os demógrafos tenham reconhecido tais relações, é difícil quantificar o efeito das variáveis intermediárias sobre a fecundidade. Uma importante exceção é o trabalho de John Bongaarts [Bongaarts (1978) e Bongaarts e Potter (1980)]. Recorrendo ao trabalho de Davis e Blake, ele identificou um número limitado de variáveis conceitualmente distintas e quantitativamente importantes, os chamados “determinantes próximos” da fecundidade. Um conjunto de equações mede a influência de cada um dos determinantes próximos. Estas equações incluem o índice da proporção de casadas (C_m , igual a 1, se todas as mulheres em idade reprodutiva forem casadas; e 0, se nenhuma for casada); o índice de anticoncepção (C_c , que é igual a 1, na ausência de anticoncepção, e 0, se todas as mulheres férteis utilizarem-se de meios anticoncepcionais 100% efetivos); o índice de abortos (C_a , igual a 1, na ausência de aborto induzido, e 0, se todas as gravidezes terminarem em aborto); e o índice de infertilidade pós-parto (C_i , igual a 1, na ausência de lactação e de abstinência pós-parto, e 0, se for infinita a duração da infertilidade pós-parto). O método inicia-se como uma taxa de fertilidade total, definida como o número de nascimentos que teria uma mulher em seu período reprodutivo, caso não ocorresse nenhum dos fatores inibidores. Este valor, multiplicado por um dos índices sucessivamente, fornece uma estimativa da magnitude relativa dos fatores que reduzem a fecundidade, desde o máximo teórico até o nível real observado.

Quantificando a importância relativa das variáveis intermediárias-chave, o esquema de Bongaarts constitui avanço importante em relação ao modelo original de Davis-Blake. A desvantagem da técnica é que os dados necessários para calcular os quatro índices são, em geral, obtidos apenas por meio de levantamentos nacionais sobre fecundidade que incluam quesitos sobre amamentação, aborto e uso corrente de anticoncepcionais. Os dados censitários usuais permitem o cálculo do índice de casamentos, porém, não se dispõe de informações em nível nacional sobre as três outras variáveis no Brasil. A despeito desta limitação, Merrick e Berquó (1983) conseguiram reunir dados censitários e informações fornecidas por numerosas pesquisas subnacionais. Usando essas informações, estimaram o valor dos quatro índices propostos por Bongaarts.

A Tabela 7.3 apresenta os resultados relativos a 1970, 1976 e 1980. O fato primordial que explica a queda da taxa de fecundidade total, de 5,89, em 1970, para 4,43 em 1976, é a queda do valor de C_c . O índice de anticoncepção varia inversamente com a prevalência e eficácia do uso de métodos anticoncepcionais utilizados por casais em idade reprodutiva. A queda de C_c , portanto, reflete a combinação do aumento do uso de anticoncepcionais e a difusão de meios mais eficazes de controle da fecundidade. No Brasil, a disponibilidade de anticoncepcionais modernos relaciona-se a questões mais amplas, associadas à política populacional de

Tabela 7.3

Estimativas dos Determinantes Próximos da Taxa de Fecundidade - 1970/80

DETERMINANTES PRÓXIMOS	1970	1976	1980
Taxa de Fertilidade Total	15,3	15,3	15,3
Infertilidade Pós-Parto (C_i)	0,89	0,91	0,93
Fecundidade Natural Total	13,6	13,9	14,2
Aborto (C_a)	0,96	0,94	0,82
Anticoncepção (C_c)	0,72	0,54	0,55
Fecundidade Marital Total	9,34	7,04	6,42
Casamento (C_m)	0,63	0,63	0,64
Taxa de Fecundidade Total	5,89	4,43	4,11

Fonte: Merrick e Berquó (1983, Tabela 15).

âmbito nacional, a instituições de planejamento familiar e ao papel da Igreja Católica.

7.3 - Política Populacional e Planejamento Familiar

Ocorreu, no Brasil, um crescimento significativo da utilização de métodos anticoncepcionais, muito embora o país nunca tenha estabelecido um programa oficial de planejamento familiar. Até recentemente, a política governamental relativa à população era francamente pró-natalista. A segurança nacional e o desejo de povoar regiões de fronteira figuravam entre os fatores que explicavam a relutância oficial em endossar qualquer política que se vislumbresse como ameaça ao crescimento populacional. A posição pró-natalista mostrava-se compatível com as doutrinas da Igreja Católica, cujos ensinamentos permeavam pronunciamentos públicos. Em 1967, o presidente Costa e Silva comentava, da seguinte maneira, a Encíclica *Humanae Vitae* do Papa Paulo VI em um pronunciamento que demonstra a notável fusão entre religião e política: “como chefe de uma nação que se esforça em ocupar mais da metade de seu território e que está, ainda, exposta aos riscos de uma densidade demográfica incompatível com as necessidades globais de seu desenvolvimento e segurança, não nos atemos à nossa inabalável fé nos mandamentos do Cristianismo para aplaudir esse notável documento” [citado em Moreira *et alii* (1978, p. 15)].

A Igreja tem exercido papel importante na formulação de políticas no nível nacional, porém, menos importante no nível das pessoas, no que concerne

a questões anticoncepcionais. Embora oficialmente se oponha a métodos “artificiais” de controle da natalidade, a posição da Igreja tem-se tornado menos rígida recentemente, especialmente no nível de aconselhamento individual exercido pelo clero [Carvalho *et alii* (1981, p. 23)]. Uma pesquisa sobre uso de anticoncepcionais no Brasil realizada em 1986, mostrou que apenas 1,5% das mulheres então casadas, de 15 a 44 anos de idade, atribuíam a razões religiosas sua decisão de não estar usando método anticoncepcional [Arruda *et alii* (1987, Tabela 4.12)]. Os números são um pouco mais altos no Brasil Setentrional, embora ainda assim baixos, se comparados à avaliação generalizada do significado do papel exercido pela Igreja na América Latina. Na Região Sul, nenhum dos entrevistados citou religião como razão para não adotar métodos anticoncepcionais.

Os acontecimentos políticos e econômicos têm desempenhado papel importante na evolução da política populacional no Brasil. Em 1967 e 1968, a controvérsia envolvendo o uso do DIU ganhava as manchetes de jornais. Os jornais acusavam missionários estrangeiros de cometerem genocídio, através da esterilização de mulheres na Região Amazônica, com a finalidade de despovoar a área e dela se apossar. Foi formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as acusações. Essa inquirição coincidiu com a retomada do crescimento econômico do Brasil, quando a taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto excedeu, em muito, a taxa de crescimento da população. Delfim Neto, então Ministro da Fazenda e franco oponente da presença do Estado nessa área, afirmava que os custos econômicos e políticos de qualquer tentativa de redução da fecundidade ultrapassariam em muito seus benefícios. Ao manter este ponto de vista, o Brasil tomou uma posição rígida contra o controle populacional na Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972 e depois, em 1973, na reunião preparatória, realizada em Genebra, da Conferência Mundial sobre População, planejada para o ano seguinte em Bucareste [Sanders (1973b)].

No início da década de 70, parecia que o governo recusaria apoio a ações de planejamento familiar ainda por muitos anos. Porém, a despeito da aparência monolítica da posição oficial, havia considerável diferenciação entre as opiniões dos tecnocratas que dirigiam a economia [Merrick (1976, p. 183)]. Figuras influentes, como Rubens Vaz da Costa, que havia sido presidente do Banco do Nordeste e do Banco Nacional da Habitação, e Mário Henrique Simonsen, ex-presidente do Mobral e Ministro da Fazenda, ofereciam contra-argumentos às posições pró-natalistas [citados em Merrick (1976)].

Aparentemente, as vozes discordantes foram ouvidas. Na Conferência Mundial sobre População de 1974, onde a Argentina e a Argélia lideravam

uma coalizão de países que atacavam as políticas de controle da fecundidade, o pronunciamento feito pelo representante brasileiro desviou-se da visão pró-natalista de linha dura. O texto principal denunciava a posição que defendia o controle populacional como solução para os problemas do Terceiro Mundo, porém, acrescentou no último parágrafo uma afirmação surpreendentemente positiva, relativa às obrigações do Estado quanto ao fornecimento de informações sobre controle da prole. “A possibilidade de recorrer-se a medidas de controle da natalidade”, afirmava o representante, “não deveria ser um privilégio reservado a famílias de posses e, por conseguinte, é responsabilidade do Estado prover informações sobre os meios que possam ser necessários às famílias de renda limitada” [citado em Moreira *et alii* (1978, p. 16)].

O apoio público ao planejamento familiar, feito por um presidente brasileiro, ocorreu em janeiro de 1978, quando o presidente Geisel disse à imprensa, durante uma visita ao México, que ele se preocupava com o crescimento da população do país e que o planejamento familiar seria um meio de melhoria do padrão de vida. Um ano mais tarde, seu sucessor, o presidente Figueiredo, dizia ao Ministério:

“Nas atuais condições reinantes no Brasil, o êxito dos programas de desenvolvimento social depende, em grande medida, do planejamento familiar, porém com respeito à liberdade de decisão de cada casal. Enquanto os princípios e métodos da paternidade responsável são bem conhecidos para os de renda mais alta, são desconhecidos precisamente dos menos afortunados economicamente. Cabe ao Estado tornar disponíveis estes conhecimentos a todas as famílias.”

Os primeiros passos concretos em direção ao acesso “mais democrático” ao controle foram tomados em 1978, quando se ofereceu, através de órgãos de saúde federal, serviços de planejamento familiar como parte de um novo “Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco”. Esta política, implementada pelo Programa de Saúde Materno-Infantil, que mais tarde passou a fazer parte do Prev-Saúde, foi anunciada em 1980. Em dezembro de 1982, o Brasil assinou a Declaração da Conferência de Parâmetros do Hemisfério Ocidental sobre População e Desenvolvimento, que instava os governos a “assegurar a todos os indivíduos o exercício de seu direito básico de decidir livre e responsabilmente sobre o número e o espaçamento de seus filhos, por fornecer informações e serviços de planejamento familiar.”

Mesmo antes dos pronunciamentos públicos de 1974 e da decisão posterior de oferecerem-se serviços limitados de planejamento familiar através de órgãos públicos, o governo tolerava a presença de organizações privadas.

A Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (Bemfam), que conta com apoio financeiro da *International Planned Parenthood Federation* e outras agências internacionais, tem promovido ativamente o planejamento familiar no Brasil desde sua fundação em 1965. Além do *lobby* e publicidade, esse organismo assinou convênio com governos estaduais para tornar disponíveis, por intermédio das Secretarias de Saúde, métodos anticoncepcionais, através do sistema de distribuição de base comunitária. A Bemfam opera primordialmente no Nordeste (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Piauí).

A pesquisa da Bemfam/DHS, realizada em 1976, oferece as estimativas disponíveis mais recentes sobre uso de anticoncepcionais no Brasil e em regiões selecionadas (Tabela 7.4). Em São Paulo, 73,5% das mulheres casadas da faixa etária de 15-44 faziam uso de anticoncepcionais à época da pesquisa. Comparativamente, este número era de 53% no Nordeste. A distribuição por tipo de método indica a predominância das pílulas e da esterilização. Este último é o mais prevalente no Norte e Centro-Oeste,

Tabela 7.4
Distribuição Percentual de Mulheres de 15 - 44 Anos, Presentemente Unidas, Segundo o Método Anticoncepcional de Uso Corrente, por Região - 1986

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	SUL	CENTRO-LESTE ^a	NOR-DESTE	NORTE E CENTRO-OESTE ^b
Usando algum Método	65,8	70,9	73,5	74,4	63,7	52,9	62,1
Esterilização Feminina	26,9	33,0	31,4	18,3	25,7	24,6	42,0
Pílula	25,2	25,5	24,3	41,0	23,5	17,3	12,4
Coito Interrompido	5,0	2,9	6,7	7,7	2,7	4,3	2,4
Abstinência Periódica ^c	4,3	5,4	3,3	3,1	6,5	4,5	2,9
Preservativo Masculino	1,7	1,8	3,1	1,7	2,0	0,5	0,5
Esterilização Masculina	0,8	0,2	2,4	0,4	0,8	0,2	0,5
Outros	2,0	2,0	2,2	2,1	2,5	1,6	1,5
Não usando Método	34,2	29,1	26,5	25,6	36,3	47,1	37,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de Casos	3.471	365	756	700	538	913	199

Fonte: Arruda et alii (1987).

Notas: ^aMinas Gerais e Espírito Santo.

^bApenas população urbana.

^cIncluem-se os métodos de Tabela, Ritmo e Billings.

onde a proporção de mulheres esterilizadas alcançou 42% de todas as casadas que tinham de 15 a 44 anos de idade em 1986.

A Tabela 7.5 apresenta informações sobre as fontes de acesso à esterilização e à pílula anticoncepcional. No Brasil, a pílula era obtida, em 92,7% dos casos, nas farmácias. No Nordeste, as Secretarias Estaduais de Saúde, como era previsível, devido aos convênios com a Bemfam, também eram uma fonte com peso bastante significativo (14,6%). Já quanto às esterilizações, a maioria delas (55,2% para o país como um todo) foi feita em hospitais públicos ou em particulares, conveniados com a Previdência Social, chegando no Nordeste a um total de 71% das intervenções. O número de esterilizações feitas no setor privado (Médico/Clínicas/Hospitais), supostamente sem dispêndio de recursos públicos, foi também significativo, correspondendo a 42% dos casos, para o país como um todo, variando entre 50% nas regiões Norte e Centro-Oeste, Rio de Janeiro e região Sul e 27,7% na região Nordeste.

Hoje, as discussões sobre o planejamento familiar no Brasil alcançam novas dimensões. Isto ocorre, em parte, em razão da decrescente importância de velhos tabus e, em parte, devido à presença de novos atores em cena e novas perspectivas e preocupações enunciadas no discurso político. Um fator-chave, como Cardoso (1983) aponta, tem sido o surgimento dos movimentos femininos no Brasil. Ao mesmo tempo em que os grupos femininos sempre se sentiam incomodados com a atitude de completo *laissez-faire* acerca da anticoncepção (endossada tanto pela direita reacionária quanto pela esquerda revolucionária), as questões da sexualidade, do aborto e dos direitos individuais tornaram-se temas inevitáveis no trabalho de mobilização das mulheres, como nas associações de bairro discutidas no Capítulo 5. Protestos contra injustiça social, planejados e coordenados por mulheres, defendiam a idéia de que as mulheres tinham um papel ativo a desempenhar *vis-à-vis* a sociedade da qual faziam parte e com respeito a suas próprias vidas pessoais. Quando as donas de casa dos bairros de baixa renda saíram de seus "guetos domésticos" e tomaram as ruas para denunciar o alto custo de vida e a deterioração da comunidade, foi preciso apenas um pequeno passo para que endossassem movimentos de igualdade entre homens e mulheres e todos os aspectos da vida [Cardoso (1983, p. 4)]. O direito à determinação do número de filhos tornou-se, então, uma questão intimamente ligada às questões sociais e econômicas levantadas por grupos de ação comunitária, por demandas femininas de igualdade sexual e "direito de escolha", bem como por casais católicos preocupados com a "paternidade responsável".

Tabela 7.5
Distribuição Percentual das Mulheres Casadas de 15 a 44 Anos de Idade, correntemente Tomando Pílula ou Já Esterilizadas, segundo a Fonte de Obtenção do Método, por Região - 1986

FONTES	BRASIL		RIO DE JANEIRO		SÃO PAULO		SUL		MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO		NORDESTE		NORTE E CENTRO-OESTE ^a	
	ESTERILIZADA	PÍLULA	ESTERILIZADA	PÍLULA	ESTERILIZADA	PÍLULA	ESTERILIZADA	PÍLULA	ESTERILIZADA	PÍLULA	ESTERILIZADA	PÍLULA	ESTERILIZADA	PÍLULA
Farmácia	92,7	0,0	92,9	0,0	94,4	0,0	95,8	0,0	96,2	0,0	80,9	0,0	97,0	0,0
Secretaria Estadual de Saúde	2,8	0,1	0,7	b	0,0	b	0,4	b	0,0	b	14,6	b	1,5	b
Previdência Social ^c	0,3	45,3	0,7	38,6	0,8	58,5	0,0	44,7	0,6	40,5	0,0	41,2	0,0	40,1
Hospital do Governo	0,4	9,9	0,7	5,7	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	3,6	2,0	29,8	0,0	8,1
Médico/Clinica/Hospital Particular	1,3	42,0	0,7	49,4	3,2	39,5	0,8	49,5	0,6	52,4	1,0	27,7	1,5	50,2
Outras Instituições Privadas	1,2	0,6	4,3	5,1	0,0	0,0	0,8	0,0	1,3	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0
Outras	1,3	2,1	0,0	1,2	1,6	2,0	2,2	2,9	1,3	3,5	0,0	1,3	0,0	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de Casos	1002	1016	116	130	211	248	325	139	142	150	176	256	32	94

Fonte: *Arnuda et alii (1987)*.

Notas: ^a Apenas população urbana.

^b Incluído em outras.

^c Inclui inamps e Institutos de Previdência Estadual e Municipal.

7.4 - Perspectivas sobre a Transição da Fecundidade

O conhecimento dos determinantes próximos da fecundidade e as informações sobre a prevalência do uso de anticoncepcionais no Brasil ajudam, mas não têm a capacidade de prover uma explicação socioeconômica para a redução da fecundidade. As características contáveis quase definicionais que constituem o esquema das variáveis intermediárias nos dizem pouco acerca das mudanças estruturais mais amplas que resultam em fecundidade mais baixa. A identificação das mudanças nos valores dos determinantes próximos é, sem dúvida, um primeiro passo importante, embora a questão central permaneça sem resposta. Se a queda da fecundidade no Brasil pode ser creditada à redução da fecundidade marital, como conseqüência do aumento do uso de anticoncepcionais, o que, então, causou tal mudança de comportamento? Com efeito, os determinantes próximos da fecundidade são determinados por que variáveis?

Para respondermos a esta pergunta, devemos primeiro resumir as explicações socioeconômicas mais importantes sobre declínio da taxa de fecundidade. Tais explicações subdividem-se em três grupos: a teoria da transição demográfica, as análises econômicas de custo e benefício dos filhos e os estudos sobre estratégias de sobrevivência das famílias. A distinção é um tanto arbitrária, uma vez que há considerável coincidência entre elas. Não obstante, a divisão facilita o resumo da ampla literatura existente sobre as relações entre as transformações socioeconômicas e os padrões de fecundidade. Usaremos elementos-chave da discussão seguinte em nossa análise subsequente dos dados brasileiros.

7.4.1 - A Transição Demográfica

Em uma bastante conhecida reavaliação da teoria da transição demográfica, Coale (1980) observou a existência de três condições gerais que precisam ser preenchidas, antes que possa ocorrer o declínio da fecundidade marital. Em primeiro lugar, a reprodução deve ser algo que os casais considerem estar no domínio da escolha. Esta condição excluiria os *Hutteritas*, os *Amish*¹ ou qualquer outro grupo que rejeite a idéia da determinação do tamanho da família por intervenção humana. Em segundo lugar, as circunstâncias sociais e econômicas devem ser tais que o declínio da fecundidade seja visto como

1 Os Hutteritas são uma seita, fundada por Jacob Hutter em 1533, na Morávia, formada como grupo anabatista que, perseguido, migrou para a Hungria e a Rússia e, por volta de 1864, para o Dakota do Sul, nos Estados Unidos. Os Amish, por sua vez, formam grupos menonitas, descendentes dos seguidores de Jacob Amann, bispo menonita suíço do século XVII, de crenças e hábitos rígidos e que habitam algumas partes dos Estados Unidos (N. do T.).

vantajoso ao próprio casal. Finalmente, devem estar disponíveis e ser usadas técnicas eficazes de controle da fecundidade. Apenas quando estes três pré-requisitos são satisfeitos é que a fecundidade cai.

A segunda precondição de Coale é central para a explicação da queda da fecundidade no Brasil. Que forças macroestruturais estimularam o desejo por um menor número de filhos? Em uma das formulações iniciais da teoria da transição demográfica, Notestein (1953) emunerou os fatores associados à passagem de alta fecundidade, na sociedade pré-moderna, para fecundidade mais baixa, no contexto urbano-industrial. Embora contenha uma mistura de generalizações empíricas e explicações *ad hoc*, vale a pena citar a passagem. Quando nada, ela capta a complexidade das relações que consideramos capazes de explicar a queda da taxa da natalidade.

“É impossível ser preciso quanto aos vários fatores causais que levaram ao novo ideal da família pequena, porém muitos mostraram-se aparentemente importantes. A vida urbana privou a família de muitas funções na produção, consumo, recreação e educação. No emprego fabril, o indivíduo passou a depender de suas próprias realizações. A nova mobilidade de pessoas jovens e o anonimato da vida urbana reduziam as pressões em favor do comportamento tradicional exercido pela família e pela comunidade. Num período de tecnologia em rápido desenvolvimento eram necessárias novas qualificações e surgiam novas oportunidades para o avanço individual. A educação e um ponto de vista racional tornaram-se cada vez mais importantes. Conseqüentemente, o custo dos filhos crescia e diminuía a possibilidade das contribuições econômicas dos filhos. Em certa época, a queda da mortalidade fez aumentar o tamanho da família a ser sustentada e reduziu as motivações de uma família numerosa. Além disso, as mulheres obtiveram nova independência das obrigações domésticas e passaram a desempenhar novos papéis econômicos menos compatíveis com a procriação... Sob múltiplas pressões, idéias e crenças antigas começaram a enfraquecer-se e ganhou força um novo ideal de família com número reduzido de filhos” [Notestein (1953) citado em Coale (1980)].

A referência feita por Notestein sobre a crescente importância de um “ponto de vista racional” revela a persistência de uma distorção na literatura sobre a transição demográfica. O debate centra-se sobre se a fecundidade é sensível a alterações das condições materiais ou se ela ocorre em resposta a “novas” normas e valores que acompanham o estilo de vida “moderno”. Caldwell (1976) argumenta que muitos teóricos, especialmente Notestein, supõem, incorretamente, que as sociedades tradicionais sejam irracionais, embrutecidas e ligadas aos costumes. O corolário é que a racionalidade, e daí a

fecundidade mais baixa, seja domínio exclusivo da sociedade urbana e industrial. Na visão de Caldwell, é isto que explica as repetidas referências da literatura sociológica a atitudes, crenças e tradições que, presumivelmente, impedem a adoção da norma de família pequena. Adotando uma perspectiva de longo prazo, os antropólogos aduzem argumentos contrários. Ao longo da história do homem, as pessoas têm usado um ou outro meio para ajustar o tamanho de suas famílias, como resposta às transformações e vantagens e desvantagens materiais de se ter filhos [Harris e Ross (1987)].

7.4.2 - Racionalidade e Custos e Benefícios de se Ter Filhos

Ao contrário da ênfase sociológica nas normas e valores, a visão econômica sobre a reprodução pressupõe que a racionalidade seja universal. Leibenstein (1954) explicava a queda da fecundidade em termos do modo pelo qual os benefícios e os custos se modificam no processo do desenvolvimento econômico. A renda *per capita* crescente associa-se à queda da utilidade dos filhos, tanto como recursos produtivos quanto como fonte de seguro para a velhice. A redução da utilidade está acompanhada do aumento dos custos diretos e indiretos. Os custos diretos referem-se às despesas comuns de manutenção de um filho (alimentação, vestuário) segundo o padrão social prevalecente. Os custos indiretos são as oportunidades perdidas, especialmente no que se refere aos ganhos perdidos pela impossibilidade de trabalho da mãe. Na medida em que os pais se conscientizam da mudança dos custos e benefícios dos filhos, o modelo da racionalidade individual prevê a queda da demanda de filhos concomitante com o aumento da renda *per capita*.

Caldwell (1976) é mais explícito quanto ao papel da família, no que se refere à alteração dos custos dos filhos. A direção e a magnitude dos fluxos intergeracionais de riqueza é fundamental para seu esquema. A transição da alta para baixa fecundidade fica na dependência do resultado líquido entre dois fluxos, um dos pais em relação aos filhos, e o outro, dos filhos em relação aos pais. As transformações estruturais que ocorrem no curso do desenvolvimento, inclusive as mudanças na organização familiar, alteram o padrão da transmissão intergeracional de recursos. Nas sociedades primitivas, os filhos constituem, em média, um ativo. “Então, há uma clara linha divisória, um ponto onde o compasso gira hesitante cerca de 180 graus, separando uma situação anterior, em que o fluxo líquido de riqueza se dá em direção aos pais e em que a fecundidade alta é racional, e uma situação posterior, em que o fluxo se dá em direção aos filhos e na qual a fecundidade nula é racional” [Caldwell (1976, p. 345)].

A noção de Caldwell dos fluxos de riqueza intergeracional enfatiza as transformações históricas da organização social e econômica. Esta noção difere do enfoque neoclássico, que focaliza exclusivamente o cálculo racional dos pais dentro de um dado contexto institucional. Nesta perspectiva, as satisfações ou utilidades extraídas de mais um filho são avaliadas, tendo-se em vista os custos, tanto monetários quanto psicológicos, de tê-lo. Nesta perspectiva, a demanda de filhos depende do equilíbrio entre preferências subjetivas por bens e filhos, relativamente às limitações de preço e renda determinadas externamente. Ao mesmo tempo em que há muitas variantes deste enfoque [ver Easterlin (1980)], o modelo postula que se pode esperar que as variações de preferências, preços e renda venham a causar alterações na demanda de filhos e, daí, da motivação para o controle da fecundidade. Em cada família, o aumento da utilização de anticoncepcionais e a redução da fecundidade ocorrem quando a oferta excede a demanda de filhos (a segunda condição de Coale) e quando os métodos de controle da reprodução tornam-se disponíveis (a terceira condição de Coale) a um custo (tanto monetário quanto de outros tipos) não proibitivo [ver Easterlin (1975, p. 59-61)].

O modelo econômico de comportamento familiar tem exercido influência marcante sobre os estudos demográficos de fecundidade. Ao contrário das análises de determinantes próximos, que simplesmente identificam as variáveis que exercem efeitos diretos sobre a fecundidade, a visão micro-econômica oferece uma explicação da motivação individual para o tamanho de família reduzido. Os elementos-chave do esquema — alterações de preços, preferência e custos —, não obstante, permanecem exógenos ao modelo.

7.4.3 - Estratégias de Sobrevivência da Família

Se as explicações econômicas neoclássicas centram-se no cálculo racional dos pais em detrimento de uma preocupação explícita com transformações macroestruturais, o oposto tende a ser verdadeiro, no que se refere a uma visão histórico-estrutural. Esta última visão, formulada principalmente por cientistas sociais da América Latina, fundamenta-se solidamente no materialismo marxista. O enfoque histórico-estrutural, aplicado ao estudo do comportamento demográfico, dá especial atenção ao papel da família, na medida em que ela responde e se adapta às transformações da economia política do desenvolvimento. Conceitualiza-se a família como unidade de decisão que aloca tempo e recursos disponíveis por meio de uma série de estratégias de sobrevivência e/ou de sustento [Schmink (1979)]. Tais estratégias referem-se aos modos pelos quais a família luta ativamente para alcançar um ajustamento entre suas necessidades de consumo, a força de

trabalho de que dispõe (ambas determinadas pelo número, idade, sexo e capacitação de seus membros) e as alternativas de geração de renda monetária e não-monetária. Tais estratégias têm, necessariamente, de ser dinâmicas, mesmo em um ambiente socioeconômico e político estável, ao menos em razão do fato de que a composição familiar se altera nos diferentes estágios de ciclo de vida. Sob condições de transformação social, as famílias precisam idealizar estratégias especialmente flexíveis e inovativas, que sejam compatíveis com as oportunidades produtivas em transformação. As mudanças nas condições de reprodução biológica (fecundidade, mortalidade) bem como as alterações nos padrões de produção material (por exemplo, participação na força de trabalho, divisão de trabalho intrafamiliar, migração da mão-de-obra) são, portanto, explicadas em termos de respostas da família às limitações e oportunidades em mutação, as quais afetam a capacidade de sustento da unidade familiar [Lerner (1980), Torrado (1980) e Wood (1981)].

7.5 - Determinantes Socioeconômicos da Queda da Fecundidade

A despeito dos avanços conceituais no campo da pesquisa sobre fecundidade, um aspecto marcante do estágio atual de conhecimento é a ausência de uma teoria consensualmente aceita [Miró e Poter (1980, p. 94)] que ligue as transformações estruturais da sociedade e da economia às decisões individuais sobre fecundidade. Sem dúvida, tem-se dito que a visão contemporânea não tem ido muito além dos escritos de Notestein sobre a transição demográfica [Caldwell (1976, p. 325-326)]. Na ausência de uma estrutura teórica que especifique a ligação entre o processo macroestrutural e o comportamento individual ou familiar, a ligação entre os dois níveis de análise permanece casual. Ao mesmo tempo, os pontos de vista resumidos acima, quaisquer que sejam suas respectivas ênfases, comumente, lançam mão de uma ou outra variante do mesmo tema, isto é, as transformações no nível social afetam a fecundidade, por alterar os custos e benefícios relativos de se ter filhos. Na seção seguinte, relatamos uma série de indicadores sociais que refletem as mudanças em curso no Brasil e que atuam sobre as decisões reprodutivas.

7.5.1 - O Aumento do Nível Educacional

Entre as mudanças recentes mais importantes encontra-se o aumento do nível educacional. A Tabela 7.6 mostra a proporção da população jovem matriculada na escola em 1960 e 1970. A proporção da população de 15 a 19 anos de idade que freqüentava a escola mais que dobrou durante a década, tanto

Tabela 7.6

Percentual de Pessoas em Grupos Etários Seleccionados Matriculadas em Escola - 1960 e 1970

SEXO	IDADE	1960	1970	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Masculino	15-19	19,3	38,7	100,5
	20-24	5,5	17,7	221,8
Feminino	15-19	15,7	35,4	125,5
	20-24	3,0	13,7	356,7

Fonte: Censo Demográfico (1960 e 1970).

em relação aos homens quanto às mulheres. O aumento proporcional entre a população de 20 a 24 anos de idade foi ainda maior. Entre 1960 e 1970, a proporção de homens nesta faixa etária matriculada em escolas aumentou em 221,8%, ao passo que a proporção de mulheres mais do que quadruplicou. São estas as coortes etárias mais particularmente relevantes para o comportamento da fecundidade na década de 70.

O aumento do nível educacional não se restringiu às filhas das famílias de renda média e alta. Os números apresentados na Tabela 7.7 mostram a porcentagem de mulheres da faixa de 20 a 34 anos de idade que haviam completado mais de quatro anos de escolaridade. Entre 1970 e 1980, a proporção entre as mulheres de famílias de renda mais baixa aumentou em 70%. A escolaridade entre as mulheres mais pobres proporcionalmente aumentou mais nas áreas rurais (+123%), onde os níveis de escolaridade eram extremamente baixos em 1970. No entanto, os aumentos absolutos (em pontos percentuais) maiores se deram nas áreas urbanas. A marcante melhoria do nível educacional trouxe conseqüências especialmente signifi-

Tabela 7.7

Percentual de Mulheres de 20 a 34 Anos de Idade, com mais de Quatro Anos de Escolaridade, por Renda Familiar e Situação do Domicílio - 1970/80
(Cr\$ de 1970)

RENDA	TOTAL		VARIAÇÃO PERCENTUAL	URBANA		VARIAÇÃO PERCENTUAL	RURAL		VARIAÇÃO PERCENTUAL
	1970	1980		1970	1980		1970	1980	
1-150	9,3	15,8	69,9	19,9	31,4	57,8	3,5	7,8	122,9
151-300	29,3	36,7	25,3	38,9	49,7	27,8	15,8	17,8	12,7
301-500	51,6	58,7	13,8	58,1	67,1	15,5	28,8	27,8	-3,5
500 +	74,6	86,7	16,2	77,2	90,2	16,8	45,0	49,4	9,8

Fonte: Censo Demográfico (1970 e 1980).

cativas sobre a fecundidade, uma vez que ela ocorreu entre as mulheres de idades reprodutivas mais jovens.

Enquanto o peso esmagador da evidência mostra que o aumento do índice educacional feminino e, em menor escala, masculino, resulta em fecundidade mais baixa [Cochrane (1979)], é importante observar que níveis educacionais mais altos também exercem efeitos no sentido contrário. A melhoria das condições de saúde, por meio da difusão do conhecimento sobre higiene pessoal, cuidados alimentares e ameaças ambientais, tende a ampliar a oferta potencial de crianças pelo aumento da fecundidade natural. Estes elementos também reduzem a mortalidade infanto-juvenil, resultando num número mais alto de crianças sobreviventes. O nível mais alto de educação está, de modo geral, também associado a um tempo de lactação mais curto, reduzindo, desta forma, o impacto redutor da lactação sobre a fecundidade.

No entanto, o efeito mais importante da melhoria do nível educacional sobre a fecundidade se dá no sentido de reduzi-la, por processos que operam através de uma longa série de fatores. Baseando-se em ampla perspectiva histórica, Caldwell (1976) argumenta que o momento do início da queda da fecundidade é determinado pelos efeitos da educação de massa sobre a economia familiar. A educação de massa reduz as possibilidades da criança para o trabalho dentro e fora de casa; também aumenta os custos dos filhos e acelera o processo de transformação cultural. A educação universal está, também, associada à disseminação de valores e ideologias da classe média ocidental e relaciona-se com a legislação de proteção dos menores, que reduz a produtividade econômica das crianças.

Por causar um aumento da idade ao casar, o nível educacional mais alto influencia os determinantes próximos da fecundidade, ao reduzir os anos de exposição à gravidez. Outras variáveis intermediárias são também envolvidas. Os sociólogos comumente interpretam o nível educacional como uma medida substituta do conhecimento e uso de meios anticoncepcionais, uma linha de raciocínio que se estende a fatores psicossociais relacionados ao planejamento da natalidade. Comparadas às mulheres de níveis educacionais mais baixos, as de nível educacional mais alto mostram atitudes positivas em relação aos anticoncepcionais, gozam de maior comunicação com seus maridos e possuem melhor sentido de eficácia pessoal.

A perspectiva econômica enfatiza a queda da demanda de filhos, ligada ao aumento do nível educacional dos pais, em especial das mães. No modelo microeconômico do comportamento reprodutivo, o nível educacional mais alto implica o aumento do custo de oportunidade da procriação. Tudo mais permanecendo constante, o aumento das possibilidades de ganho da esposa no mercado está associado aos custos indiretos mais altos dos filhos e, daí,

ao desejo de limitar-se o tamanho da família. A educação pode, também, levar a padrões mais altos de cuidado com os filhos, dando-se ênfase maior à qualidade, e não quantidade de filhos. O efeito decorrente é o aumento subjetivo da atratividade de outros bens que competem com o número de filhos, tendendo, deste modo, à diminuição da demanda.

7.5.2 - A Ascensão da Economia Urbana Industrial

Ao longo da maior parte de sua história, o Brasil foi uma sociedade essencialmente rural. As pessoas que residiam nas áreas urbanas correspondiam a 31% da população total em 1940 e 36%, em 1950. Em 1960, a proporção urbana passou para 45%, chegando até 56%, em 1970. Em 1980, sete em cada 10 brasileiros viviam nas cidades. O aumento do percentual da população urbana, causado em grande parte pela forte emigração rural nas décadas de 60 e 70 (ver Capítulo 9), foi acompanhado de uma mudança na distribuição por tamanho dos aglomerados urbanos. Entre 1950 e 1960, a mais alta taxa de crescimento populacional deu-se nas cidades com mais de 500 mil habitantes (6,3% a.a.). Na década seguinte, o crescimento mais rápido (8,7%) ocorreu em cidades cujas populações situavam-se entre 50 mil e 500 mil pessoas, o que indica presença maior da população em cidades de tamanho médio por todo o país [Carvalho *et alii* (1981, p. 29)].

A urbanização no Brasil está ligada a transformações setoriais na economia. Em 1960, 54% da força de trabalho encontravam-se em atividades agrícolas. Em 1970, a proporção da força de trabalho na agricultura caiu para 44,3% e, em 1980, para 29,9%. A participação da agricultura na renda doméstica seguiu a mesma tendência, caindo de 26,7%, em 1960, para 17,7%, em 1969. Uma vez que diminuiu a importância da agricultura, a participação do setor secundário na força de trabalho cresceu de 12,9%, em 1960, para 24,4%, em 1980. O emprego no setor de serviços também cresceu, absorvendo quase a metade (45,7%) da força de trabalho em 1980. A crescente importância da economia urbano-industrial foi acompanhada pelo aumento da renda. De 1965 até 1974, a renda *per capita* brasileira (em dólares de 1970) passou de US\$ 392,00 para US\$ 698,00 [Carvalho *et alii* (1981, p. 29)].

Os vários indicadores apontam para mudanças fundamentais na sociedade brasileira, a saber: a redistribuição da população das áreas rurais para as urbanas; o declínio da agricultura; a crescente importância dos setores industrial e de serviços; e o aumento da renda *per capita*. Juntas, as transformações na estrutura social, econômica e demográfica definem novas perspectivas cognitivas e novas condições materiais que levam à redução da fecundidade, através dos vários mecanismos resumidos por Notestein em sua exposição sobre a transição demográfica. Easterlin (1983, p. 571)

oferece uma listagem semelhante das razões pelas quais a urbanização leva à fecundidade mais baixa. Do lado da demanda, a vida urbana, ao contrário da rural, eleva o custo relativo de se ter filhos, porque é mais alto o preço dos alimentos e porque os filhos, na cidade, ocupam maior parte do tempo potencial de trabalho remunerado da mãe e contribuem menos para a renda familiar do que os filhos nas áreas rurais. Do lado da oferta, provavelmente o acesso ao conhecimento sobre o controle da fecundidade seja maior e os custos de mercado sejam menores em centros de alta densidade populacional. Os custos subjetivos ligados ao uso de meios anticoncepcionais provavelmente, também, sejam inferiores na cidade, pois na vida urbana há uma tendência ao debilitamento das atitudes tradicionais. Por reduzir a demanda de filhos e os custos monetários e psíquicos da anticoncepção, a urbanização contribui para o declínio da fecundidade.

7.5.3 - O Aumento da Participação Feminina na Força de Trabalho

Dados sobre mudanças de preços e salários nas décadas de 60 e 70 indicam o aumento da tensão econômica, especialmente entre os estratos econômicos inferiores da população. Como foi observado no Capítulo 5, o valor real do salário mínimo em São Paulo caiu bastante entre 1964 e 1974. Para o país como um todo, as informações sobre os salários pagos à mão-de-obra não-qualificada mostram uma queda do poder de compra dos salários recebidos pelos trabalhadores urbanos [Bacha (1980)].

O aumento do número de horas de trabalho exigido para comprar-se alimentos para uma família de quatro pessoas refletia a erosão do poder de compra entre os grupos de baixa renda. Em São Paulo, um trabalhador que ganhasse um salário mínimo em 1965 tinha de trabalhar 87 horas para sustentar-se, à sua mulher e a dois filhos. Em 1975, as horas necessárias para tal aumentaram em 76,7%, isto é, para 154 horas e 18 minutos (Capítulo 5). A tendência foi especialmente significativa em relação aos pobres urbanos, pois o aumento no custo dos alimentos causa efeito muito maior sobre as famílias de baixa renda, devido ao fato de que a proporção da despesa total com itens alimentares é substancialmente maior, se comparada com a relativa às famílias mais ricas. Conseqüentemente, a perda de bem-estar causada pelo aumento relativamente maior dos preços dos produtos alimentares é desproporcionalmente arcada pelos pobres.

Colocar mais membros da família no trabalho constitui uma das estratégias que as famílias usam para responder e adaptar-se às condições econômicas deteriorantes [Schnink (1979)]. Dados relativos a 1970 e 1980, apresentados na Tabela 7.8, mostram aumento marcante da participação feminina

Tabela 7.8

Taxas de Participação na Força de Trabalho Específicas por Idade, Relativas às Mulheres de 10-49 Anos - 1970 e 1980 (Em %)

IDADE	1970	1980	VARIACÃO PERCENTUAL
10-14	6,4	8,4	31,3
14-19	25,5	31,4	23,2
20-24	28,7	38,5	34,1
25-29	22,8	36,3	59,2
30-34	21,2	35,1	65,6
35-39	20,4	34,2	67,8
40-44	20,3	31,7	56,2
45-49	18,7	28,5	52,4

Fonte: Censo Demográfico (1970 e 1980).

na população economicamente ativa nos diversos grupos etários, inclusive o mais jovem (de 10 a 14 anos de idade). As taxas de participação aumentaram em 34,1%, em relação às mulheres de 20 a 24 anos de idade. Aumentos ainda maiores verificaram-se em relação às mulheres de 25 a 29 anos (+ 59,2%) e de 30 a 34 anos (+ 65,6%) — precisamente os grupos etários em que são mais altas as taxas específicas de fecundidade. Outras informações fornecidas por Castro (1989) indicam que as esposas constituíram o grosso das mulheres que ingressaram na força de trabalho durante a década de 70 e que ocorrem mudanças significativas na distribuição das mulheres trabalhadoras por setores econômicos. Comparando os três setores, o maior aumento relativo de trabalhadoras ocorreu no setor manufatureiro, especialmente na condição de assalariadas dentro de empresas industriais intensivas de capital.

Há muitos argumentos para explicar a relação inversa entre o aumento da participação feminina na força de trabalho e a queda da fecundidade [Standing (1983)]. Alguns desses mecanismos são indiretos, tais como a tendência de, com a maior participação no trabalho assalariado, haver um aumento tanto na idade ao casar quanto na idade ao se ter o primeiro filho. Admite-se, também, que o trabalho feminino e sua contribuição monetária para o sustento da família levam a relações mais igualitárias entre os cônjuges, tornando as mulheres menos subordinadas aos homens nos processos de decisão, particularmente no que se refere à procriação. Outros analistas têm mostrado que o tipo de trabalho no qual as mulheres se engajam é relevante na relação trabalho-fecundidade. É geralmente aceito o fato de

que os custos de oportunidade dos filhos são mais baixos para as mulheres que trabalham no setor agrícola, especialmente na agricultura familiar, onde o horário de trabalho é presumivelmente mais flexível. Por outro lado, nas áreas urbanas, o trabalho assalariado fora de casa mostra-se particularmente incompatível com as tarefas de criação de filhos, pelo menos entre as famílias de baixa renda. Se as famílias de renda média e mais alta podem arcar com as despesas relativas aos cuidados para com os filhos (em razão dos custos de oportunidade relativamente altos comparados com os custos domésticos), o mesmo não ocorre entre os pobres da cidade. Daí, os aumentos observados nas taxas de participação feminina na força de trabalho, assim como as evidências sobre o tipo de emprego envolvido, sugerem que o aumento significativo da participação feminina na população economicamente ativa entre 1970 e 1980 foi um importante fator que contribuiu para a queda da fecundidade entre as mulheres de renda mais baixa das áreas urbanas brasileiras.

7.5.4 - Perdas Relativas e Classe Média Urbana

A relação entre as mudanças de salários e preços e a reprodução podem ser conceitualizadas em termos da interdependência entre aspirações e recursos, o que Easterlin denominou “afluência relativa” do casal. Quando os recursos materiais disponíveis, *vis-à-vis* as aspirações de consumo são abundantes, o casal não terá restrições econômicas para ter filhos. Por outro lado, se são escassos os recursos, em relação às aspirações, o casal hesitará em tê-los. Podemos conceber a recente queda da fecundidade no Brasil em termos do conflito entre recursos e aspirações, com a finalidade de explicar as mudanças da fecundidade em relação aos estratos de renda média e baixa [Carvalho *et alii* (1981)].

Os dados apresentados acima sugerem uma deterioração do bem-estar material dos grupos de baixa renda, uma tendência que as famílias procuraram contrabalançar, fazendo com que as esposas e os filhos ingressassem na força de trabalho. Ao contrário dos pobres, a população de renda média e alta obteve ganhos de renda real durante o período de crescimento econômico, como mostram as análises de distribuição de renda do Capítulo 3. No entanto, como Carvalho, Paiva e Sawyer (1981) argumentam, as aspirações da classe média podem ter ido além dos recursos de que dispunham, uma vez que bens e serviços adicionais tornaram-se cada vez mais disponíveis. O Banco Nacional da Habitação, por exemplo, possibilitou aos grupos de renda média a aquisição de casas e apartamentos. Todavia, em razão da correção das amortizações e outros empréstimos de longo prazo, parte considerável da renda familiar ficou comprometida por longos períodos de tempo. De modo semelhante, a ideologia da mobilidade social fez

com que as famílias estendessem o número de anos de escolaridade desejada para os filhos. O aumento da proporção de filhos em escolas privadas impôs grandes limitações ao orçamento familiar. Além disso, o rápido crescimento da produção de bens de consumo duráveis, tais como automóveis e aparelhos eletrodomésticos, junto com o fácil crédito ao consumidor, estimularam a crescente diversificação dos padrões de consumo. Embora permitam apenas interferências, tais observações apontam para uma mudança de gostos e preferências nos setores de renda média da população. Tais mudanças de aspirações e padrões de consumo quase que certamente induziram as pessoas de classe média a ter menos filhos [Carvalho *et alii* (1981)].

Um esquema semelhante ao modelo de aspirações e recursos enfatiza a relação entre o indivíduo e seu "grupo de referência". É princípio aceito na Sociologia que as atitudes e a conduta de uma pessoa sejam conformadas pelo grupo ao qual pertença. Na década de 40, este conceito incluiu a noção de privação relativa, conceito este que invocava a idéia de que a privação não depende de qualquer escala absoluta, mas relaciona-se à percepção da posição da pessoa *vis-à-vis* um grupo de referência. Em um estudo sobre fecundidade nos Estados Unidos, Freedman (1963) desenvolveu uma medida da condição de renda relativa. Ele usou análise de regressão para estimar os ganhos esperados, tendo em vista as características das pessoas, tais como idade e educação. O valor previsto com base no capital humano do indivíduo era, então, comparado aos ganhos reais. Se a renda real excedesse o valor previsto, a renda relativa seria positiva, e negativa, se inferior aos ganhos previstos. Usando a medida de renda relativa como substituto para a relação entre o indivíduo e seu grupo de referência, Freedman concluiu que o nível de renda acima (ou abaixo) da média relativa à condição do indivíduo estava ligado a um número maior (ou menor) de filhos.

Merryck e Berquó (1983) aplicaram o conceito de renda relativa para o estudo sobre fecundidade no Brasil. Nesse caso, procurou-se fazer com que a medida captasse os efeitos, ao nível individual, das mudanças estruturais na economia, especialmente a inflação. Interpretada deste modo, a diferença entre a renda observada e a prevista indica o grau de vulnerabilidade da família às pressões inflacionárias. Numa análise dos dados do Censo de 1970 e da Pnad de 1976, Merryck e Berquó encontraram relação positiva entre a renda relativa e o número de filhos. Embora a contribuição da variável renda relativa para a variância total explicada fosse pequena, os resultados foram os mesmos para os dois períodos: quanto mais os ganhos reais do marido ficavam abaixo da renda prevista, menor era o número médio de filhos. Esses achados empíricos estão coerentes com a idéia de que a privação relativa faz reduzir a demanda de filhos, o que resulta na queda da fecundidade.

7.6 - Estrutura Agrária e Fecundidade Rural

7.6.1 - A Proletarização do Trabalhador Rural

O declínio da fecundidade no meio rural, sem dúvida, está associado às grandes transformações ocorridas nas relações sociais de produção do setor agrícola. Os proprietários de terra no Brasil cada vez mais se convencem de que o trabalho assalariado é menos dispendioso do que o pagamento em espécie e/ou usufruto da terra. Os arrendatários e parceiros estão sendo rapidamente substituídos por trabalhadores temporários, contratados por intermediários durante os períodos de pico de demanda de mão-de-obra. Somente entre 1970 e 1975, o número de estabelecimentos arrendados e dos cultivados por parceria caiu em 10,5 e 21,3 %, respectivamente. De forma semelhante, a área cultivada sob estas formas de ocupação caiu em cerca de 30%. O número de trabalhadores temporários ou sazonais, por outro lado, cresceu de 3,9 milhões, em 1967, para 6,8 milhões, em 1972 [Kohl (1981, p. 211)]. Muitos desses trabalhadores agrícolas de tempo parcial migraram para as periferias das cidades, onde também se engajam em ocupações urbanas (ver Capítulo 9).

As mudanças nas relações sociais de produção alteram a função e o caráter da unidade familiar. Quando o domicílio é o local de produção e consumo, quanto maior o número de trabalhadores proporcionalmente aos consumidores, maior será a capacidade produtiva. Sob o sistema de colonato, que se desenvolveu nas áreas de plantação de café do Brasil, a renda dependia não apenas do número de pés sob os cuidados da família, mas, também, das tarefas estabelecidas pelo plantador. A base do sistema de tarefas era uma família com três trabalhadores adultos. Esta forma de remuneração premiava a família de tamanho grande, na medida em que os que tinham poucos filhos se viam em desvantagem por todo o ciclo de vida familiar [Stolcke (1984)]. Além disso, os principais itens de subsistência, tais como alimentos, eram produzidos na unidade doméstica. Portanto, famílias grandes, por meio de economia de escala e da possibilidade da divisão do trabalho, tinham vantagens comparativas em relação a salários monetários. Maior número de filhos representava um aumento menos que proporcional dos custos da unidade familiar. Destemodo o sistema de colonato e o sistema de parceiros e arrendatários constituíam, em geral, condições específicas em que a família grande aumentava a capacidade produtiva e contribuía para a redução dos custos relativos de manutenção e reprodução [Carvalho *et alii* (1981, p. 36-43)].

Com o colapso dessas formas de ocupação da terra em razão da proletarização da força de trabalho, a família tornou-se unidade assalariada, parcial

ou totalmente. A separação entre o domicílio e o local de trabalho traz profundas repercussões sobre a economia da família. Eliminam-se as vantagens de escala e divisão do trabalho, geradas nas grandes famílias, e aumentam os custos de subsistência da unidade familiar. Alimentação e moradia são adquiridas no mercado, enquanto a venda do trabalho, contratado individualmente e não mais em bases familiares, faz aumentar as incertezas econômicas. A carga do aluguel e a imposição de outros gastos monetários colocam a família rural numa delicada posição econômica, especialmente em períodos tais como a primeira metade da década de 70, quando o poder de compra dos salários caiu [Stolcke (1984)]. Quando o salário é insuficiente para as necessidades básicas da família, os pais passam a perceber os filhos como uma carga, na medida em que dificultam o trabalho não-domiciliário da esposa.

As entrevistas feitas por Stolcke (1984) com ex-colonos, então trabalhando como trabalhadores sazonais assalariados, revelam claramente as consequências causadas por estas mudanças da estrutura agrária sobre a fecundidade. “Para os que têm muitos filhos”, dizia o informante, “antes era melhor; os que tinham 12, 13 filhos podiam criá-los facilmente... agora, os que têm filhos pequenos, é muito difícil para o pai trabalhar sozinho.” Nesta circunstância não é surpreendente a queda do número desejável de filhos. Nas palavras de uma mulher, “hoje em dia ninguém quer ter mais filhos... o negócio é fechar os portões da fábrica; é fechar e perder a chave.” Se a proletarização de parceiros e arrendatários resulta em fecundidade mais baixa, como foi sugerido aqui, o que dizer dos pequenos agricultores que ainda detêm a propriedade ou acesso à terra? Embora a literatura seja esparsa no Brasil, esta questão tem sido objeto de estudo em vários outros países. Dois focos de investigação dominaram a literatura com relação a este assunto [para uma revisão da literatura, ver Schutjer e Stokes (1984)]. Um desses focos examina a relação entre o tamanho da posse e a fecundidade. A racionalidade teórica dessa ligação comumente invoca o valor e a demanda dos filhos como trabalhadores. Onde o trabalho familiar e a terra constituem-se insumos mais importantes para a produção, espera-se que as posses maiores estejam associadas a famílias maiores [ver Schutjer e Stokes (1984)].

A outra abordagem refere-se à disponibilidade de terra. A maior facilidade de acesso à terra influencia a fecundidade, ao reduzir a idade ao casar e aumentar a proporção dos que se casam, e, secundariamente, através do aumento da fecundidade marital. De modo contrário, a fecundidade menor relaciona-se à escassez de terra. Em um estudo sobre os Estados Unidos do século XIX, Easterlin (1976) propôs a teoria da herança, pela qual o legado constituía uma importante ligação entre a disponibilidade de terra e a fecundidade. Os fazendeiros em áreas de colonização recente e esparsamente

povoadas consideravam relativamente fácil preservar e aumentar suas posses, assim como legar seu patrimônio à geração seguinte. Isto era mais difícil de ocorrer em áreas mais antigas e densamente povoadas. Easterlin concluiu que este fato era a causa do declínio da fecundidade rural ao se dar o fechamento da fronteira dos Estados Unidos na década de 1860.

Estudos antropológicos no Brasil rural sugerem a importância da escassez de terra na análise da fecundidade. Nas áreas de colonização antiga em São Paulo, Shirley (1971) — citado em Merryck e Graham (1979) — documentou a luta pela terra em razão da fragmentação das fazendas causada pela tradição brasileira de igual direito à herança por parte de todos os filhos. De modo semelhante, Margolis (1973) mostrou que o aumento da densidade populacional no norte do Paraná e a diminuição de disponibilidade de terra, consequências da imigração intensa, causaram impacto negativo sobre a formação da família. Alicerçado no trabalho de Easterlin, Merryck (1978) analisou os diferenciais de fecundidade rural entre as regiões de fronteira agrícola e as regiões mais antigas e povoadas do Brasil. Os dados evidenciaram uma correlação negativa entre os níveis de fecundidade e o grau de utilização da terra, resultado coerente com o modelo da herança.

7.7 - Conclusão

As estimativas do nível de fecundidade entre a década de 40 e a de 60 indicam que o nível agregado de fecundidade permaneceu razoavelmente constante na maior parte do período. Ocorreram pequenos aumentos da taxa de fecundidade em algumas regiões, enquanto, em outras, verificaram-se quedas modestas. O quadro de estabilidade em nível nacional deu lugar, nas décadas de 60 e 70, a uma rápida redução do número médio de filhos. Lugares onde havia fecundidade alta e crescente no período compreendido entre 1940 e 1960, tais como na Amazônia e no Nordeste, reverteram tal tendência na década seguinte. Nas regiões mais desenvolvidas, o declínio da fecundidade, que já ocorria a um ritmo lento, acelerou-se, a partir do final dos anos 60. As análises dos determinantes próximos da fecundidade demonstram que o declínio está associado ao aumento de prevalência do uso de anticoncepcionais e ao uso de meios mais eficazes de controle entre os casais.

As explicações destas mudanças são mais ou menos coerentes com o modelo da transição demográfica. Os diversos indicadores do desenvolvimento socioeconômico mostram que o Brasil tornou-se uma sociedade crescentemente urbana, com base industrial em expansão e população de nível educacional mais alto, sujeita a taxas de mortalidade mais baixas. Como consequência, a população ajustou o comportamento reprodutivo ao crescimento da economia e às transformações estruturais que acompanharam o

processo de desenvolvimento. Entretanto, o ritmo e a extensão do declínio sugerem que esta interpretação, por si só, seja incompleta. Apenas uma proporção relativamente pequena de brasileiros beneficiou-se integralmente do crescimento econômico que ocorreu no país após o final da década de 60. Além disso, há evidência de uma considerável queda de fecundidade, mesmo entre aquelas classes que participaram apenas marginalmente, se é que de fato participaram dos benefícios do desenvolvimento. A evidência de fecundidade menor em todos os subgrupos socioeconômicos da população, inclusive entre mulheres nos estratos mais baixos de renda familiar, mostra um padrão de mudanças da fecundidade que não se conforma, de modo preciso, à expectativa comum de uma difusão gradual da norma de família pequena, isto é, iniciando-se entre os casais urbanos de renda média e superior para, só depois, espalhar-se para baixo por todas as classes sociais e para fora, em direção às áreas rurais. O caso brasileiro não rejeita as postulações gerais da teoria da transição demográfica, porém chama atenção para a necessidade de examinarem-se as mudanças da fecundidade, considerando-se atentamente o modo pelo qual a rápida reestruturação da sociedade brasileira provocou um amplo aspecto de transformações sociais, econômicas e cognitivas (algumas das quais mais ou menos específicas aos diferentes subgrupos populacionais), que alteraram a estrutura de incentivos à procriação em favor de uma prole reduzida.

A aceleração da queda da fecundidade na década de 70 coincidiu com o período em que as famílias urbanas de renda média aumentaram suas expectativas de consumo, favorecendo posses materiais e maior qualidade dos filhos, por meio do aumento de investimentos em educação. Altas taxas de inflação e indexação de obrigações creditícias podem ter resultado numa defasagem entre as aspirações materiais dos casais e seus recursos, condições essas que deprimiram a demanda de filhos.

As famílias urbanas de renda mais baixa foram atingidas duramente pelo impacto causado conjuntamente pela erosão dos salários reais, de meados da década de 60 até meados da década de 70, e pelo aumento dos custos relativos da alimentação, moradia e serviços públicos, especialmente nas áreas urbanas. Os dados sobre as taxas de participação da força de trabalho indicam aumentos substanciais de mulheres trabalhadoras entre 1970 e 1980. O incremento na proporção de mulheres na força de trabalho causou significativo efeito de depressão sobre a fecundidade, pelo menos por duas razões. Em primeiro lugar, o aumento das taxas de participação ocorreu primordialmente entre esposas mais jovens. Em segundo lugar, o padrão do aumento do emprego feminino não se restringiu às ocupações femininas tradicionais. Embora o setor de serviços pessoais continuasse a absorver, em 1980, o grosso das mulheres trabalhadoras, o aumento do emprego feminino entre 1970 e 1980 ocorreu principalmente na indústria moderna e

atividades correlatas. Os empregos deste tipo, que são exercidos fora de casa e se caracterizam por horários rígidos de trabalho, são especialmente incompatíveis com uma alta demanda de filhos.

As mudanças que ocorreram na infra-estrutura ecodemográfica, tais como as citadas acima, também causaram novas orientações cognitivas que enfraqueceram as relações tradicionais entre os casais, especialmente no que se refere às mulheres urbanas. Sem dúvida, os fatores econômicos foram importantes, tais como o aumento das taxas de participação feminina na força de trabalho e a crescente importância econômica da mulher dentro da família. Outros fatores deram-se na esfera política — mobilização da mulher em associações de bairros e em apoio a causas tais como o Movimento do Custo de Vida — discutidos no Capítulo 5. Os protestos contra as injustiças sociais, coordenados pelas mulheres, criaram uma atitude que trouxe ao cotidiano das famílias, a questão da desigualdade entre os sexos e do direito da mulher de controlar a reprodução.

No meio rural, a história é diferente. Aí, as modificações estruturais mais significativas estavam ligadas às mudanças fundamentais na organização da produção agrícola e no modo pelo qual se recrutava e remunerava a mão-de-obra no campo. Os tradicionais sistemas de arrendamento e parceria deram lugar, pelo menos em muitas regiões do país, à relação assalariada, pela qual os trabalhadores são contratados individualmente, freqüentemente em bases sazonais. Algumas dessas transformações, notadamente no Sul do Brasil, ocorreram em consequência da nova posição do país no sistema de mercado internacional, devida especialmente à crescente importância das exportações agrícolas não-tradicionais, como a soja (Capítulo 3). A privação do acesso à terra para as famílias e o colapso do sistema de colonato nas plantações de café, onde a família grande era indubitavelmente um ativo econômico, reestruturaram o ambiente de decisão familiar, alterando, conseqüentemente, o modo de reprodução dominante (Capítulo 2) no meio rural. O resultado demográfico da proletarização da força de trabalho induziu a uma queda da fecundidade, bem como a uma maciça migração rural-urbana, a ser abordada no Capítulo 9.

A análise da mudança da fecundidade seria incompleta se não enfatizássemos também o papel da superestrutura política. Não se duvida de que muitas das mudanças socioeconômicas mais significativas tenham sido causadas, pelo menos em parte, pelas estratégias de crescimento econômico, endossadas pelo regime militar no Brasil. A ênfase dada ao crescimento urbano-industrial, bem como as políticas de arrocho salarial, adotadas no final da década de 60 e no início da década de 70, estão entre os exemplos mais marcantes do modo pelo qual as políticas públicas influenciaram o ritmo e a direção das mudanças na base ecodemográfica no país. Finalmente, o abandono da

posição pró-natalista tradicional, em favor do apoio público ao direito essencial, independentemente de classe social, ao acesso a métodos de planejamento familiar constituiu uma mudança que representou importante reviravolta na área governamental.

Abstraindo-se da preocupação específica com as ações do Estado e do modo pelo qual as mudanças macroestruturais afetaram de maneira diferenciada as famílias nos diversos estratos de renda e situações de residência, as causas do declínio da taxa agregada de fecundidade no Brasil resumem-se à mudança de algumas relações básicas. A recente reestruturação da sociedade brasileira gerou um conjunto de pressões que alteraram direta ou tangencialmente os incentivos e desincentivos à procriação. O aumento dos custos diretos e indiretos dos filhos e a queda dos custos de mercado e custos subjetivos dos meios de controle da reprodução reduziram a demanda de filhos e permitiram que os casais ajustassem sua fecundidade segundo a nova situação. Porque a preferência por menor número de filhos manifestou-se em todos os grupos sociais, embora por diferentes razões, entre aproximadamente 1970 e 1986, o resultado agregado foi o declínio sem precedente de 40% do número médio de filhos das mulheres brasileiras.

Distribuição de Renda e Crescimento Populacional

Ao contrário do que preconizavam as teorias sobre desenvolvimento econômico populares no período do pós-guerra, dados relativos a países em desenvolvimento [Chenery *et alii* (1976), Adelman e Morris (1973) e Weisskoff e Figueroa (1976)] mostram que o processo de crescimento econômico não leva, necessariamente, à distribuição mais equitativa da renda. Em alguns casos, tal como no Brasil do final da década de 60 e começo da de 70, altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto associaram-se a aumento, ao invés de redução, do grau de concentração da renda.

Tendo em vista o significado social, econômico e político das mudanças na distribuição da renda, os pesquisadores têm dedicado esforço considerável à mensuração e explicação do grau de concentração da renda (Capítulo 3). Entre as variáveis causais assinaladas, poucas estiveram sujeitas a uma análise menos sistemática do que o crescimento populacional. A maior parte das análises feitas raramente vai além da afirmativa geral de que um declínio no ritmo do crescimento populacional contribui para uma distribuição mais equitativa da renda [Ghai (1975, p. 506)]. Algumas vezes as observações significam pouco mais do que uma declaração de fé. Um relatório de alto nível do Banco Mundial, por exemplo, concluiu que “parece não haver qualquer discordância explícita com o ponto de vista de que a fecundidade mais baixa contribui para maior igualdade da renda” [King *et alii* (1974, p. 35)]. Na visão de Cassen (1976, p. 812), o estado da literatura constitui um “triste reflexo” da separação existente entre os estudos demográficos e os estudos econômicos e o longo debate sobre “crescimento *versus* distribuição” subestimou enormemente os efeitos da dinâmica demográfica. Este capítulo explora as relações entre o crescimento populacional e a distribuição da renda familiar no Brasil. A análise dedica-se a três questões: a) tendo em vista os diferenciais de fecundidade e mortalidade, observados nos Capítulos 4 e 6, em que medida a taxa de crescimento populacional entre

os pobres excede a dos grupos de renda média e alta? b) qual é o impacto dessas taxas diferenciais de crescimento natural sobre a distribuição da renda? e c) qual o efeito de uma mudança no nível de renda real sobre as taxas de crescimento populacional dos subgrupos?

8.1 - Fecundidade e Distribuição de Renda

Tanto o raciocínio macro quanto o microeconômico sugerem que uma alta taxa de fecundidade contribui para o aumento da desigualdade da renda. No nível micro, a alta fecundidade influi de maneira adversa sobre a acumulação *per capita* de ativos materiais e de capital humano. Famílias grandes levam à redução da poupança, resultam em fragmentação das propriedades rurais e deslocam os recursos para o consumo, a expensas do investimento produtivo. O modelo microeconômico prevê o mesmo resultado por canais diferentes. Uma vez que a participação dos salários na renda global cai com o aumento da oferta da mão-de-obra, uma alta taxa de crescimento populacional causa efeitos negativos sobre a distribuição da renda [Rodgers (1978)].

Outros autores associam fecundidade e distribuição da renda, porém invertem a direção causal. Nesta perspectiva, a alta concentração da renda é a causa, e não o efeito, da permanência de fecundidade alta. Os que defendem este ponto de vista baseiam seu argumento na relação existente entre a renda e a demanda de filhos pelos casais e sua capacidade de controlar a reprodução [Kocher (1973) e Rich (1973)]. Pelo fato de o desejo e de a capacidade de formar famílias menores estarem intimamente ligados ao padrão de vida, é provável que os membros mais pobres da sociedade não reduzam sua prole. Quando a renda se concentra nas mãos de uma pequena elite (de baixa fecundidade) e quando a maior proporção da população é pobre (de alta fecundidade), o nível de fecundidade da população como um todo será necessariamente alto. Os estudos que utilizam países como unidade de análise encontram, portanto, uma relação positiva entre o grau de concentração da renda e a taxa agregada de fecundidade [Repetto (1974, 1977 e 1978)].

A maioria dos estudos sobre a relação entre crescimento populacional e distribuição da renda baseia-se em estimativas agregadas de fecundidade ou natalidade dos países. Este procedimento apresenta duas importantes limitações. Em primeiro lugar, desconsidera o componente mortalidade da equação do crescimento natural. Isto é significativo porque a fecundidade mais alta das classes pobres não significa que, necessariamente, apresentem taxa de crescimento natural maior. Se a mortalidade também for muito alta entre os pobres, a natalidade alta será parcial ou totalmente contrabalançada pela alta mortalidade, podendo a taxa de crescimento ser até menor do que a dos outros grupos de renda. A taxa de crescimento natural dos diferentes grupos socioeconômicos (diferença entre taxas brutas de natalidade e de mortalidade) é determinada pelos respectivos níveis de fecundidade e de mortalidade assim como pela distribuição etária proporcional da população em cada um.

A segunda limitação relativa ao uso de medidas agregadas deve-se ao fato de que as taxas vitais não tendem a cair ao mesmo tempo e no mesmo ritmo em todos os subgrupos populacionais. O declínio da fecundidade agregada é iniciado, em geral, por uma queda entre as mulheres de famílias mais ricas, enquanto as mulheres de condição inferior continuam a ter fecundidade alta. O resultado disso é o aumento do diferencial de fecundidade entre os estratos sociais. Ora, se a mortalidade permanecer a mesma, tal padrão de mudança demográfica implicará uma taxa mais baixa de crescimento populacional entre os grupos médios e superiores de renda e a manutenção das mesmas taxas de crescimento entre os pobres. Antes de mais nada, uma vez que os ativos e o capital humano são desigualmente distribuídos, a crescente diferença nos ritmos de crescimento populacional deverá contribuir, no caso em questão, para maior, e não menor, concentração da renda. A queda inicial da fecundidade agregada pode causar o aumento da desigualdade, um resultado exatamente oposto à expectativa usual.

Não é provável, contudo, na situação em que o início do declínio da fecundidade se deva a um aumento de renda, que os níveis de mortalidade permaneçam constantes, principalmente entre crianças. As conseqüências demográficas de um aumento da renda complicam-se ainda mais, pelo fato de que este aumento pode causar efeitos mais amplos sobre a mortalidade do que sobre a fecundidade, pelo menos entre os pobres. O efeito do aumento da renda sobre a taxa de crescimento populacional dependerá, portanto, das elasticidades-renda da fecundidade e da mortalidade, que variam com os estratos sociais.

Podemos começar a deslindar estas complexas relações, através de projeção das populações dos diversos grupos, com a finalidade de medir o grau em que as várias combinações de níveis de fecundidade e mortalidade resultam em taxas diferenciadas de crescimento populacional entre os vários estratos de renda.

8.2 - Crescimento Populacional e Distribuição de Renda

A Tabela 8.1 mostra estimativas das taxas de fecundidade total e de expectativa de vida ao nascer, por quatro categorias de renda familiar no Brasil. As estimativas baseiam-se em dados do Censo Demográfico de 1970 e referem-se, aproximadamente, à média da década de 60. As taxas de fecundidade mostradas indicam as marcantes diferenças do número médio de filhos vivos, nascidos de mulheres de diferentes estratos de renda. Em média, as mulheres pobres tinham um total de 7,6 filhos durante o período reprodutivo, mais do que o dobro do número de filhos nascidos de mulheres de renda mais alta (3,3).

As estimativas de expectativa de vida média ilustram as substanciais diferenças de mortalidade entre os estratos rico e pobre da população. Como

Tabela 8.1

Estimativas de Fecundidade e Mortalidade e Taxas de Crescimento da População Brasileira, por Quatro Categorias de Renda Familiar e Projeções para o Ano 2000

RENDA FAMILIAR (Cr\$ DE 1970)	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	POPULAÇÃO EM 1970		POPULAÇÃO NO ANO 2000		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1970/2000 (%)	TEMPO NECESSÁRIO PARA DUPLICAÇÃO (EM ANOS)
			ABSOLUTA (1.000)	%	ABSOLUTA (1.000)	%		
1-150	7,6	49,9	29.113	34,2	82.025	41,1	3,2	21,7
151-300	6,7	54,5	24.057	28,3	63.346	31,8	3,0	23,1
301-500	5,4	57,6	13.098	15,4	28.078	14,1	2,4	28,9
500+	3,3	62,0	18.773	22,1	25.855	13,0	1,1	63,0
Total	6,0	53,4	85.041	100,0	199.304	100,0	2,7	25,7
Coeficiente de Gini								
	-	-	-	0,4986	-	0,4885	-	-

Fonte: *Carvalho e Wood (1977)*.

já vimos no Capítulo 4, no país como um todo, a expectativa de vida das pessoas de famílias de renda mais alta era de 62 anos, 12 anos a mais do que a de famílias mais pobres da população (49,9 anos).

8.2.1 - Projeções para o Ano 2000

A taxa de fecundidade total e o nível de expectativa de vida fornecem as bases para projeção da população em cada classe de renda.¹

1 As projeções relativas ao ano 2000 foram feitas com um programa preparado pelo *Population Council* [Shorter (1978)]. As projeções da população de 1970 basearam-se em distribuições etárias estáveis, correspondentes às taxas específicas de fecundidade e mortalidade de cada uma das quatro grandes categorias de renda familiar. Este pressuposto é plausível em vista dos níveis de fecundidade razoavelmente constantes que caracterizaram o Brasil nas décadas anteriores ao Censo de 1970. Comparando-se a distribuição etária proporcional da população estável entre 15 e 49 anos, com a correspondente distribuição da população observada, evidenciam-se apenas mínimas diferenças entre ambas, isto é, menos de 1% para cada intervalo de cinco anos, com exceção da categoria de renda mais alta, na qual o modelo estável tendia a subestimar a proporção da população em idades mais jovens. A população total do Brasil era de 93 milhões em 1970. O número básico utilizado aqui é inferior, uma vez que exclui pessoas que eram membros de famílias e aquelas com rendimento não declarado ou nulo. Finalmente, é importante observar que não consideramos a provável ocorrência de outros efeitos plausíveis do mundo real, tais como aumento ou queda dos salários, que possam ocorrer, em razão de escassez ou excedente de mão-de-obra resultante de diferentes ritmos de crescimento populacional, e o impacto causado por níveis mais baixos ou mais altos de investimentos sociais ou transferências de pagamento, cujos benefícios poderiam ser diferencialmente distribuídos entre os subgrupos populacionais. O crescimento da renda total no ano 2000 e as mudanças da distribuição dessa renda constituem, sem dúvida, questões importantes. Todavia, a incorporação desses fatores aqui nos levaria muito além de nosso objetivo. Esta análise, que pressupõe renda *per capita* constante dentro de cada categoria de renda, restringe-se a uma perspectiva puramente demográfica da questão da distribuição da renda.

Se a fecundidade e a mortalidade permanecessem constantes e não existisse mobilidade de um estrato de renda para outro, a população total do Brasil crescería à taxa média de 2,7% a.a. entre 1970 e 2000. Isto implicaria que a população dobraria em 25,7 anos, como se pode ver na última coluna. Uma vez que os pressupostos desta primeira projeção são altamente irrealistas, os resultados da Tabela 8.1 têm, principalmente, função ilustrativa. Sabemos que a fecundidade e a mortalidade não se mantiveram constantes após 1970 e, ainda, que a mobilidade social para cima e para baixo constitui um aspecto importante do processo de transformação no Brasil. Mais adiante, neste capítulo, introduziremos estes fatores na análise. Porém, os resultados que se baseiam em parâmetros demográficos constantes e mobilidade zero fornecem, não obstante, informações importantes.

As taxas de crescimento, apresentadas na penúltima coluna, refletem o ritmo de crescimento populacional, associado aos níveis da fecundidade e da mortalidade de 1960/70, para cada categoria de renda familiar. Tudo mais permanecendo constante, o exercício mostra que a combinação da fecundidade e mortalidade dos pobres resultaria numa taxa de crescimento populacional três vezes maior do que a taxa relativa aos ricos. A taxa de crescimento seria de 3,2% a.a. para a população no estrato de renda familiar mais baixo, o que implicaria a duplicação da população em 21,7 anos. No estrato mais alto de renda, os valores correspondentes seriam de 1,1% e 63 anos, respectivamente.

A distribuição da população total por estrato de renda seria modificada entre 1970 e 2000 pelas diferentes taxas de crescimento demográfico entre os subgrupos populacionais. Podemos verificar esta mudança ao compararmos o percentual de pessoas de cada categoria de renda familiar em 1970 e 2000. Em 1970, 34,2% da população pertenciam a famílias que auferiam ganhos mensais totais de Cr\$ 1,00 a Cr\$ 150,00 e 22% no grupo de renda mais alta. As projeções aqui discutidas indicam que, dadas as hipóteses adotadas, a proporção no estrato mais baixo aumentaria para 41,2% da população total, enquanto o percentual da categoria de renda mais alta cairia para 13%, um declínio de 9,1 pontos percentuais. Se tudo mais permanecesse constante, o efeito da alta taxa de crescimento natural no grupo de renda baixa seria a mudança da composição socioeconômica da população brasileira, fazendo aumentar a proporção relativa dos pobres.

A mudança no coeficiente de Gini entre 1970 e 2000, apresentado na última linha da Tabela 8.1, mostra o efeito dos diferenciais de ritmo de crescimento populacional sobre a concentração da renda. A queda do índice de 0,4986 para 0,4885 indica uma distribuição menos desigual no final do século. À primeira vista isto pareceria paradoxal, tendo em vista o aumento da proporção de população presente nas categorias de renda mais baixa.

Contudo, o coeficiente de Gini constitui medida de desigualdade relativa. O índice cairia no ano 2000 porque a população se tornaria mais homogênea, ainda que com um nível médio de renda menor.

Com a finalidade de obtermos um quadro mais desagregado dos diferenciais, aplicamos os mesmos procedimentos a intervalos menores de renda familiar. A Tabela 8.2 mostra os resultados, baseados em 12 categorias de renda familiar mensal. Como esperado, surge uma gama bem mais ampla de níveis de fecundidade e mortalidade. A taxa de fecundidade total excede a sete filhos nas quatro categorias de renda inferior a cai para dois filhos no grupo de renda mais alta. A expectativa de vida média ao nascer é de 46,7 anos nos estratos mais pobres e chega a alcançar 65 anos entre a população mais rica.

A informação significativa da Tabela 8.2 é o pequeno aumento da fecundidade que ocorre entre o estrato mais baixo de renda (7,4 filhos) e o estrato seguinte (7,6 filhos). É possível que a desnutrição seja a causa da fecundidade um pouco mais baixa entre as mulheres do estrato mais pobre. Frish

Tabela 8.2
Estimativas de Fecundidade e Mortalidade e Taxas de Crescimento da População Brasileira, para 12 Categorias de Renda Familiar e Projeções para o Ano 2000

RENDA FAMILIAR (Cr\$ DE 1970)	1970		2000		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1970/2000	TEMPO NECESSÁRIO PARA DUPLICAÇÃO (EM ANOS)		
	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	POPULAÇÃO ABSOLUTA (1.000)	%			POPULAÇÃO ABSOLUTA (1.000)	%
1-150	7,4	46,7	4.316	5,1	11.248	5,7	3,0	23,1
51-100	7,6	49,6	13.541	15,9	38.079	19,2	3,2	21,7
101-150	7,5	51,6	11.256	13,2	32.155	16,2	3,2	21,7
151-200	7,3	54,0	12.207	14,4	34.168	17,2	3,1	22,4
201-250	6,1	54,4	5.369	6,3	13.047	6,6	2,8	24,8
251-300	5,9	56,1	6.481	7,6	15.690	7,9	2,8	24,8
301-400	5,7	56,8	7.478	8,8	16.516	8,3	2,5	27,7
401-500	4,9	58,8	5.621	6,6	11.339	5,7	2,2	31,5
501-1000	4,0	60,9	11.311	13,3	17.318	8,7	1,4	49,5
1001-1500	2,7	64,0	3.323	3,9	4.157	2,1	0,7	99,0
1501-2000	2,5	65,5	1.653	1,9	2.020	1,0	0,7	99,0
2000+	2,0	63,9	2.486	2,9	2.736	1,4	0,3	231,0
Brasil	6,0	53,4	85.042	99,4	198.473	100,0	2,7	25,7

Fonte: Carvalho e Wood (1977).

(1975) argumenta que a desnutrição afeta diretamente o sistema reprodutivo feminino, daí a menor oferta de filhos, por induzir o atraso da menarca e a antecipação da menopausa e por aumentar a amenorréia pós-parto e a frequência de ciclos anovulatórios. Outros têm argumentado que as alterações na idade da menarca e na amenorréia pós-parto, devido às causas ligadas ao nível nutricional, causam impactos apenas marginais sobre a fecundidade [Bongaarts e Menken (1983)]. Em geral, os dados sugerem que a nutrição causa efeitos significativos sobre a fecundidade somente em condições de fome extrema. Por conseguinte, é provável que o aumento da taxa de fecundidade total no limite inferior da escala de renda no Brasil possa ter sido causado por outros fatores, tais como os efeitos das uniões instáveis sobre a fecundidade e uma ampla gama de problemas de saúde e de perturbações econômicas que afligem os pobres.

Os diferenciais dos níveis de fecundidade e mortalidade refletem-se na ampla variação das taxas médias anuais de crescimento populacional. As estimativas, mostradas nas últimas colunas, indicam que a população mais pobre crescerá a 3% a.a., dobrando em 21,7 anos. A taxa aumenta para 3,2% no grupo seguinte, refletindo o incremento da fecundidade de 7,4 para 7,6 filhos e da expectativa de vida ao nascer, de 46,7 para 49,6 anos. A partir daí a taxa de crescimento cai regularmente à medida que a renda aumenta. A taxa de crescimento relativa ao grupo de renda mais alta alcança o nível baixíssimo de 0,3% a.a.² Com a taxa de crescimento próximo de zero, o tempo que a população levaria para dobrar seu tamanho seria de 231 anos, 10 vezes mais que o necessário para que sucedesse o mesmo com a população do estrato mais pobre.

8.2.2 - Mobilidade Social e Mudanças nas Estatísticas Vitais

A Tabela 8.3 simula o efeito de mudança nos níveis de fecundidade e mortalidade e da mobilidade social ascendente entre as gerações. O painel A mostra o tamanho e distribuição da população por renda em 1970. Este painel serve como ponto de referência para a avaliação dos resultados das projeções subsequentes. O painel B mostra o efeito da projeção da população para o ano 2000, pressupondo-se fecundidade e mortalidade constantes e nenhuma mobilidade entre os estratos de renda. Os resultados, já analisados

2 A taxa de fecundidade total do estrato mais alto de renda é 2, abaixo do nível de reposição. Todavia, a projeção indica uma taxa de crescimento levemente positiva (+ 0,3). Isto se deve à distribuição etária da população neste grupo de renda. A taxa intrínseca de crescimento, relacionada à taxa de fecundidade total de 2 e expectativa de vida de 63,9 anos, é levemente negativa (- 0,55 a.a., tal como mostra a Tabela 8.4).

anteriormente, revelam aumento da proporção de população no grupo mais pobre e queda do número relativo de pessoas na categoria de renda mais alta.

O painel C simula a mobilidade social ascendente. A projeção pressupõe que 20% dos filhos nascidos de pais pertencentes a uma dada categoria de renda (*i*) ascendam para o estrato de renda imediatamente superior (*i* + 1), quando ingressarem na força de trabalho (as idades de 15 a 24 anos).³ O modelo incorpora a mobilidade em três pontos durante o período de projeção: 1970, 1980 e 1990. Comparada com o painel B (taxas vitais constantes e nenhuma mobilidade), a mobilidade ascensional faria reduzir a proporção da população no grupo de renda mais baixa em cerca de sete pontos percentuais. As proporções nos estratos de renda intermediários variariam pouco, uma vez que estes grupos, através da mobilidade social, tanto expulsariam quanto receberiam indivíduos em movimento. A participação do grupo de renda mais alta aumentaria em dois pontos percentuais no ano 2000. O efeito positivo esperado da mobilidade ascensional sobre o perfil da distribuição é indicado pela queda do coeficiente de Gini de 0,4885 (painel B) para 0,4830 (painel C). Para a população como um todo a renda *per capita* aumentaria em 10%, de Cr\$ 62,38 para Cr\$ 68,80.

O painel D simula os efeitos da queda da fecundidade e da mortalidade, na ausência de mobilidade. A projeção pressupõe que as taxas de fecundidade e mortalidade do estrato de renda *i* cairiam linearmente aos níveis correspondentes a *i* + 1, em 1980, e a *i* + 2, em 1990. No caso do grupo de renda mais alta em 1970, adotaram-se, para 1985, as hipóteses de uma taxa de fecundidade total de 2,2 (nível de reposição) e de expectativa de vida de 65,5 anos, o mais alto registrado na Tabela 8.2, permanecendo constantes a partir daí. Os resultados deste exercício indicam que o declínio simulado da fecundidade e da mortalidade não redundam em maior igualdade da renda. O coeficiente de Gini, no ano 2000 (0,4984), é quase idêntico ao correspondente à distribuição original em 1970 (0,4986).

O índice de concentração da renda, contudo, constitui medida relativa da desigualdade e não reflete as alterações do número absoluto de pessoas pobres. O painel D, por exemplo, indica que uma queda da fecundidade e da mortalidade resultaria numa população total substancialmente menor no ano 2000 (comparada ao painel B, que mostra taxas vitais constantes) e em número absoluto menor de pessoas no estrato de renda mais baixo. Com-

3 Os estudos de mobilidade no Brasil sugerem altos níveis de mobilidade estrutural, que se originam das mudanças econômicas e do mercado de trabalho. Entretanto, tais conclusões baseiam-se em comparações feitas das situações ocupacionais de pais e filhos [Pastore e Haller (1977)] e não oferecem qualquer indicação da magnitude dos movimentos intrageracionais. Na ausência dessa informação, as projeções baseiam-se, aqui, em taxas de mobilidade hipotéticas.

Tabela 8.3

Projeções Populacionais para o Ano 2000 com Mobilidade Social e Alterações das Taxas Vitais

ESPECIFICAÇÃO	ESTRATOS DE RENDA (Cr\$ DE 1970)				TOTAL
	1-150	151-300	301-500	500+	
	RENDAS FAMILIAR PER CAPITA				
	18.55	41.97	74.99	237.61	
A. População em 1970					
Total	29.113	24.057	13.098	18.773	85.041
Percentual	34,2	28,3	15,4	22,1	100,0
Coeficiente de Gini					0,4986
B. População em 2000: fecundidade e mortalidade constantes, sem mobilidade^a					
Total	82.025	63.346	28.078	25.855	199.304
Percentual	41,2	31,8	14,1	13,0	100,1
Taxa Anual Média de Crescimento ^a	3,2	3,0	2,4	1,1	2,7
Coeficiente de Gini					0,4885
C. População em 2000: fecundidade e mortalidade constantes, com mobilidade ascensional					
Total	67.268	65.867	32.631	29.297	195.063
Percentual	34,5	33,8	16,7	15,0	100,0
Taxa Anual Média de Crescimento ^a	2,8	3,1	2,8	1,4	2,6
Coeficiente de Gini					0,4830
D. População em 2000: fecundidade e mortalidade em declínio, sem mobilidade					
Total	76.524	52.572	21.323	22.494	172.913
Percentual	44,3	30,4	12,3	13,0	100,0
Taxa Anual Média de Crescimento ^a	3,0	2,5	1,6	0,6	2,3
Coeficiente de Gini					0,4984
E. População em 2000: fecundidade e mortalidade em declínio, com mobilidade ascensional					
Total	64.220	53.513	24.950	27.228	159.911
Percentual	37,8	31,5	14,7	16,0	100,0
Taxa Anual Média de Crescimento ^a	2,6	2,5	1,9	1,1	2,2
Coeficiente de Gini					0,4966

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados da Tabela 7.1.

^a Período 1970/2000.

parado ao impacto das taxas vitais constantes, o declínio da fecundidade e da mortalidade reduz significativamente a incidência da pobreza.

O painel E ilustra os efeitos conjuntos de mudanças nas taxas vitais e de mobilidade social ascensional, conforme as hipóteses já discutidas. A comparação entre os resultados do painel A e do painel E evidencia aumento do número de pessoas pobres de 29 milhões, em 1970, para 64 milhões, no ano 2000, assim como incremento da proporção da população total pertencente ao estrato de renda mais baixo (de 34,2 para 37,8%). Segundo o painel E, a despeito dos níveis simulados de mobilidade intergeracional ascendente e das quedas presumidas da fecundidade e da mortalidade, as taxas relativamente altas de crescimento natural entre os subgrupos mais pobres da população brasileira redundariam no aumento do número relativo e absoluto dos pobres no ano 2000. Por outro lado, a distribuição de renda familiar permaneceria basicamente a mesma, pois o coeficiente de Gini passaria de 0,4986 para 0,4966.

8.3 - Distribuição de Renda e Crescimento Populacional

Com base em pressupostos hipotéticos relativos a fecundidade, mortalidade e mobilidade social, a seção anterior fez uso de modelos de projeção, com a finalidade de explorar o impacto das taxas diferenciais de crescimento populacional sobre a distribuição da renda e sobre o tamanho absoluto da população pobre. A análise seguinte inverte a direção do raciocínio causal. Investigamos, aqui, o impacto do aumento da renda real entre 1970 e 1980 sobre as diferenças reais de fecundidade e mortalidade e sobre as taxas de crescimento natural, correspondentes aos diferentes estratos de renda da população. A questão é importante, em razão das recentes mudanças da renda no Brasil, relatadas no Capítulo 3 deste volume, e tendo-se em vista a relação entre crescimento populacional e distribuição de renda discutida acima.

A renda real *per capita* cresceu 48% no Brasil entre 1970 e 1980, registrando-se ganhos substanciais em todos os decis da população economicamente ativa (ver Tabela 3.6). Uma vez que a fecundidade e mortalidade são sensíveis à alteração do nível de bem-estar, podemos supor que ambas as variáveis tenham sido afetadas pelo aumento da renda real durante o referido período. De fato, os resultados apresentados nos Capítulos 4 e 7 confirmam a queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida em todos os estratos de renda familiar mensal. A pergunta é a seguinte: a queda do número relativo de nascimentos e óbitos em todos os subgrupos populacionais alterou significativamente as taxas de crescimento populacional, correspondentes às categorias de renda familiar?

Não é simples e direta a determinação do impacto do aumento da renda nas taxas de crescimento populacional dos diversos subgrupos. De um lado, o declínio da fecundidade, em condições de mortalidade constante, implica um decréscimo da taxa de crescimento. De outro lado, a queda da mortalidade, em condições de fecundidade constante, leva a um aumento do ritmo de crescimento populacional. Quando a fecundidade e a mortalidade alteram-se simultaneamente, o efeito-renda sobre o ritmo de crescimento demográfico pode, em princípio, ser positivo ou negativo. Em relação a determinado grupo de renda, o resultado líquido da alteração dos níveis de fecundidade e mortalidade fica na dependência da magnitude relativa dos dois efeitos opostos.

A previsão do impacto da alteração da renda real é ainda mais complicada pelos efeitos não-lineares que causa. A resposta demográfica a um aumento da renda varia segundo o estrato social. A relação renda-fecundidade em 1970, em uma análise de corte transversal (Tabela 8.4), é inversa em grande parte do espectro de renda, exceto no grupo mais pobre, onde o aumento do padrão de vida pode causar aumento da fecundidade. A partir do segundo estrato, sempre há fecundidade mais baixa à medida que se passa para estratos mais altos, embora haja retornos decrescentes do efeito-renda nos grupos mais altos de renda. Portanto, a relação entre renda e fecundidade varia de magnitude (em alguns casos, pode variar de direção) nas diversas classes de renda.

A relação entre renda e mortalidade também é não-linear. No estrato mais pobre da população, pequenos aumentos da renda real dão lugar a ganhos significativos de redução do nível de mortalidade. Isto porque a população pobre sujeita-se a altos riscos de morte, por doenças infecciosas e parasitárias, relativamente fáceis de eliminar-se. Doenças que requeiram tratamentos mais complexos e caros assumem importância proporcionalmente maior em níveis mais altos de renda, nos quais a mortalidade é baixa. As diferenças de causas de morte implicam que a mortalidade dos pobres seja altamente sensível à alteração da renda. O nível de mortalidade dos grupos mais ricos, por outro lado, é menos sensível a uma mudança comparável dos ganhos. Segue-se disso que a relação renda-expectativa de vida define uma curva logística crescendo rapidamente nos estratos de renda mais baixos e vai-se aplainando, à medida que a renda aumenta e a expectativa de vida aproxima-se dos limites biológicos.

As taxas de fecundidade total e o número de anos de expectativa de vida ao nascer, relativos a 12 categorias de renda familiar em 1970 e 1980, são apresentados na Tabela 8.4. Esses valores são também mostrados nos Gráficos 8.1 e 8.2. Estes ilustram a relação não-linear entre a renda e a fecundidade e entre a renda e a expectativa de vida. A comparação entre

Tabela 8.4

Taxas de Fecundidade Total, Expectativa de Vida ao Nascer e Taxas Intrínsecas de Crescimento por Renda Familiar - 1970/80

RENDA FAMILIAR (Cr\$ DE 1970)	1970			1980		
	FECUNDIDADE TOTAL	EXPECTATIVA DE VIDA	TAXAS INTRÍNSECAS DE CRESCIMENTO	FECUNDIDADE TOTAL	EXPECTATIVA DE VIDA	TAXAS INTRÍNSECAS DE CRESCIMENTO
1-50	7,4	46,7	3,10	7,0	53,8	3,52
51-100	7,6	48,6	3,40	6,1	51,0	2,91
101-150	7,5	51,6	3,47	6,0	56,0	3,13
151-200	7,3	54,0	3,39	5,8	58,2	3,01
201-250	6,1	54,4	2,82	5,7	58,2	2,95
251-300	5,9	56,1	2,76	5,2	58,8	2,71
301-400	5,7	56,8	2,60	4,5	61,6	2,23
401-500	4,9	58,8	2,18	3,8	62,0	1,65
501-1000	4,0	60,9	1,62	3,3	64,5	1,23
1001-1500	2,7	64,0	0,97	2,9	68,5	-0,93
1501-2000	2,5	65,5	0,43	2,5	66,3	0,31
2000+	2,0	63,9	-0,55	2,4	70,1	0,26

Fonte: Carvalho e Wood (1977).

1970 e 1980 sugere que, além da mudança esperada do nível das curvas de fecundidade e expectativa de vida, possa ter havido alguma mudança, durante a década, na natureza da relação entre as taxas vitais e a renda familiar. No caso da fecundidade (Gráfico 8.1), o aumento observado no limite inferior da escala de renda em 1970 desapareceu em 1980. A inclinação da relação renda-fecundidade, também, parece ter-se tornado um tanto mais achatada nos estratos de renda média em 1980, se comparada às estimativas da década anterior. A mesma tendência ao achatamento parece verificar-se, no que se refere à relação renda-expectativa de vida. Em 1970, a curva se mostrava um tanto mais íngreme do que em 1980, pelo menos entre os grupos de renda inferiores. A despeito dessas mudanças um tanto sutis, os resultados, tanto de 1970 quanto de 1980, confirmam o padrão geral do efeito-renda decrescente sobre a fecundidade e mortalidade.

Como as mudanças dos diferenciais de fecundidade e mortalidade entre 1970 e 1980 afetaram as taxas de crescimento potencial da população correspondente aos diversos estratos de renda? À primeira vista, poderia parecer o

Gráfico 8.1
Fecundidade Total por Renda Familiar
Brasil: 1970 e 1980

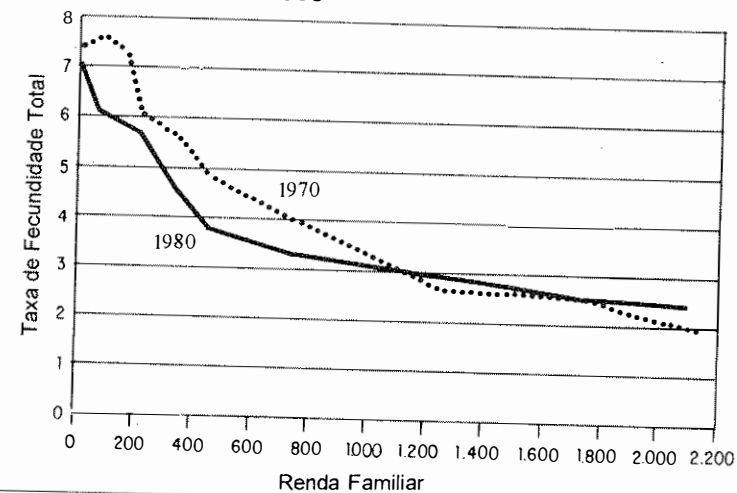
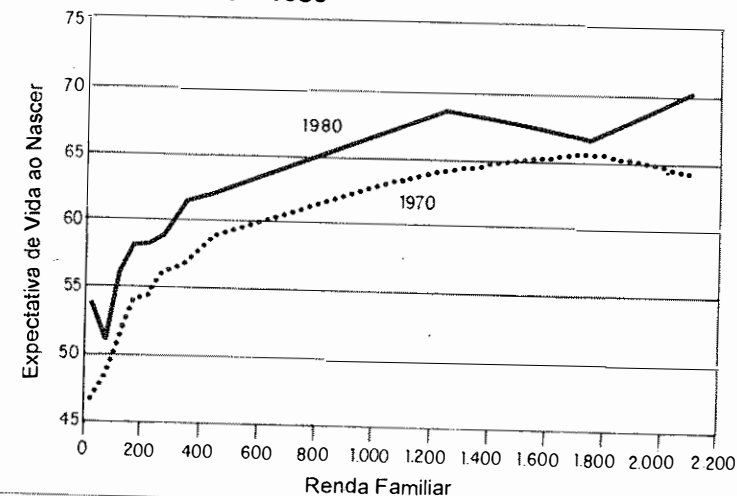


Gráfico 8.2
Expectativa de Vida por Renda Familiar
Brasil: 1970 e 1980

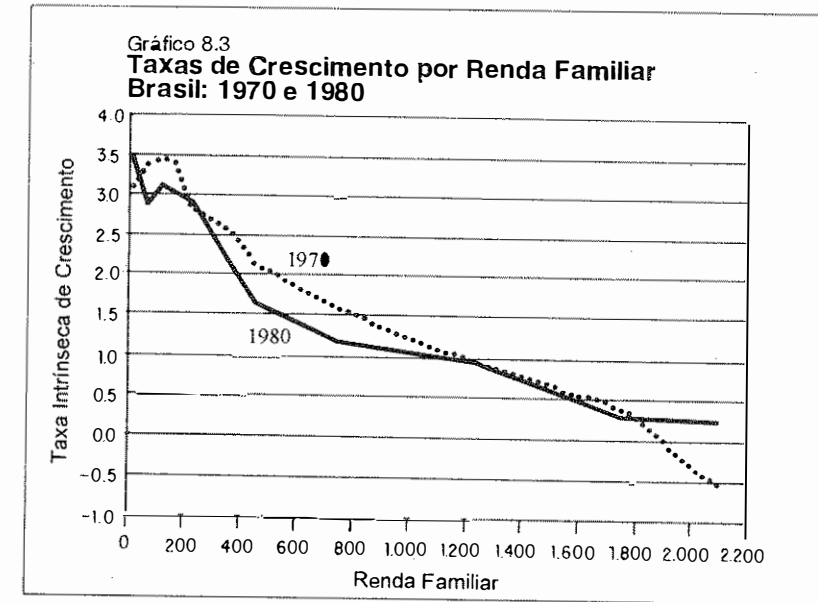


caminho mais correto, para responder à questão, calcular-se para 1970 e 1980 a taxa de crescimento em cada grupo, levando-se em consideração as taxas brutas de natalidade (TBN) e de mortalidade (TBM). Para tal, se usariam as taxas específicas de fecundidade, de mortalidade e a distribuição etária proporcional em cada estrato de renda. No entanto, este não seria um procedimento aconselhável, pois a distribuição etária de cada grupo é uma consequência do comportamento passado não somente da fecundidade e mortalidade, mas também da mobilidade social. As diferenças nas taxas de crescimento assim calculadas seriam reflexo não somente dos níveis correntes de fecundidade e mortalidade, mas também de seu comportamento no passado, assim como da mobilidade social. A melhor alternativa para se responder à questão é lançar mão das taxas intrínsecas de crescimento, pois estas, como se verá a seguir, serão função apenas dos níveis de fecundidade e mortalidade de 1970 e 1980 e de suas taxas específicas por idade, não dependendo, em nada, da distribuição etária da população de cada grupo naqueles anos.

Em 1907, Alfred J. Lotka demonstrou que na ausência de migrações, se uma população está sujeita a taxas específicas de fecundidade constantes e a taxas específicas de mortalidade constantes, qualquer que seja a distribuição etária inicial, necessariamente a população tenderá a uma composição etária proporcional constante (população estável). Uma vez alcançada a distribuição etária da população estável, também necessariamente esta população passará a ter uma taxa de crescimento constante. Lotka denominou-a taxa intrínseca de crescimento natural. A taxa intrínseca de crescimento (TIC) refere-se, portanto, à taxa de crescimento populacional "intrínseca" a uma determinada combinação de taxas de fecundidade e mortalidade, por idade.

A TIC pressupõe que as taxas específicas de fecundidade e mortalidade permaneçam constantes através do tempo, pressuposto obviamente irrealista. Contudo, o valor da TIC é de interesse aqui, uma vez que podemos utilizá-lo com a finalidade de medir a taxa de crescimento implícita dos níveis de fecundidade e mortalidade de cada categoria de renda familiar, bem como para avaliar de que modo as mudanças das taxas de fecundidade e mortalidade, durante a década de 70, possam ter afetado as taxas de crescimento natural da população em cada estrato de renda.

A Tabela 8.4 mostra as taxas intrínsecas por nível de renda familiar em 1970 e 1980. Os valores são, também, apresentados no Gráfico 8.3. As taxas vitais correspondentes às famílias com ganhos entre Cr\$ 151,00 e Cr\$ 200,00 oferecem exemplo prático das relações principais. As estimativas de fecundidade, derivadas do Censo de 1970, indicam que as mulheres das famílias pertencentes a este estrato de renda teriam uma média de 7,3 filhos



ao final do período reprodutivo. As estimativas de mortalidade, relativas ao mesmo grupo, apontam uma expectativa de vida ao nascer de 54 anos. Já as estimativas, derivadas do Censo de 1980, mostram uma queda da fecundidade total para 5,8 filhos e o aumento da expectativa de vida para 58,2 anos.

Uma vez que a queda da fecundidade reduz a taxa de crescimento, ao mesmo tempo em que a mortalidade menor a aumenta, qual foi o efeito líquido das mudanças observadas das taxas vitais? O valor TIC indica que, se as taxas de fecundidade e mortalidade de 1970 permanecessem inalteradas no tempo, o resultado seria uma população com uma dada distribuição etária e com a taxa de aumento natural de 3,39% a.a. Se as taxas de fecundidade e mortalidade de 1980 permanecessem constantes, o resultado seria uma população com uma taxa anual de crescimento natural de 3,01%. Comparando-se as estimativas de TIC relativas a 1970 (3,39%) com as de 1980 (3%), concluímos que o efeito líquido da fecundidade e mortalidade mais baixas, em relação a esta categoria de renda familiar, foi o da redução em torno de 12% de seu potencial de crescimento anual.

O padrão de mudanças das taxas vitais nos diversos estratos de renda durante a década traz importantes implicações para a relação existente entre o crescimento populacional e a distribuição da renda, discutida na primeira

parte deste capítulo. Por exemplo, uma alteração do perfil das taxas de fecundidade e mortalidade específicas dos diversos estratos de renda pode resultar em aumento da posição relativa da taxa de crescimento natural entre os pobres *vis-à-vis* as taxas dos outros grupos, independentemente de sua variação em termos absolutos. Este padrão de mudança demográfica poderia fazer aumentar, em termos relativos, o número de filhos tidos pelas famílias de baixa renda, o que intensificaria os efeitos negativos do crescimento populacional sobre a distribuição futura da renda, em um contexto de declínio generalizado da fecundidade, mesmo entre os mais pobres.

Em uma publicação anterior, baseada nos dados de 1970, prevíamos esta situação, inclusive o incremento absoluto da taxa de crescimento entre os pobres. Essa previsão baseava-se na observação de que, em 1970, a elasticidade-renda da mortalidade era mais alta do que a elasticidade-renda da fecundidade, principalmente nas camadas inferiores do perfil de renda [Wood e Carvalho (1982, p. 63)]. Tudo mais permanecendo constante, o aumento da renda redundaria numa queda maior da mortalidade, em relação à queda proporcional da fecundidade, fazendo com que a taxa de crescimento natural aumentasse no estrato inferior de renda.

Os resultados mostrados aqui confirmam o incremento da taxa de crescimento populacional no que se refere à categoria mais pobre de renda familiar. Embora a fecundidade entre as mulheres das famílias mais pobres tenha caído de 7,4 para 7, entre 1970 e 1980, o efeito positivo do declínio da mortalidade sobre a taxa de crescimento foi proporcionalmente maior. O efeito líquido das duas tendências opostas foi, portanto, o aumento da taxa de crescimento demográfico das famílias mais pobres. Entretanto, esta combinação particular de fenômenos demográficos não caracterizou toda a população de renda mais baixa. Com apenas mais uma exceção (grupo de renda de Cr\$ 201,00 a Cr\$ 250,00), o declínio da fecundidade que ocorreu durante a década, que foi inesperadamente grande, redundou em taxas menores de crescimento natural entre as famílias que ganhavam menos de Cr\$ 1 mil por mês.

Nos estratos superiores de renda, houve um padrão diferente de mudanças. Entre as famílias mais ricas (Cr\$ 2 mil ou mais), a TIC aumentou um pouco entre 1970 e 1980, em razão do leve aumento da taxa de fecundidade total. No entanto, deve-se observar que o nível de fecundidade neste estrato encontrava-se em torno do nível de reposição. Por outro lado, não é provável que uma taxa mais alta de crescimento entre as famílias ricas cause efeito considerável sobre a relação agregada entre o crescimento populacional e distribuição da renda, em razão da pequena proporção de população naquele estrato de renda e porque sua taxa de crescimento é muito pequena.

8.4 - Conclusão

Estudos sobre a relação entre crescimento populacional e distribuição da renda geralmente relacionam taxa de crescimento demográfico e índice de concentração de renda, ambos agregados considerando-se o país como um todo. Esse procedimento não leva em consideração as diferenças de ritmo de crescimento natural entre os estratos socioeconômicos da população. Embora não seja surpreendente que os pobres exibam níveis de fecundidade superiores aos dos ricos, este padrão não implica, necessariamente, uma taxa de crescimento maior, uma vez que os pobres, também, se sujeitam a níveis superiores de mortalidade. Por conseguinte, torna-se importante determinar tanto os níveis de fecundidade quanto os de mortalidade correspondentes às famílias de diferentes estratos de renda, com a finalidade de determinar as taxas de crescimento populacional específicas por renda. Os resultados empíricos apresentados aqui verificam o pressuposto geralmente aceito de que a população pobre no Brasil, a despeito de sua mortalidade relativamente mais alta, cresce a uma taxa substancialmente mais rápida do que a população dos estratos de renda média e superior. Os achados indicam que o tempo de duplicação da população, correspondente às taxas de fecundidade e mortalidade das famílias ricas, em 1980, era cerca de 10 vezes maior do que o da população mais destimada.

As projeções populacionais que simulam a mobilidade social ascensional e a queda das taxas vitais não alteraram, de modo apreciável, a conclusão de que a população pobre crescerá a um ritmo mais rápido do que os ricos. As projeções indicaram ainda que a queda simulada da fecundidade e da mortalidade, juntamente com as taxas presumidas de mobilidade social, não resultaria numa igualdade maior da renda. Os resultados enfatizam a importância de uma abordagem desagregada que determine os padrões de fecundidade e mortalidade entre os diferentes subgrupos socioeconômicos da população.

As conclusões acerca da relação existente entre o crescimento demográfico e a distribuição da renda não devem ser confundidas com o impacto do crescimento populacional sobre o grau de pobreza absoluta. A distribuição da renda, medida pelo coeficiente de Gini, constitui um índice da desigualdade relativa. Já a pobreza absoluta, por outro lado, refere-se ao número de pessoas que se encontram abaixo de determinado nível de renda. A estrutura de crescimento populacional no Brasil, por estrato de renda, traz diferentes implicações, se analisada a desigualdade relativa ou a pobreza absoluta. Se as simulações que projetaram a população para o ano 2000 indicaram um coeficiente de Gini estável (deixando a desigualdade relativa mais ou menos inalterada), as projeções também apontaram para aumento

substancial do número de pessoas pertencentes aos estratos de renda mais baixos (o que indica o aumento da magnitude da pobreza absoluta).

A análise feita na última seção deste capítulo referiu-se a uma indagação diferente: como o aumento da renda real havido entre 1970 e 1980 afetou as taxas de crescimento dos subgrupos populacionais? Para responder a esta questão, examinamos as elasticidades-renda da fecundidade e da mortalidade em 1970 e 1980. Os resultados relativos a ambos os períodos indicam claramente que os níveis de fecundidade e mortalidade foram altamente sensíveis às mudanças da renda dos estratos mais baixos, mas também houve efeitos decrescentes de renda sobre a fecundidade e a mortalidade nos estratos superiores. Com a finalidade de identificar o efeito líquido das mudanças da fecundidade e da mortalidade em cada grupo de renda, estimamos as taxas intrínsecas de crescimento. Os resultados mostraram que o efeito líquido da queda da fecundidade e da mortalidade, que ocorreu no Brasil durante a década de 70, fez reduzir, de modo geral, a taxa de crescimento natural dos diversos estratos de renda, com exceção clara dos estratos extremos.

Estrutura Agrária e Êxodo Rural

Até poucos anos atrás, quando a perspectiva da modernização dominava a literatura sobre o desenvolvimento, a migração rural-urbana era considerada um aspecto positivo da mudança estrutural. Exerceu grande influência o modelo de dois setores, idealizado, por W. Arthur Lewis, que tinha como premissa a idéia de que a produtividade marginal da mão-de-obra no campo era zero. O crescimento econômico significava a retirada de mão-de-obra da agricultura e sua incorporação ao setor industrial urbano. Para aqueles economistas, que enfatizavam os benefícios da transferência de mão-de-obra, a preocupação era como fazer *umentar* o fluxo em direção à cidade. De fato, segundo Richard Jolly [citado em Todaro (1981, p. 231)], “uma das razões dadas para buscar-se o aumento da produtividade do setor agrícola era a liberação de mão-de-obra suficiente para a industrialização urbana. Quão irrelevante nos parece hoje a maior parte dessa preocupação!”

Ao contrário da visão anterior, as perspectivas contemporâneas vêm a emigração rural com olhos bem diferentes. Hoje, a migração em direção às cidades não é mais vista como um processo benéfico, necessário à solução dos problemas da demanda crescente de mão-de-obra urbana, mas, ao contrário, como importante fator que contribui para o excedente de mão-de-obra urbana. A migração interna, na visão de Todaro (1981, p. 231) exacerba os desequilíbrios estruturais, tanto rurais quanto urbanos. Pelo lado da oferta, o êxodo rural faz aumentar desproporcionalmente a taxa de crescimento dos que procuram emprego nas cidades em relação ao crescimento populacional urbano. Pelo lado da demanda, a geração de empregos urbanos torna-se crescentemente mais difícil e mais dispendiosa, se comparada à geração de emprego rural. “Juntos, este rápido aumento da oferta e o lento crescimento da demanda tendem a converter o problema,

de curto prazo, de desequilíbrio de força de trabalho, numa situação de excedente crônico e crescente de mão-de-obra urbana” [Todaro (1981, p. 231)].

Se há excedente de mão-de-obra nas cidades, o que explica o volume maciço e crescente de migração rural-urbana no Brasil nas últimas décadas? Uma estreita visão microeconômica chama a atenção para o cálculo individual presente na decisão de mudar-se e conclui que as pessoas transferem-se para as áreas metropolitanas, porque os benefícios contrabalançam os custos. Todavia, explicações deste tipo, que prevalecem na literatura sobre população e desenvolvimento, deixam muito a desejar. Uma perspectiva que limita seu foco analítico à racionalidade individual não tem como explicar o contexto estrutural que motiva a decisão em primeiro lugar. Para que não nos limitemos apenas ao nível micro, os estudos de emigração rural devem necessariamente aprofundar-se no entendimento dos fenômenos estruturais que determinam os fatores de “expulsão” no meio rural.

A análise do movimento populacional rural-urbano adotada neste capítulo enfatiza a importância de cinco aspectos da estrutura agrária brasileira: a concentração da propriedade da terra; a mercantilização da agricultura; a mecanização da produção; o impacto das políticas creditícias e a elevação real do preço da terra. Um resumo de duas tradições teóricas opostas introduz a discussão da relação existente entre crescimento populacional, estrutura agrária e emigração rural.

9.1 - Perspectivas da Migração para as Cidades

As explicações da migração rural-urbana dependem, em grande parte, da conceitualização do processo migratório adotada pelo pesquisador, assim como da unidade de análise usada para a coleta e interpretação de dados. Recentemente, a literatura sobre o assunto tornou-se crescentemente polarizada entre duas escolas opostas de pensamento [Wood (1982)].

9.1.1 - O Modelo de Equilíbrio da Migração

Para a teoria econômica neoclássica, o movimento populacional é conceitualizado como mobilidade geográfica de trabalhadores, sensíveis aos desequilíbrios da distribuição espacial da terra, mão-de-obra, capital e recursos naturais. A localização geográfica desigual dos fatores de produção determina retornos desiguais de cada fator. Este fato influencia a direção e a magnitude dos fluxos migratórios. A mão-de-obra muda-se de lugares em que o capital seja escasso e em que a mão-de-obra seja abundante (o que causa baixa remuneração dos trabalhadores) para áreas, onde o capital seja abundante e a mão-de-obra, escassa (o que causa maior remuneração). Por

quebrar a “tirania do espaço”, e por redistribuir o capital humano de lugares de baixa produtividade para lugares de alta produtividade, considera-se a migração um “incentivador do desenvolvimento”, pois corrige os desequilíbrios rurais-urbanos, interurbanos e inter-regionais referentes aos retornos dos fatores de produção [Spengler e Myers (1977, p. 11)].

Para alcançar-se o equilíbrio na distribuição dos fatores de produção e, daí, uma alocação mais eficiente dos recursos de um país, os trabalhadores precisam procurar por aquelas oportunidades de emprego que lhes dêem o maior retorno. Num sentido formal, o processo agregado de mobilidade de mão-de-obra pode, portanto, ser interpretado como um caso especial da teoria microeconômica de escolha do consumidor [Shaw (1975, p. 54)]. Em sua forma mais ampla, supõe-se que os fluxos migratórios sejam o resultado cumulativo das decisões individuais, baseadas na avaliação racional dos benefícios a serem auferidos e dos custos envolvidos na mudança. Pode-se estender o modelo de modo a incluir variáveis tais como o caráter e a extensão da informação disponível, o significado da utilidade dos custos e benefícios para o indivíduo [Rothemberg (1977)] e a “renda acumulada”, definida como o valor presente da renda esperada no futuro em razão da migração [Sjaastad (1962)]. O modelo foi, também, modificado com a finalidade de levar-se em conta os mercados de trabalho altamente segmentados das áreas urbanas dos países em desenvolvimento, através da inclusão da probabilidade de obtenção de emprego no setor moderno da economia [Harris e Todaro (1970)].

Por oferecer uma teoria formal do comportamento individual, o modelo microeconômico ressalta um conjunto comum de variáveis (por exemplo, custos, benefícios, distância, diferenciais de salários), e gera hipóteses empiricamente testáveis. Em razão dessas vantagens, a teoria microeconômica tendeu a dominar a literatura da migração. No entanto, a consistência interna da abordagem se dá à custa de um entendimento mais amplo dos fatores estruturais que impulsionam os movimentos populacionais. Os problemas principais com a perspectiva econômica neoclássica são seu caráter a-histórico e o viés reducionista que desvia a atenção das causas estruturais subjacentes da migração. A análise de custo-benefício, conduzida no nível do migrante individual, pressupõe, e por isso fracassa em explicar, a distribuição desigual da terra, do trabalho e do capital. Como consequência, o arcabouço microeconômico é de pouca valia para a percepção das condições existentes no nível macro, as quais, antes de qualquer outra variável, compõem as decisões de mudar-se. Na medida em que a etiologia da migração é buscada, exclusivamente, entre indivíduos, as conclusões alcançadas são, necessariamente, limitadas ao domínio das causas secundárias.

Em condições de privação extrema, e nos casos em que a coerção extra-econômica esteja envolvida, o modelo microeconômico de migração confere ao contexto analisado uma aparência, não justificada, de livre-escolha [Amin (1974)]. Quando a população luta para simplesmente manter-se nos níveis mínimos de subsistência, uma deterioração das condições na área rural ou a expulsão violenta de camponeses de suas terras (ver Capítulo 10) deixam os indivíduos sem quaisquer alternativas reais à migração.

A presumida aplicabilidade universal do enfoque neoclássico [por exemplo, Rothemberg (1977)], também desconsidera o fato de ser, a existência de trabalho livre, uma condição necessária para que se verifiquem as relações historicamente específicas entre a migração e a organização econômica. Sob o modo escravista de produção, a mão-de-obra é imóvel. O mesmo ocorre com formas tradicionais de utilização de mão-de-obra que se baseiam na residência permanente nos locais de cultivo e que são solidificadas pelas relações clientelísticas que ocorrem entre o dono da terra, o trabalhador e sua família. Apenas quando arranjos como estes entram em colapso é que surge a mobilidade do conjunto da mão-de-obra, que “espontaneamente” se transfere para áreas onde a mão-de-obra seja necessária.

9.1.2 - O Modelo Estrutural de Fatores de Expulsão

Ao contrário do modelo microeconômico de migração, a visão estrutural pressupõe que as análises da mobilidade espacial da população devem, em primeiro lugar, focalizar os fatores que modificam a organização da produção. Este enfoque procura tornar explícitos os mecanismos pelos quais as forças sociais, econômicas e políticas influenciam, direta e indiretamente, a demanda de mão-de-obra e as formas de recrutamento e remuneração [Balán (1973) e Portes (1978a)]. De modo semelhante, conceitualiza-se a migração como fenômeno de classe, em que a unidade de análise é o fluxo, em oposição ao enfoque atomístico que trata a migração como soma de decisões individuais.

Em seu estudo sobre a migração rural, Singer (1973) faz distinção entre “fatores de estagnação” e “fatores de mudanças”. A estagnação produz população excedente, quando o crescimento demográfico ocorre em condições nas quais a disponibilidade de terra adicional esteja limitada pela estrutura de posse, ou quando a terra torna-se fisicamente insuficiente, seja em tamanho, seja em fertilidade, para que possa comportar maior número de pessoas. Os fatores de mudança explicam o excedente populacional gerado, entre outros fatores, pela introdução de relações sociais capitalistas que destroem os arranjos de parceria e arrendamento, pela mecanização do processo de trabalho, ou por mudanças na produção agrícola, tais como a troca de uma cultura por outra, que reduzem a demanda de mão-de-obra.

Em resumo, a estagnação refere-se ao aumento da população com o mesmo nível de recursos. Os fatores de mudança referem-se a modificações da estrutura da produção agrícola que fazem reduzir a capacidade do setor rural de absorver um determinado nível de mão-de-obra.

Tanto a estagnação quanto a mudança ocorrem na emigração. No entanto, são bastante diferentes as causas subjacentes ao movimento populacional e as implicações econômicas dos dois tipos de fatores de expulsão. Os fatores de mudança são parte integrante da industrialização da agricultura. Este processo está ligado à tecnificação da produção, ao aumento da produtividade do trabalho e ao aumento da demanda de trabalhadores mais qualificados. As áreas que experimentam este tipo de transformação perdem população, embora o aumento da produtividade permita, pelo menos em princípio, melhoria dos salários e do padrão de vida para a força de trabalho remanescente. Nos lugares onde os fatores de estagnação predominam, a emigração está mais intimamente associada à taxa de crescimento demográfico. As condições materiais daqueles que permanecem na área rural continuam no mesmo nível ou podem, de fato, deteriorar-se.

A relativa importância dos fatores de estagnação e mudança é de difícil quantificação, especialmente nas áreas em que ambos os fenômenos ocorrem simultaneamente. Todavia, o mérito do modelo de Singer é chamar a atenção para as diferenças regionais no modo pelo qual o crescimento populacional interage com a estrutura agrária. As características gerais das principais regiões do Brasil sugerem a ligação entre a emigração rural líquida do Nordeste e a estagnação, enquanto os fatores de expulsão que ocorrem no Centro-Sul estão mais intimamente relacionados às mudanças da estrutura de produção agrícola.

9.2 - Estrutura Agrária e Emigração Rural

9.2.1 - A Concentração da Propriedade da Terra

Apesar das mudanças substanciais na estrutura da produção agrícola desde o período colonial, a alta concentração da propriedade da terra permanece como um dos aspectos mais significativos da estrutura agrária brasileira (ver Capítulo 3). A Tabela 9.1 dá indicação do grau de concentração da terra no país. Em 1985, 53% de todos os estabelecimentos rurais continham menos de 10 hectares de extensão. Entretanto, ocupavam apenas 2,7% do total de terras. No outro lado da distribuição, apenas 0,8% das propriedades tinham mais de mil hectares, embora detivessem 44% das terras das áreas rurais.

No período 1960/85, a proporção de pequenas propriedades aumentou em 8,1 pontos percentuais. Entretanto, no geral, há apenas pequenas mudanças

Tabela 9.1
Distribuição Percentual das Propriedades Rurais por Tamanho e Número de Estabelecimentos - 1960/85

TAMANHO DAS PROPRIEDADES (ha)	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS				ÁREA			
	1960	1975	1980	1985	1960	1975	1980	1985
Menos de 10	44,9	52,1	50,4	53,0	2,4	2,7	2,5	2,7
10 a menos de 100	44,7	38,0	39,2	37,2	19,0	18,6	17,7	18,5
100 a menos de 1000	9,4	9,0	9,5	8,9	34,4	35,8	34,7	35,0
1000 a menos de 10000	0,9	0,8	0,9	0,8	28,6	27,8	28,6	28,8
10000 e mais	a	a	a	a	15,6	15,1	16,5	15,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1976 e 1988).

Nota: ^a Menos de 0,5%.

durante esse período de 25 anos. Os coeficientes de Gini para concentração da distribuição da terra, relativos aos anos censitários de 1950, 1960, 1970 e 1980 situam-se em torno de 0,84. Os coeficientes relativos a diferentes regiões indicam que a concentração é maior no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e menor no Sul. Isto reflete a ampla diversidade de atividades econômicas que vão desde as pequenas propriedades agrícolas familiares dos descendentes dos imigrantes europeus no Sul do Brasil, até as grandes fazendas do Mato Grosso e os tradicionais estabelecimentos produtores de açúcar do Nordeste brasileiro [Baer (1979, p. 215-216)].

A distribuição dos estabelecimentos por tamanho não capta completamente o grau de concentração da terra. As comparações entre regiões que sejam caracterizadas por diferentes climas, solos, mercados e níveis de tecnologia podem ser enganosas. A comparação entre os tamanhos das propriedades, por si só, pode padecer de sentido, uma vez que a capacidade de sustento de uma fazenda em determinado local pode não ser igual à de outra de mesmo tamanho localizada em outro lugar. Com o objetivo de fornecer uma unidade padrão de análise, o Estatuto da Terra, de 1964, estabeleceu o conceito de "módulo rural" como base para coleta de dados e avaliação oficiais. Define-se módulo como o tamanho do lote, singular a uma determinada região, que seja necessário para absorver o trabalho da família do agricultor durante o ano todo e que seja suficientemente grande de tal modo a que possa, com ajuda de mão-de-obra contratada, permitir o "progresso social e econômico da unidade doméstica".

O módulo, que varia de tamanho por região e tipo de produção, é a base para a definição de quatro tipos de propriedades. Um lote menor que um

módulo é classificado como *minifúndio*. Um lote que conteuha 300 módulos, ou mais, é chamado *latifúndio*. As fazendas de tamanho intermediário, isto é, de 1 a 300 módulos, podem ser classificadas em dois tipos, de acordo com a sua produtividade: a *empresa rural*, isto é, uma fazenda que seja "racional e economicamente explorada", e o *latifúndio* por exploração, isto é, propriedade que permaneça incultivada ou que seja pouco explorada, ou ainda, que seja mantida para fins especulativos.

Uma vez que o conceito de tamanho de unidade rural se baseia na área de terra necessária a oferecer emprego produtivo a uma família agrícola típica, a distribuição de estabelecimentos rurais, segundo esta tipologia, oferece descrição mais prática da estrutura de posse da terra no Brasil. De acordo com o cadastro do Incra de 1972, quase 3/4 de todas as unidades rurais (72%) classificavam-se como minifúndios. Enquanto os minifúndios ocupavam apenas 12,5% da área total, 72% da terra restante eram improdutivos ou mantidos para fins especulativos por grandes proprietários. As empresas rurais, ou grandes fazendas, operadas produtivamente, constituíam apenas 4,8% do total dos estabelecimentos rurais e correspondiam a menos de 10% da terra ocupada [Silva (1978)].

Onde quer que os meios de produção sejam monopolizados por uma minoria de latifundiários e uma ampla maioria de habitantes do meio rural não tenha um pedaço de terra ou seja relegada a lotes de tamanho inferior ao mínimo necessário para subsistência, uma alta taxa de crescimento demográfico gerará desequilíbrio entre a disponibilidade de recursos produtivos e as necessidades de sustento para as famílias rurais. A tensão econômica e social causada por este desequilíbrio é o principal fator que contribui para a emigração da população excedente. Num contexto de rápido crescimento demográfico, a concentração da propriedade é causa primordial do êxodo rural.

9.2.2 - A Mercantilização da Agricultura

Embora não seja fenômeno novo no Brasil, a produção de bens agrícolas para comercialização acelerou-se com a introdução da mecanização de sistema de comunicações de base urbana e com a penetração crescente da economia de mercado nas áreas rurais. A prioridade para as culturas de exportação, inicialmente estimuladas pelo regime colonial, continua a ser dada pelo governo, por serem importante fonte de receita tributária e de divisas externas. A agricultura de mercado tende a utilizar métodos intensivos de capital para produção. O resultado é a queda da demanda de serviços de trabalhadores e arrendatários agrícolas.

Para o Brasil como um todo, a produção de soja aumentou a uma taxa anual média de 29,8% entre 1967 e 1978. Por outro lado, a taxa de crescimento da produção de arroz no período foi de apenas 3,2% a.a. As taxas relativas ao feijão preto à mandioca mostraram-se negativas, isto é, -1,60% e -1,63% a.a., respectivamente [Kohl (1981, p. 231)]. A queda da produção de culturas tais como a de feijão preto e mandioca constitui uma indicação de cada vez mais precária viabilidade econômica das pequenas propriedades agrícolas. Os analistas atribuem a produção estagnada ou declinante de tradicionais produtos alimentares às políticas creditícias e de subsídios que discriminaram os pequenos agricultores em favor dos grandes estabelecimentos que produzem para exportação. Isto causou importantes repercussões nas áreas urbanas. A baixa oferta de produtos agrícolas básicos foi importante fator no aumento do custo de vida na década de 70 [Kohl (1981, p. 237)], fator esse associado ao aumento da mortalidade infantil em São Paulo (Capítulo 5). Com o enfraquecimento da agricultura de pequena escala, as grandes empresas agroindustriais assumiram o papel dominante no setor rural brasileiro [Sorj (1980)]. Ligadas à área financeira urbana e internacional e às redes de processamento e de comercialização, essas empresas gozam de fortes vantagens comparativas no mercado. A utilização de sistema de produção e de transporte verticalmente integrados desaloja os pequenos agricultores bem como os pequenos fornecedores e comerciantes.

A mercantilização da agricultura brasileira e a crescente importância dos novos bens agrícolas de exportação, produzidos por processos altamente mecanizados, causaram efeito regressivo sobre a distribuição da renda. Entre 1970 e 1980, os índices que medem a concentração da renda dispararam no setor rural [Denslow e Tyler (1984)]. O coeficiente de Gini aumentou de 0,44 para 0,54; o índice de Theil, outro indicador comumente utilizado, quase dobrou, de 0,43 para 0,80. A participação na renda dos 40% mais pobres caiu de 15,6 para 12,4%, enquanto a participação do decil superior aumentou de 36 para 49%. Denslow e Tyler (1984) atribuem, parcialmente, este aumento da desigualdade da renda ao surto de crescimento da produção de produtos de exportação tais como o cacau e a soja. Este último produto exerceu impacto extremamente negativo sobre a distribuição dos ganhos nos lugares em que a soja substituiu os produtos mais intensivos de mão-de-obra, como era o caso do café no Paraná.

As conseqüências sociais e políticas da maior mercantilização da agricultura são também importantes. A hierarquia de riqueza, *status* e poder que diferencia a população rural está intimamente ligada à propriedade e ao controle da terra. Há redes informais de solidariedade, baseadas em relações de parentesco ou vizinhança, que oferecem assistência, participação e proteção mútuas. Seccionando estas redes horizontais, encontram-se relações verticais baseadas em arranjos entre patrões e empregados. Embora

altamente desiguais, tais relações incorporam obrigações mútuas que protegem os empregados e lhes provêem de subsistência básica [Esman (1978, p. 4)].

No Brasil e em muitas outras partes da América Latina, a estrutura social rural evoluiu de modo a atender às necessidades da produção agrícola tradicional. No período colonial, por exemplo, as necessidades de mão-de-obra mantinham-se mais ou menos uniformes ao longo do ciclo agrícola e sua oferta era reduzida. Trabalhadores agrícolas residentes e relações personalizadas do tipo clientelístico entre o dono da terra e o colono tornaram-se norma. Contudo, quando, com a evolução da agricultura, as necessidades de trabalho deixam de ser tão homogeneamente distribuídas no decorrer do ano, com acentuados picos e quedas, já não há muita razão para manter os trabalhadores em tempo integral na fazenda. Nessas circunstâncias, os empregados residentes são substituídos por trabalhadores assalariados. Há poucas dúvidas de que os trabalhadores sob o regime tradicional fossem explorados, mas à medida que se tornam proletarizados lhes são negados os benefícios do sistema antigo. As mudanças nas relações sociais da produção e o surgimento de um mercado altamente oscilante da mão-de-obra rural corroem as estruturas de solidariedade tanto horizontal quanto vertical, deixando a população pobre rural ainda mais vulnerável.

9.2.3 - A Mecanização da Produção

A mecanização da produção avançou simultaneamente com a crescente mercantilização da agricultura. No que se refere ao movimento populacional, o aspecto mais significativo dessa tendência é a redução da demanda de mão-de-obra permanente. Com a mecanização das fazendas, substituem-se, em grande parte, os empregados permanentes e arrendatários por trabalhadores assalariados temporários. Os dados apresentados na Tabela 9.2 mostram a crescente tecnificação da produção agrícola no Brasil. A utilização de fertilizantes aumentou quase 300% entre 1960 e 1975. Há de se ressaltar as posições relativas de São Paulo e da região Sul. A tabela mostra que melhorou, também, significativamente, o uso de tratores.

Em seu estudo sobre a agricultura latino-americana, Ambercombie (1972) observou que o impacto da mecanização sobre a absorção de mão-de-obra dependia do tamanho da fazenda. Usando dados relativos à Colômbia, concluiu que, em média, cerca de 19 trabalhadores eram substituídos por um trator nas fazendas com tamanho entre 50 a 200 hectares. A taxa de substituição caía regularmente com o aumento do número de hectares cultivados. O tipo de cultura também influía na relação entre mecanização e substituição de mão-de-obra. Em relação à cultura de batatas, a introdução

Tabela 9.2
Indicadores de Insumos Agrícolas - 1960/75

ESPECIFICAÇÃO	1960	1970	1975
Uso de Fertilizantes (kg/ha)			
Brasil	11,5	27,8	44,6
Nordeste	-	5,6	-
Sudeste	-	34,4	-
Sul	-	46,6	-
São Paulo	-	72,8	-
Hectares Cultivados por Trator			
Brasil	430	218	137

Fonte: Baer (1979).

de maquinário reduzia entre 6 e 19% as necessidades de mão-de-obra, comparados aos 50 a 90% de redução, em relação ao trigo.

Dados relativos a São Paulo refletem o impacto da mecanização sobre a demanda de mão-de-obra e sobre as mudanças nas relações sociais de produção do meio rural. Como se pode ver na Tabela 9.3, havia apenas 1.400 tratores em uso em 1940. Esse número aumentou, 40 anos depois, para 138.700, enquanto o total de arados pouco mais do que dobrou. Estas mudanças deram origem a significativas modificações no tamanho e composição da força de trabalho. A proporção de empregados permanentes e parceiros caiu em 52,7%, ao passo que a proporção de trabalhadores temporários aumentou 124,3%. O número total de pessoas empregadas no setor rural caiu 31% entre 1940 e 1980.

Os indicadores agregados da produção agrícola mascaram importante variação entre os diferentes tipos de unidades agrícolas. O surgimento da agricultura de grande escala foi acompanhado por aumento do número de pequenas unidades e pelo aumento da área total cultivada em estabelecimentos de tamanho inferior a 50 hectares [Lopes (1977)]. Entretanto, a expansão das unidades agrícolas pequenas, de base familiar, não contrabalançou a redução global da demanda de mão-de-obra no setor rural do Estado como um todo.

A transformação da agricultura paulista foi, em parte, estimulada pela política salarial. O Estatuto do Trabalhador Rural (1962), por exemplo, estendeu o salário mínimo, férias e feriados remunerados para o setor rural. A despeito destas boas intenções, na prática, o Estatuto incentivava os fazendeiros a substituir os empregados permanentes e arrendatários por

Tabela 9.3
São Paulo: Evolução da Agricultura - Alguns Indicadores - 1940/80

	ANO					VARIACÃO PERCENTUAL (1940/80)
	1940	1950	1960	1970	1980	
Máquina ^a						
1. Tratores	1,4	3,8	21,2	67,2	138,7	8907
2. Arados	168,1	224,9	272,5	401,6	351,5	109
Mão-de-Obra (%)						
3. Permanente	54,6	34,3	24,4	19,3	23,1	-
4. Parceria	b	15,5	7,5	4,3	2,7	52,7
5. Temporária	7,4	10,1	23,1	19,9	16,6	124,3
6. Familiar	37,9	40,1	44,9	56,5	39,6	4,5
7. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
8. Total de Trabalhadores	1.995	1.514	1.869	1.547	1.376	-31,0

Fontes: Censo Agropecuário (1980) e Lopes (1977).

Notas: ^a Em milhares.

^b Em 1940, os parceiros foram classificados como trabalhadores permanentes.

trabalhadores temporários [Gonzales e Bastos (1975)]. Por aumentar o custo da mão-de-obra em relação ao capital, a legislação também estimulava o uso de maquinário. Entretanto, como indicam os dados da Tabela 7.5, a reorganização da produção já estava em curso bem antes. A proporção de trabalhadores permanentes já sofrera uma queda entre 1940 e 1960 de 54,6 para 24,4%. Embora este fato não invalide totalmente o argumento sobre o efeito causado pelo Estatuto, sem dúvida sugere que o impacto da legislação do salário mínimo não deveria ser tão enfaticamente ressaltado nas análises sobre a mecanização da produção e as mudanças da estrutura social rural [Lopes (1977)].

A proletarianização da força de trabalho resultou no surgimento de um grande contingente de trabalhadores sem terra, conhecidos como "bóias-frias", os quais vivem em áreas urbanas, mas trabalham no campo durante as épocas de pico da demanda, principalmente durante as colheitas. Quando a demanda cai, esses trabalhadores reingressam no setor informal das cidades [Mello (1978) e Martinez-Alier (1975)]. Portanto, os "bóias-frias" representam um novo tipo de trabalhador, altamente móvel entre os mercados de trabalho urbano e rural. Embora os dados sobre o número de "bóias-frias" sejam fragmentados, há um consenso geral de que no sul do Brasil este tipo de

emprego temporário este já crescendo à custa dos trabalhadores residentes e das várias formas de arrendamento [Goodman e Redclift (1977)].

9.2.4 - Inflação e Valores da Terra

A terra é investimento bastante atraente em uma economia com alta inflação. Usando séries temporais dos preços de venda de terra de pastagem, Mahar (1978) mostrou que o valor real da propriedade rural no Brasil cresceu a uma taxa anual de aproximadamente 9% entre 1966 e 1975. Esta taxa aumentou para cerca de 25% no período 1970/75. O valor da terra nas áreas de fronteira, tais como no norte do Mato Grosso, aumentou, em termos reais, à taxa de 38% a.a. na primeira metade da década de 70.

Por ser uma excelente garantia contra a inflação, empresas e indivíduos investiram seus recursos em terra. A demanda crescente inflacionou ainda mais o preço das propriedades rurais, o que estimulou os emprestadores de dinheiro a executar hipotecas e os pequenos proprietários endividados a vender terra. Este processo gera concentração ainda maior de propriedade, uso menos eficiente de recursos escassos (terra) e transforma pequenos agricultores em arrendatários e trabalhadores assalariados [Esman (1978, p. 19)].

9.2.5 - Políticas Creditícias

Propriedades modernas e produtivas, bem como uma proporção substancial de especuladores de terra, freqüentemente, beneficiam-se do apoio do governo, sob a forma de reduções tributárias e condições de crédito favoráveis. De 1960 a 1975, o valor real dos novos empréstimos agrícolas no Brasil aumentou mais de seis vezes. A maior parte do crédito agrícola originou-se do Banco do Brasil, embora várias medidas tenham sido utilizadas para induzir os bancos privados a estender o crédito aos agricultores. Em meados da década de 70, quando a inflação foi além de 35%, os empréstimos para insumos agrícolas eram feitos à taxa de juros nominais de apenas 7%. A diferença entre as duas taxas implicou substancial transferência de renda para o setor agrícola [Baer (1979, p. 218)].

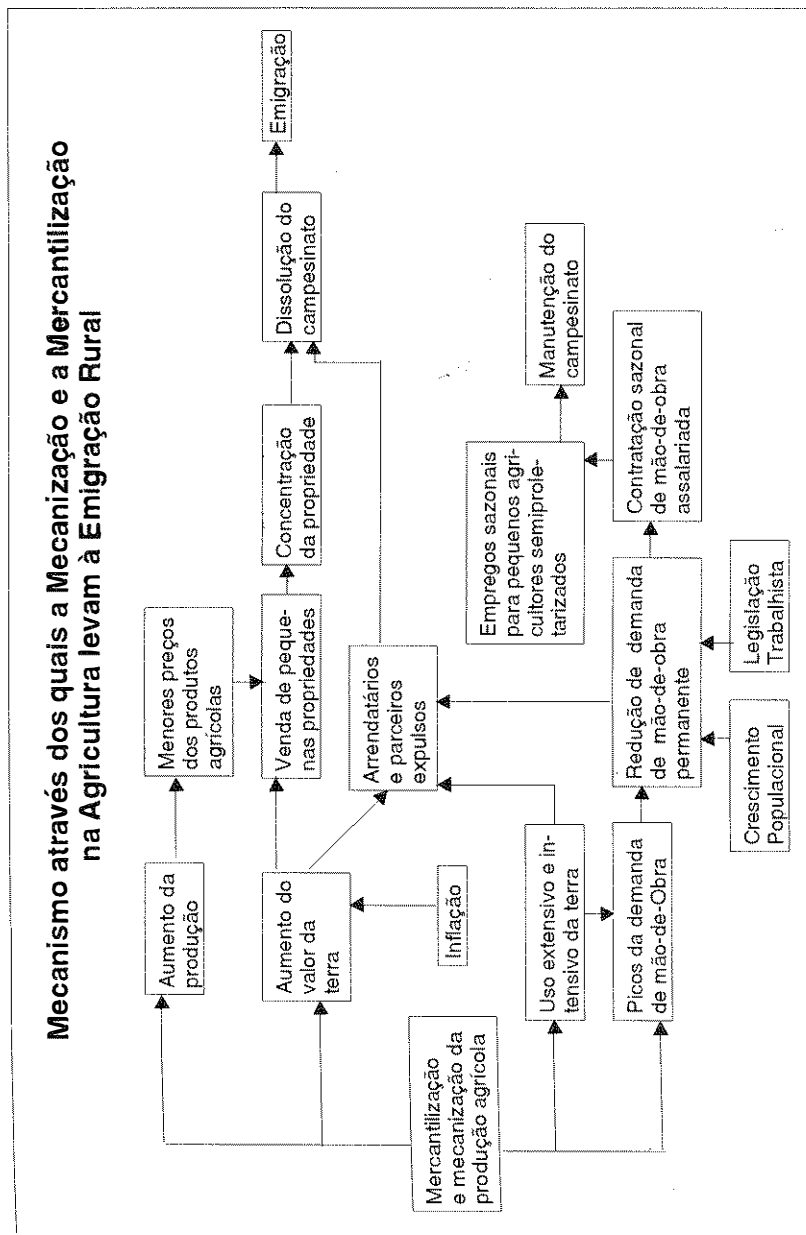
A política de apoio à agricultura significou importante afastamento das estratégias iniciais de desenvolvimento. Durante a década de 50, o setor agrícola esteve sempre subordinado ao objetivo maior de industrialização do país. As políticas públicas, à época, procuravam explorar os excedentes exportáveis brasileiros de café, algodão e cacau para financiar o desenvolvimento industrial. Isto se fez por meio de um complexo sistema de taxas de câmbio que discriminava exportações tradicionais e favorecia a importação de maquinário e bens de produção.

Nas décadas de 60 e 70, o crédito tornou-se importante instrumento de política, com vistas ao aumento da produção agrícola. Em 1977, como parte da política de combate à inflação, o crédito foi restringido. Entretanto, o impacto negativo dessa restrição sobre a balança comercial bem como sobre a demanda de insumos e maquinário modernos levou à nova expansão do crédito em 1979. Esta decisão foi de novo revertida em 1980, quando se responsabilizou o crédito agrícola pela expansão inflacionária da oferta de moeda [Kohl (1981, p. 14)]. Essas flutuações da disponibilidade do crédito e, de modo mais geral, a própria evolução da política de desenvolvimento rural refletem a interdependência crescente dos setores agrícola e industrial no Brasil.

O apoio advindo do crédito agrícola não beneficiou a todos igualmente. A distribuição dos subsídios, através de crédito à taxa real de juros negativa, tem sido bastante tendenciosa, uma vez que as grandes empresas, comumente, são os maiores beneficiários. Embora não se disponha de dados de âmbito nacional, os números relativos a São Paulo são indicativos do padrão que, muito provavelmente, prevaleceu no país. No período 1974/77, as unidades agrícolas com áreas superiores a 50 hectares, que correspondiam a 15,7% de todos os estabelecimentos, captaram 72,3% do crédito total para a produção e investimento. As pequenas propriedades, isto é, as inferiores a 20 hectares, receberam apenas 9,4%, muito embora compreendessem 42,4% de todos os estabelecimentos agrícolas [Kohl (1981, p. 153)].

9.2.6 - Resumo

O diagrama a seguir retrata os principais mecanismos por meio dos quais a comercialização e a mecanização da produção agrícola redundaram na emigração rural. Embora o diagrama não esgote as causas do êxodo rural, ele, não obstante, oferece um resumo apropriado das muitas relações-chaves referidas anteriormente. É importante notar, contudo, que os "fatores de mudança" não levam invariavelmente à dissolução do campesinato e à emigração. Ao contrário, o uso crescente de mão-de-obra assalariada sazonal por grandes estabelecimentos agrícolas comerciais oferece, em muitos casos, trabalho a pequenos detentores de terra semiproletarizados. A renda suplementar, derivada do regime de trabalho assalariado de tempo parcial, com freqüência, contribui para a sobrevivência dos produtores camponeses que poderiam, de outra forma, ser forçados a abandonar suas pequenas propriedades. O fato de que a industrialização da produção agrícola mostra duas tendências contraditórias, uma delas para dissolver e a outra para conservar o campesinato, tem sido objeto de muito debate.



9.3 - A Sorte do Campesinato

Os economistas de tradição neoclássica, junto com os cientistas sociais da escola da modernização, endossam o pressuposto de que a industrialização da agricultura resulta na destruição das formas “atrasadas” de produção. É irônico, talvez, o fato de que esta conclusão tenha semelhança marcante com a posição dos marxistas clássicos, embora estes últimos defendam idéias diferentes quanto aos processos pelos quais se alcança aquele resultado, assim como quanto às implicações sociais e políticas. Embora a análise de Marx sobre o campesinato nunca tenha sido completamente explícita [Heynig (1982)], permanece claro o peso de sua argumentação. No processo histórico mundial, Marx considerava os camponeses uma categoria residual, baseada em formas obsoletas de produção e condenada a ser substituída. Revendo estas questões, Goodman e Redclift (1982, p. 5) concluem que “... tanto Marx quanto Engels acreditavam que a sorte da economia camponesa estava selada, como conseqüência de endividamento crescente e de mudanças tecnológicas e que a pauperização seria apenas o prelúdio da proletarianização”. Feder (1978, p. 193), numa tradução extrema desta idéia, iguala a sorte do camponês à dos animais mamíferos com a proximidade da idade glacial: “a última espécie ameaçada de extinção”, afirma ele, “(é o) camponês das regiões subdesenvolvidas não socialistas... as gerações futuras saberão de sua existência apenas através da vasta literatura sobre o campesinato...”

Contudo, o pensamento de Marx, como foi observado por muitos [Goodman e Redclift (1982), Heynig (1982) e Bartra (1975)], era menos mecânico e dogmático do que o prognóstico de Feder sugeriria. Em seus escritos sobre a relação entre o capitalismo e o campesinato da Inglaterra, França e Rússia, Marx faz alusão à importância das situações concretas dos respectivos países, visão esta que evita a aplicação simplista de suas observações aos camponeses em outros contextos históricos, sociais e geográficos. Lenin, por sua vez, coloca um argumento primoroso sobre a questão, quando afirma que “as mais variadas combinações dos elementos de um ou de outro tipo de evolução capitalista são possíveis e apenas os incorrigíveis pedantes afirmariam serem capazes de solucionar as complicadas questões peculiares que surgem nesses casos, apenas por citar uma ou outra opinião de Marx relativa a uma diferente era histórica” [citado em Heynig (1982)].

Os estudiosos da América Latina rural examinaram as relações funcionais entre os modos capitalista e não-capitalista de produção como uma maneira de explicar a persistência, e em alguns casos até mesmo a expansão, da produção camponesa. Com a finalidade de explorar esta interação, os pesquisadores têm retificado a visão marxista clássica do Manifesto Comunista. Rejeitando a idéia de que formações econômicas não-capitalistas se jam

destruídas onde quer que o capitalismo se expanda, Laclau (1971) afirmava que os vários modos de produção existem simultaneamente dentro de uma dada formação social e que esses modos são “articulados” uns com os outros. O significado preciso deste termo é bastante discutido e sua utilização tem mudado bastante com o tempo. O termo, segundo Foster-Carter (1978, p. 214), não é “simplesmente um sinônimo prolixo de, digamos, ‘ligados’...” Ao contrário, refere-se à relação capitalista, paradoxal, com outros modos de produção: por um lado, o capitalismo mina formações não-capitalistas; por outro, preserva e, em alguns casos, até mesmo faz expandir a economia não-capitalista.

Dizer-se que modos de produção sejam articulados implica, especificamente, o fato de que ocorra transferência de valor de um para outro modo. Uma forma de articulação se dá por meio da migração da mão-de-obra sazonal. Segundo este argumento, a preservação de famílias semi-autônomas, que são compelidas a enviar alguns de seus membros para o mercado em busca de emprego assalariado de tempo parcial, facilita a expansão da empresa capitalista, por servir-se de uma fonte de mão-de-obra “barata” durante os períodos de pico de demanda. A força de trabalho produzida na economia não-capitalista é barata, na medida em que os trabalhadores precisam apenas de remuneração que lhes cubra o sustento imediato enquanto estejam no trabalho. Facilmente dispensável ao final da temporada, o trabalhador retorna ao seu pedaço de terra de subsistência, que é manejado por outros membros da família durante o período de ausência. Com efeito, os custos de manutenção e reprodução de mão-de-obra são transferidos para a economia de subsistência até a nova temporada, quando então se repetirá o ciclo [Long (1977, p. 101), Portes (1978a) e Wolpe (1980)].

A disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo para os empregadores origina-se, portanto, dos padrões de migração de mão-de-obra sazonal, padrões estes que, por sua vez, constituem estratégias de sobrevivência formuladas pelas famílias do setor de subsistência [Wood (1981)]. Uma vez que os salários são baixos, em relação ao setor capitalizado, a articulação, via migração, aumenta a taxa de lucro e favorece a viabilidade econômica das empresas capitalistas. Por outro lado, os salários auferidos pelos trabalhadores sazonais servem para preservar as famílias semiproletarizadas das áreas rurais. Desse modo, há um “dualismo funcional” entre as formas capitalista e camponesa de produção no meio rural [Janvry (1981)].

Vários aspectos da transformação social do Brasil rural, sem dúvida, funcionam em detrimento dos pequenos agricultores. Ao mesmo tempo, isto não evita o fato de que outros processos — alguns dos quais fazendo parte das mesmas transformações estruturais — possam funcionar no sentido de

sustentar, e algumas vezes, contribuir para a expansão do campesinato. Segue-se disto que a oposição entre a agricultura capitalista e a do pequeno agricultor constitui, apenas, um aspecto da interação entre as duas formas de produção. Além da competição direta e desigual entre eles, as relações funcionais também existem, ligando os setores capitalista e não-capitalista. As duas formas de produção não são separadas, nem autônomas, como queria o modelo dualista, mas, ao contrário, são partes integrantes do mesmo sistema.

9.4 - A Magnitude do Êxodo Rural: 1960/70 e 1970/80

Na ausência de informações diretas sobre histórias de mobilidade individual, o método “residual” constitui a técnica indireta mais comum para a estimação do volume de migração líquida. Em uma população fechada, onde não haja imigração ou emigração, o crescimento é unicamente uma função da taxa de crescimento natural — o excesso de nascimentos sobre mortes. Contudo, em uma população aberta, a mudança demográfica se deve ao efeito conjunto de crescimento natural e migração líquida. A técnica residual utiliza uma projeção da população fechada, com a finalidade de separar os dois componentes da mudança demográfica. A aplicação da técnica, feita aqui, envolve a estimação da emigração rural líquida, no Brasil, e em suas 10 regiões geográficas.

Projetar, em primeiro lugar, a população futura da data do censo seguinte. O tamanho projetado constitui uma estimativa do número de habitantes rurais que esperaríamos encontrar como resultado, tão-somente, do crescimento natural. O valor projetado, subtraído do efetivo de pessoas enumeradas pelo censo ao final do período, nos dá a medida da migração líquida.¹ Inferimos a magnitude do movimento populacional pela diferença entre a mudança total do tamanho da população durante o período intercensitário e a mudança que seria causada apenas pelo crescimento natural. O sinal negativo indica a perda líquida de população; o sinal positivo, o ganho líquido (ver nota 1).

A Tabela 9.4 ilustra os passos tomados para a estimação do volume da migração rural-urbana líquida no Brasil. Como se pode ver, a população

1 Este procedimento gera uma estimativa de migração líquida que consiste no movimento real de pessoas, mais a transferência de indivíduos por mudança e reclassificação de limites. Como as cidades se expandem, seus limites administrativos se movem com o tempo, acrescentando pessoas à população urbana e as subtraindo da rural. De modo semelhante, quando as áreas urbanas são definidas com base em critério administrativo, como é o caso do Brasil, a população urbana pode crescer e a rural pode diminuir por uma simples decisão administrativa. Todos os três tipos de mudança da população (migração real, modificação e reclassificação de limites) são aqui tratados, nos dois últimos casos erroneamente, como parte da migração líquida. Entretanto, felizmente, o número de municípios criados durante o período foi pequeno, em razão das mudanças da legislação que tornaram mais difícil do que no passado, a criação de novas unidades administrativas.

Tabela 9.4

Estimativa da Migração Líquida Rural-Urbana - 1960/80
(Em Milhões)

1960/70	
População Rural em 1960 (A)	38.767
População Rural Projetada para 1970 (B)	54.844
População Enumerada em 1970 (C)	41.054
Migração Líquida (C) - (B)	-13.790
Taxa de Migração Líquida	(1) -25,1
1970/80	
População Rural em 1970 (A)	41.054
População Projetada para 1980 (B)	55.944
População Enumerada em 1980 (C)	38.616
Migração Líquida (C) - (B)	-17.328
Taxa de Migração Líquida	(2) -44,6

Fonte: Censos Demográficos (1960 a 1980).

(1) Taxa = (Migração líquida de 1960/70/população rural de 1970). 100.

(2) Taxa = (Migração líquida de 1970/80/população rural de 1980). 100.

rural total, em 1960, era de 38,767 milhões. Utilizando estimativas de fecundidade e mortalidade rurais para a década, projetamos a população para os 10 anos seguintes. Dadas a estrutura etária da população e a combinação das taxas específicas de fecundidade e mortalidade, o número esperado de habitantes rurais, supondo a não-existência de fluxos migratórios, era de 54,844 milhões de pessoas em 1970. Este valor está consideravelmente acima do número de pessoas de fato recenseadas pelo Censo de 1970 (41,054 milhões de pessoas). A população projetada para 1970, subtraída do número real observado, é uma estimativa do movimento líquido rural-urbano. Entre 1960 e 1970, as áreas rurais brasileiras sofreram uma perda líquida de cerca de 13,790 milhões de pessoas.² A taxa de migração líquida da década de 60 foi de -25,1%. Isto significa que, não fosse a migração rural-urbana da década, a população rural brasileira em 1970 seria 25% maior do que a observada.

2 Esta medida de emigração líquida inclui o número de pessoas que tenham deixado as cidades (efeito direto), mais o número de crianças nascidas de migrantes no período intercensitário (efeito indireto). É possível estimar-se a importância relativa dos dois efeitos sobre o tamanho da população rural, utilizando-se de uma projeção separada para a população migrante líquida. Relativamente a 1960/70, os resultados indicam que 75% da queda da população rural se devem à perda direta de migrantes. Os restantes 25% (efeito indireto) podem ser atribuídos ao nascimento nas cidades de crianças, filhas de pais migrantes da década.

Os resultados do Censo de 1980 mostram que o número de habitantes do Brasil rural caiu em termos absolutos na década de 70. A população rural era de 41,054 milhões de pessoas em 1970 e, 10 anos mais tarde, declinou para 38,616 milhões. O êxodo rural foi tão amplo na década de 70 que foi capaz de drenar mais pessoas do que todo o crescimento demográfico causado pelo aumento natural da população rural. Este fenômeno não tem precedentes no Brasil e reflete a enormidade do fluxo em direção às cidades ocorrido na última década.

A estimativa de migração líquida rural-urbana entre 1970 e 1980 é, também, apresentada na Tabela 9.4. A população projetada para 1980 excede, em muito, o número real de pessoas recenseadas naquele ano, e há uma perda líquida estimada de 17,328 milhões de pessoas durante a década. Comparado à década de 60, o número absoluto de migrantes líquidos cresceu em 3,5 milhões de pessoas. Este aumento é refletido na taxa de migração líquida, que passou de -25,1%, em 1960/70, para -44,6%, em 1970/80.

A taxa de migração líquida rural-urbana agregada mascara a grande diversidade existente entre as 10 regiões brasileiras. Para analisarmos essas diferenças, geramos estimativas desagregadas do movimento líquido em direção às cidades, aplicando a mesma técnica residual a cada área geográfica.³ Os resultados, apresentados na Tabela 9.5, demonstram a importância do Nordeste como a principal região de origem. Entre 1960 e 1970, as áreas rurais do Nordeste Setentrional, Central e do Meridional sofreram uma perda líquida de população de 44,3, 29,5 e 27,6%, respectivamente. Juntas, as três áreas contribuíram com 32,9% do total do movimento líquido rural-urbano da década de 60. Estes resultados são consistentes com a percepção comum acerca de movimentos populacionais. A sina dos agricultores de subsistência dessa área de secas e suas penosas viagens para os centros urbanos em busca de sobrevivência constituem temas recorrentes na literatura e no folclore brasileiros.

A emigração foi também alta no Sudeste e Sul do Brasil. Somente Minas Gerais e Espírito Santo (região Minas), com uma taxa líquida de -46,2%, foram responsáveis por 20% de toda a emigração rural líquida durante a década. Nas áreas rurais de São Paulo, a taxa líquida alcançou -86,9%, a mais alta estimativa para qualquer das regiões do país. A segunda coluna mostra que bem mais de 1/3 (37,5%) do movimento líquido total em direção às cidades originou-se nas regiões de São Paulo e do Sul (Rio Grande do

3 Obtivemos os dados necessários para as projeções regionais, calculando as médias ponderadas das taxas de fecundidade e mortalidade rurais das unidades da Federação, componentes da região, usando, como peso, o tamanho da população dos estados. As taxas de fecundidade e mortalidade regionais relativas ao período de projeção 1970/75 foram derivadas por meio da interpolação dos valores relativos a 1960/70 e 1975/80.

Tabela 9.5
Taxas de Emigração Rural Líquida, por Região - 1960/80

REGIÃO	1960/70		1970/80	
	TAXA DE EMIGRAÇÃO LÍQUIDA	% DA EMIGRAÇÃO LÍQUIDA TOTAL	TAXA DE EMIGRAÇÃO LÍQUIDA	% DE EMIGRAÇÃO LÍQUIDA TOTAL
Amazônia	-21,4	3,1	^a	^a
Nordeste Setentrional	-44,3	5,8	^a	^a
Nordeste Central	-29,5	17,3	-36,0	15,9
Nordeste Meridional	-27,6	9,8	-31,4	9,9
Minas	-46,2	20,1	-65,2	19,8
Rio	-71,3	5,3	-60,3	3,3
São Paulo	-86,9	22,0	-52,9	8,9
Paraná	^a	^a	-94,2	17,6
Sul	-45,0	15,5	-57,9	13,6
Centro-Oeste	-5,9	1,1	-76,7	11,0
Brasil	-25,1	100,0	-44,6	100,0
Migração Líquida	-	13.790.000	-	17.328.000

Fonte: Dados Básicos: Censo Demográfico (1960 a 1980).

Notas: As taxas referem-se ao percentual do saldo migratório em relação à população rural do final da década.

^a Indica regiões que experimentaram imigração líquida.

Sul e Santa Catarina). O Paraná constitui exceção neste padrão. O aumento líquido da população rural ali estava associado ao movimento de fronteira agrícola no Estado, processo esse iniciado na década de 40.

As estimativas relativas a 1970/80, mostradas na terceira e quarta colunas, revelam importantes mudanças ocorridas na última década. Diferentemente da década de 60, quando o saldo do movimento populacional foi negativo, as áreas rurais da Amazônia e do Nordeste Setentrional experimentaram ganhos líquidos. O inverso aconteceu no Paraná: a migração líquida foi positiva na década de 60, mas a estimativa para a década seguinte mostrou um enorme fluxo migratório para fora das áreas rurais (-94,2% em relação à população rural enumerada em 1980). Entre 1970 e 1980, o Paraná contribuiu com 17,6% do êxodo rural líquido total. Esta drástica virada reflete o fechamento da fronteira agrícola do Paraná e a expulsão de população, em razão das mudanças na produção agrícola, especialmente da

expansão do cultivo da soja, poupador de mão-de-obra, em substituição a outras culturas, principalmente a do café.

O Centro-Oeste seguiu um padrão semelhante. Na década de 60, a migração líquida rural, negativa, foi baixa: -5,9%. Na década seguinte, a taxa líquida foi altíssima (-76,7%). O repentino aumento da migração em direção às cidades indicou a desaceleração da expansão da fronteira naquela área. O crescimento de Brasília, assim como de outros centros regionais, tais como Goiânia e Campo Grande, contribuiu ainda mais para a urbanização do Centro-Oeste [Merrick e Graham (1981)].

Uma descrição completa das causas do êxodo rural especificaria o impacto relativo dos fatores de expulsão e atração e identificaria os vários modos pelos quais as mudanças da estrutura agrária influenciam as condições materiais da população rural, incluindo-se as tendências que permitem às pessoas permanecerem no campo. Isto seria, necessariamente, feito no nível da microrregião, dada a diversidade geográfica e o caráter especificamente regional de muitas mudanças em curso no Brasil. Na ausência de um estudo exaustivo deste tipo, podemos tão-somente assinalar as forças atuantes mais importantes e chegar a algumas conclusões quanto a seu efeito sobre a migração. Dentro destas limitações, os resultados empíricos mostrados aqui indicam que as áreas rurais brasileiras sofreram uma maciça perda de população na década de 60 e que a magnitude da migração rural-urbana foi ainda maior entre 1970 e 1980.

Colonização e Expansão da Fronteira da Amazônia

Na década de 70, os movimentos populacionais passaram a ser uma questão da maior importância, no que concerne às políticas públicas no Brasil. A migração rural-urbana e os intensos fluxos inter-regionais de pessoas, provenientes principalmente do Nordeste, em direção às cidades do Centro-Sul, exerciam cada vez mais fortes pressões sobre as áreas metropolitanas. O município de São Paulo, que já comportava milhões de pessoas em 1970, continuava a crescer a uma taxa alarmante, assim como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Para contrabalançar o tamanho e a densidade crescentes da população urbana das regiões industrializadas, o governo lançou um plano para redirecionar os fluxos migratórios, não mais para o Sul, mas para a escassamente povoada Amazônia. A Rodovia Transamazônica e os projetos públicos de colonização constituíam as pedras angulares de um ambicioso plano de desenvolvimento, que se iniciou com o Plano de Integração Nacional em 1970.

Em razão da vasta extensão do território relativamente desabitado nas terras baixas tropicais do Norte do Brasil, o movimento de ocupação da Amazônia mostrava-se uma solução aparentemente plausível para a má distribuição populacional. Para o regime militar, o plano era também politicamente sedutor. A colonização de novas terras acenava para a melhoria das condições das camadas rurais pobres e contornava a questão da redistribuição de terra nas regiões já povoadas do país. Além disso, por retratar a colonização como uma necessidade geopolítica que protegeria o interior do Brasil, vulnerável à usurpação externa, o regime identificou-se com antigo tema nacionalista.

Além de responder ao interesse político, a abertura da Amazônia teria sido uma solução realística para a pressão populacional e pobreza rural? Para

responder a esta questão, faremos, em primeiro lugar, uma revisão da história singular do povoamento e desenvolvimento da Região Amazônica. Após isto, descreveremos o projeto de colonização e esboçaremos as razões pelas quais o plano de ocupação foi declarado um fracasso em meados da década de 70. A análise subsequente sobre a mudança das prioridades de desenvolvimento, que abandonaram a colonização baseada em pequenos agricultores, em favor de empreendimentos capitalistas de grande escala, ajuda-nos a explicar a crescente incidência de violentos conflitos sociais naquela área. Na seção final deste capítulo, estimaremos o volume de migração líquida para a região, assim como para o Centro-Oeste, entre 1970 e 1980. Os resultados levantam sérias dúvidas sobre a capacidade da Amazônia, e das áreas de fronteira em geral, de absorver o excedente populacional do Brasil.

10.1 - População e Política de Desenvolvimento na Amazônia

A Amazônia tem sido objeto de propostas de colonização desde o período colonial. Se dependesse da demarcação papal das possessões espanholas e portuguesas do Novo Mundo em 1494, Portugal teria se apropriado muito pouco da Região Amazônica. Porém, depois da descoberta do Brasil em 1500 por Cabral, exploradores, mercadores, colonizadores e missionários moveram-se cada vez mais para o Oeste, com a finalidade de ocupar o interior da América Latina. Não obstante as estipulações do Tratado de Tordesilhas, o Brasil passou a ter controle *de facto* de pontos estratégicos, através de uma ocupação rarefeita, embora efetiva, da terra. Seguindo o princípio de que “a posse é nove décimos da lei”, o Brasil ficou com a parte do leão do Continente.

A expansão portuguesa para o Oeste tomou lugar, apesar do Tratado de Tordesilhas e de terem sido os espanhóis os primeiros a adentrar o Rio Amazonas. Em 1510, Vicente Yanéz Pinzón, que erradamente imaginava ter alcançado o Ganges, velejou 50 milhas Rio Amazonas acima até um lugar que ele denominou Mar Doce, cuja posse reclamou para a Espanha. A aventura mais ousada foi a viagem rio abaixo de Francisco Orellana, que se juntara a Pizarro na expedição que havia partido de Quito, em busca da fabulosa Terra de Cinnamon, supostamente localizada a leste dos Andes. Após meses de viagem, a expedição de Pizarro chegara ao Rio Coca, e Orellana, o imediato de Pizarro, foi enviado rio abaixo em busca de comida. Orellana nunca retornou. Ao invés disso, ele e sua tripulação continuaram a viagem e chegaram até a Foz do Amazonas em 1541. As crônicas da expedição foram registradas pelo Capelão Gaspar de Carvajal. Carvajal escreveu sobre tribos indígenas, onde mulheres lutavam ao lado dos homens

e esta passagem tornou-se a fonte da lenda das Amazonas e a origem do nome do grande rio.

10.1.1 - O Boom da Borracha

O controle sobre a esparsamente povoada Região Amazônica é uma preocupação antiga do governo. No século XIX, o boom da borracha provocou uma disputa com a Bolívia sobre o Acre, rico em borracha, um ambicionado território que cobria uma área de 187 mil quilômetros quadrados na parte mais ocidental da Amazônia. A demanda do látex natural atraía gente, por volta de 1890, até os limites da Amazônia. A população cresceu rapidamente, à medida que para lá acorriam migrantes nordestinos assolados pela seca, em busca do “ouro branco”. Na virada do século, quase 100 mil seringueiros brasileiros haviam-se embrenhado no Acre e a Bolívia ameaçava com uma guerra. O conflito armado foi evitado pelo Tratado de Petrópolis de 1903. O acordo cedia o Acre ao Brasil em troca da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, que ofereceria à mediterrânea Bolívia uma saída para o mercado mundial.

A distribuição dispersa das seringueiras e a ausência de uma força de trabalho estável na Amazônia constituíram desvantagens fatais na luta cada vez mais competitiva no mercado mundial da borracha. Usando sementes de seringueiras contrabandeadas do Brasil pelo botânico inglês Sir Henry Wickham, estabeleceram-se grandes plantações de borracha no Oriente, que puseram fim à posição de liderança no mercado que o Brasil ocupava. Durante os anos de pico do boom da borracha (1910/12), as exportações brasileiras respondiam por 88% das provisões mundiais. Em 1919, a participação do Brasil caía para menos de 10%. Os trabalhadores que se haviam aventurado pela região foram para outras partes do país ou passaram a dedicar-se à agricultura de subsistência ou à pesca para sobreviver.

Depois do boom da borracha, a economia da Amazônia ingressou num período de estagnação, que se interrompia apenas em razão de aumentos ocasionais do preço da borracha. Em certa época, a *Ford Motor Company* tentou estabelecer plantações nos moldes orientais. Porém, as pragas que atacavam as folhas, comuns na América do Sul, destruíam incessantemente as árvores, artificialmente plantadas muito próximas umas das outras. Por esta razão, o projeto foi abandonado. A entrada dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra ressuscitou, temporariamente, o comércio da borracha através dos “Acordos de Washington”, de 1942, pelos quais o Brasil concordava em cooperar com as Forças Aliadas, por meio do suprimento de matérias-primas estratégicas, inclusive o látex. Entretanto, ao final da guerra, a borracha asiática reingressava no mercado mundial e a economia da Amazônia entrava novamente em declínio.

A ascensão e queda do comércio da borracha refletem a tradicional dependência econômica da Amazônia da extração de produtos silvestres como fonte de renda e emprego. Este fator explica a dispersão geográfica das comunidades ribeirinhas da região e a flutuação da população através dos anos.

10.1.2 - Iniciativas Contemporâneas

Nas últimas décadas, o governo federal adotou sucessivas políticas de estímulo à economia amazônica. Em 1946, a Constituinte Brasileira aprovava o Artigo 199 que previa a dotação de 3% de todas as receitas federais para o desenvolvimento da região. Administrados pela Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), esses recursos foram grandemente despendidos em infra-estrutura, que incluía energia, facilidades portuárias, sistemas de fornecimento de água em 16 “pólos de crescimento”, selecionados em áreas prioritárias [ver Cardoso e Müller (1977, p. 109-111)].

Em 1966, a SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Embora os recursos alocados na Sudam tenham decrescido de 3 para 2% do orçamento federal, a instituição passou a adotar programas de incentivo fiscal de grande alcance. A finalidade da nova política era mobilizar empresários de outras partes do Brasil para reinvestir rendas tributáveis na Amazônia. As companhias que se estabelecessem na Região antes de dezembro de 1974 e fossem consideradas de interesse econômico regional, pela Sudam, estariam isentas de impostos por um período de 10 anos. Disponha-se, também, de recursos do Banco da Amazônia para empréstimos ou compra de títulos — Obrigações da Amazônia de projetos aprovados [Katzman (1976) e Mahar (1978)]. Com a finalidade de acelerar o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, mais atrasada que a Oriental, foi criada a Zona Franca de Manaus em 1967, tendo em vista suprir os residentes da área com mercadorias mais baratas e estimular o crescimento da indústria e do comércio.

O governo brasileiro adotou atitudes mais agressivas e diretas em 1970, no sentido de alterar o caráter do envolvimento estatal no planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento da região. O elemento catalisador desta nova atitude foi uma seca devastadora que se abateu sobre o Nordeste. O novo presidente, General Médici, ao visitar a área assolada ficou, segundo se informou, bastante emocionado, com a visão de milhares de refugiados famintos que procuravam por trabalho e comida ao longo das estradas [Mahar (1978)]. Dez dias mais tarde, Médici anunciava o Programa de Integração Nacional (PIN), que visava à construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e declarava o compromisso de financiar e

administrar a colonização das novas terras, tornada possível com as novas estradas. Tencionava-se, com a Transamazônica, segundo dizia o próprio Médici à imprensa brasileira, ligar os “homens sem terras do Nordeste às terras sem homens da Amazônia”.

10.2 - O Projeto de Colonização

O programa de colonização era impressionante em seu alcance e conformação, pelo menos no papel. Segundo o plano, uma faixa de terra de 100 quilômetros de extensão, em cada lado da Transamazônica, passaria ao domínio público e seria distribuída para colonização de duas maneiras. Os primeiros 10 quilômetros seriam reservados para pequenos agricultores, que receberiam lotes de 100 hectares para fins agrícolas. Os restantes 90 quilômetros seriam vendidos, em leilões públicos, para investidores interessados na criação de gado ou atividade agrícola.

Uma série de centros administrativos e residenciais, localizados a intervalos variáveis ao longo da estrada, faria parte da estrutura organizacional. A unidade básica do plano modular era a agrovila, área residencial de 50 a 60 famílias, constituída de um centro administrativo, um campo de futebol, uma escola primária, um posto de saúde e um pequeno estabelecimento comercial. No centro de cada 20 agrovilas haveria a agrópolis, que abrigaria uma cooperativa, uma escola primária e secundária, um banco e uma agência dos correios. A unidade maior seria a rurópolis, presente a cada intervalo de 140 quilômetros. A rurópolis deveria ser o núcleo de serviços, com um aeroporto, um hospital e um centro técnico, abrigando indústrias de apoio tais como usinas de processamento do algodão, arroz e açúcar.

De acordo com o plano original, os colonos recém-chegados, além da assistência médica, receberiam um salário mensal durante seis meses, como ajuda para enfrentar as primeiras necessidades, uma casa modesta, um lote de terra de 100 hectares, garantia de preços mínimos para sua produção agrícola e educação para seus filhos. Uma série de órgãos governamentais se incumbiria de garantir tais serviços. A responsabilidade pela administração do projeto de colonização recaía sobre o recém-criado Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Incra forneceria lotes, construiria casas e ofereceria serviços de educação e saúde até que os respectivos ministérios estivessem em condições de assumir as tarefas. A assistência técnica agrícola estava a cargo da Açar (Associação de Crédito e Assistência Rural). O Banco do Brasil deveria oferecer crédito a baixas taxas de juros, enquanto a Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento) compraria a produção de arroz ao preço estabelecido pela CFP (Comissão de Financiamento da Produção) e estocaria a produção. A Cibrazem operava conjuntamente com um órgão de distribuição de alimen-

tos, denominado Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), que deveria fornecer alimentos para os colonos a preços subsidiados. O Sesp (Serviço Especial de Saúde Pública) e a Sucam (Superintendência do Controle da Malária) eram responsáveis pela operação das unidades móveis de assistência à saúde e pelo controle de malária. O financiamento dessas atividades provinha de 30% de todos os incentivos fiscais que deveriam ser transferidos para o Programa de Integração Nacional no período 1971/74.

A meta era estabelecer 70 mil famílias entre 1971 e 1974, propiciando apoio suficiente para os colonos desenvolverem uma "classe média rural", ao invés de resvalarem para uma agricultura de subsistência [Sanders (1973a) e Mahar (1978)]. Contudo, em 1974, o Incra havia conseguido estabelecer apenas uma pequena fração daquela meta e o apoio dado aos colonos foi muito menor do que o prometido no plano original. As agrópolis e as rurópolis nunca foram construídas e mesmo as agrovilas, de menor tamanho, mostraram-se inviáveis para aqueles agricultores cujos lotes eram distantes dos centros residenciais. Em 1976, uma grande proporção de colonos havia transferido suas casas para os seus lotes de terra, com a finalidade de evitar longas separações de suas famílias e eliminar demoradas viagens da casa ao local de trabalho. Enquanto os primeiros colonos receberam a casa e o salário durante os seis meses previstos, aqueles chegados posteriormente não os receberam e os serviços médicos e educacionais em todos os projetos continuavam lastimavelmente inadequados.

Houve sérias falhas administrativas no apoio à produção agrícola. A título de exemplo, o projeto de colonização de Marabá gerou pequena produção de bens alimentares básicos durante os primeiros anos. Isto se deveu a uma administração inadequada de instituições-chave de apoio e a deficiente orientação técnica, especialmente na seleção de sementes para plantio. Em 1976, muitas dessas dificuldades de produção foram sanadas e a produção de arroz cresceu. Mas, então, os colonos enfrentaram sérios problemas de comercialização de seus produtos, já que a excepcionalmente boa safra teve que enfrentar gargalos de estocagem e transporte. A fila para vender o arroz para a Cibrazem, e dessa maneira beneficiar-se da política de preços mínimos, algumas vezes significava espera de um mês. Em razão da demora, muitos agricultores eram forçados a vender seu produto aos comerciantes e atravessadores a preços bem mais baixos [Wood e Schmink (1979)].

Os colonos tiveram de enfrentar inúmeros outros problemas. Os técnicos haviam demarcado os lotes agrícolas, utilizando um método de quadriculado fixo que não levava em conta as elevações, acesso à água e outras variáveis críticas tais como qualidade do solo [Moran (1981) e Smith (1981)]. O crédito estava disponível através do Banco do Brasil, à taxa subsidiada de juros de 7%. No entanto, o custo para sua obtenção era elevado. Um estudo

sobre Altamira mostrava que um colono despenderia algo em torno de 17 a 20 dias-homem na formulação de um plano de crédito, sua aprovação e viagens para receber seis prestações e resgatar o empréstimo. Ao final, o processo todo custava a metade do montante emprestado de início [Moran (1981)]. A erosão da terra, a malária e outros problemas de saúde eram outras restrições [Smith (1981)]. Por fim, é importante notar que o Incra, a instituição-chave de apoio, encontrava-se, ela própria, em uma posição inferior de subordinação dentro da burocracia estatal. Localizado dentro do frágil Ministério da Agricultura, este órgão era vulnerável aos caprichos das questúnculas burocráticas, que freqüentemente minavam-lhe a capacidade de cumprir seu papel na fronteira [Bunker (1979)]. Após 1974, cortes orçamentários reduziram o suporte governamental aos gastos operacionais e, apenas poucos anos após seu início, o projeto de colonização foi considerado dispendioso e fracassado.

. A Culpa das Vítimas e a Mudança das Prioridades de Desenvolvimento

No início da década de 70, à medida que a Transamazônica avançava para o oeste e o governo se envolvia no projeto de colonização descrito anteriormente, começavam as pressões para a mudança nas prioridades de desenvolvimento. Em 1973, um encontro de empresários do Centro-Sul prenunciava uma nova atitude que viria a dominar a orientação das políticas governamentais. Naquela ocasião, o Ministério do Planejamento "conclamou as grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver a região, tendo em vista a necessidade de evitar-se a ocupação predatória, com o conseqüente desmatamento, e de promover-se a manutenção do equilíbrio ecológico".

Um novo programa de desenvolvimento regional foi lançado em 1974, denominado Polamazônia. Seu objetivo era criar pólos de crescimento, de modo a redirecionar investimentos públicos e privados para áreas de potencial econômico. Mais tarde, naquele mesmo ano, o presidente do Incra, Lourenço Tavares da Silva, demonstrava seu alinhamento à nova ênfase, ao declarar que o Incra iniciaria o processo de ocupação da Amazônia com a participação das "grandes empresas" [Cardoso e Müller (1977, p.181 e seguintes)]. Em 1975, esta perspectiva foi ainda mais detalhada no Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA). Segundo esse documento, a "migração indiscriminada" de grupos de baixo índice de educação, sem capital para investir e utilizando tecnologias rudimentares, apenas exacerbava os problemas que afligiam a região. Abandonando a ênfase na absorção de excedentes populacionais em outras regiões do Brasil, a

estratégia de desenvolvimento, portanto, passou a favorecer a expansão de empreendimentos capitalistas de grande escala.

Em 1976, o Incra aumentou para 500 mil hectares o tamanho máximo de glebas de terra que poderiam ser vendidas e estimulou um modelo de colonização “seletiva”, a ser executado por empresas privadas. Se o plano de colonização pública falhou porque era caro e tinha de atender às necessidades dos migrantes pobres que careciam das qualificações exigidas, a alternativa prometia grandes êxitos por transferir os custos (e lucros) para projetos de investimento privado que recrutariam somente colonos com recursos suficientes para participarem dos projetos. Ao final da década, apenas 25 projetos desse tipo haviam sido autorizados no norte do Mato Grosso e sul do Pará.

As origens da inversão de prioridades de desenvolvimento da Amazônia estão ligadas a inúmeros fatores, inclusive os próprios resultados do esforço de colonização. De início, é importante lembrar que os incentivos dados ao capital privado precederam ao tão conhecido plano de colonização. Além disso, quando o programa de colonização foi anunciado, em 1970, não havia consenso quanto à validade da iniciativa. Por não ter havido análise crítica prévia da necessidade da dispendiosa Transamazônica, os conservadores atacavam o PIN como um retrocesso, uma ingerência descabida do Estado. As esquerdas consideravam a colonização um pobre substituto para a necessidade premente de uma reforma agrária em larga escala. Os políticos nordestinos saudavam a proposta sem qualquer entusiasmo, principalmente porque desviaria recursos de sua região. Na Amazônia, a oposição na própria Sudam foi, também, intensa. A repentina ênfase na colonização desafiava a posição de liderança da Sudam nos projetos de desenvolvimento da Amazônia e ameaçava os interesses do setor privado, beneficiado com os programas de incentivos fiscais administrados pela Instituição [Bunker (1984, p.1.050)]. Outros analistas, cautelosos quanto à ênfase na migração em massa, sustentavam que, a menos que houvesse suporte suficiente de capital e tecnologia, o Brasil se veria confrontado com um movimento separatista na Amazônia, liderado por colonos frustrados [Rosenbaum e Tyler (1972, p.431)].

Neste contexto, vários eventos foram decisivos. A abertura da Transamazônica rapidamente tornou acessíveis vastas áreas, o que atraiu dois grupos diferentes competindo pelo acesso à terra. Imigrantes pobres, principalmente nordestinos, respondendo à enorme propaganda em torno dos projetos de colonização, chegaram à área em quantidades muito superiores à capacidade que tinha o Incra de absorvê-los. A grande maioria foi então ocupando quaisquer terras que encontrasse, na vã suposição de que áreas agricultáveis e não cultivadas estavam disponíveis para posse.

Os posseiros logo entraram em conflito com um novo tipo de forasteiro. Quando a Transamazônica foi completada, ficou claro que enormes lucros poderiam ser obtidos, particularmente com a especulação de terras e criação de gado. Em resposta a essas oportunidades de investimento, industriais e fazendeiros do Centro-Sul passaram a comprar grandes glebas de terra. Os interesses de capitalistas e de camponeses passaram a colidir-se, uma vez que as propriedades adquiridas estavam, freqüentemente, ocupadas por pequenos agricultores [Schmink (1982)].

O grande influxo de população e a publicidade de primeira página dada às violentas confrontações entre fazendeiros e posseiros serviram para minar a racionalidade do programa do Incra. Ao atrair os pobres sem terra para a Amazônia, o projeto de colonização passou a ser relacionado com a expansão desordenada da fronteira. À medida que a confusão aumentava, os interesses empresariais mantinham uma campanha bem-sucedida em apoio ao ponto de vista de que se poderia alcançar, através da iniciativa privada, um processo de ocupação mais “racional” e menos “predatório”. Um agente importante neste esforço foi a Associação de Empresários da Amazônia, baseada em São Paulo, cujo *lobby* junto ao Congresso e aos órgãos federais de planejamento desempenhou papel importante na promoção da criação de gado e da colonização privada da Amazônia [Pompermyer (1984)].

Nesse meio tempo, o projeto de colonização sofria crescentes críticas, por ser caro e por não conseguir atingir seus objetivos [Moran (1981) e Smith (1981)]. Na tradição de “culpar-se a vítima”, os próprios colonos eram responsabilizados por sua presumida carência de capacidade gerencial e de qualificação tecnológica sofisticada, muito embora muitos dos problemas não fossem gerados por eles [Wood e Schmink (1979)]. Sem dúvida, há uma ironia cruel no fato de que, na época em que muitas das dificuldades iniciais já estavam sendo superadas e a produção agrícola aumentava, a sorte do programa de colonização estava definitivamente selada.

10.3 - Escassez de Terra, Violência e o Estado

Quaisquer que fossem as dificuldades ligadas ao programa de colonização, ao menos a reivindicação dos colonos por um lote de terra já estava razoavelmente atendida. Nem todos tinham títulos definitivos de propriedade, mas como membros de um projeto de colonização, era-lhes oferecido um certo grau de proteção contra a apropriação de sua terra por outros. O bem mais numeroso contingente de migrantes espontâneos, no entanto, não dispunha dessa proteção. Os que procuravam apossar-se de um pedaço de terra fora dos limites do projeto patrocinado pelo governo tornavam-se altamente vulneráveis aos especuladores, aos criadores de gado e a outros que competiam por terra na fronteira. Sem nenhuma garantia de

que pudesse obter um pedaço de terra, por menor que fosse, o pequeno agricultor migrante era, freqüentemente, relegado a um lote muito pequeno, incapaz de suprir-lhe as necessidades de subsistência.

A expansão e consolidação da fronteira agrícola transformaram o caráter das relações entre o agricultor camponês e outros grupos sociais. Os pesquisadores têm tentado identificar os estágios através dos quais uma região é ocupada e, depois, incorporada à economia nacional. Kazman (1976) refere-se a mudanças que vão de uma fronteira de “subsistência” a uma fronteira “orientada para o mercado”. De modo semelhante, Martins (1975) fala de frentes “pioneiras” e de “expansão”, ao passo que Foweraker (1982, Capítulo 2), acrescentando uma terceira categoria, identifica os estágios “não-capitalista”, “pré-capitalista” e “capitalista”. Como uma extensão desses conceitos, Sawyer (1984) chama a atenção para a importância das “frentes especulativas”, onde enormes glebas de terra são mantidas improdutivas por investidores, como uma defesa contra a inflação.

Cada uma das tipologias enfatiza, de algum modo, fatores diferentes, embora todas elas compartilhem dos elementos essenciais. No estágio inicial, a fronteira se vê isolada do sistema nacional de produção e distribuição econômicas. Há as tradicionais atividades extrativas, porém não há mercado de terra ou de mão-de-obra. Os posseiros apropriam-se, informalmente, de terras não reclamadas, tendo em vista a produção de culturas de subsistência, além de um pequeno excedente comercializável. O estágio subsequente configura a imigração de pequenos agricultores, o início da agricultura comercial e as primeiras indicações de mercado de terra e trabalho. Este estágio é seguido pela consolidação do mercado capitalista de trabalho e de terra, o surgimento da propriedade privada, a concentração da posse de terra nas mãos das grandes empresas e a queda da importância do pequeno agricultor. As estradas tornam possível o acesso ao mercado nacional e a população cresce rapidamente. Embora persista a pequena agricultura, que pode até mesmo expandir-se, predominam as relações sociais capitalistas na economia regional.

Intensos conflitos sociais acompanham esta reorganização da produção e acumulação. A penetração da produção capitalista implica a apropriação privada da terra e a criação da força de trabalho assalariada. Os pequenos agricultores do setor não-capitalista resistem à imposição de tais condições e lutam para manter o controle da terra que desbravaram. Resolvem-se disputas sobre direitos de propriedade por meio da violência ou negociação direta. Em outros casos, o Estado intervém diretamente, por meio de instituições burocráticas ou legais.

A escalada dos conflitos na Amazônia forçou o governo brasileiro a agir. Em seguida à eliminação bem-sucedida da guerrilha esquerdista no início da década de 70, o batalhão do Exército, sediado no sul do Pará, via-se, algumas vezes, envolvido em intervenções *ad hoc* em casos de conflitos de trabalho e de terra. Em 1977, o Inbra formou um grupo especial de coordenação para as bacias dos Rios Araguaia e Tocantins, na Amazônia Ocidental. Mais tarde, em 1980, mostrando-se ineficiente, o grupo foi substituído pelo Getat (Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins), órgão muito mais poderoso e que respondia diretamente ao presidente do Conselho de Segurança Nacional [Schmink (1982)].

O objetivo primordial do Getat era desarmar as tensões, solucionando os casos mais persistentes e ameaçadores de conflito de terra. O órgão contava com autoridade burocrática para alcançar este objetivo, atuando por meio de um programa de colonização de emergência, que fornecia título de propriedade de terra a migrantes daquelas áreas em que as disputas ameaçavam irromper-se em conflagração de maior vulto. O governo adotou tais métodos, com a intenção explícita de enfraquecer seus oponentes. Contudo, esta abordagem “administrativa” representou mais uma operação de “enxugamento” do que uma verdadeira solução para o pleito dos posseiros na região [Schmink (1982, p.353)].

Acontecimentos na Amazônia brasileira trazem importantes implicações na capacidade da fronteira de absorver população. Os incentivos fiscais estimularam a especulação de terras e a expansão das atividades econômicas extensivas de terra e poupadoras de mão-de-obra. As necessidades do pequeno agricultor, anteriormente o centro da atenção dos esforços de colonização, perderam prioridade. Somente no Projeto do Pólo Noroeste, no Estado de Rondônia, é que o assentamento semidirecionado de migrantes deu-se em escala significativa. Além dos limites da área de colonização oficial, as condições reinantes não favoreceram o surgimento de um setor estável de pequena agricultura. Fazendeiros poderosos e outros investidores, bem situados na esfera política e apoiados pelos incentivos fiscais federais, reivindicaram direitos “legais” de propriedade. O posseiro foi expulso sistematicamente, para dar lugar às pastagens. Os despossuídos juntaram-se aos contingentes cada vez maiores do proletariado rural itinerante ou foram para mais longe, floresta adentro, correndo o risco de sofrer, de novo, a mesma experiência, com os continuados avanços da fronteira capitalista. Muitos passaram a residir nas periferias em expansão das cidades da fronteira, onde ingressaram no setor informal do mercado de trabalho urbano. Ironicamente, o resultado foi o processo de concentração da

propriedade da terra e de urbanização que reproduziu, se não ultrapassou, a própria situação do resto do país, que a ocupação da Amazônia tencionava solucionar.

10.4 - O Volume da Migração para a Fronteira Amazônica

Os padrões emergentes de absorção de mão-de-obra e uso da terra na fronteira levantam sérias dúvidas sobre a capacidade das áreas recém-ocupadas de absorver população. Do ponto de vista do peso econômico e político dessas questões, é importante medir o volume da migração para a fronteira amazônica e avaliar sua importância relativa, o que será feito ao estimarem-se os resultados dos projetos de colonização e dos processos de ocupação espontânea do norte do Brasil no contexto mais amplo do movimento populacional, rural-urbano, estudado no Capítulo 9.

10.4.1 - Os Projetos de Colonização

A intenção declarada do Programa de Integração Nacional foi estabelecer 70 mil famílias em três projetos de colonização, ao longo da Transamazônica. Entretanto, em 1977, o Inbra tinha conseguido distribuir lotes a apenas 7.839 famílias em Marabá, Altamira e Itaituba. Se somarmos todos os projetos de colonização da região Norte, chegaremos ao número total de 24.242 famílias, no final da década de 70 [Sawyer (1984)].

No Capítulo 9, nossas estimativas de migração rural-urbana no país como um todo indicavam que a migração líquida correspondeu a aproximadamente 17,3 milhões de pessoas entre 1970 e 1980. Dividimos aqui este número pelo tamanho médio da família rural do Brasil (5,2 pessoas) para obtermos uma estimativa aproximada do saldo de famílias, isto é, 3.332.230. Mesmo que o PIN tivesse tido êxito no cumprimento do objetivo inicial (70 mil famílias), o programa teria absorvido tão-somente 2,1% do fluxo rural-urbano na década de 70. O número real de famílias incorporadas ao programa de colonização dá uma avaliação mais realista da capacidade de absorção do projeto. As 24.242 famílias assentadas representam, apenas, 0,7% do êxodo rural líquido total entre 1970 e 1980.

10.4.2 - A Migração Total Líquida para a Amazônia e Centro-Oeste

Os projetos de colonização são apenas um aspecto do potencial de absorção de mão-de-obra. Além das famílias que participaram dos programas patrocinados pelo governo, um número bem maior migrou para a região Norte

em busca de terra. Uma vez que o número de famílias dos projetos de colonização era relativamente pequeno, o volume de pessoas envolvidas no processo de assentamento não planejado, durante a década de 70, constituía o grosso do fluxo migratório.

Estimamos, por aplicar o método descrito no Capítulo 9, o número de migrantes que se estabeleceram na área rural e os que se tenham mudado para áreas urbanas da região. Neste caso, os números relativos à população de 1970 são projetados para os 10 anos seguintes, utilizando-se de estimativas das taxas de fecundidade e mortalidade, correspondentes à população de cada estado da Amazônia. O valor projetado representa o número esperado de pessoas ao final da década, caso não ocorresse migração alguma. Para se obter uma estimativa do volume da migração líquida, subtraímos o número projetado do número real de pessoas recenseadas no Censo de 1980.

A Tabela 10.1 mostra os resultados para as regiões Norte e Centro-Oeste, excluído o Distrito Federal. Os totais indicam que, na década de 70, a migração líquida incorporou 766 mil pessoas à população da Amazônia e 283 mil à dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, um ganho líquido total de cerca de um milhão de pessoas.

Tabela 10.1
Migração Líquida na Amazônia e Centro-Oeste, por Unidade da Federação - 1970/80

ESTADO	POPULAÇÃO 1970 (A)	POPULAÇÃO PROJET. 1980 (B)	POPULAÇÃO ENUMERADA 1980 (C)	SALDO MIGRATÓRIO (B) - (C) (D)	TAXA MIGRAÇÃO LÍQUIDA ^a (E)
Amazônia					
Acre, Amapá, Roraima, Rondônia	481.607	693.312	1.049.202	+355.890	+33,9
Amazonas	955.253	1.399.715	1.432.066	+32.351	+2,2
Pará	2.167.018	3.033.674	3.411.868	+378.194	+11,1
Total	3.603.878	5.126.701	5.893.136	+766.435	+13,0
Centro-Oeste ^b					
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	1.597.090	2.093.566	2.511.994	+418.428	+16,7
Goiás e Tocantins	2.938.677	4.000.620	3.865.482	135.138	-3,5
Total	4.535.767	6.094.186	6.377.476	283.290	+4,4
Total	8.139.645	11.220.887	12.270.612	1.049.725	+8,6

Fonte: Dados Básicos: Censo Demográfico (1970 a 1980).

Notas: ^a Taxa líquida: saldo migratório como percentual da população enumerada em 1980.

^b Excluído o Distrito Federal.

Estimativas desagregadas revelam enormes diferenças intra-regionais. O caso do Estado de Goiás, então constituído pelos atuais Estados de Goiás e Tocantins, é especialmente significativo. Aquele estado experimentou perda líquida de 135 mil pessoas. Enquanto se constituiu numa das áreas de intensa imigração na fase inicial da expansão da fronteira agrícola em direção ao norte, o saldo líquido negativo na década de 70 representa uma significativa inversão. Estes números dão suporte aos que argumentam que a fronteira em movimento no Brasil resulta numa expansão inicial da população, seguida, depois, por uma retração demográfica [Martine (1986) e Sawyer (1984)].

Na Amazônia, os Estados do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, em seu conjunto, apresentam ganhos líquidos de 355 mil pessoas. A taxa de migração líquida de +33,9% deve-se ao intenso movimento em direção à Rondônia, durante a década de 70. Infelizmente, problemas, provavelmente relacionados com erros de amostragem, nos dados censitários sobre fecundidade e mortalidade dessas unidades, tornam não confiáveis estimativas isoladas para cada uma delas.

Comparados à impressão popular sobre o maciço influxo de gente para a Amazônia, os números da Tabela 10.1 são surpreendentemente pequenos. Quando os confrontamos com as estimativas de migração líquida total rural-urbana no Brasil como um todo, o volume do movimento populacional para a Região Amazônica é ainda menor. Entre 1970 e 1980, o movimento líquido para a Amazônia (766.435), incluindo-se nele, também, as áreas urbanas, representou menos da metade do volume médio do êxodo rural brasileiro *em um único ano* (1,7 milhão) e apenas cerca de 5% da migração líquida rural-urbana total durante a década (17,3 milhões, Tabela 9.4). Mesmo se expandirmos a unidade de referência, de modo a incluir, além da Amazônia, os quatro estados do Centro-Oeste, chegaremos a conclusão semelhante. O número total de imigrantes líquidos, relativos às duas regiões (1.049.725), excluído o Distrito Federal, é substancialmente inferior ao tamanho médio anual do fluxo líquido de pessoas que deixaram as áreas rurais na década de 70 e representa apenas 6% do êxodo rural total líquido, ocorrido no Brasil, entre 1970 e 1980.

Ao contrário do que se poderia esperar, a expansão da fronteira para o Centro-Oeste e a Amazônia não implica uma população crescentemente rural. Com exceção de Rondônia, as taxas de crescimento populacional entre 1970 e 1980 são consistentemente mais altas nas áreas urbanas do que nas rurais. Como indicam os dados da Tabela 10.2, o aumento da proporção de pessoas que vivem nos centros urbanos ficou particularmente evidente no Mato Grosso (atualmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e Goiás (atualmente Goiás e Tocantins), onde o percentual urbano cresceu cerca de

Tabela 10.2

Taxa Média Anual de Crescimento das Populações Rural e Urbana e Proporção de População Urbana na Amazônia e Centro-Oeste - 1970/80

REGIÃO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POPULAÇÃO URBANA		
	1970 RURAL	1980 URBANO	1970	1980	VARIAÇÃO EM PONTOS PERCENTUAIS
Amazônia					
Rondônia	17,6	14,6	53,6	47,3	- 6,3
Acre	0,8	8,3	27,6	43,8	16,2
Amazonas	0,4	7,8	42,5	60,0	17,5
Roraima	2,6	10,8	42,8	48,9	6,1
Pará	4,3	5,0	47,2	48,9	1,7
Amapá	3,3	5,2	54,6	59,2	4,6
Centro-Oeste ^a					
Mato Grosso	2,8	10,9	38,8	57,5	18,7
Mato Grosso do Sul	-1,9	7,3	45,3	57,1	21,8
Goiás e Tocantins	-1,5	6,9	42,1	62,2	20,1

Fonte: Censo Demográfico (1970 a 1980).

Nota: ^a Excluído o Distrito Federal.

20 pontos percentuais. Uma mudança semelhante ocorreu no Acre e no Amazonas e, em menor escala, em Roraima, Pará e Amapá.

10.5 - Conclusão

Nunca, desde o *boom* da borracha, na virada do século XX, a Amazônia viu atividade tão intensa como nos anos 70. Os colossais projetos de construção de estradas abriram, de repente, as terras baixas da bacia tropical brasileira à expansão da sociedade nacional. O acesso aos novos territórios desencadeou uma corrida, nunca vista, por terras. Agricultores pobres dirigiram-se para áreas de colonização, com esperança de obter um pequeno lote de terra. Atraídos pelos incentivos fiscais na busca de retornos financeiros lucrativos, grandes investidores também passaram a ter interesses na região. A competição pela terra, que algumas vezes levou a confrontações violentas entre capitalistas e camponeses, empurrou a fronteira para diante, freqüentemente com conseqüências desastrosas para os grupos nativos indígenas [Davis (1978)]. Esses acontecimentos alteraram profundamente os perfis socioeconômico, demográfico e ecológico da Amazônia.

Declarações oficiais, no início dos anos 70, afirmavam repetidamente que a colonização da Amazônia solucionaria os problemas da pressão populacional e pobreza rural. Os formuladores das políticas governamentais supunham que o maciço fluxo de migrantes para a cidade poderia ser redirecionado para fora das áreas metropolitanas, em direção aos recém-abertos territórios, prevenindo, deste modo, a escalada ainda maior do desemprego urbano. A plausibilidade superficial desse cenário tornou-se argumento de aceitação geral nos documentos de planejamento de, praticamente, cada país da América do Sul que possuísse, em seu território, terras baixas tropicais [Schmink e Wood (1984)].

A persistência deste tema comum pode, também, estar relacionada ao papel que essa maneira de perceber a fronteira desempenha na formulação e execução de políticas nacionais de desenvolvimento. Considerar a fronteira como repositório de excedentes populacionais é de interesse das classes dominantes, uma vez que esse tipo de visão, sem dúvida, é diversionista, à medida que ajuda a mascarar as causas subjacentes do “excesso de população”, tais como concentração de propriedade da terra e a expansão da agricultura extensiva mecanizada (discutidas no Capítulo 9).

As estimativas de migração líquida para a Amazônia brasileira entre 1970 e 1980 contam uma história diferente. O número de pessoas absorvidas pelos projetos de colonização e pela fronteira em geral é pequeno, em relação ao tamanho da população do país e ao volume total da migração rural-urbana. Longe de oferecer o paraíso para o pequeno agricultor, o resultado das atuais tendências políticas e econômicas indica uma distribuição altamente desigual da propriedade da terra, o crescimento de atividades extensivas de terra e povoadoras de mão-de-obra e uma distribuição espacial da população predominantemente urbana. Para o pobre do meio rural, a promessa do eldorado amazônico desvaneceu-se, à medida que a região de fronteira espelhava, cada vez mais, as desigualdades que caracterizam o resto da sociedade brasileira.

O Desenvolvimento e a Persistência do Subdesenvolvimento

Uma doutrina consensual na literatura do desenvolvimento das décadas de 50 e 60 assegurava que o progresso econômico bem-sucedido somente poderia ocorrer, por meio de duas forças gêmeas — a acumulação de capital e o crescimento industrial. A conclusão se sustentava em generalizações empíricas das experiências vividas pela Europa Ocidental e pela América do Norte, baseadas na transferência contínua de pessoas das atividades agrícolas de baixa produtividade para o emprego industrial produtivo de base urbana. O modelo retratava uma longa procissão que avançava vagarosamente em terreno difícil, em que cada participante seguia os passos de seu predecessor. “Liderada pelos velhos países, agora completamente industrializados, com o Japão em seus calcanhares, essa caravana se estende em ordem decrescente de cifras de renda nacional *per capita*, em que os mais pobres, desgarrados, ficam muitos séculos atrás” [Leontief (1983, p.407)].

No modelo de dois setores de Lewis (1954), o desenvolvimento ocorre via transferência de mão-de-obra do tradicional setor de subsistência rural para o setor industrial urbano. Tanto a transferência de mão-de-obra como o crescimento do emprego urbano são gerados pelo crescimento da produção das indústrias urbanas. Lewis supunha que, na fase inicial do desenvolvimento, o nível dos salários do setor moderno seria constante a uma taxa fixa que excederia a média da renda rural, induzindo, desse modo, os trabalhadores a migrar para as cidades. O ritmo de geração do emprego no setor moderno seria determinado pela taxa de acumulação de capital e pelo reinvestimento dos lucros na produção industrial em expansão. O aumento do estoque de capital total causaria deslocamento da curva de produção total do setor moderno, que, por sua vez, induziria a mudança da curva da

demanda de mão-de-obra. Lewis supunha que esse processo de crescimento e expansão do emprego continuaria até que o excedente de mão-de-obra rural fosse absorvido no setor industrial urbano. Desse ponto em diante, a curva de oferta de mão-de-obra tornar-se-ia crescente, tanto os salários quanto o emprego urbanos aumentariam e o equilíbrio da atividade econômica passaria da agricultura para a indústria.

O modelo de desenvolvimento de dois setores de Lewis, embora plasmado na experiência histórica do Ocidente, não foi suficientemente capaz de prever as realidades da migração e subdesenvolvimento que ocorrem na maioria dos países do Terceiro Mundo, aí incluindo o Brasil. O pressuposto de que a taxa de transferência de mão-de-obra e de geração de emprego no setor urbano fosse proporcional à taxa urbana de acumulação de capital é especialmente problemático. Este pressuposto crítico é violado quando os lucros são reinvestidos em bens de capital mais sofisticados, poupadores de mão-de-obra, como no caso do Brasil. O rápido crescimento do produto industrial não gerou taxas correspondentes de crescimento do emprego, em razão do aumento da produtividade do trabalho, associado à relação mais elevada de capital/trabalho. O resultado foi o crescimento do produto total agregado, com os salários e o nível absoluto de emprego permanecendo constantes ou crescendo a um ritmo significativamente inferior.

Então, por que existe a tendência de utilizar-se tecnologias poupadoras de mão-de-obra nos países em desenvolvimento, onde é abundante a mão-de-obra? Afinal de contas, pressupõe-se que os produtores (empresas e fazendeiros) usem uma combinação de capital e trabalho que minimize o custo de produção ao nível desejado do produto. Se o preço do capital for alto, em relação ao da mão-de-obra, seria utilizado um processo mais intensivo de mão-de-obra na produção. Uma vez que a maioria dos países do Terceiro Mundo é dotada de abundantes suprimentos de mão-de-obra, mas com pouco capital, seria de esperar-se que as empresas empregassem processos de produção mais intensivos de mão-de-obra do que de capital.

Os economistas neoclássicos imputam a baixa absorção de mão-de-obra às distorções causadas por uma variedade de fatores estruturais, institucionais e políticos que tornam o preço da mão-de-obra mais alto e o do capital mais baixo do que deveriam ser. Políticas de desenvolvimento voltadas para a substituição de importação de produtos industrializados, presentes no período do pós-guerra, subsidiaram empresas nacionais e estrangeiras em seus investimentos industriais. Ao mesmo tempo, os salários industriais eram relativamente altos, como resultado da legislação de proteção da mão-de-obra. Segue-se disso, afirmam os economistas neoclássicos, o fato de que o preço relativo de capital e trabalho, artificial, estimulou a adoção

de técnicas inadequadas de produção intensiva de capital na indústria de transformação e na agricultura.

Autores pertencentes à escola da dependência encontram respostas ao problema na dependência tecnológica das economias periféricas. Ao contrário da teoria econômica convencional, esse enfoque afirma que o excedente de mão-de-obra dos países em desenvolvimento não se traduz, necessariamente, numa adequada combinação de fatores, quando as tecnologias de produção são desenvolvidas no exterior, onde é escassa e cara a mão-de-obra. Ademais, o tipo de desenvolvimento induzido por empresas transnacionais tende a favorecer a tecnologia poupadora de mão-de-obra, pelo menos na indústria pesada, em que produtos de exportação de alta qualidade exigem tecnologia mais moderna [Cardoso (1972) e Santos (1970)]. A importação de tecnologia contribui para o que Furtado (1969, p.15) chamou de “deformação estrutural” da economia periférica. Dá-se preferência à produção de bens de luxo que, na visão de Amin (1976, p.9) resulta em “distorção na alocação de recursos que favoreça àqueles produtos, em detrimento dos bens de consumo de massa”. Para as empresas em questão, a produção intensiva de capital, freqüentemente subsidiado, e os baixos salários pagos na periferia combinam-se para fazer crescer a taxa de acumulação de capital a níveis que ultrapassam o que se obtém nas economias centrais, onde a mão-de-obra é mais escassa e bem mais capaz de defender seus interesses.

Segundo o “modelo de ciclo de vida dos produtos” [Wells (1972)], com o tempo mais e mais produtos serão produzidos na periferia. Nessa perspectiva, os produtos novos, em primeiro lugar, são produzidos no centro e ali vendidos; mais tarde, produzidos no centro e exportados para a periferia; e finalmente, produzidos na periferia. O último estágio ocorre apenas após ter sido rotinizado o processo de produção envolvido, de tal modo que as incertezas se minimizem e se torne substancial a poupança advinda de mão-de-obra barata. O ciclo acaba criando empregos na periferia, porém com baixos salários. Além disso, os países em desenvolvimento têm de manter, em níveis inferiores, salários e padrão de vida, se é que pretendem conservar a vantagem comparativa advinda dos custos menores de mão-de-obra. Outras inovações tecnológicas, no entanto, podem minar a atratividade exercida pelas economias em que se pagam baixos salários. O desenvolvimento de tecnologias altamente avançadas diminui o papel da mão-de-obra tanto qualificada quanto não-qualificada como o mais importante fator de produção e como o principal componente dos custos totais, desse modo erodindo o trunfo competitivo dos países em que se pagam baixos salários. As tendências acima indicam que podemos divisar outro estágio no modelo de “ciclo de vida dos produtos”, como o exemplo dado pela indústria têxtil parece sugerir: “A produção de têxteis, particularmente do tipo mais simples

como pano cru, deslocou-se, no passado, dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos, de baixos salários; porém, há sinais de que, com a introdução de equipamento altamente automatizado, o processo tenha-se paralisado e até mesmo revertido" [Leontief (1983, p.408)].

Uma outra linha de raciocínio argumenta que, nas economias "socialmente articuladas" do centro, existe a necessária relação entre produção e consumo. Devido aos trabalhadores também serem consumidores, a taxa global de lucro das economias do centro impõe que os salários, no longo prazo, se elevem. Nas economias "socialmente desarticuladas" da periferia, não há a necessária relação entre a demanda de capital e a demanda de bens de salário. Ao invés disso, a demanda desses bens, que é gerada pelos retornos do trabalho, é satisfeita, em grande parte, pelos produtores do setor tradicional. Conseqüentemente, a capacidade da economia de expandir-se não depende da criação de um mercado de ampla base doméstica, por meio da incorporação crescente de mão-de-obra pelo setor formal e aumentos salariais [Janvry (1981)]. Além disso, as empresas da periferia que adquirem seus equipamentos e outros bens de capital no exterior transferem para os países centrais o "efeito multiplicador" dos novos investimentos [Evans (1980)]. A perpetuação dos baixos salários não implica, portanto, uma restrição estrutural da expansão da produção industrial no mesmo nível em que ocorre nas economias centrais. Segundo Janvry (1981), a "desarticulação social" é, portanto, a condição objetiva que perpetua os baixos níveis salariais e que permite a adoção de políticas salariais restritivas.

Estudos feitos pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), das Nações Unidas, e pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (Prealc) focalizam as limitações estruturais da expansão da demanda de mão-de-obra do setor moderno, causadas pelo crescente custo de geração de novos empregos industriais. A despeito do fato de que no pós-guerra o coeficiente de investimento bruto da América Latina fosse comparável ao dos Estados Unidos em período anterior de sua história (1870 a 1900), o custo relativo da geração de empregos não o foi. O fato de que a América Latina tenha ingressado no processo de industrialização bem mais tarde teve a vantagem de proporcionar-lhe acesso a tecnologias que possibilitam maior produtividade, sem incorrer nos altos custos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Porém, por fazer uso mais intensivo de capital do que de trabalho, a criação de empregos exige mais capital que no passado [Tokman e Garcia (1982)]. A rápida expansão do setor moderno não leva, portanto, a um aumento proporcional de mão-de-obra diretamente absorvida pelas empresas modernas, embora o setor dinâmico possa induzir a geração de empregos em outras partes da economia.

Portes e Bentou (1984) aceitam a conclusão de que o alto custo da geração de empregos limita a taxa de expansão do emprego do setor formal, embora observem que outros fatores também atuam concomitantemente. Quando a mão-de-obra é abundante, os salários relativamente altos pagos nos empregos formais incentivam os empregadores a utilizarem-se da mão-de-obra do setor informal. Este incentivo é causado pela legislação trabalhista moderna que torna mais caros os trabalhadores formalmente contratados e coloca óbices às demissões. Os sindicatos trabalhistas impõem outras restrições à liberdade dos empregadores de variar o tamanho da força de trabalho, como resposta às flutuações do mercado. Custos mais altos e flexibilidade gerencial reduzida de contratação de trabalhadores tornam, portanto, racional para os empregadores lançar mão da oferta altamente elástica de mão-de-obra informal. Os empregadores contratam diretamente em bases temporárias, subcontratam a produção ou comercializam por meio de canais informais.

● elemento principal desses argumentos não é que o emprego não tenha crescido no setor moderno. No Brasil, o número de empregos formais não-agrícolas cresceu a uma taxa anual de 4,4% entre 1950 e 1980 [Garcia (1982, Tabela 1)]. A questão é que a geração de empregos no setor industrial urbano da América Latina avançou lentamente, a despeito de altos coeficientes de investimento. Em segundo lugar, o crescimento da oferta de mão-de-obra, devido à alta taxa de crescimento natural da população e à acentuada migração rural-urbana, ultrapassou em muito a disponibilidade de emprego no setor formal.

Em uma formulação muito simples, o desemprego resultaria do crescimento relativamente lento da demanda de mão-de-obra, seja nos setores urbanos formal e informal, seja no setor agrícola, *vis-à-vis* o aumento rápido do número de pessoas que procuram por emprego, causado por altas taxas de crescimento vegetativo da população, exacerbado, nas áreas urbanas, pelo influxo de migrantes rurais. A quantidade de mão-de-obra absorvida pela economia e os salários pagos aos trabalhadores são determinados pelo jogo dinâmico de uma ampla gama de forças econômicas e políticas, inclusive a inovação tecnológica, as políticas de desenvolvimento e os preços relativos dos fatores. Os determinantes da oferta de mão-de-obra envolvem um diferente conjunto de fatores a que nos referiremos a seguir.

11.1 - Crescimento Populacional e Oferta de Mão-de-Obra

O número de pessoas em busca de trabalho em um país depende do tamanho e composição etária de sua população. Duas considerações de ordem

demográfica são particularmente adequadas nesse campo. Em primeiro lugar, uma população de alta fecundidade e com alta taxa de crescimento caracteriza-se por um número relativamente grande de pessoas nos grupos etários mais jovens. Em relação a uma população de crescimento lento, com baixa fecundidade, a pirâmide etária evidencia uma base ampla, o que indica alta proporção de pessoas de idade inferior a 15 anos e alta razão de dependência (a soma da população abaixo de 15 e acima de 65 anos, dividida pelo número de pessoas de 15 a 64 anos). Em segundo lugar, o impacto causado pela queda da fecundidade sobre o tamanho da força de trabalho e a estrutura etária não ocorre imediatamente. O crescimento populacional possui uma inércia que continua a manifestar-se mesmo após a taxa de natalidade ter caído. Pessoas jovens constituem número muito maior que seus pais em populações que já tenham experimentado alta fecundidade no passado. Quando as novas gerações alcançarem a idade adulta, o número absoluto de pais será bem maior do que é no presente. O resultado é que a população continuará a crescer bastante, antes que o ritmo de crescimento espelhe o impacto total do declínio da fecundidade. Todaro (1977) demonstrou que uma queda de 50% da fecundidade, nos países menos desenvolvidos em 1980, levaria a uma redução da força de trabalho masculina de apenas 13% ao final do século se comparada a uma situação de não-declínio da fecundidade. Embora não seja uma redução desprezível, a questão é que as pessoas que ingressarão no mercado de trabalho nos 15 anos seguintes ao declínio nasceram quando ainda era alta a fecundidade.

Um método comum, através do qual os demógrafos estimam o tamanho de futuras populações é o de projeções, baseadas em diferentes pressupostos de tendências da fecundidade e mortalidade. Apresentamos, aqui, dois cenários diferentes (tabela adiante). A primeira projeção (Painel A) supõe que a taxa de fecundidade observada em 1980 (4,2) permaneça a mesma, até o final do século, e que a expectativa de vida ao nascer passe de 63,4 anos para 67,5 anos entre 1980/85 e 1995/2000. Tais resultados são úteis para fins comparativos, porém não são realistas: a queda da fecundidade, que se iniciou no final dos anos 60, continuou nos anos 80, como já visto no Capítulo 7. A segunda projeção (Painel B) supõe que a rápida queda da fecundidade, registrada nos anos 70 e início dos anos 80, continuará, embora a um ritmo mais lento, até o ano 2000. Esta projeção, proposta por Camarano *et alii* (1989), inicia-se com uma taxa de fecundidade total em 1980/85 de 2,9 para a população urbana e de 5,4 para a rural, alcançando no quinquênio 1995/2000 os valores de 2,2 e 3, respectivamente. No mesmo

População Projetada - 1980/2000

PRESSUPOSTO SOBRE FECUNDIDADE	1980	2000	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO
<i>Constante</i>			
População (em milhares)			
Total	120.194	192.310	2,39
15 a 64 anos	68.716	117.447	2,72
% de 0 a 14	38,8	36,5	-
% de 15 a 64	57,2	58,7	-
% 65 +	4,0	4,7	-
Razão de Dependência	74,8	70,2	-
<i>Declínio segundo Tendência entre 1965 e 1985</i>			
População (em milhares)			
Total	120.194	170.265	1,71
15 a 64 anos	68.716	111.431	2,31
% de 0 a 14	38,8	27,7	-
% de 15 a 64	57,2	66,3	-
% 65 +	4,0	6,0	-
Razão de Dependência	74,8	50,8	-

Fonte: Camarano *et alii* (1989).

período, as expectativas de vida das populações rural e urbana passariam, respectivamente, de 64,2 e 62,3 para 70,5 e 67 anos.¹

Se a fecundidade permanecesse constante entre 1980 e 2000, a população total seria constituída de 192,310 milhões de pessoas no final do século. A estrutura etária mudaria levemente, passando a proporção entre 15 e 64 anos de 57,2 para 58,7% da população total. A razão de dependência, associada a esta estrutura etária seria de 70,2. Embora irrealista, a projeção baseada em fecundidade constante serve como referência útil para comparação com as estimativas mais prováveis do Painel B.

1 São apresentados na tabela acima resultados da projeção de Camarano *et alii* (1989, hipótese 2). As diferenças com os resultados advindos das outras duas hipóteses adotadas pelos autores são pequenas. Para maior discussão sobre o comportamento provável da população brasileira nas primeiras décadas do século XXI, sua tendência à estabilização a níveis muito baixos de crescimento e sobre algumas consequências sociais e econômicas, ver Carvalho (1988).

A continuidade da queda da taxa de fecundidade implica número absoluto menor de pessoas no final do século e uma estrutura estaria substancialmente diferente. A projeção do Painel B indica uma população total em torno de 170 milhões de pessoas no ano 2000, com 66,3% em idade de trabalhar (15-64). Comparada à do Painel A, a queda da fecundidade implica considerável redução da razão de dependência, isto é, de 70,2 (Painel A) para 50,8 (Painel B). Os analistas, geralmente, afirmam que a queda da razão de dependência é economicamente benéfica, uma vez que, entre outros efeitos, causa efeito positivo sobre a taxa agregada de poupança.

O aumento previsto do tamanho absoluto da população nas idades de trabalho, ainda que menor, devido ao declínio da fecundidade, coloca um problema sério. O número de homens de idades entre 15 e 64 anos, segundo as hipóteses mais realistas implícitas no Painel B, deverá crescer de cerca de 33,924 milhões, em 1980, para 55,040 milhões no ano 2000, um aumento total de 62% do número de pessoas que, certamente, procurarão emprego. Se somarmos a este número o de mulheres do mesmo grupo etário, o número total de pessoas pertencentes às principais faixas etárias ativas entre 1980 e o ano 2000 deverá passar de 68,716 milhões para 111,431 milhões, com um crescimento médio de 2,3% a.a. Eis um caso claro da inércia do crescimento populacional, referido anteriormente.

11.2 - Absorção de Mão-de-Obra

Furtado (1982, p. 138) estima que o Produto Interno Bruto do Brasil teria de crescer a uma taxa média anual de 2% para que se absorvesse uma taxa anual de 1% de crescimento da população em idade de trabalho. A Projeção B indica que a população entre as idades de 15 a 64 anos deverá provavelmente crescer a uma taxa anual média de 2,3% entre 1980 e 2000. O PIB, portanto, teria de aumentar 4,6% anualmente, para que a economia pudesse manter os mesmos níveis de emprego. Esses números pressagiam um forte aumento do desemprego e subemprego, caso a economia brasileira não seja capaz de melhorar substancialmente seu desempenho. Caso não consiga isso, a situação do emprego, que já é dramática, será ainda pior.

O quadro da situação em que se encontra o emprego será bem mais alarmante, se, ao contrário do cálculo aproximado de Furtado, examinarmos o potencial da economia brasileira de gerar empregos mais bem remunerados. É bem conhecido o fato de que as estatísticas oficiais sobre emprego não refletem, precisamente, as verdadeiras condições da força de trabalho, já que incluem um grande número de subempregados, que executam qualquer trabalho, ainda que parcamente remunerado. O problema transcende a simples questão de assegurar-se de que as pessoas tenham trabalho,

mas centra-se, antes, nas oportunidades de emprego produtivo e bem remunerado.

O modelo convencional das economias do Terceiro Mundo faz distinção entre o setor "formal" e o setor "informal". O primeiro caracteriza-se por formas avançadas de produção e organização, em que empregadores contratam trabalhadores por meio de contratos regulares e regidos pela legislação trabalhista e da previdência social. O restante da economia constitui o setor informal, que se define como categoria residual. As estratégias de desenvolvimento dos anos 50 e 60 visualizavam o rápido crescimento do setor formal, ou moderno, capaz de absorver a mão-de-obra empregada em atividades menos produtivas, previsão esta que se mostrou demasiadamente otimista. Levantamentos feitos sobre o desempenho econômico dos países do Terceiro Mundo indicam que a incapacidade de geração de emprego em proporções significativas constituiu-se um dos fracassos mais evidentes do processo de desenvolvimento das últimas décadas [Todaro (1977)].

Dada a estrutura atual da economia brasileira, quais são as taxas máximas de absorção de mão-de-obra de baixa qualificação pelo setor formal? Caso as taxas máximas estejam abaixo dos valores da oferta previsível da mão-de-obra que está por vir, então o crescimento brasileiro, com tal estrutura, não terá condições de diminuir a tão generalizada pobreza da população do país. Para estudar esta questão, Lluch (1979) construiu um modelo de crescimento simples do setor formal brasileiro, de modo a estimar as prováveis ordens de magnitude da taxa de absorção de mão-de-obra naquele setor. A simulação, como todos os exercícios desse tipo, baseava-se em várias simplificações e suposições. Mesmo assim, os resultados fornecem idéia aproximada do desafio que se coloca à frente, quando se encara a questão da geração de empregos. Segundo o modelo de Lluch, a população não-qualificada deve crescer a uma taxa média anual de 2,2% (taxa essa consideravelmente inferior às nossas estimativas de taxas intrínsecas de crescimento natural entre as camadas pobres, tal como se pode ver no Capítulo 8, e ligeiramente menor do que o previsto para o grupo etário de 15 a 65 anos, sem discriminação por grupo social, no Painel B da tabela). Ele conclui que, numa economia que crescesse a uma saudável taxa anual de 7% do PIB, a taxa máxima de crescimento da demanda dos serviços do setor formal variaria de 2,6 a 4,6% a. a. A taxa de variação da demanda de serviços, entretanto, não é a mesma da demanda de mão-de-obra. Para que se possa traduzir uma na outra, é necessário subtrair da taxa de crescimento da demanda de serviços a taxa de progresso técnico, ligada aos avanços tecnológicos e mudanças nas horas trabalhadas. Ainda que não se conheça essa taxa, seu valor provavelmente encontra-se entre 1 e 3%. Essas estimativas sugerem que as taxas de crescimento do emprego no setor formal poderiam ser bem inferiores, variando entre -0,4 e 3,6% a.a.

A principal conclusão de Lluch (1979) é que a taxa de crescimento da demanda de mão-de-obra (distinta da demanda de serviços de mão-de-obra) pelo setor formal brasileiro é, muito provavelmente, menor do que a taxa de crescimento da população pobre. É uma conclusão não muito alvissareira, a despeito das condições altamente favoráveis pressupostas no modelo de Lluch relativas ao crescimento do setor moderno: tamanho inicial muito grande (46%), alto crescimento do produto (7%) e altas taxas de poupança. Segundo Lluch a taxa relativamente baixa de geração de emprego no setor formal significa que o número de trabalhadores que ganhavam menos de um salário mínimo em 1970 pode aumentar de 16 para 22 milhões no ano 2000, a despeito do rápido crescimento do produto.

A Demografia da Desigualdade no Brasil: Resumo e Conclusões

As idéias apresentadas neste livro foram desenvolvidas quando a área dos estudos sobre desenvolvimento encontrava-se em crise. Há 10 anos, Hirschman (1981, p.1) sugeria que o corpo principal de idéias da Economia do Desenvolvimento estava em declínio. Dizia ele que “ainda que se produzam artigos e livros... não se encontra mais o antigo vigor... e o campo de estudo não se reproduz de modo adequado”. Este estado de coisas, segundo Weisskoff (1983), está associado aos dilemas teóricos internos da disciplina da economia assim como a uma mudança mais geral do discurso político. A Economia do Desenvolvimento, argumenta Weisskoff, nutriu sua inspiração teórica básica nos princípios keynesianos. Entre outras coisas, essa orientação significa que os economistas endossavam prontamente a premissa de que um Estado neutro e ativo pudesse, por meio de políticas de desenvolvimento orquestradas, suplantar as barreiras estruturais que o livre mercado, tão-somente, não poderia vencer.

Os acontecimentos das três últimas décadas destroçaram as esperanças keynesianas. A estagnação afligia as economias desenvolvidas durante os anos 70, seguida pela recessão dos anos 80. Algumas nações do Terceiro Mundo exibiram impressionante crescimento. Outras não. Quase todas não conseguiram resolver os problemas de desigualdade, desemprego e tensões políticas. Tais retrocessos favoreceram a posição de economistas conservadores, especialmente o argumento de que o mercado, liberado das amarras intervencionistas do Estado, poderia resolver o problema. Além disso, mais por motivos que têm a ver com questões políticas e ideológicas atuais do que especificamente com a competição intelectual, a direita ganhou bastante terreno. O resultado foi tanto o enfraquecimento dos suportes teóricos da visão liberal do mundo, quanto o questionamento da aceitabilidade política

do reformismo tecnocrático — os dois elementos que alimentaram o corpo principal das idéias da economia do desenvolvimento.

Há uma crise semelhante nas esquerdas, embora por motivos diferentes. Após uma fase de rigoroso crescimento, a Sociologia do Desenvolvimento, de influência marxista, chegou a um impasse. As posições teóricas, influentes no passado, têm sido agora rejeitadas e as discussões aparentemente promissoras sobre conceitos básicos e metodologias tornaram-se inconclusivas. Essa ausência de remate causou falhas teóricas e empíricas neste campo.

Booth (1985) localiza as causas desse dilema nos alinhamentos metateóricos que vêm dominando, de há muito, a visão radical sobre o desenvolvimento. Os pesquisadores de esquerda têm-se preocupado em demonstrar que as estruturas e processos encontrados no mundo menos desenvolvido não apenas se explicam mas são necessários sob o capitalismo. Esta fórmula geral tem duas variantes. A primeira é a idéia de que os atributos das economias nacionais podem ser interpretados com base nas leis do movimento do capital e na expansão do modo capitalista de produção em escala mundial. A segunda diz respeito ao funcionalismo teleológico, com frequência inspirado na teoria marxista. A primeira ignora a variação sistemática da experiência de desenvolvimento entre os países e favorece o reducionismo econômico sobrecarregado com tons evolucionistas. A última reifica instituições sociais, colocando-as fora do controle humano, bem além do que será justificável. “Estes dois tipos de alinhamento metateórico...”, conclui Booth (1985, p. 777), “constituem a causa subjacente básica do impasse atual da nova Sociologia do Desenvolvimento e o principal obstáculo a remover, se desejamos ter melhor desempenho no futuro”.

No campo dos estudos populacionais, a preocupação central entre os analistas do desenvolvimento do Terceiro Mundo tem sido documentar a relação existente entre o comportamento demográfico (fecundidade, mortalidade, migração e crescimento populacional) e o processo de transformação social. O senso comum reconhece que as variáveis populacionais e o desenvolvimento econômico relacionam-se entre si. Porém, além dessa proposição de ordem geral, há pouca concordância quanto a uma estratégia mais apropriada de pesquisa.

Com muita frequência, explicações sobre as mudanças do comportamento demográfico não passam de uma listagem eclética de generalizações empíricas. Ignorando o lema de Stigler (1969) de que “não há dez boas razões para coisa alguma”, esses inventários [por exemplo, United Nations (1973)] não fazem mais do que recitar um conjunto de assertivas fragmentadas. As explicações sobre a queda da fecundidade durante a transição demográfica, por exemplo, conumente referem-se a um número de fenômenos que vão

desde o impacto da produção industrial urbana sobre o custo dos filhos até as consequências reprodutivas das mudanças de atitude das mulheres [por exemplo, Notestein (1953)]. Cada uma destas assertivas pode muito bem sustentar-se em dados “apropriados”. Contudo, quando se juntam tais resultados, nada acrescenta para uma compreensão coerente do processo de mudança estrutural, nem do papel desempenhado pelas variáveis demográficas no processo de desenvolvimento [por exemplo, *Population* (1986)].

Em razão da ausência de um modelo geral de estrutura social nas análises desse tipo, torna-se impossível separar o essencial do subsidiário, ou separar o que seja prioritário, em termos causais, do que é derivativo. A consequência disso é uma tendência implícita a considerar toda generalização empírica como de igual importância. A fecundidade mais baixa pode, de fato, estar relacionada tanto à mudança do valor econômico dos filhos quanto à transformação de valores, de atitudes tradicionais e das relações entre os sexos, como o exemplo acima sugere. Porém, as duas explicações não se encontram sobre o mesmo plano analítico. Tratá-las como tal é confundir (em nossa terminologia) elementos da infra-estrutura ecodemográfica com elementos da superestrutura. Este enfoque não apenas confunde os níveis da análise, mas também ignora as relações causais entre os dois fenômenos.

A maioria das tentativas de modelar as relações ecodemográficas mostra-se deficiente, em função de estreitos escopos conceituais. Esta limitação caracteriza três tradições de pesquisa proeminentes no campo dos estudos populacionais. Os modelos macroeconômicos formais [por exemplo, Coale e Hoover (1958)] tratam a população e a economia como agregados, uma agindo sobre a outra, independentemente de estruturas de classes, arranjos institucionais ou contexto histórico. As perspectivas microeconômicas, por outro lado, limitam o estudo da população ao nível do processo de decisão individual, baseado em custos e benefícios. As contingências socioeconômicas e políticas que influenciam o processo decisório são consideradas dadas. Por fim, os estudos sobre os determinantes próximos da fecundidade e da mortalidade dão atenção exclusiva às variáveis que afetam imediatamente os nascimentos e mortes, deixando de lado os processos estruturais que causam mudanças dos determinantes próximos.

Por mais importantes que estas perspectivas tenham sido para o campo de estudos populacionais, nem a pesquisa demográfica no nível individual, nem as análises estruturadas no nível agregado dão muita atenção aos conceitos e relações que preocupam estudiosos do desenvolvimento do Terceiro Mundo. Até mesmo uma revisão superficial da literatura sobre o desenvolvimento contemporâneo é capaz de mostrar a importância de conceitos tais como classe e conflito social, função do Estado e sua relação com os grupos de interesse dominante, expansão das relações sociais capitalistas de

produção e as limitações globais do desenvolvimento nacional. Com algumas notáveis exceções, especialmente na literatura latino-americana, tais questões, quando levadas em consideração na pesquisa demográfica, o são de uma maneira *ad hoc*.

A estrutura conceitual desenvolvida e adotada neste livro inicia-se com a premissa de que o processo de transformação social e de crescimento econômico nos países em desenvolvimento tem-se caracterizado por agudas desigualdades, no tempo e no espaço, e entre os diversos grupos sociais. Tais desigualdades relacionam-se, também, ao comportamento demográfico, uma vez que as condições materiais confrontadas pelas pessoas em sua vida cotidiana exercem forte impacto sobre o nível e cronologia dos nascimentos, mortes e decisão de migrar. Os diferenciais de fecundidade, mortalidade e de migração, por sua vez, podem atenuar ou exacerbar desigualdades em outros aspectos da organização socioeconômica e política. Em conseqüência, os estudos sobre população e desenvolvimento podem avançar, ao se situar o conceito da desigualdade no centro da conceitualização da estrutura social da análise empírica do comportamento demográfico.

Em sua forma mais geral, a estrutura conceitual apresentada no Capítulo 2 faz uma distinção entre três diferentes camadas, ou níveis analíticos. O primeiro e mais básico nível é a infra-estrutura ecodemográfica. Entre as características centrais da infra-estrutura, incluem-se os modos de produção e os modos de reprodução. Produção e reprodução interagem uma com a outra, para determinar a estrutura da economia (divisão setorial; demanda de mão-de-obra) da população (tamanho, razão de sexo, distribuição etária e espacial, taxa de crescimento). Os processos e instituições no nível da infra-estrutura ecodemográfica impõem limites de variação possível e probabilisticamente determinam o caráter do sistema de estratificação de uma sociedade — o segundo nível analítico do modelo. O sistema de estratificação se define pelas dimensões de desigualdade, criadas pelo acesso diferencial aos recursos (terra, renda, educação, serviços públicos) e ao poder político (por exemplo, partidos políticos, sindicatos e grupos de pressão). O terceiro nível — a superestrutura político-ideológica — compreende os órgãos e instituições do aparelho estatal, assim como a cultura e a ideologia. Por fim, as relações entre estes três níveis estão condicionadas pelas limitações, oportunidades e contingências, ligadas à posição de um país dentro da economia global.

Como todo arcabouço, este não constitui uma teoria formal. Deve ser mais corretamente entendido como um “mapa conceitual” dos termos e relações que demarcam e orientam uma agenda de pesquisa. Essa estrutura conceitual fornece as linhas mestras para organizar e ordenar a multiplicidade dos dados

disponíveis, tendo em vista explicações logicamente situadas no âmbito de uma conceitualização geral do sistema social. Os elementos desse esquema são separados por motivos de exposição. Na vida real, nenhum desses componentes é tão isolado do todo como pode dar a entender o diagrama proposto. Finalmente, o modelo é abstrato, no sentido de que seus vários elementos e relações colocam, simplesmente, um modo de pensar sobre a estrutura sociodemográfica. Para aplicarmos esta estrutura conceitual é necessário que a “preenchamos” com os detalhes institucionais e os fatores históricos contingentes, relevantes para o estudo de um determinado país, neste caso, o Brasil.

A história econômica do Brasil Colônia mostra que foi a estrutura populacional que determinou as principais características da organização econômica do país. Durante o período colonial quando a demanda de açúcar assumiu importância crescente no mercado mundial, foi a escassez de população, mais precisamente a escassez de mão-de-obra, que levou ao modo escravista de produção. A escravatura, por seu turno, deu origem a um sistema particular de estratificação e a uma superestrutura político-ideológica que sancionava legalmente e moralmente justificava a desigualdade racial e a brutal exploração da população de origem africana. No século XIX, quando o café se tornou o principal produto de exportação, a oferta deficiente de mão-de-obra impeliu o Estado a subsidiar a imigração maciça de europeus para o sul do Brasil. O resultado foi o colonato, sistema de base familiar de produção agrícola. Em meados do século XX, contudo, o Brasil ingressou num período de excedente de mão-de-obra. A evolução da estrutura econômica respondia mais à lógica inírnica do modo capitalista de produção do que às limitações impostas pela população. Estas observações sustentam importante questão teórica: a estrutura conceitual elaborada no Capítulo 2 não se compromete *a priori*, no que se refere à direção da relação causal entre os modos de produção e reprodução, no âmbito da infra-estrutura ecodemográfica. Diferentemente da visão marxista ortodoxa, que vê a população como totalmente derivativa do econômico, e ao contrário do enfoque neomalthusiano, que inverte o raciocínio causal, esta estrutura conceitual endossa a idéia de que a relação entre a organização econômica e demográfica seja historicamente variável.

A interação dos modos de produção e reprodução também explica os padrões de migração e distribuição da população. A exportação do açúcar no século XVII concentrou população e poder político ao longo da costa nordestina. A subseqüente corrida do ouro em Minas Gerais nos anos 1700, e o crescimento da produção do café em São Paulo no século seguinte, mudaram o *locus* da atividade econômica e da concentração populacional para o Centro-Sul do Brasil. No século XX, acumularam-se fortunas com a venda do café nos mercados internacionais, as quais forneceram capital para

rodovias e ferrovias e estimularam a criação de bancos e outras instituições financeiras. Na década de 30, São Paulo surgia como a região economicamente mais avançada do país, enquanto o Nordeste, próspero no passado, se atrasava. As desigualdades espaciais nos padrões de vida refletiam-se nas diferenças regionais da fecundidade e da mortalidade e eram causa de movimentos populacionais inter-regionais e rurais-urbanos.

A expansão do setor industrial nas áreas do Centro-Sul do país traduzia-se no crescimento de uma nova estrutura de classes. A economia rural tradicional, baseada na relação clientelística entre trabalhador e patrão, deu lugar e importância à força de trabalho assalariada e à ascensão econômica e política da burguesia urbana. Ligada à ascensão de novas facções políticas, encontrava-se a hegemonia de ideologias desenvolvimentistas, compatíveis com os interesses econômicos da crescente classe capitalista.

Após a Segunda Grande Guerra, a economia brasileira cresceu em tamanho e complexidade. Duas fases distintas de crescimento caracterizaram a economia nos anos do pós-guerra: a primeira, mais voltada para o mercado interno, do começo dos anos 50 até meados da década seguinte, teve como força propulsora a industrialização via substituição de importações; a segunda baseou-se principalmente na promoção das exportações e no endividamento externo, do final dos anos 60 até o início da década de 80. No primeiro período, os produtos manufaturados produzidos internamente passaram a substituir os bens de consumo duráveis e intermediários importados. O segundo período viu a diversificação do crescimento industrial e a maior integração à economia mundial. A produção industrial, embora sujeita a variações cíclicas, cresceu em torno de 7% a.a. entre 1956 e 1984. O emprego não-agrícola crescia e a população tornava-se cada vez mais urbana. Em 1980, mais da metade da população brasileira vivia em centros urbanos.

O aumento do número médio de anos de expectativa de vida ao nascer reflete, em parte, as mudanças da qualidade global de vida. No período 1930/40, a expectativa média de vida do país como um todo era de aproximadamente 41 anos. Em 1970/80, aumentou para cerca de 62 anos. A queda do nível de mortalidade esteve ligada ao aumento da renda e do nível educacional e à redução do risco ambiental, devido ao aumento da proporção de domicílios com serviços de água e esgoto e energia elétrica. Políticas de saúde direcionadas às populações de baixa renda desempenharam importante papel nessa questão, em especial nos anos 70 e início da década de 80. Desde 1970, programas de saúde materno-infantil patrocinados pelo governo, junto com distribuição de suplementação alimentar para

mulheres grávidas e recém-nascidos, contribuíram para a redução da mortalidade infantil.

O crescimento e a diversificação da economia brasileira não conseguiram eliminar as agudas desigualdades regionais que têm caracterizado o país desde os tempos coloniais. As diferenças existentes entre o Nordeste pobre e o afliente Sudeste refletem-se nos indicadores sociais como renda, nível educacional e percentual de domicílios com água encanada, serviços de esgoto e eletricidade. O impacto dessas diferenças de qualidade de vida se expressa pelas disparidades regionais do número médio de anos de expectativa de vida ao nascer. Na década de 60, a expectativa de vida no Nordeste Central (44,2) era inferior à do Sul (61,9) em 17,7 anos. Na década seguinte, a expectativa de vida aumentou para 49 anos no Nordeste Central e para 67,8 anos no Sul. Estes resultados indicam o aumento das diferenças regionais de 17,7 anos, em 1960/70, para 18,8 anos, em 1970/80.

As desigualdades regionais de duração da vida são consideravelmente mais amplas, quando se desagregam as estimativas por nível de renda familiar e situação do domicílio. Em 1970, a expectativa de vida mais baixa do país (40 anos) foi registrada entre as famílias urbanas mais pobres do Nordeste Central. A mais alta, entre as famílias urbanas mais ricas do Sul. Com uma duração média de vida de 67 anos, os ricos urbanos na região mais desenvolvida do Sul sobreviviam aos pobres urbanos da área menos desenvolvida em mais de 1/4 de século (27 anos).

As diferenças de duração da vida por região e renda familiar trazem implicações importantes no nível global de expectativa de vida. Isto ocorre porque a taxa agregada é uma média ponderada das taxas correspondentes aos vários subgrupos populacionais. Desse modo, a alta concentração da renda no Brasil e a grande concentração de pessoas na região menos desenvolvida do Nordeste reduzem significativamente a duração média de vida do país como um todo.

O impacto causado pelo recente crescimento econômico no Brasil sobre a desigualdade relativa entre os diferentes grupos socioeconômicos deve tornar-se a preocupação maior entre os analistas do desenvolvimento e população. Voltamo-nos para a questão da desigualdade por focalizar as mudanças, havidas no tempo, do padrão de mortalidade diferencial. As estimativas de expectativas de vida para as décadas de 60 e 70, desagregadas por nível de renda familiar, indicam que a queda da mortalidade foi mais ou menos uniformemente distribuída entre os estratos de renda. Em relação à população total, a expectativa de vida aumentou aproximadamente quatro anos para todos os grupos de renda tanto das áreas urbanas quanto rurais do país. Em razão do aumento relativamente igual nos diversos subgrupos populacionais, a diferença de expectativa de vida dos ricos e pobres

permanecem mais ou menos a mesma entre as décadas de 60 (12,1 anos) e de 70 (12,4 anos).

Análises comparativas dos dados censitários fornecem informações indispensáveis para o estudo das tendências da mortalidade ao longo do tempo. No entanto, o censo é feito somente a cada 10 anos. Em consequência disso, os resultados não captam as flutuações das taxas vitais que ocorrem durante a década. Estimativas anuais de mortalidade infantil, derivadas de registros vitais relativos a São Paulo, mostram claramente que a tendência de longo prazo para mortalidade mais baixa sofre, algumas vezes, oscilações de curto prazo. Sem dúvida, as flutuações da taxa de mortalidade infantil refletem consequências das políticas social e econômica em vigor. Logo após a tomada do poder pelos militares em 1964, os planejadores do desenvolvimento adotaram políticas de arrocho salarial, com a finalidade de conter a inflação e atrair investimentos externos. Com a utilização de instituições corporativistas de controle da força de trabalho, criadas por Vargas nos anos 30, bem como de repressão, os salários nominais não acompanharam o ritmo da inflação. O resultado disso, no período compreendido entre 1965 e início dos anos 70, foi a deterioração do poder de compra do salário mínimo legal e o aumento da mortalidade infantil. No final da década de 70, quando aumentou o valor real do salário mínimo, o nível da mortalidade infantil voltou a decrescer, segundo sua tendência histórica.

A força da relação inversa entre renda e mortalidade parece ter-se atenuado recentemente. Subsídios diretos à população de baixa renda, sob a forma de serviços de água e esgoto, bem como nutrição e programas relacionados com a saúde, têm desempenhado papel importante no debilitamento do efeito-renda sobre a mortalidade infanto-juvenil, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul brasileiro. Se a estratégia de desenvolvimento com base em arrocho salarial estimulou o aumento da mortalidade infantil em razão da redução dos salários, iniciativas de saúde pública e outras transferências para os pobres causam resultado oposto. As políticas econômicas e sociais governamentais causam, portanto, efeitos importantes, e freqüentemente contraditórios, sobre o comportamento demográfico.

O estudo da relação entre os níveis do salário mínimo real e de mortalidade infantil ao longo do tempo ilustra dois aspectos importantes da estrutura conceitual analisada no Capítulo 2. Um desses aspectos refere-se à utilidade metodológica do esquema de três níveis adotado. A literatura sobre população, para não mencionarmos o senso comum, nos diz que a renda e a mortalidade infanto-juvenil são inversamente relacionadas. Todavia, aquela estrutura conceitual leva-nos a uma análise mais estrutural, de base histórica, da etiologia da mudança da mortalidade. Uma linha de pesquisa se move do

focus analítico da distribuição da renda (sistema de estratificação) para o âmbito da produção e das classes sociais (infra-estrutura). A outra linha elege como *locus* de estudo as instituições políticas e as políticas socio-econômicas (superestrutura) que afetam diretamente tanto os níveis de renda (por exemplo, a legislação do salário mínimo; instituições corporativistas de controle da mão-de-obra) quanto de mortalidade infanto-juvenil (por exemplo, programas nutricionais e de saúde pública). Uma alteração no nível da mortalidade (como no caso da fecundidade e da migração, pode, portanto, ser interpretada como resultado líquido da interação de processos e eventos analiticamente situados no nível da infra-estrutura, estratificação e superestrutura.

O estudo da mortalidade infantil e poder aquisitivo do salário mínimo em São Paulo ilustra outro aspecto de nossa abordagem conceitual para a análise da população e desenvolvimento. Ao contrário das perspectivas estruturalistas, que caracterizam o pobre urbano como vítima passiva do subdesenvolvimento, a presente análise identificou vários modos pelos quais as pessoas tentavam ativamente alterar suas condições de vida. Greves trabalhistas, criação de organizações de bairro e surtos ocasionais de violência coletiva figuram entre os modos pelos quais a população responde à deterioração dos padrões de vida. Na medida em que tais ações alimentavam as crescentes pressões políticas do final da década de 70, que lutavam contra a deterioração dos salários, os movimentos sociais deste tipo assumiram importância para o estudo da mortalidade infantil.

A mobilização política causou, também, outras consequências demográficas. A luta por um custo de vida mais baixo na década de 70, por exemplo, foi liderada pelas mulheres nos bairros de baixa renda das cidades. Uma consequência não intencional de tais iniciativas foi a de trazer à baila da vida cotidiana as questões de desigualdade entre sexos e o direito das mulheres de controlarem a reprodução. Por desafiar atitudes tradicionais e ideologias dominantes, tais ações desempenharam, certamente, papel importante na queda da fecundidade. A ação dos grupos sociais no sentido de defender seus interesses também é significativa para a análise da migração e distribuição populacional na Amazônia. As batalhas políticas, havidas dentro do governo federal, para influir sobre prioridades de desenvolvimento regional, bem como as confrontações entre camponeses e fazendeiros na fronteira agrícola, constituíram elementos cruciais para o entendimento da morte prematura dos programas públicos de colonização e de assentamento na Amazônia e no Centro-Oeste.

Exemplos das consequências da ação social sobre a fecundidade, mortalidade e migração apontam para o princípio causal geral invocado por nós para conceitualizar as determinações entre a ação humana e a estrutura

socioeconômica e política. Segundo o modelo do Capítulo 2, a infra-estrutura ecodemográfica estabelece limites de variação ao sistema de estratificação e à superestrutura. As classes sociais, os grupos de interesses e o Estado por si só executam ações voluntárias que transformam a organização social. O entendimento das transformações da sociedade, como consequência da interação entre a ação humana e as características institucionais da estrutura social, é importante por duas razões. Esta visão rejeita o economicismo dogmático, freqüentemente associado a esquemas baseados em superestrutura. Em segundo lugar, dá atenção ao caráter ativo e reflexivo da conduta humana, desse modo distanciando-se da persistente tendência das ciências sociais de encarar o comportamento humano como resultado de forças que os autores não controlam, nem compreendem [ver Giddens (1984)].

Sob o sistema político democrático recém-instalado, outras questões emergirão como pontos focais de mobilização política. A desigualdade racial é um tema provável. Os diferenciais de mortalidade por raça revelam aspecto indiscutível da estratificação social brasileira, não captado pelas medidas tradicionais de *status* socioeconômico. Estimativas de expectativa de vida, por subgrupos raciais da população, revelam que os não-brancos encontram-se em considerável desvantagem. Em 1950, os brancos sobreviviam aos não-brancos numa média de 7,5 anos. Entre 1950 e 1980, a expectativa de vida aumentou cerca de 19 anos entre os dois grupos, mas a diferença entre eles permaneceu alta (6,7 anos). A persistência da diferença de mortalidade ao longo do tempo sugere que a transformação estrutural da sociedade brasileira pouco fez para reduzir as diferenças relativas de qualidade de vida entre brancos e não-brancos. Outras análises mostraram que o item raça permaneceu uma variável estatisticamente significativa, mesmo após controle por educação, região, renda familiar e acesso à água encanada. Os resultados indicam que os não-brancos brasileiros sujeitam-se a desvantagens e a formas de discriminação, além daquelas associadas a padrões socioeconômicos inferiores.

Em comparação com a mortalidade, a queda da fecundidade no Brasil é mais recente. De 1940 a 1970, a taxa de fecundidade total permaneceu relativamente estável em torno de seis filhos. Entre 1970 e 1980, caiu para 4,2, um declínio próximo de 30% no pequeno espaço de tempo de uma década. A repentina queda da fecundidade deveu-se, entre os determinantes próximos, ao incremento da proporção de mulheres que passaram a fazer uso da anticoncepção. O aumento do controle reprodutivo está associado a inúmeras mudanças socioeconômicas e ideológicas. Incluem-se entre aquelas o aumento significativo do nível educacional, da proporção da população urbana e o maior número de mulheres que ingressaram na força de trabalho. As mudanças quanto a valores e atitudes, tais como a debilitação

das tradicionais relações entre sexos, desempenharam também papel importante. A reestruturação da sociedade brasileira alterou os incentivos e desincentivos a grandes famílias. O aumento dos custos diretos e indiretos de se ter filhos fez reduzir a demanda de filhos. A queda dos custos de mercado e de custos subjetivos dos meios de controle da reprodução permitiu aos casais ajustar a fecundidade, segundo sua conveniência ou necessidade.

A preferência por menor número de filhos manifestou-se por todos os grupos sociais, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. Todavia, alguns dos fatores estruturais, que levaram a este resultado comum, eram mais ou menos específicos aos diferentes setores populacionais. As famílias urbanas de renda mais baixa foram especialmente atingidas pela erosão dos salários reais que ocorreu entre meados da década de 60 até meados de 70. Combinada com o aumento do preço relativo dos alimentos, da moradia e dos serviços públicos, a redução dos salários significou o aumento do custo relativo dos filhos. O declínio da renda fez com que também as mulheres ingressassem na força de trabalho em números cada vez maiores, especialmente em empregos industriais e afins. O emprego deste tipo, que é executado fora de casa e se caracteriza por rígidos horários de trabalho, mostra-se especialmente incompatível com as demandas de criação de filhos no ambiente urbano.

Entre as famílias de renda média, a aceleração da queda da fecundidade dos anos 70 coincidiu com um período em que as famílias aumentaram as expectativas de consumo em favor de posses materiais e melhor qualidade dos filhos, através de maiores investimentos em educação. Altas taxas de inflação e indexação das obrigações creditícias podem ter causado o alargamento da distância entre as aspirações materiais do casal e os recursos disponíveis, condição esta que reduziu a demanda de filhos.

No meio rural, a fecundidade caiu em razão de mudanças estruturais na organização da produção agrícola e no modo pelo qual a mão-de-obra passou a ser recrutada e remunerada. O antigo sistema de colonato, típico da economia de grandes plantações na virada do século, trazia consequências demográficas pró-natalistas, que contribuíam para altas taxas de fecundidade no meio rural. Mais recentemente, o colonato bem como os tradicionais sistemas de arrendamento e parceria estão dando lugar ao trabalho assalariado, pelo qual os trabalhadores são contratados individualmente, freqüentemente em bases sazonais. A inacessibilidade à terra para produção de bens de autoconsumo, por parte das famílias dos trabalhadores, reestruturou o ambiente decisório familiar e alterou o modo dominante de reprodução no meio rural. Os resultados demográficos da proletarianização da mão-de-obra rural foram a maciça migração rural-urbana e o declínio da fecundidade.

As estimativas da magnitude do êxodo rural mostram um saldo líquido de 13,8 milhões de pessoas em favor das áreas urbanas na década de 60, número este que aumentou para 17,3 milhões na década seguinte. O fluxo de emigração rural foi tão grande na década de 70 que conseguiu drenar mais do que todo o crescimento demográfico havido em razão do aumento natural da população. O resultado foi queda absoluta do tamanho da população rural, que passou de 41,054 milhões de pessoas em 1970 para 38,620 milhões em 1980.

Os economistas neoclássicos tomam como pressuposto que os fluxos migratórios são resultado cumulativo de decisões individuais, baseadas numa avaliação racional dos benefícios a serem ganhos e dos custos incorridos na mudança de um local de residência para outro. Na medida em que o movimento populacional das áreas rurais para as urbanas seja voluntário, o modelo de custo-benefício aplica-se ao caso brasileiro. Contudo, a conclusão de que as pessoas migram porque consideram ser de seu interesse fazê-lo mascara os fatores estruturais que motivam essa decisão. Ao contrário do caráter reducionista e a-histórico da perspectiva neoclássica, a abordagem estrutural para o estudo da migração para as cidades identifica vários aspectos da estrutura agrária brasileira que fazem reduzir a capacidade das áreas rurais de reter a população.

O mais importante é, sem dúvida, a alta concentração da propriedade da terra, um fenômeno cujas origens remontam ao período colonial e aos mecanismos utilizados pela Coroa Portuguesa para povoar o Brasil. Em 1975, 52,1% de todos os estabelecimentos rurais era de tamanho inferior a 10 hectares e ocupavam apenas 2,7% de toda a terra agricultável. No outro extremo, apenas 0,8% das propriedades rurais excediam a mil hectares, embora ocupassem quase a metade das terras em áreas rurais. Quando os meios de produção são monopolizados por uma minoria de grandes proprietários e a maioria dos habitantes da área rural é relegada a pequenos lotes de terra, inferiores ao mínimo necessário para subsistência, o resultado é uma alta taxa de emigração rural. Incluem-se entre outros fatores que contribuem para o êxodo rural a crescente mercantilização da produção agrícola, sua mecanização, os impactos de políticas creditícias e da inflação sobre o preço da terra.

Na década de 70, a migração para as cidades e o fluxo inter-regional de pessoas do Nordeste para os centros urbanos do Centro-Sul tornaram-se uma das principais preocupações para fins de formulação de políticas no Brasil. Para contrabalançar o tamanho e a densidade crescentes das áreas urbanas das regiões industrializadas, o governo lançou um plano destinado a redirecionar para a Amazônia, esparsamente povoada, o fluxo de migrantes do Sul urbanizado. A Rodovia Transamazônica e um complexo projeto de

colonização pública foram as pedras angulares de um ambicioso plano de desenvolvimento, lançado no início da década de 70. Os projetos de construção de estradas colossais, junto com grande variedade de incentivos fiscais, atraíram trabalhadores rurais, pequenos proprietários de terra, fazendeiros e grandes investidores para a Região. A competição pela terra acarretou em violentas confrontações, normalmente com conseqüências desastrosas para os despossuídos e os grupos indígenas nativos.

Em vista da vastidão do território relativamente desabitado nas terras baixas tropicais do norte do Brasil, o movimento de ocupação da Amazônia parecia solução plausível para o problema da migração para as cidades e concentração populacional no Nordeste, Sudeste e Sul do país. O plano de povoar a Amazônia tinha também razões políticas, na medida em que deslocava o objeto de intervenção para longe das causas subjacentes do "excedente" populacional, como a concentração da propriedade da terra nas regiões já de há muito povoadas do país. Contudo, ao contrário das opiniões de que a Amazônia solucionaria os problemas de pressão populacional e pobreza rural, as estimativas de migração líquida para a Região entre 1970 e 1980 contam história diferente. O número de pessoas absorvidas nos projetos de colonização e pela fronteira em geral foi pequeno em relação ao tamanho da população brasileira e ao volume de todo o fluxo migratório rural-urbano. Além disso, as taxas mais altas de crescimento populacional entre 1970 e 1980, na Amazônia, foram as das áreas urbanas e não as das áreas rurais. Longe de oferecer o paraíso ao pequeno agricultor, o resultado dos recentes esforços de se povoar a Amazônia foi a alta concentração da propriedade da terra, o desmatamento de vastas áreas, a expansão de investimentos altamente intensivos de capital e a presença cada vez maior de pobreza urbana [Schunink e Wood (1984)]. As áreas de fronteira do norte do Brasil exibem, cada vez mais, as marcas da desigualdade do resto do país.

Os padrões futuros de crescimento e desenvolvimento brasileiros serão grandemente dependentes da capacidade da economia de absorver a crescente oferta de mão-de-obra. As projeções populacionais para o ano 2000 indicam que, mesmo levando-se em conta uma contínua queda da fecundidade, o número de pessoas em idade de trabalho aumentará a uma taxa de 2,3%, a.a., aproximadamente. Os economistas supõem que o Produto Interno Bruto deva crescer a uma taxa média anual de 2% para que se possa absorver 1% de crescimento anual da oferta de mão-de-obra. Então, o PIB do país terá de crescer a uma taxa anual de 4,6% para simplesmente conseguir manter os níveis atuais de emprego.

Os cálculos do potencial da economia brasileira de geração de empregos melhor remunerados revelam um quadro ainda mais alarmante. Modelos de simulação da taxa de crescimento do setor formal revelam que, mesmo

quando a economia global cresce a uma taxa anual de 7%, a taxa de crescimento do emprego no setor formal chega, apenas, a cerca de 1,6%, ou menos. Uma vez que a taxa de crescimento da oferta de mão-de-obra é muito maior (2,3% a.a.), os resultados sugerem que, se a tendência atual continuar, o setor formal nunca conseguirá absorver totalmente os novos contingentes da força de trabalho. As análises de crescimento populacional, por nível de renda familiar, indicam que os pobres encontram-se em especial desvantagem por crescerem a ritmo bem superior à média nacional. A taxa relativamente baixa de geração de empregos do setor formal e a alta taxa de crescimento da oferta de mão-de-obra (especialmente entre os pobres) significa que, sem que haja grandes mudanças na estrutura da economia brasileira, a proporção dos trabalhadores pessimamente remunerados crescerá, mesmo que haja altas taxas de crescimento econômico.

O caráter atual da desigualdade socioeconômica e espacial no Brasil é, em parte, um legado de seu passado colonial e do papel periférico que o país desempenhou na economia mundial. Antes da Segunda Grande Guerra, o Brasil era muito dependente da exportação de matérias-primas, especialmente de produtos agrícolas tais como açúcar, algodão e café. No período do pós-guerra, operou-se a expansão da base industrial do país, a diversificação da produção, por meio da substituição das importações, e a expansão de uma ampla gama de exportações não-tradicionais. Esse modelo de desenvolvimento intensificou, ao invés de atenuar, a posição de dependência do Brasil no sistema mundial.

Não há questão que reflita mais claramente as conseqüências dessa dependência sobre as perspectivas do desenvolvimento brasileiro do que sua dívida externa. Tomaram-se grandes empréstimos de bancos privados, em meados da década de 70, quando havia excesso de liquidez no sistema bancário mundial. Os recursos eram disponíveis a baixas taxas de juros. O tamanho da dívida cresceu de modo inesperado, como resultado de um rápido aumento das taxas de juros no final da década de 70 e durante os anos 80. Concomitantemente, a capacidade de pagamento do país caía, em razão da recessão mundial e da associada deterioração dos termos de troca das exportações brasileiras. O efeito combinado do aumento das taxas de juros e a deterioração dos termos de troca representaram, apenas entre 1978 e 1982, uma perda líquida de US\$ 47 bilhões para o país. O resultado disso foram crises econômicas sem precedentes no início e final da década de 80.

A volta ao sistema democrático, em 1985, parecia definir uma era da história política e econômica do Brasil. De muitas maneiras, o novo regime herdava uma economia construída sobre alicerces bem mais sólidos para um futuro crescimento. O Brasil reduzira sua dependência das importações de petróleo e tornara-se auto-suficiente em aço, alumínio, bem como em muitos outros

produtos anteriormente importados. Os produtos industrializados passaram de 28% do total das exportações em 1971 para 63% em 1985, o que reflete a diversificação da produção e a incursão dos produtos manufaturados e semimanufaturados brasileiros no mercado mundial. Por outro lado, a economia permanece perturbada por altas taxas de inflação e drenagem de recursos, causada pela imensa dívida externa. Além disso, a despeito da recente queda da fecundidade, a população continuará a crescer bastante no futuro, aumentando a necessidade de geração de empregos. Como é provável que os padrões atuais de migração rural-urbana e inter-regional continuem como estão nos anos vindouros, o aumento populacional agravará também a concentração, já alta, de pessoas que vivem e procuram por trabalho nos centros metropolitanos do país.

O sucesso da democracia no Brasil dependerá da capacidade de administrar um conjunto de demandas complexas e contraditórias. A satisfação das expectativas populares de uma melhoria das condições de vida exigirá, pelo menos, um aumento substancial do número de empregos no setor formal da economia, assim como de medidas redistributivas para reduzir as desigualdades socioeconômicas e regionais, documentada neste livro. Porém, o retorno à democracia não solucionará, por si só, a atual crise econômica brasileira, nem eliminará, necessariamente, a alta concentração da renda e da propriedade da terra, ou levará, automaticamente, a um modelo de desenvolvimento mais igualitário. No entanto, a grande virtude da democracia reside em sua capacidade de resposta à pluralidade de interesses e em seu potencial para forjar uma outra perspectiva social e econômica. Que ela seja mais generosa para milhões de brasileiros que pagaram caro pelas prioridades econômicas do passado!

Observações sobre o Método

A.1 - Fecundidade

O registro dos eventos vitais, no Brasil, está longe de ser completo e, embora tenha melhorado muito ultimamente, o país ainda se ressent de um registro confiável do número de nascimentos. A ausência de dados impede o uso de técnicas demográficas tradicionais que se apóiam nas estatísticas de registros vitais. Por esta razão, derivamos estimativas, utilizando a técnica indireta, desenvolvida por William Brass [Brass *et alii* (1968)].

A técnica de Brass exige dois tipos de informações, classificadas por idade da mulher: *a*) o número de nascimentos vivos nos 12 meses anteriores à data do censo (fecundidade corrente); e *b*) o número total de nascimentos vivos até a data do censo (fecundidade retrospectiva ou parturição). Trabalhando com distribuições de fecundidade teóricas, Brass desenvolveu uma série de multiplicadores para converter a fecundidade corrente acumulada em uma medida de parturição média. Os fatores de correção refletem a distribuição de um conjunto de padrões-modelos de fecundidade específica por idade. O modelo apropriado (e daí os multiplicadores) é escolhido tendo por base dois parâmetros derivados dos dados observados: a idade média da distribuição da fecundidade corrente e a inclinação da função de fecundidade em seu início (medida pela razão da fecundidade corrente ou da parturição média entre mulheres da faixa de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos).

Em condições ideais, a distribuição de fecundidade acumulada de uma determinada coorte de mulheres deveria coincidir, exatamente, com a parturição média do mesmo grupo. Na prática, as duas séries de dados de fecundidade (corrente ou retrospectiva), após a necessária conversão para torná-los comparáveis, não coincidirão, em razão das duas fontes de erro:

a) ao perguntar-se às mulheres sobre o número de nascimentos havidos nos 12 meses precedentes, elas podem não ter a idéia exata sobre o período de tempo correto, erro este chamado de *período de referência*. A duração média do tempo coberto pode abarcar um período maior ou menor do que o de 12 meses; b) mulheres mais velhas podem não se lembrar de alguns partos que tenham tido, especialmente de filhos que tenham morrido logo após nascerem. É de esperar-se que o “erro de memória” aumente com a idade, refletindo um progressivo esquecimento do número exato, à medida que a idade da mãe avança e a prole cresce.

A técnica de Brass faz uso tanto de dados correntes quanto retrospectivos, com a finalidade de gerar estimativas confiáveis das taxas de fecundidade específica e total. A série de taxas de fecundidade corrente de mulheres de 15 a 49 anos de idade, baseada nos dados declarados, oferece o padrão etário da fecundidade. Porém, as taxas específicas por idade, derivadas do número relatado de filhos tidos nos últimos 12 meses, não refletem com precisão o nível de fecundidade, em razão dos efeitos dos erros de “período de referência”. Torna-se, portanto, necessário um ajustamento. A razão entre a parturição (P) das mulheres mais jovens, menos sujeitas a erro de memória, e a fecundidade acumulada (F) fornece um fator (P/F), utilizado para corrigir toda a série de taxas de fecundidade corrente relatada.

A soma das taxas específicas por idade ajustadas fornece uma estimativa da fecundidade total. A taxa de fecundidade total de um determinado período pode ser interpretada como o número de filhos que uma mulher teria, caso sua experiência, durante toda a vida reprodutiva (de 15 a 50 anos), fosse a mesma que as mulheres das várias coortes diferentes tiveram no período em referência.

A.2 - Estimativas de Fecundidade Relativas a 1930/40 e 1940/50

O Censo de 1970 incluiu questões sobre o número total de nascimentos vivos e nos 12 meses precedentes ao censo, possibilitando, desse modo, a aplicação direta do método de Brass. Os censos anteriores não indagaram acerca do número de filhos tidos nos 12 meses precedentes ao recenseamento. Apesar dessa limitação, foi possível se obter as estimativas através de uma variante da técnica de Brass. Uma análise das distribuições da parturição, relativa às 10 regiões, em 1940 e 1950, indicou que não houve mudanças significativas no padrão etário da fecundidade, em comparação aos resultados de 1970, relativos a oito das 10 regiões do país [Carvalho (1973, Capítulo 2)]. Portanto, partiu-se do pressuposto de que o padrão de fecundidade de cada região, à exceção de São Paulo e do Sul, em 1930/40, fosse o mesmo que o observado no Censo de 1970. Obteve-se, portanto, o

nível de fecundidade dos períodos anteriores pelo ajustamento do nível de 1960/70, por um fator obtido pela divisão da parturição média de cada uma das oito regiões — relativa aos grupos etários de 20 a 29 anos em 1940 e 1950 — e pela parturidade do mesmo grupo em 1970. A distribuição da fecundidade de São Paulo e a do Sul foram ajustadas utilizando-se da distribuição do Sul e de Minas, respectivamente [ver Carvalho (1973)]. Obtiveram-se as estimativas para o país como um todo, pela agregação das estimativas regionais.

A.3 - Taxas de Fecundidade por Renda

A aplicação do método de Brass aos subgrupos populacionais, desagregados por níveis de renda familiar, traz à baila questões especiais para análise e interpretação. Como observamos acima, o padrão etário de fecundidade se ajusta por meio da razão P/F , onde P é o número médio de filhos tidos por mulheres de 20 a 29 anos de idade e F , a fecundidade corrente acumulada até o mesmo grupo etário. O nível de fecundidade de cada classe de renda é, portanto, determinado pelo comportamento da fecundidade das mulheres mais jovens. Este procedimento minimiza a relação possivelmente enganosa entre fecundidade e renda familiar, quando filhos mais velhos, necessariamente nascidos de mulheres mais velhas à época do censo, ingressam na força de trabalho. Quando se apresentam taxas de fecundidade por renda familiar, estas taxas representam o nível da fecundidade implícita na experiência reprodutiva de mulheres de 20 a 29 anos de idade, pertencentes a famílias de um dado nível de renda mensal à época do censo.

A.4 - Mortalidade

O método de Brass de estimação da mortalidade consiste em uma transformação simples que gera medidas de probabilidade de morte à idade x , a partir da proporção de filhos mortos, proporção esta baseada nas informações sobre o número de filhos tidos e o número de filhos sobreviventes por idade da mãe. A proporção de filhos sobreviventes entre os filhos tidos por mulheres de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos de idade, quando multiplicada por fatores de correção próprios, produz estimativas da probabilidade de morte nas idades exatas de dois, três e cinco anos. Esses valores correspondem à função ${}_xq_0$ da tabela de sobrevivência, neste caso, ${}_2q_0$, ${}_3q_0$ e ${}_5q_0$.

Embora se possam estimar outros valores sob condições ideais, as análises presentes neste livro utilizam-se dos valores ${}_2q_0$, ${}_3q_0$ e ${}_5q_0$.

A probabilidade de morte na idade de um ano (${}_1q_0$) é excluída, por ser especialmente sensível às peculiaridades dos dados. As estimativas de sobrevivência além do quinto aniversário (acima de ${}_5q_0$) também não são

confiáveis. Estas últimas se baseiam na memória de mulheres mais velhas (acima de 35 anos de idade) sobre os eventos ocorridos que são sujeitos a erro de memória. Além disso, os valores não são representativos dos níveis de mortalidade recente. Por outro lado, as probabilidades de morte nas idades de dois, três e cinco anos são indicadores aceitáveis dos níveis recentes de mortalidade infanto-juvenil. Combinados, os três indicadores dão medida aproximada da mortalidade média da década anterior ao recenseamento.

Para facilitar uma comparação intergrupar, convertemos os três valores de xq_0 numa medida da expectativa média de vida ao nascer, implícita no nível de mortalidade infanto-juvenil. Como padrão de mortalidade, utilizamos o implícito na tabela de sobrevivência para o México, relativa a 1960. Esta é uma escolha adequada, pois outras análises indicam que o padrão de mortalidade do México é semelhante ao do Brasil [Carvalho (1973)]. Tendo escolhido este padrão, estimamos a tabela de sobrevivência e, conseqüentemente, a expectativa de vida ao nascer, por transformação logital, adotando a tabela de sobrevivência mexicana como padrão.

O método pressupõe que o padrão mexicano de mortalidade de 1960 aproximava-se do padrão da população brasileira como um todo [como foi mostrado por Carvalho (1973)] e o dos vários subgrupos. Este último pressuposto é validado, em função da notável estabilidade dos padrões de mortalidade encontrados entre os grupos populacionais ligados geograficamente. Mesmo que o padrão mexicano se distancie do verdadeiro padrão brasileiro, isto não invalidaria nossos achados, uma vez que a análise se dá primordialmente sobre as diferenças relativas entre os grupos, e não sobre os níveis absolutos de mortalidade.

A.5 - Estimativas de Mortalidade por Renda Familiar

Quando se desagregam estimativas de mortalidade por renda, é necessária alguma cautela. As estimativas de probabilidade de morte na idade, digamos, de dois anos ($2q_0$), relativas a filhos nascidos de mulheres de famílias com renda i , são baseadas nas experiências da mortalidade das crianças no período de cinco a seis anos antes da data censitária. As probabilidades de sobrevivência podem estar distorcidas, se ocorrer no curto prazo mobilidade de um nível de renda para outro. Para minimizar este problema, baseamos a maior parte da análise em quatro amplas categorias de renda familiar. As estimativas mais desagregadas de expectativa de vida são mais suscetíveis ao viés da mobilidade, devendo ser interpretadas com esta restrição em mente.

As taxas de expectativa de vida, por renda familiar, devem ser interpretadas como aquelas correspondentes à experiência de mortalidade de filhos nascidos de mulheres de 20 a 34 anos que tenham sido recenseadas em famílias de determinado nível de renda à época do censo.

Bibliografia

- ADELMAN, Irma, MORRIS, Cynthia Taft. *Economic growth and social equity in developing countries*. Stanford University Press, 1973.
- AHLUWALIA, Montek S. Inequality poverty and development. *Journal of Development Economics*. Amsterdam, v.3, p. 307-342, Dec. 1976.
- ALMEIDA, A. L. Ozório de. Produtividade em serviços: alguns problemas para a nova política salarial. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 70-76, 1980.
- ALMEIDA, Angela Mendes, LOWY, Michael. Union structure and labor organization in the recent history of Brazil. *Latin American Perspectives*, Beverly Hills, v. 3, p. 98-119, Winter 1976.
- ALMEIDA, M. H. T. de. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 161-189, 1981.
- ALVARO, Moisés José. Current issues in the labor movement in Brazil. *Latin American Perspectives*, Beverly Hills, v. 6, p. 1-21, Fall 1979.
- AMBERCOMBIE, K. C. Agricultural mechanization and employment in Latin America. *International Labor Review*, Ithaca, v. 105, u. 6, p. 11-45, 1972.
- AMIN, Samir. Modern migrations in western Asia. In: ——— (ed.). *Modern migrations in western Africa*. London: Oxford University Press, p. 65-124, 1974.
- . *Unequal development: an essay on the social formation of peripheral capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1976.

- ANTONOVSKY, A. Social class life expectancy and over-all mortality. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, New York, v. 45, p. 31-73, Apr. 1967.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1963; 1964.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL: 1987-1988. Rio de Janeiro: IBGE, v. 48, p. 1-740, 1988.
- ARRUDA, José Maria, RUTEMBERG, Naomi, MORRIS, Leo, FERRAZ, Elizabeth Anhel. *Pesquisa nacional sobre saúde materno-infantil e planejamento familiar*: PNSM/IPF - Brasil, 1986. Rio de Janeiro: Bemfam, p. 234, 1987.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo, 1953.
- BACHA, Edmar L. Selected issues in post-1964 Brazilian economic growth. In: TAYLOR, Lance *et alii* (eds.). *Models of growth and distribution in Brazil*. New York: Oxford University Press, p. 12-48, 1980.
- BACHA, Edmar L., TAYLOR, Lance. Brazilian income distribution in the 1960s: facts model results and the controversy. In: TAYLOR, Lance *et alii* (eds.). *Models of growth and distribution in Brazil*. New York: Oxford University Press, p. 296-341, 1980.
- BAER, Weruer. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p. 315, 1966.
- . *The Brazilian economy: its growth and development*. Columbus: Grid Publishing, 1979.
- , DOELLINGER, Carlos Von. Determinants of Brazil's foreign economic policy. In: GRUNWALD, J. (ed.). *Latin America and the world economy: a changing international order*. Beverly Hills: Sage, p. 147-161, 1978.
- , FIGUEROA, Adolfo. State enterprise and the distribution of income: Brasil and Peru. In: BRUNEAU, T. C., FAUCHER, P. (eds.). *Authoritarian capitalism, Brasil's contemporary economic and political development*. Boulder: Westview, p. 59-83, 1981.
- BALÁN, Jorge. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 5, p. 5-79, 1973.
- BANCODOBRASIL. Rio de Janeiro. *Anual report 1983*. Rio de Janeiro, 1983.
- BARTRA, R. Sobre la articulación de modos de producción en America Latina: alguns problemas teóricos. *História y Sociedad*, v. 5, p. 5-19, Spring, 1975.
- BECKER, Gary. An economic analysis of fertility. In: UNIVERSITY BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH. *Demographic and economic change in developed countries*. Princeton University Press, 1980.
- BENTON, Ted. *The rise and fall of structural Marxism: Althusser and his influence*. New York: ST. Martin's Press, 1984.
- BERCOVICH, Alícia M. Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 309-339, 1991. [Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte, 1990.]
- BERG, A. *The nutrition factor*, its role in national development. Washington D. C.: The Brookings Institute, 1973.
- BERGSMAM, Joel. *Brazil: industrialization and trade policies*. London: Oxford University Press, 1970.
- BERQUÓ, Elza. Algumas considerações sobre o perfil demográfico dos negros no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 21, p. 74-84, jul. 1988. [Paper presented at the conference on The Demography of Inequality in Contemporary Latin America, 1988].
- . *Algumas considerações sobre os negros no Brasil*, 1990. Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte, 1990.
- . Como se casam negros e brancos no Brasil. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1991. [Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte, 1990.]
- , GONÇALVES, M. A. *A invasão de óbitos no município de São Paulo*. São Paulo: Cebrap, 1974 (Cadernos Cebrap, 19).
- BERRY, Albert, SOLIGO, Ronald. The distribution of income in Columbia: an overview. In: ECONOMIC POLICY AND INCOME DISTRIBUTION IN COLUMBIA. Boulder: Westview Press, p. 14-17, 1980.
- BIRDSALL, Nancy. *Population and poverty in the developing world*. Washington D. C.: World Bank, 1980 (Working Paper, n. 404).

- BONGAARTS, Jolm. A framework for analyzing the proximate determinants of fertility. *Population and Development Review*, New York, v. 4, n. 1, p. 105-132, 1978.
- , MENKEN, Jane. The supply of children: a critical essay. In: BULATÃO, Rodolfo, LEE, Ronald (eds.). *Determinants of fertility in developing countries*. New York: Academic Press, v. 1, p. 27-66, 1983.
- , POTTER, Robert G. *The fertility inhibiting effects of the intermediate fertility variables*. New York: The Population Council Center for Policy Studies, 1980 (Working Paper, n. 57).
- BONGAARTS, John, POTTER, Robert G. *Fertility, biology and behavior: an analysis of the proximate determinants*. New York: Academic Press, 1983.
- BOOTH, David. André Gunder Frank: an introduction and appreciation. In: BARNETT, T. BOOTH, David (ed.). *Beyond the sociology of development*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 50-85, 1975.
- . Marxism and development sociology: interpreting the impasse. *World Development*, Boston, v. 13, n. 7, p. 761-787, 1985.
- BOSERUP, Ester. *The conditions of agricultural growth: the economics of agrarian change under population pressure*. Chicago: Aldine, p. 124, 1965.
- . *Population and technology*. Oxford: Basil Blackwell Publ., 1981.
- BRASIL. Ministério do Interior. *Mudanças na composição do emprego e na distribuição da renda: efeitos sobre as migrações internas*. Brasília, 1976.
- BRASS, W. *et alii. The demography of tropical Africa*. Princeton University Press, 1968.
- BROOKFIELD, Harold. *Interdependent development*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1975.
- BULATÃO, Rodolfo, LEE, Ronald D. A framework for the study of fertility determinants. In: BULATÃO, R., LEE, R. D. (eds.). *Determinants of fertility in developing countries*. New York: Academic Press, 1983.
- BUNKER, Stephen G. Power structures and exchange between government agencies in the expansion of the agricultural sector. *Studies in Comparative International Development*, New Brunswick, v. 14, n. 1, p. 56-76, 1979.
- . Modes of extraction, unequal exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: the Brazilian Amazon 1600-1980. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 89, n. 5, p. 1017-1064, 1984.
- BURNS, Bradford E. *A history of Brazil*. New York: Columbia University Press, 1970.
- BUSINESS WEEK. New York: McGraw Hill, 25 jul. 1983.
- CALDWELL, John C. Toward a restatement of demographic transition theory. *Population and Development Review*, New York, v. 2, n. 3/4, p. 321-366, 1976.
- . Education as a factor in mortality decline: an examination of Nigerian data. In: MEETING ON SOCIOECONOMIC DETERMINANTS AND CONSEQUENCES OF MORTALITY. 1980. México. *Proceeding...* Geneva: WHO, 1980.
- CAMARAN, A. A. *et alii. Século XXI: a quantas andar a população brasileira?* Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1989, 55p.
- CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. A igreja do povo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 49-53, 1982.
- . *et alii. São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 13 ed. São Paulo: Loyola, 1982. 152p. [Tradução de: São Paulo: growth and poverty.]
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- . Dependency and development. *New Left Review*, London, v. 74, p. 83-95, July/Aug. 1972.
- . Associated dependent development: theoretical and practical implications. In: STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, p. 142-178, 1973.
- . The consumption of dependency theory in the United States. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 12, n. 3, p. 7-24, 1977.
- . A questão da democracia. In: KRISCHKE, Paulo J. (ed.). *Brasil: do milagre à abertura*. São Paulo: Cortez, 1982.
- , FALLET, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, 143p.

- CARDOSO, Fernando Henrique, MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CARDOSO, Ruth. Duas fases de uma experiência. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 53-58, 1982.
- . Planejamento familiar: novos tempos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 2-7, 1983.
- CARNEIRO, Robert L. On the relationship between size of population and complexity of social organization. *Southwest Journal of Anthropology*, Washington, v. 23, n. 3, p. 234-243, 1967.
- CARNOY, Martín. *Estudo e teoria política*. Campinas: Papirus, 1976, 339p. [Tradução de: The state & political theory.]
- CARVALHO, José Alberto Magno de. *Analysis of regional trends in fertility, mortality and migration in Brazil, 1940-1970*, 1973. [Dissertation (PhD) London School of Economics.]
- . *Fecundidade e mortalidade no Brasil - 1960/1970*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1978 (Relatório de Pesquisa).
- . Migrações internas: mensuração direta e indireta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1980. Águas de São Pedro. *Anais ...* São Paulo: ABEP, v. 1, p. 533-577, 1981.
- . As profundas modificações da estrutura demográfica brasileira e algumas conseqüências para o planejamento social e econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16, 1988. Belo Horizonte, *Anais ...* São Paulo: ANPEC, v. 1, p. 145-162, 1988.
- , PAIVA, Paulo de Tarso Ahneida. Estrutura de renda e padrão de fecundidade no Brasil. In: COSTA, Manoel (ed.). *Fecundidade: padrões brasileiros*. Rio de Janeiro: Altiya, 1976.
- , SAWYER, Donald R. *A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1981 (Monografia, 12).
- , WOOD, Charles H. Renda e concentração da mortalidade no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 101-130, jan./abr. 1977.
- CARVALHO, Lívio de. Brazilian wage policies. *Brazilian Economic Studies*. Rio de Janeiro, V. 8, p. 109-141, 1984.
- CASSEN, R. H. Population and development: a survey. *World Development*, Boston, v. 4, n. 10-11, p. 785-830, 1976.

- CASTELLS, Mamel. *The city and the grassroots*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- CASTRO, A. B. de, SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 217, 1985 (Estudos Brasileiros, 91).
- CASTRO, Mary Garcia. *Family, gender and work: the case of female heads of household in Brazil (States of São Paulo and Bahia), 1950-1980*. Gainesville, 1989. 479p. [Dissertation (Doctor) University of Florida. Department of Sociology.]
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Censo Econômico de 1975. Série Nacional, v. 1 Brasil.
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. v.2, t. 3., n. 19, 1ª pt., São Paulo, p. 532.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Brasil, 1940-1980.
- CEPAL. Los problemas del desarrollo latinoamericano y la crisis de la economía mundial. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n.19, p.53-86, abr. 1983.
- CHAYANOV, A. V. *The theory of peasant economy*. Madison: The University of Wisconsin, 1986, 316p.
- CHEN, Lincoln C. Child survival: levels, trends and determinants. In: BULATÃO, R., LEE, R. (eds.). *Determinants of fertility in developing countries*. New York: Academic Press, p.199-232, 1983.
- CHENERY, H. Introducción. In: ——— *et alii*. Redistribución con crecimiento: políticas para mejorar la distribución del ingreso en los países en desarrollo en el contexto del crecimiento económico. Madrid: Banco Mundial, Instituto de Estudios de Desarrollo, University of Sussex, 1976, 359p.
- *et alii*. Redistribución con crecimiento: políticas para mejorar la distribución del ingreso en los países en desarrollo en el contexto del crecimiento económico. Madrid: Banco Mundial, Instituto de Estudios de Desarrollo. University of Sussex, 1976, 359p.
- CHILCOTE, Ronald. Dependency: a critical synthesis of the literature. *Latin American Perspectives*. Beverly Hills, v.1, p.4-29, Spring 1974.
- , JOHNSON, Dale L. *Theories of development: mode of production or dependency?* Beverly Hills: Sage, 1983.
- CLARK, Colin. *The conditions of economic progress*. London: Macmillan, 1940.

- CLAUSEN A. W. Priority issues for 1984. In: REMARKS DELIVERED BEFORE THE EUROPEAN MANAGEMENT FORUM, 1984. Davis.
- COALE, Ansley J. *A transição demográfica*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980, 28p. [Tradução de The demographic transition.]
- , HOOVER, E. M. *População e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958, 436p. [Tradução de: Population growth and economic development in low-income countries.]
- COCHRANE, S. *Education and fertility: what do we really know?* Washington: World Bank/Population and Human Resources Division, 1979.
- . *The effects of education on health*. Washington: World Bank, 1980 (World Bank Staff Working Paper, 405).
- CONGRESSO LATINOAMERICANO DE POBLACION Y DESARROLLO. 1983. México. *Memorias del ... México: El Colégio de Mexico. UNAM. PISPAL*, 1984, 2v.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.40-54, 1980.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, 19.. vários anos.
- CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranba. Relações trabalhistas e salário real no Brasil 1952-78. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.34, n.4, p.62-69, 1980.
- CRAVIOTO J., LICARDIE, E. R. The effect of malnutrition on the individual. In: BERG, A. *et alii* (eds.). *Nutrition, national development and planning*. Cambridge: MIT Press, p.3-21, 1973.
- DAVIS, Kingsley. The amazing decline of mortality in under developed areas. *The American Economic Review*, Nashville, v.46, p.305-318, 1956.
- . Cities and mortality. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE. 1973. Liege. *Proceedings...* Liege: International Union for the Scientific Study of Population Conference, 1973.
- , BLAKE, Judith. Social structure and fertility: an analytic framework. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v.4, p.211-235, Apr. 1956.
- DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 208 p. (Atualidades Zahar) [Tradução de: Victims of the milagre: development and the indions of Brasil.]

- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. USP, 1971a. 269p. [Tradução de: The industrialization of São Paulo.]
- . Latifúndia and land policy in nineteenth-century Brazil. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.51, p.606-625, Nov. 1971b.
- DEERE, Carmen Diana. *The development of capitalism in agriculture and the division of labor by sex: a study of the northern Peruvian sierra*. 1978. [Dissertation (PhD) Agricultural Economics, University of California, Berkeley.]
- , JANVRY, Alain de. A conceptual framework for the empirical analysis of peasants. *American Journal of Agricultural Economics*. Ames, v.61, n.4, p.601-611, Nov. 1979.
- DEGLER, Carl N. *Neither black nor white*. New York: Macmillan, 1971.
- DELACROIX, Jacques. The export for raw materials and economic growth: a cross-national study. *American Sociological Review*, Washington v.42, p.795-808, Oct. 1977.
- DENSLow, David, TYLER, W. Perspectives on poverty and income inequality in Brazil. *World Development*, Boston, v.12, n.10, p.1019-1028, 1984.
- DHRYMES, Phoebus J. Limited dependent variables. In: GRILICHES, Z., INTRILIGATOR, M. D. (eds.). *Handbook of econometrics*. Amsterdam: North-Holland, v.3, cap.27, 1986.
- DICKENSON, John P. *Brazil*. Boulder: Westview, 1978.
- DIEESE. Família assalariada-padrão e custo e vida. *Estudos Sócio-Econômicos*. São Paulo, v.1, n.2, 1974.
- . Dez anos de política salarial. *Estudos Sócio-Econômicos*, São Paulo, v.1, n.3, 1975.
- DUQUE, J., PASTRAMA, E. *Las estrategias de supervivencia económica de las unidades familiares del sector popular urbano: una investigación exploratória*. Santiago do Chile: FLACSO, 1975.
- EASTERLIN, Richard A. An economic framework for fertility analysis. *Studies in Family Planning*, New York, v.6, p.54-63, 1975.
- . The conflict between aspirations and resources. *Population Development Review*, New York, v.2, p.417-425, Sep./Dec. 1976.
- . *Population and economic change in developing countries*. Chicago: University of Chicago Press, 1980, 580p.

- . Modernization and fertility: a critical essay. In: BULATÃO, Rodolfo, LEE, Ronald D. (eds.). *Determinants of fertility in developing countries*, New York: Academic Press, p.562-586, 1983.
- EMMANUEL, Arghiri. *Unequal exchange: a study of the imperialism of trade*. London: New Left Books, 1972.
- ENKE, Steven. The gains to India from population control. *Review of Economic and Statistics*, Amsterdam, v.42, n.2, p.175-181, 1960.
- ERICKSON, Kenneth Paul, MIDDLEBROOK, Keven J. The state and organized labor in Brazil and Mexico. In: HEWLETT, Sylvia Ann, WEINER, Richard S. *Brazil and Mexico: patterns in late development*. Philadelphia: ISHI, p.213-263, 1982.
- ESCUADERO, José Carlos. On lies and health statistics: some Latin American examples. *International Journal of Health Services*, Farmingdale, v.10, n.3, p.421-434, 1980.
- ESMAN, Milton. *Landlessness and near-landlessness in developing countries*. Ithaca: Cornell University, 1978.
- EVANS, Peter. *A triplíce aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 292p. [Tradução de: *Dependent development: the alliance of multinational, state and local capital in Brazil*.]
- . Transnational linkages and the economic role of the state: an analysis of developing and industrialized nations in the post-World War II period. In: RUESCHMEYER, Evans D., SKOCPOL, T. (eds.). *Bringing the state back*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- EVANS, Peter, RUESCHMEYER, D., SKOCPOL, T. (eds.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- FAPOHUNDA, Eleaunor. The nonpooling household: a challenge to theory. In: DWYER, D. H., BRUCE, J. *A home divided: women and income in the Third World*. Stanford: University of California Press, 1990.
- FAUCHER, Phillipe. The paradise that never was: the breakdown of the Brazilian authoritarian rule. In: BRUNEAU, Thomas C., FAUCHER, Phillipe (eds.). *Authoritarian capitalism: Brazil's contemporary economic and political development*. Boulder: Westview, 1981.
- FEDER, Ernest. The peasant. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v.13, n.3, p.193-204, 1978.
- FELIX, David. Income distribution and the quality of life in Latin America: patterns, trends and policy implication. *Latin American Research Review*. Pittsburgh, v.17, n.2, p.3-33, 1983.
- FERNANDES, Florestan. *The negro in Brazilian society*. New York: Columbia University Press, 1969.
- FIBBS, Gary S. Who benefits from economic development? A reexamination of Brazilian growth in the 1960's. *American Economic Review*, Nashville, v.67, n.4, p.570-582, 1977.
- FIGHTING for jobs, not wages. *Latin American Regional Report B*, n.18, p.6-7, Mar. 1983.
- FIGUEROA, Adolfo, WEISSKOFF, Richard. Viewing social pyramids: income distribution in Latin America. In: FERBER, Robert (ed.). *Consumption and income distribution in Latin America*. Washington: Organization of American States, p.257-294, 1980.
- FISCHER, A. G. B. *The clash of progress and security*. London: Macmillan, 1935.
- FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. *Papers and Proceedings of the American Economic Association*, Nashville, v.62, p.391-402, May 1972.
- . Some reflections on post-1964 Brazilian economic policy. In: STEPAN, A. (ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, p.69-118, 1973.
- FOLBRE, Nancy. A black four of hearts: toward a new paradigm of household economics. In: DWYER, D. H., BRUCE, J. (eds.). *A home divided: women and income in the Third World*. Stanford: University of California Press, 1990.
- FONTAINE, Pierre Michel (ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: University of California, Center for Afro-American Studies, 1985.
- FORDYCE, James E. Early mortality measures as indicators of socio-economic well-being for whites and non-whites: a re-appraisal. *Sociology and Social Research*. Los Angeles, v.6, p.125-137, Jan. 1977.
- FOSTER-CARTER, Aidan. The modes of production controversy. *New Left Review*, London, n.107, p.47-77, 1978.
- POWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar,

- 1982, 315p. [Tradução de: The Struggle for land: a political economy of the pioner frontier in Brazil from 1930 to the present.]
- FRANK, André Gunder. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1967.
- . *Latin America: underdevelopment or revolution*. New York: Monthly Review Press, 1969.
- FRAZIER, F. A comparison of negro-white relations in Brazil and in the United States. *New York Academy of Sciences*. New York, v.6, p.251-269, 1944.
- FREEDMAN, D. S. The relation of economic status to fertility. *American Economic Review*, Nashville, v.53, p.414-427, 1963.
- FREYRE, Gilberto. *The masters and the slaves*. New York: Alfred A. Knopf, 1946.
- FRISH, R. E. Demographic implications of the biological determinants of female fecundity. *Social Biology*, Madison, v.22, p.17-22, 1975.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959, 291p.
- . *The economic growth of Brazil: a survey from colonial to modern times*. Berkeley: University of California Press, 1963.
- . *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- . *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GARCIA-BOUZA, Jorge. *A basic needs analytical bibliography*. New York: OECD Development Centre: Randon House, 1980.
- GARCIA, Norberto E. Absorción creciente con subempleo persistente. *Revista de La Cepal*, Santiago de Chile, n.18, p.47-67, Dic. 1982.
- GERTH, H. H., MILLS, C. Wright. *Max Weber: essays in sociology*. London: Oxford University Press. 1946.
- GHAJ, Dharam P. Population growth, labour absorption and income distribution. In: UNITED NATIONS. *The population debate: dimensions and perspectives*. New York, p.502-509, 1975.
- GIDDENS, Anthony. *The constitution of society*. Los Angeles: University of California Press, 1984.
- GOLDANI, Ana Maria. Desigualdade racial nas trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: Cedeplar, p.195-238, 1991. [Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte, 1990.]
- GONZALES, F. N., BASTOS, M. L. O trabalho volante na agricultura brasileira. *Reforma Agrária*, Campinas, v.5, p.2-44, maio/jun. 1975.
- GOODMAN, David, REDCLIFT, Michael. The "boias-frias": rural proletarianization and urban marginality in Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, v.1, n.2, p.348-364, 1977.
- , ———. *From peasant to proletarian: capitalist development and agrarian transitions*. New York: St. Martin's Press, 1982.
- GOULDNER, Alvin. *The two marxisms*. New York: Seabury, 1980.
- GRAHAM, Douglas, BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Interregional and urban growth and economic development in Brazil*. Trabalho apresentado no: Simpósio de Desenvolvimento Econômico e Social, Belo Horizonte, 1972.
- GRAHAM, Richard. Action and ideas in the abolitionist movement in Brazil. In: MÓRNER, Magnus (ed.). *Race and class in Latin America*. New York: Columbia University Press, 1970.
- GROSS, D. R., UNDERWOOD, B. A. Technological change and caloric costs: sisal agriculture in northeastern Brazil. *American Anthropologist*, Washington, v.73, p.725-740, 1971.
- GUIMARÃES, A. Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Fulgor, 1963.
- GURLEY, John G. *Challenges to communism*. San Francisco: W. H. Freeman and Company, 1983.
- GWATKIN, D. Indications of change in developing country mortality trends: the end of an era? *Population Development Review*, New York, v.6, n.4, p.615-644, 1980.
- HARRIS, J. R., TODARO, M. Migration, unemployment and development: a two sector analysis. *American Economic Review*, Nashville, v.60, p.139-149, Mar. 1970.
- HARRIS, Marin. *Patterns of race in the Americas*. New York: Walter & Co., 1964.
- . *Cultural materialism: the struggle for a science of culture*. New York: Random House, 1979.

- _____, ROSS, Eric. *Death, sex and fertility: population regulation in preindustrial and developing societies*. New York: Columbia University Press, 1987.
- HASENBALG, Carlos A. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, Pierre-Michael (ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: University of California, p.25-41, 1985.
- HENRY, L. Some data on natural fertility. *Eugenics Quarterly*, Madison, v.8, n.2, p.81-91, 1961.
- HEYNIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economía campesina. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, v.16, p.115-142, abr. 1982.
- HICKS, Norman, STREETEN, Paul. Indicators of development: the search for a basic needs yardstick. *World Development*, Boston, v.7, 1979.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. London: Cambridge University Press, 1981.
- HOFFMAN, Rodolfo. *Evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil no período 1960-80*. s.l.: s.n, s.d., mimeo.
- _____. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. Trabalho apresentado na: Reunião Anual da SBPC, 24, 1972. São Paulo. In: TOLIPAN, R., TINELLI, A. C. *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____, SILVA, J. F. Graziano da. A estrutura agrária brasileira. In: CONTADOR, C. B. (ed.). *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, p. 233-265, 1975 (Monografia 17).
- IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- IBGE. *Indicadores sociais*. Rio de Janeiro, 1979.
- _____. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: características sociodemográficas, 1974-75*. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. *Brasil: estimaciones y proyecciones de población 1950-2025*. Rio de Janeiro, 1984.
- JAGGER, Alison M. *Feminist politics and human nature*. Totowa: Rowman and Allanheld, 1983.
- JANVRY, Alain de. *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1981.
- KATSMAN, Martin. Paradoxes of Amazonian development in a resource-starved world. *Journal of Developing Areas*, Macomb, v. 10, p. 445-460, July 1976.
- KELLER, A. F., SAMANO, F., NUNEZ, L., MOJARRO, O. *Lactancia materna: tendencias recientes en la experiencia mexicana*. México: Secretaria de Salubridad y Asistencia, Dirección General de Salud Materno-Infantil y Planificación Familiar, 1981.
- KING, T. *et alii*. *Population policies and economic development*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974 (A World Bank Staff report).
- KNIGHT, Peter R. Brazilian socioeconomic development: issues for the eighties. *World Development*, Boston, v.9, n. 11/12, p. 1083-1096, 1981.
- _____, MAHAR, D., MORAN, R. Annex III: health, nutrition and education. In: BRAZIL: human resources special report. Washington D.C., World Bank, 1979.
- KOCHER, James E. *Rural development, income distribution and fertility decline*. New York: Population Council, 1973.
- KOHL, Barbara A. *State and capital: agricultural policy in post coup Brazil, 1981*. [Dissertation (PhD) Ohio State University.]
- KUCINSKI, Bernardo. *Brazil: state and struggle*. Latin American Bureau, 1982.
- KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. Latin American debt: act two. *Foreign Affairs*, New York, v. 62, n. 1, p. 17-38, 1983.
- KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, Nashville, v. 45, n.1, p.1-28, 1955.
- _____. Demographic aspects of the size distribution of income: an exploratory essay. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v. 25, p.1-94, Oct. 1976.
- _____. Size and age structure of family households: exploratory comparisons. *Population and Development Review*, New York, v.4, p.187-224, June 1978.
- LACLAU, Ernesto. Feudalism and capitalism in Latin America. *New Left Review*, London, v. 67, p. 19-38, May/June 1971.
- _____, NOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards radical democratic politics*. London: Verso, 1985.
- LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

- LAURENTI, R. Fontes de erros na mensuração da mortalidade infantil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n.9, p.529-537, 1975.
- LEFF, N. H. Dependency rates and savings rates. *American Economic Review*, Nashville, v. 59, n.5, p.889-896, 1969.
- LEIBENSTEIN, H. *A theory of economic and demographic development*. Princeton University Press, 1954.
- LEONTIEF, Wassily. Technological advance, economic growth, and the distribution of income. *Population and Development Review*, New York, v.9, n.3, p.403-410, 1983.
- LERNER, S. *Población y familia o grupo doméstico*, 1980. [Trabalho apresentado na: Reunión Nacional de Investigación Demográfica in México, México City: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología.]
- LERNOUX, Penny. Debt obligations breed political and economic instability. *Latinamerican Press*, Lima, v.16, p.29, Mar. 1984.
- LESER, W. Crescimento da população e nível de saúde na cidade de São Paulo. *Problemas Brasileiros*, São Paulo, v.16, p.17-36. out. 1974.
- LESTHAEGE, R. *Lactation and lactation-related variables, contraception and fertility: an overview of data problems and world trends*, 1981. Paper prepared for the Seminar on Breastfeeding and Fertility Regulation. Geneva, World Health Organization.
- LEVINE, Robert M. Brazil: the dimensions of democratization. *Current History*, Philadelphia, v.81, p.60-63, 1982.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School of Economic and Social Studies*, Manchester, v.22, p.105-138, 1954.
- LLUCH, Constantino. Employment, earnings and income distribution. In: WORLD BANK, Washington. *Annex II of human resources special report: Brazil*, Washington, 1979.
- LONG, Norman. *An introduction to the sociology of rural development*. London: Tavistock, 1977.
- . *Family and work in rural societies*. Perspectives on non-wage labor. London: Tavistock, 1984.
- LOPES, Juarez Brandão. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v.6, p.125-142, 1973.
- . Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v.22, p.41-110, out./dez. 1977.
- . Capitalist development and agrarian structure in Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, v.2, p.1-11, Mar. 1978.
- MACEDO, Roberto. Minimum wages and income distribution in Brazil. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v.18, n.1, p.59-75, 1981.
- MADDALA, G. S. *Limited-dependent and qualitative variables in econometrics*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978, 259 p.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARGOLIS, Maxine L. *The moving frontier*. Gainesville: University of Florida Press, 1973.
- . Seduced and abandoned: agricultural frontiers in Brazil and the United States. In: MARGOLIS, Maxine L., CARTER, William E. (eds.). *Brazil: anthropological perspectives, essays in Honor of Charles Wagley*. Columbia, University Press, p.160-179, 1979.
- MARTINE, George. *As migrações de origem rural numa perspectiva histórica: algumas notas*. Trabalho apresentado no: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 5, 1986. Águas de São Pedro.
- , PELIANO, J. C. P. *Os migrantes nos mercados de trabalho metropolitanos*. Brasília. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos, 1977 (Relatório Técnico, n. 32).
- MARTINEZ-ALIER, V. As mulheres do caminhão de turma. *Debate e Crítica*, São Paulo, v.5, p.59-85, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- . O café a gênese da industrialização em São Paulo. *Contexto*, São Paulo, v.3, p.1-17, 1977.
- . Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro em 1880 e 1914: o caso de São Paulo. *Dados*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.237-264, 1981.

- MARX, Karl. *Grundrisse: lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política 1857-1858*. México: Fondo de Cultura Económica, 2v, 1985.
- . *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, [19..].
- McKEOWN, T. *The modern rise of population*. London: Academic Press, 1976.
- , RECORD, R. Reasons for the decline of mortality in England and Wales during the nineteenth century. *Population Studies*, London, v.16, p.94-122, 1962.
- , TURNER, R. D. An interpretation of the decline of mortality in England and Wales in the twentieth century. *Population Studies*, London, v.29, p.391-422, Nov. 1975.
- McKINTOSH, M. The sexual division of labour and the subordination of women. In: YOUNG, K, WOLKOWITZ, C., McCULLAGH, R. (eds.). *Marriage and the market*. London: CSE Books, 1981.
- McNICOLL, Geoffrey. Population and development: outlines for a structuralist approach. *The Journal of Development Studies*, Wellington, v.14, p.79-99, 1978.
- MELLO, Maria Conceição D'Incão e. O "Bóia-fria": acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1978, 154p.
- MERRICK, Thomas William. Population, development and planning in Brazil. *Population and Development Review*, New York, v.2, p.181-199, June 1976.
- . Fertility and land availability in rural Brazil. *Demography*, New York, v.15, p.321-336, Aug. 1978.
- . *Recent fertility declines in Brazil, Colombia and Mexico*. Washington D.C.: World Bank, 1985. (Dank Staff Working Papers, n. 692, Population and Development Series, n. 17).
- . The effect of piped water on early childhood mortality in rural Brazil, 1970 to 1976. *Demography*, New York, v.22, n.1, p.1-23, 1985b.
- , GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 442p. [Tradução de: Population and economic development in Brazil: 1800 to the present.]
- , BERQUÓ, Elza. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington D.C.: National Academy Press, 1983.

- MINTZ, Sidney W. *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. New York: Viking, 1985.
- MIRÓ, Carmen A., POTTER, Joseph E. *Population policy: research priorities in the developing world*. London: Frances Printer Ltd., 1980.
- MOISES, José Alvaro. Current issues in the labor movement in Brazil. *Latin American Perspectives*, Beverly Hills, v.6, n.4, p.51-70, 1979.
- , MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou patrão o trem atrasou. In: MOISÉS, José Alvaro et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 86p.
- MOLINEAUX, David J. Roots of debt: new role of banks, old dependency. *Latinamerican Press*, Lima, v.16, p.29, Mar. 1984.
- MONTEIRO, Carlos Augusto. Contribuição para o estudo do significado da evolução do coeficiente de mortalidade infantil no município de São Paulo nas três últimas décadas (1950-1979) *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.16, p.7-18, 1982.
- MORAN, Emílio F. *Developing the Amazon*, Bloomington: University of Indiana Press, 1981.
- MOREIRA, Morvan de Melo, SILVA, Lea Melo da, McLAUGHLIN, Robert. *Brazil*. New York: The Population Council, 1978.
- MOSER, Caroline, YOUNG, Kate. Women of the working poor. *Institute of Development Studies Bulletin*, Cleveland, v.12, n.3, p.54-62, 1981.
- MUNCK, Ronald. State, capital and crisis in Brazil: 1919-1979. *Insurgent Sociologist*, Eugene, v.9, p.39-58, Spring 1980.
- NAG, Moni. The impact of sociocultural factors on breastfeeding and sexual behavior. In: BULATÃO, R., LEE, Robert. (eds.). *Determinants of fertility in developing countries*. New York: Academic Press, 1983.
- NOTESTEIN, Frank W. Economic problems of population trends. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF AGRICULTURAL ECONOMISTS, 8, 1953. *Proceedings ...* London: Oxford University Press, 1953.
- O'DONNELL, Guillerino. *Modernization and bureaucratic authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley: University of California, 1973.
- OFFE, Claus. *Disorganized capitalism*. Cambridge: Massachusetts: The MIT Press, 1985.

- OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia, PORCARO, Rosa Maria, COSTA, Tereza Cristina N. Araújo. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- OLIVERA, M. C. *Notas acerca da família nos estudos demográficos*. México, 1982. [Trabalho apresentado no: Encontro do Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução de la Población, 7.]
- PAIVA, Paulo. *As necessidades de geração de emprego no Brasil durante os anos oitenta*. Belo Horizonte, 1982, mimeo.
- PALLONI, Alberto. *Mortality decline in Latin America. Paper presented at the Annual Meeting of the Population Association of America, 1979*.
- . *Mortality in Latin America: emerging patterns. Population and Development Review*, New York, v.7, n.4, p.623-649, 1981.
- PANG, Eul-Soo. Brazil's new democracy. *Current History*, Philadelphia, v.82, p.54-57, 1983.
- PARSONS, Talcott, SHILS, E. (eds.). *Toward a general theory of action*. New York: Harper and Row, 1951.
- PASTORE, J. HALLER, A. The socio-economic status of the Brazilian labor force. *Luso Brazilian Review*, Madison, v.14, p.1-28, 1977.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972; 1976.
- PFEFFERMANN, Guy P. *The social cost of recession in Brazil*. [s.l.:s.n.] 1985, mimeo.
- , WEBB, Richard. *The distributions of income in Brazil*. Washington: World Bank, 1979 (World Bank Staff Working Paper, 356).
- PIERRUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Comunidades eclesiais: origens e desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v.1, n.2, p.48-49, 1982.
- PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil*, Illinois: Southern Illinois University Press, 1967.
- PIVEN, Francis Fox, CLOWARD, Richard A. *Regulating the poor: the functions of public welfare*. New York: Vintage, 1971.
- POLÍTICA social e emprego. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.46-54, fev. 1980.
- POMPERMAYER, Malori José. Strategies of private capital in the Brazilian Amazon. In: SCHMINK, M., WOOD, C. H. (eds.). *Frontiers expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, p.419-438, 1984.
- POPPINO, R. E. *Brazil: the land and people*. New York: Oxford Press, 1968.
- POPULATION growth and economic development: policy questions. Washington: National Academy Press, 1986.
- PORTES, Alejandro. Migration and underdevelopment. *Politics and Society*, Wellington, v.8, n.1, p.1-48, 1978a.
- . The informal sector and the world economy: notes on the structure of subsidised labour. *IDS Bulletin*, Cleveland, v.10, n.4, p.589-611, 1978b.
- . Latin American class structures: their composition and change during the last decades. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v.20, n.3, p.7-39, 1985.
- PORTES, Alejandro, BENTON, Lauren. Industrial development and labor absorption: a reinterpretation. *Population and Development Review*, New York, v.10, n.4, p.589-611, 1984.
- , WALTON, John. *Labor, class and the international system*. New York: Academic Press, 1981.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais do estado capitalista*. Porto: Portucalense, 2 v., 1971.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- PREBISCH, Raul. *The economic development of Latin America and its principal problems*. New York: United Nations, 1950.
- . La crisis global del capitalismo y su transfondo teórico. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n.22, p.163-182, Abr. 1984.
- PRESTON, Samuel. The changing relation between mortality and level of economic development. *Population Studies*, London, v.29, n.2, p.231-248, July 1975.
- . *Mortality patterns in national populations with special references to recorded causes of death*. New York: Academic Press, 1976.
- PUFFER, R. R, SERRANO, C. V. *Patterns of mortality in childhood*. Washington, D. C.: PAHO/WHO, 1973 (Scientific Publication, 262).
- REPETTO, R. G. The relationship of the size distribution of income to fertility, and the implications for development policy. In: POPULATION policies and economic development. Appendix A.

- Washington: World Bank, Baltimore: The Johns Hopkins University, p.141-148, 1974.
- . Income and fertility change: a comment. *Population and Development Review*, New York, v. 3, n.4, p.486-489, Dec. 1977.
- . The interaction of fertility and the size distribution of income. *The Journal of Development Studies*, Wellington, v.14, p.22-39, July 1978.
- RICH, W. Smaller families through social and economic progress. Washington, D.C.: Overseas Development Council, 1973 (Monograph Series).
- RIDING, Alan. Brazil gets back on the fast track. *New York Times*, 12 Oct. 1986.
- RODGERS, G. B. Demographic determinants of the distribution of income. *World Development*, Boston, v.6, p.305-318, 1978.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.17, 1989.
- ROSENBAUM, H. J., TYLER, W. G. (eds.). *Contemporary Brazil: issues in economic and political development*. New York: Praeger, 1972.
- ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. New York: Cambridge University Press, 1960.
- . *The world economy: history and prospects*. Austin: University of Texas, 1978.
- ROTHENBERG, J. On the microeconomics of migration. In: BROWN, A., NEUBERGER, E. (eds.). *International migration: a comparative perspective*. New York: Academic Press, 1977.
- ROXBOROUGH, Jan. *Theories of underdevelopment*. London: Macmillan Press, 1979.
- RUSSELL, L. B., BURKE, C. S. *Determinants of infant and child mortality: an econometric analysis of survey data for San Juan, Argentina*. Washington: National Planning Association, 1975.
- SANDERS, T. G. Colonization of the Transamazonia highway. *American Universities Field Staff, East-Coast South American Series*, v. 17, n.3, 1973a.
- . The Brazilian model. *American Universities Field Staff, East Coast South American Series*, v.17, n.8, p.1-12, 1973b.
- SANTOS, Teotônio dos. The structure of dependence. *American Economic Review*. Nashville, v.60, p.231-236, May 1970.

- SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. *Infant mortality: positive results of new health policy*. São Paulo, 1979.
- SAWYER, Diana Oya, SOARES, I. S. *Mortalidade na infância em diferentes contextos no Brasil*. Trabalho apresentado no: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 3, Vitória, 1982.
- SAWYER, Donald R. Frontier expansion and retraction in Brazil. In: SCHMINK, Marianne, WOOD, Charles H. (eds.). *Frontier expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, p.180-203, 1984.
- SCHMINK, Marianne. *Community in ascendance: urban industrial growth and household income strategies in Belo Horizonte, Brazil*. Austin, 1979. [Dissertation (PhD) University of Texas.]
- . Land conflicts in Amazonia. *American Ethnologist*. Washington, v.9, n.2, p.341-357, May 1982.
- . Household economic strategies: review and research agenda. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v.19, n.3, p.87-101, 1984.
- , WOOD, Charles H. (eds). *Frontier expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, 1984.
- SCHMITTER, P.C. The portugulization of Brazil. In: STEPAN, A. (ed). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, p.179-232, 1973.
- SCHULTZ, T. Paul. *Economics of population*. Reading: Addison Wesley Publishing Co., 1981.
- SCHUTJER, W. A., STOKES, C. S. (eds.). *Rural development and human fertility*. New York: Macmillan, 1984.
- SCOTT, J. Some notes on post-peasant society. *Journal of Peasant Studies*, London, v.7, p.139-154, Summer, 1978.
- SCRIMSHAW, S. C. M. Infant mortality and behavior in the regulation of family size. *Population and Development Review*, New York, v.4, n.3, p.338-403, Sep. 1978.
- SECCOMBE, Wally. Marxism and demography. *New Left Review*, London, n. 137, p.22-47, Jan./Feb. 1983.
- SERRA, José. A economia constringida. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v.1, n.4, p.2-8, 1982.
- SHAW, Paul. *Migration theory and fact: a review and bibliography of current literature*. Philadelphia: Regional Science Research Institute, 1975.

- SHORTER, F. *Computational methods for population projections with particular reference to development planning*. New York: The Population Council, 1978.
- SILVA, J. R. Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SILVA, Nelson do Valle. *Black-white income differentials: Brazil 1960-1978*. [Dissertation (PhD) University of Michigan.]
- . Updating the cost of not being white in Brazil. In: FONTAINE, Pierre-Michel, (ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: University of California Press, p.42-55, 1985.
- SIMÕES, Celso C., OLIVEIRA, L. A. P. de. Considerações sobre o recente declínio da mortalidade infantil no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5, 1986. Águas de São Pedro. *Anais ...* Belo Horizonte: ABEP, v.1, p.431-459, 1986.
- SIMON, Julian. Population growth may be good for LDCs in the long run: a richer simulation model. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v.24, n.2, p.309-333, 1976.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. 6 ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969.
- SINGELMANN, Joachim. *From agriculture to services: the transformation of industrial employment*. Beverly Hills: Sage, 1978.
- SINGER, Paul. *O milagre brasileiro: causas e conseqüências*. São Paulo: Cebrap, 1972 (Caderno, 6).
- . Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SOUZA, Amaury de et alii. *Migrações internas e desenvolvimento regional*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, v.1, 1973.
- . Neighborhood movements in São Paulo. In: SAFA, H. (ed.). *Towards a political economy urbanization in third world countries*. Delhi: Oxford University Press, p.283-304, 1982.
- SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v.70, p.80-93, Oct. 1962.
- SKIDMORE, Thomas E. Politics and economic policy making in authoritarian Brazil 1937-71. In: STEPAN, A. (ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, p.3-41, 1973.
- . *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 328 p. [Tradução de: Black into white: race and nationality in Brazilian thought.]
- . The years between the harvest: the economics of the Castelo Branco presidency, 1964-1967. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v.15, n.2, p.157-177, 1978.
- . Race and class in Brazil: historical perspectives. In: FONTAINE, Pierre-Michel (ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: University of California Press, p.11-24, 1985.
- SMITH, Nigel. Colonization lessons from a tropical forest. *Science*, Washington, v.214, n.4.522, p.755-761, 1981.
- SMITH, Thomas Lynn. *Brasil: povo e instituições*. Rio de Janeiro: USAID, 1967, 687p. [Tradução de: Brazil: people and institutions.]
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. *A questão agrária na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- . After the miracle. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v.15, n.2, p.278-301, 1978.
- . As políticas de cassações. *Dados*, Rio de Janeiro, v.21, p.69-85, 1979.
- . The Brazilian political system: old parties and new cleavages. s.l.: s.n., 1980, mimeo.
- . *Brazil: from fable to legend*. San Diego, University of California, 1985. [Paper presented at the Conference on Recent Electoral Changes in the Americas, San Diego.]
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SOUZA, Amaury de, LAMOUNIER, Bolivar. Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80. *Dados*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.139-159, 1981.
- SOUZA, Paulo R., BALTAR, Paulo E. Salário mínimo e taxas de salários no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.629-660, 1975.
- STENGLER, J. MYERS, G. Migration and socioeconomic development: today and yesterday. In: BROWN, A., NEUBERGER, E. (eds.). *Internal migration: a comparative perspective*. New York: Academic Press, p.11-35, 1977.
- STANDING, Guy. Women's work activity and fertility. In: BULATÃO, R. LEE, R. (eds.). *Determinants of fertility in developing countries*. New York: Academic Press, p.517-546, 1983.

- STAVRIANOS, L. S. *Global rift: the third world comes of age*. New York: William Morrow and Co., 1981.
- STEPAN, Alfred. State power and the strength of civil society in the southern cone of Latin America. In: EVANS, P., RUESCHMEYER, D., SKOCPOL, T. (eds.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, p.317-343, 1985.
- STIGLER, George. Does economics have a use ful-past? *History of Political Economy*, Durhan, v.1, p.217-230, Fall 1969.
- STOKES, C. Shannon, SCHUTJER, Wayne A. Access to land and fertility in developing countries. In: SCHUTJER, Wayner A., STOKES, C. Shannon (eds.). *Rural development and human fertility*. New York, Macmillan Publishing, Co., 1984.
- STOLCKE, Verena. The exploitation of family morality: labor systems and family structure on São Paulo coffee plantations, 1950-1979. In: SMITH, Raymond T. (ed.). *Kinship, ideology and practice in Latin American*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, p.24-91, 1984.
- STOLNITZ, G. Recent mortality trends in Latin America, Asia and Africa: review and reinterpretation. *Population Studies*. London, v.19, n.2, p.117-138, 1965.
- SUNKEL, Osvaldo. The development of development thinking. In: VILLAMIL, José H. *Transnational capitalism and national development: new perspectives on dependence*. Atlantic Highlands: Humanities Press, p.19-30, 1979.
- TELFES, Edward E. Contato racial no Brasil urbano: análise da segregação racial nas quarenta maiores áreas urbanas no Brasil em 1980. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1991. [Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, Belo Horizonte, 1990.]
- THE ECONOMIST. London: [s.n.], 24 dez. 1983.
- TOBIN, James. Estimation of relationships for limited dependent variables. *Econometrica*. Amsterdam. V.26, p.24-36, 1958.
- TODARO, Michael R. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. *American Economic Review*, Nashville, v.3, p.138-148, Mar. 1969.

- . Development policy and population growth: a framework for planners. *Population and development Review*. New York, v.3, n.1 e 2, p.23-43, May/June 1977.
- . Economic development in the third world. 2. ed. New York: Longman, 1981.
- TOKMAN, Victor E. Desarrollo desigual y absorción de empleo: America Latina 1950-80. *Revista e La Cepal*, Santiago de Chile, n.17, p.129-141, Ago. 1982.
- TOPLIN, Robert Brent. *Freedom and prejudice: the legacy of slavery in the United States and Brazil*. Westport: Greenwood Press, 1981.
- TORRADO, S. *Sobre los conceptos de estrategias de vida y proceso de reproducción de la fuerza de trabajo*. In: PISPAL SEMINAR, Buenos Aires, 1980.
- TRUSSELL, T. PRESTON, S. H. Estimating the covariates of childhood mortality from retrospective reports of mothers. *Health Policy and Education*. Amsterdam, v.13, n.1, 1982.
- TURCHI, B. *The demand for children in the United States*. Cambridge: Ballinger Press, 1975.
- TYLER, William G. Stabilization, external adjustment and recession in Brazil: perspective on the mid-1980's. Gainesville: University of Florida, 1984. [Paper presented at the Conference on the Crisis in Brazil.]
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *The determinants and consequences of population trends*. New York, 1973.
- . Department of Economic and Social Affairs. *World population trends and policies: 1979 monitoring report*. New York, v.1, 1980.
- UNITED STATES. National Academy of Sciences. *Population growth and economic development: policy questions*. Washington D.C., 1986.
- VALENZUELA, Samuel J. VALENZUELA, Arturo. Modernization and dependence: alternative perspectives in the study of Latin American underdevelopment. In: VILLAMIL, José (ed.). *Transnational capitalism and national development*. Atlantic Highlands: Humanities Press, p.31-65, 1979.
- VETTER, Donald Michael, SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Acesso a infra-estrutura de saneamento básico e mortalidade. *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro, v.10, n.4, p.4-29, 1980.

- WAGLEY, Charles. *Race and class in rural Brazil*. New York: Columbia University Press, 1952.
- . *An introduction to Brazil*. New York: Columbia University Press, 1971.
- WALLERSTEIN, I. *The origins of the modern world system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.
- WALTON, John. *Sociology and critical inquiry: the work, tradition and purpose*. Chicago: Dorsey Press, 1986.
- WARD, Kathryn Barbara. *The influence of the world economic system on the status of women and their fertility behavior*. s.l.: s.n., 1982. [Dissertation (PhD, Sociology) University of Iowa.]
- WEBSTER, Andrew. *Introduction to the sociology of development*. London: Macmillan Publishers, 1984.
- WEISSKOFF, Thomas. Economic development and the development of economics: some observations from the left. *World Development*, v.11, n.1, p.895-899, 1983.
- WEISSKOFF, R., FIGUEROA, A. Traversing the social pyramid: a comparative review of income distribution in Latin America. *Latin America Research Review*, Pittsburgh, v.1, p.71-112, 1976.
- WELLER, Robert H., MACISCO Jr. John, MARTINE, George. The relative importance of the components of urban growth in Latin America, *Demography*, Washington, v.8, n.2, p.225-232, May 1971.
- WELLS, Louis T. *Product life cycle and international trade*. Boston: Harvard Graduate School of Business Administration, 1972.
- WILLEMS, Emílio. The rise of a rural middle class in a frontier society. In: ROETT, Riodan (ed.). *Brazil in the sixties*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975, 295p. [Tradução de Capitalism and slavery.]
- WOLF, Eric. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- WOLPE, Harold (ed.) *The articulation of modes of production*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.
- WOOD, Charles H. Structural change and household strategies: a conceptual framework for the study of rural migration. *Human Organization*, Oklahoma, v.40, n.4, p.338-343, 1981.
- . Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. *International Migration Review*, New York, v.16, n.2, p.298-319, 1982.
- . Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, p.93-111, 1991. [Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, Belo Horizonte, 1990.]
- , CARVALHO, José Alberto M. Population growth and the distribution of household income: the case of Brazil. *The Sociological Quarterly*, Carbondale, v.23, p.49-65, Winter 1982.
- , McCracken, Stephen D. Underdevelopment urban growth and collective social action in São Paulo, Brazil. *Studies in Third World Societies*, v.29, p.101-140, Sep. 1984.
- , SCHMINK, Marianne. Blaming the victim: small farmer production in an Amazonian colonization project. *Studies in Third World Societies*, v.7, p.77-93, 1979.
- WOORTMAN, Klaus. Família trabalhadora: um jeito de sobreviver. *Ciência Hoje*, São Paulo, v.3, n.13, p.26-31, 1984.
- WORLD BANK. *Human resources special report: Brazil*. Washington D.C., 1979.
- . *The World Bank annual report, 1983*. Washington D.C., 1983.
- WORSLEY, Peter. *The three worlds: culture and world development*. University of Chicago Press, 1984.
- WRIGHT, Erick Olin. *Classe, crise e o estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 224p. [Tradução de: Class, crisis and the state.]
- . *Classes*. London: Verso, 1985.
- YONE, Paula, BARREIRA, J. A. F. Saques e desemprego. *Ciência Hoje*, São Paulo, v.2, n.12, p.26-33, 1984.
- YUNES, J., RONCHEZEL, V. S. Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.8, supl. p.3-48, 1974.

WAGLEY,
Uni

Pre

WALLER
ag
six

WALTON
pt

WARD,
th
[]

WEBST
N

WEISS
(

WEISS

WEL

WEI

WII

WI

Wi

W

W

Série IPEA

- # Transporte Rodoviário de Ônibus - *Charles Wright* (CÓD. IPEA 134)
- # Colonização Dirigida na Amazônia - *Anna Luiza Ozorio de Almeida* (CÓD. IPEA 135)
- # Qualidade, Eficiência e Equidade na Educação Básica - *Cândido Alberto Gomes e José Amaral Sobrinho (orgs.)* (CÓD. IPEA 136)
- # O Mercado e o Estado no Desenvolvimento Econômico nos Anos 90 - *Álvaro Antônio Zini Jr. (org.)* (CÓD. IPEA 137)
- # A Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento numa Economia em Crise - *Ian Goldin e Gervásio Castro de Rezende* (CÓD. IPEA 138)
- # O Brasil Social: Realidades, Desafios, Opções - *Roberto Cavalcanti de Albuquerque (coord.)* (CÓD. IPEA 139)
- # Infância e Desenvolvimento: Desafios e Propostas - *Antonio Rocha Magalhães e Walter Garcia (orgs.)* (CÓD. IPEA 140)
- # A Distribuição de Rendimentos no Brasil - 1976/85 - *Lauro Ramos* (CÓD. IPEA 141)
- # Defesa da Concorrência : a Política Brasileira e a Experiência Internacional - *Ellen Sampaio e Lúcia Helena Salgado (orgs.)* (CÓD. IPEA 142)
- # Política, Planejamento e Governo - *Carlos Matus* (CÓD. IPEA 143)
- # Ajuste Estrutural e Estratégias Empresariais - *Fábio Stéfano Erber e Roberto Vermulm* (CÓD. IPEA 144)

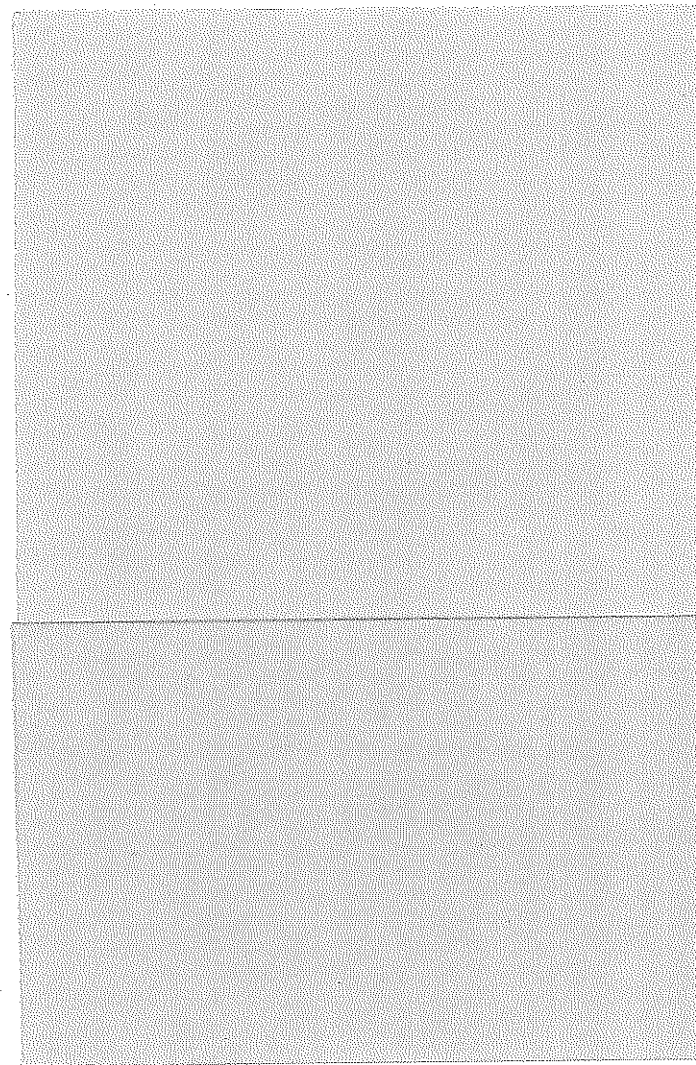
Série PNPE

- # Ensaios sobre *Mark-up* (com Especial Referência ao Caso Brasileiro) - *Juan Carlos Lerda* (CÓD. P. 21)
- # Macroeconomia do Crescimento de Governo - *Jorge Vianna Monteiro* (CÓD. P. 22)
- # A Ironia na História do Pensamento Econômico - *Ricardo Tolipan* (CÓD. P. 23)
- # A Década Republicana: o Brasil e a Economia Internacional - 1888/1900 - *Gustavo H. B. Franco* (CÓD. P. 24)
- # Brasil e México: Duas Experiências de Ajuste Estrutural - *Marta de Castello Branco* (CÓD. P. 25)
- # Estratégia Macroeconômica - *Jorge Vianna Monteiro* (CÓD. P. 26)

Este é um livro singular na abordagem da distribuição de renda e de suas conexões no processo de desenvolvimento brasileiro. Sua relevância está no fato de colocar a necessidade de referir o processo, de modo desagregado, às suas repercussões sobre as condições de vida de diferentes segmentos da população.

Deve-se destacar, também, o engenhoso "mapa conceitual" apresentado pelos autores, composto de três módulos articulados entre si: infra-estrutura econômico-demográfica, sistema de estratificação e superestrutura político-ideológica. A análise desenvolvida a partir desse referencial resulta em abrangente estudo da evolução demográfica do país, através do desenvolvimento das relações do demográfico com o econômico, o social e o político.

O estudo, certamente, contribui para influir, de alguma forma, na concepção de políticas econômicas e sociais, no sentido de que levem em conta as implicações das mudanças no padrão demográfico do país. Em sua esteira deverão surgir outras contribuições e novos dados relativos ao consumo e condições de vida dos diferentes segmentos da população, pois é hora de economistas e outros cientistas sociais incorporarem à sua visão dos processos econômicos e sociais o estudo da evolução demográfica e da estratificação social. Este livro representa um passo importante nesta direção.



ipea INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE

Criado em 1973, o PNPE tem como finalidade precípua estimular a produção científica, através da promoção da pesquisa acadêmica individual na área de Economia. As entidades promotoras do PNPE são: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. A princípio, o Programa foi administrado pelo antigo BNDE e, a partir de 1975, passou a ser gerido pelo IPEA.

As publicações do IPEA podem ser adquiridas pelo reembolso postal:

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília: Ed. BNDES, 10º andar, sala 1005
Setor Bancário Sul - 70076-900 - Brasília, DF.
Rio de Janeiro: Av. Pres. Antônio Carlos, 51
14º andar - 20020-010 - Rio de Janeiro, RJ.

CONSELHO DIRETOR DO PNPE

Presidente
Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo
Presidente do IPEA
Lourival Carmo Monaco
Presidente da FINEP
Pérsio Arida
Presidente do BNDES
Simon Schwartzman
Presidente do IBGE
Lindolpho de Carvalho Dias
Presidente do CNPq
Cláudio Monteiro Considera
*Diretor de Pesquisa do IPEA e
Secretário-Executivo do PNPE*

SERVIÇO EDITORIAL (IPEA)

COORDENAÇÃO
Marilda Delayti Barroca
PROGRAMAÇÃO VISUAL
Nelson Cruz
Luiz Carlos Dias

REVISÃO
Lucia Duarte Moreira
Elaine O. Couto*
Elisabete C. Soares*
Jerônimo E. Santo*
Luiz Carlos Palhares*
Miriam Nunes da Fonseca
Nilson Souto Maior

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Jorge Luís Morandi
Carlos Henrique Santos Vianna*
Carlos José de Almeida Pereira*
Henrique Costa Correia da Silva
Mário César Schössler Barboza

DIGITAÇÃO
Robertó das Chagas Campos
Ruleni Buarque Ribeiro
Gabriel Ferreira da Cunha
Maria Hosana Carneiro Cunha

*Bolsistas Anpec.

A Demografia da Desigualdade no Brasil

CHARLES HOWARD WOOD
JOSÉ ALBERTO MAGNO DE CARVALHO